



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ouvidoria Geral da
Defensoria Pública do
Estado do Rio de Janeiro

2026.1

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) é o principal canal de controle social e escuta ativa da instituição, garantindo que as demandas da população gerem melhorias reais nos serviços prestados.

Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Fabiana da Silva - Ouvidora Geral

Renata Gonçalves dos Santos Bifano - Subouvidora

Equipe de Apuração - Processantes

Nicole Henrique Bueno - Bacharel em Direito/Coordenadora

Júlia Cristina de Barros Pereira - Bacharel em Direito/Secretária

Lorrana Lima Peçanha - Bacharel em Direito/Secretária

Cássia de Oliveira - Estudante de Direito/Secretária

Equipe Externa - Mobilização e comunicação

Igor dos Santos Santana - Jornalista

Lidiane Helena Silva Almeida da Anunciação - Assistente Social

Equipe de Teleatendimento

Jocilene Aparecida de Paiva - Supervisora

Lucilene Silva de Oliveira - Atendente

Abraão Santos de Souza - Atendente



Renata Rodrigues da Silva do Lago - Atendente

Aline Raphaella de Souza - Atendente

Paula Olinda Paes - Atendente

Andréia Cristina Vieira Rodrigues - Atendente

Gilson Pivar - Atendente

Lucas França - Atendente

Estagiários Ouvidoria

Náthaly D'Almada - Estudante de Serviço Social

Maya Gonçalves Barbosa - Estudante de Relações Públicas

Cássios Clay Oliveira Gomes - Estudante de Pedagogia



**RELATÓRIO OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRIMEIRO SEMESTRE ANO
2026**

SUMÁRIO

RELATÓRIO OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRIMEIRO SEMESTRE ANO 2026_____	4
CARTA DA OUVIDORA_____	6
MISSÃO, VISÃO E VALORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO._____	13
DESTAQUES DO SEMESTRE_____	16
CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DO BRASIL_____	23
APURAÇÃO E TELEATENDIMENTO - DE OLHO NA OUVIDORIA_____	29
PESQUISA DE SATISFAÇÃO E MELHORIA NO SERVIÇO_____	59
INCIDÊNCIA DA OUVIDORIA EM DIFERENTES ESPAÇOS DE ATUAÇÃO_____	65
INCIDÊNCIA TERRITORIAL: DIÁLOGO COM REDES DE PARCEIROS DA OUVIDORIA_____	78
COMUNICAÇÃO_____	151
MOBILIZAÇÃO_____	184
Incidência Política_____	187
Curso e formações_____	199
AÇÕES SOCIAIS E INCIDÊNCIA TERRITORIAL_____	233
OUVIDORA NA ESTRADA_____	242
SERVIÇO SOCIAL_____	285
OUVIDORIA DA MULHER_____	334



Plano Estratégico da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do	
Rio de Janeiro (2023-2028)	343
Informes Gerais	362



CARTA DA OUVIDORA

Relatório do primeiro semestre de 2026 da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

“Cada pessoa, durante a sua existência, pode ter duas atitudes: construir ou plantar. Os construtores podem demorar anos nas suas tarefas, mas um dia terminam aquilo que andaram a fazer. Então param, e ficam limitados pelas suas próprias paredes. A vida perde o sentido quando a construção acaba. Mas existem os que plantam. Estes, às vezes, sofrem com as tempestades, as estações, e raramente descansam. Mas, ao contrário de um edifício, o jardim nunca para de crescer.” **Paulo Coelho** em *Brida*

No primeiro semestre de 2026, a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, bateu novos recordes ao conseguir ampliar seus canais de atendimento e com a mudança colocada por meio do sistema de recebimento de demandas e apuração da informação por meio do acesso ao sistema VERDE e diálogo com os Defensores e servidores das Comarcas.

O relatório anual revela um aumento significativo no número de reclamações neste primeiro semestre e o fortalecimento das ações de educação em direitos e articulação com a rede de parceiros. Esses resultados reforçam o compromisso no apoio a soluções locais baseadas na efetiva resolatividade das demandas recebidas pelos diferentes canais de atendimento da Ouvidoria, além de consolidar a influência da Ouvidoria Geral em um contexto de muitas violações de direitos.

Olhamos para o aumento das reclamações recebidas como uma vitória no que tange o alcance da Ouvidoria, pois vemos que nosso acesso aos municípios mais afastados da capital por meio da Ouvidoria itinerante e a Ouvidoria na Estrada nos possibilitou ampliar o acesso das pessoas usuárias aos nossos canais de



atendimento. Por isso, vitória.

Em um primeiro semestre marcado por importantes avanços na estrutura da Defensoria Pública como o lançamento da marIA, reformas em alguns prédios e ampliação do diálogo institucional com a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, a Ouvidora Fabiana Silva, ressalta a relevância desse período.

A Defensoria Pública foi marcada por eventos históricos ao longo desse primeiro semestre e identificamos também um salto no entendimento dos trabalhadores da instituição que a melhoria no serviço/atendimento não significa sobrecarga de trabalho e sim o contrário disso. A Melhoria de serviço garante ampliação e reconhecimento da grandeza institucional que é a Defensoria Pública resultado da longa e árdua luta da Sociedade Civil que, por anos, têm lutado junto com defensores, servidores e todo quadro técnico que compõe a instituição por uma instituição forte e cada vez mais presente nos territórios.

Neste relatório também abordaremos os desafios, ressaltando que no mesmo momento em que a Defensoria Pública avança com o uso da tecnologia não pode esquecer do seu cheiro de gente e a urgência em combater as desigualdades experienciada por muitas pessoas que seguem não tendo acesso à tecnologia. Logo, garantir a manutenção do atendimento presencial é garantir que o acesso seja ofertado a todos os usuários do serviço.

Em resposta a esses desafios, o relatório concentrou seus esforços em três linhas estratégicas, apoio direto para as comunidades locais por meio da atuação com as tutelas coletivas para fortalecer sua resiliência; investindo no fortalecimento de mecanismos de participação popular por meio dos nossos cursos de formação em Educação em Direitos; e promovendo uma escuta estratégica por meio dos nossos canais de atendimento, com a



produção de conhecimentos e publicações para destacar o potencial das soluções propostas pela Ouvidoria para a melhoria do serviço prestado aos usuários da Defensoria. Esse relatório é mais uma dessas ferramentas.

O relatório destaca que a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro vem construindo um diálogo cada vez mais produtivo com instituições e lideranças de base que atuam com projetos focados em temas como Combate a violência de Gênero, Racismo, Saneamento Básico, Segurança Alimentar e Segurança Pública. Cada ação promovida pela Ouvidoria foi desenhada para fortalecer a resiliência das comunidades locais frente às mudanças climáticas e às pressões econômicas e sociais.

Fortalecendo raízes e impulsionando o fortalecimento da Rede da Ouvidoria em 2026

De acordo com o relatório anual, em 2026, a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública reafirmou seu compromisso com as comunidades tradicionais, favelas e a defesa dos direitos humanos. A Ouvidoria Geral também manteve seu compromisso com o combate a violência de gênero por meio da implementação da Ouvidoria da Mulher da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública.

A defesa dos direitos humanos e ambientais também foi uma prioridade. Foram apoiados diretamente 100 defensoras de direitos humanos e do meio ambiente por meio do Programa Mulheres pelo Acesso à Justiça. Por meio do processo formativo e visitas territoriais conseguimos ampliar o nosso trabalho junto há 77 municípios e chegamos finalmente ao interior do Estado do Rio de Janeiro. Lideranças que muitas vezes enfrentam riscos significativos em suas atividades de proteção dos biomas e dos direitos coletivos.

Ouvidoria Geral avança nacionalmente e recebe reconhecimento nacional e internacional.



No campo nacional e internacional, a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública se destacou por conta da sua atuação no campo da luta em prol da Defesa dos Direitos Humanos. Por conta da nossa atuação em diferentes frentes como combate ao racismo ambiental, diálogo com povos tradicionais, qualificação na resposta dada ao usuário dos serviços da Ouvidoria e atuação na ADPF 635. Por conta da nossa atuação foi possível criarmos estratégias de monitoramento e fortalecimento de vínculos, ampliando o impacto de nossas ações.

Recebemos menções honrosas, convites para palestras em diferentes espaços de atuação. Um reconhecimento do trabalho contínuo e comprometido da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Na real, essas premiações têm a ver com o reconhecimento do trabalho dedicado, persistente e quase teimoso que a Ouvidoria Geral vem realizando até hoje.

Em 2026, completam-se 11 anos da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública. Desde sua implementação novos processos foram sendo adotados a fim de garantir um órgão dialógico e afetivo. Um mecanismo para viabilizar o acesso à justiça para a população mais vulnerável do nosso Estado.

Onze anos depois desse início, e com a experiência acumulada, entendemos muito melhor os processos que poderiam transformar esse cenário. Fomos desbravando caminhos, já que explicar algo tão inovador não era fácil, e nos custou cerca de dez anos para que a instituição começasse a compreender nosso diferencial: o olhar sistêmico e de grande alcance que temos.

Em 2026, a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública segue firme em sua missão, com renovada energia e comprometimento para os desafios futuros. A mobilização e o fortalecimento de parcerias permanecem como prioridades para enfrentar as demandas



crescentes e garantir um futuro mais sustentável e participativo.

Cultivando o futuro: onze anos de uma ideia dedicada à garantir o diálogo entre a sociedade civil e a Instituição Defensoria Pública.

Ao celebrarmos onze anos em 2026, consolidamos a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública como uma das principais portas de entrada da Defensoria Pública, atuando de ponta a ponta no apoio e fortalecimento institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Grandes números

Um ecossistema integrado que mobiliza recursos de ponta a ponta — da pesquisa de satisfação ao cuidado com a escuta protegida e empática.

Quatro eixos de atuação

Em 2026 a Ouvidoria Geral reorganizou seu propósito em quatro eixos prioritários, desenhados para atuar de ponta a ponta na defesa das pessoas usuárias.

Ampliação do trabalho

A Ouvidoria como protagonista na resposta efetiva às demandas apresentadas, oferecendo excelência no atendimento, capacitando profissionais para casos graves e fomentando relatórios técnicos que auxilie a atuação do Defensor.



Enfrentamento à violência

A violência não letal e a violência letal como problema central de violação de direitos, integrando atendimento das vítimas com apoio social e elaboração de políticas públicas de proteção por meio das parcerias com a rede de parceiros da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Segurança alimentar e nutricional

Combate à fome e à desnutrição, com apoio a organizações que atuam na ponta e geração de dados sobre o impacto das desigualdades na vida da população. Uma atuação conjunta com as Tutelas Coletivas.

Fortalecimento da sociedade civil

Fomenta a cultura de apoio às lideranças locais e fortalece lideranças formadas nos processos de educação em direitos pela Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Boa leitura!

Fabiana Da Silva

Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro





**MISSÃO, VISÃO
E VALORES**

MISSÃO, VISÃO E VALORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

No ano de 2024 em reunião realizada no dia 04 de outubro na Sede da Defensoria com um grupo de lideranças de diferentes partes do Estado do Rio de Janeiro, foi definida qual seria a Missão Central da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Foram definidos alguns encaminhamentos a partir de um diálogo de fortalecimento do trabalho executado pela Ouvidoria.

A Missão da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado, em geral, é servir como canal de comunicação entre a instituição e a sociedade, para receber e analisar reclamações, sugestões e elogios, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e fortalecer o acesso à justiça. A visão da Ouvidoria é construir uma Defensoria Pública mais justa, acolhedora e acessível, onde a voz do cidadão seja ouvida e considerada na tomada de decisões. Os valores da Ouvidoria-Geral são o respeito, a transparência, a ética, a imparcialidade, a busca pela excelência e a promoção da justiça pautada em gênero, raça e classe.

Nós temos a Missão principal de sermos um ponto de contato entre a Defensoria Pública e a sociedade, permitindo que as pessoas usuárias possam expressar suas opiniões, críticas e sugestões sobre os serviços prestados pela instituição. Essa comunicação é fundamental para que a Defensoria Pública possa aprimorar seus processos e oferecer um atendimento mais eficiente e personalizado.

A visão da Ouvidoria-Geral é a de uma Defensoria Pública que se preocupa com a qualidade do atendimento e com a satisfação dos usuários, que busca constantemente aprimorar seus serviços e que se mantém aberta ao diálogo com a sociedade. Essa visão implica em uma

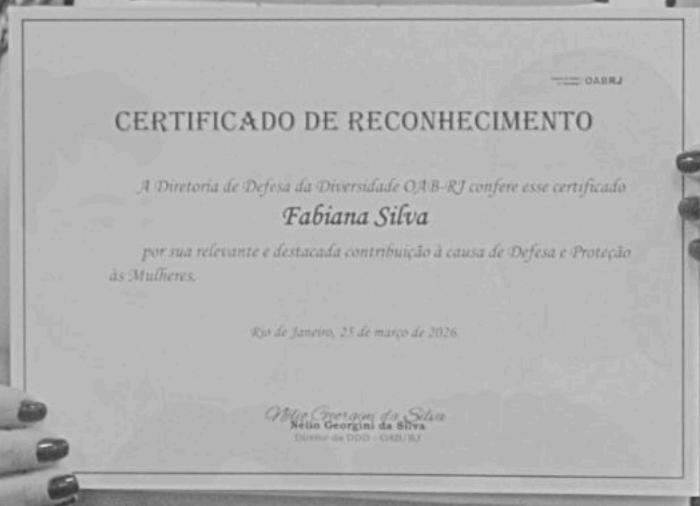


cultura de escuta e de respeito pela opinião das pessoas usuárias, fundamental para a construção de uma instituição mais justa e acessível.

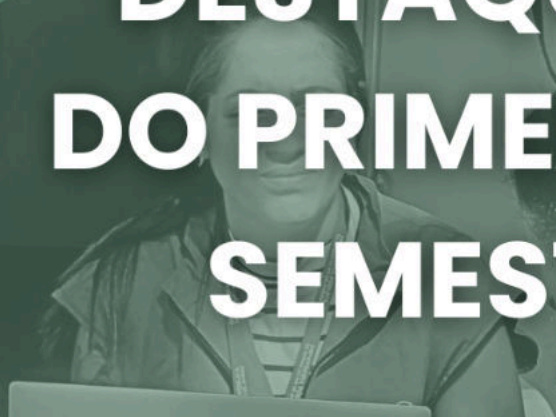
Os valores da Ouvidoria-Geral refletem o compromisso da instituição com a ética, a transparência e a busca pela excelência dos seus serviços. Esses valores são fundamentais para garantir que a Ouvidoria-Geral seja um canal confiável e eficiente para que a população possa expressar suas opiniões e contribuir para a melhoria dos serviços da Defensoria Pública.

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, por exemplo, oferece atendimento através de diversos canais, incluindo telefone, atendimento presencial, portal da transparência, e-mail, telefones funcionais e formulário online. Em 2024, foram recebidas mais de 14 mil manifestações, e o tempo médio de resposta foi de 30 dias. Esses números demonstram a importância da Ouvidoria como um canal de comunicação fundamental para a Defensoria Pública do Rio de Janeiro.





DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE



DESTAQUES DO SEMESTRE

POSSE OFICIAL DA OUVIDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No dia 4 de fevereiro, tivemos a posse oficial da Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Fabiana Silva, em cerimônia realizada na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ). O evento também marcou a apresentação do Relatório Anual 2025 da Ouvidoria Geral, documento que sistematiza as principais ações, dados e encaminhamentos do último período, reafirmando o compromisso institucional com a transparência e o controle social.

Com auditório lotado e ampla participação de representantes da sociedade civil, defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores, movimentos sociais e instituições parceiras, a cerimônia evidenciou a força do diálogo e a relevância da Ouvidoria como instrumento de escuta qualificada e participação social. A expressiva presença do público reafirmou que a Ouvidoria é construída coletivamente, por muitas mãos, em permanente articulação com a sociedade

A mobilização da rede de parceiros e parceiras para ocupar este espaço institucional reforça a missão da Ouvidoria, pautada em três eixos fundamentais:



- Fortalecer a escuta ativa, assegurando que as manifestações da população sejam acolhidas, analisadas e encaminhadas com responsabilidade;
- Contribuir para a garantia de um atendimento cada vez mais qualificado no âmbito da Defensoria Pública;
- Articular ações em rede, ampliando o diálogo com organizações da sociedade civil e demais instituições públicas.

A posse inaugurou um novo ciclo de trabalho para o próximo biênio, com a perspectiva de aprofundar práticas participativas, qualificar fluxos internos e ampliar a presença da Ouvidoria nos territórios. Trata-se do início de uma gestão comprometida com resultados concretos, construída de forma coletiva e orientada pela defesa e promoção de direitos.



Mulheridades na Diversidade

A Ouvidora Fabiana Silva participou da mesa “mulheridades, raça e etnia: existência, resistência e direitos”, além de ter sido uma das homenageadas por sua atuação na defesa dos direitos das mulheres e direitos humanos.

Diversas mulheres influentes no sistema de justiça, da literatura e dos movimentos sociais estiveram presentes, como a defensora Fernanda Lima, hoje à frente do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

Além das mesas de debate e homenagens, o evento contou com uma feira literária repleta de mulheres autores, valorizando a produção intelectual feminina.



Homenagem ALERJ para Ouvidoria Fabiana Silva

A ouvidora Fabiana da Silva recebeu homenagem em cerimônia realizada na ALERJ em reconhecimento à atuação da advocacia negra e de defensores de direitos humanos.

A honraria foi entregue pelo deputado Professor Josemar em reconhecimento aos anos de luta da ouvidora nas pautas da educação popular antirracista, acesso à justiça e direitos humanos.

A servidora Lidiane Helena e o servidor Igor Santana estiveram presentes representando Fabiana, que está em missão na Paraíba com o Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, frente muito importante de luta pelo reconhecimento dos movimentos sociais dentro da estrutura de instituições de defesa de direitos.



Apresentação final do Regimento Interno da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e apresentação do Relatório do Primeiro Semestre para a Sociedade Civil.

Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ) finalizou o processo de construção coletiva de seu novo regimento interno com a participação ativa de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e apresentou seu relatório semestral de escuta ativa e transparência. Os principais pontos de destaque dessa atuação incluem mais de oito mil atendimentos, a efetivação da Ouvidoria da Mulher, atuação em casos de grande repercussão de violência estatal e a Construção do Regimento Interno.

O órgão tem realizado encontros de lideranças, coletivos e movimentos sociais para definir de forma participativa as normas de funcionamento da Ouvidoria, garantindo que o regimento seja transparente, acessível e voltado às demandas reais da população.

Os Relatórios de Atividades semestrais divulgam o mapeamento dos atendimentos e as principais demandas da sociedade (com grande foco no atendimento a mulheres e populações periféricas), servindo para qualificar os serviços prestados pela DPRJ e fortalecer o diálogo institucional.

A Ouvidoria está sediada na Rua São José, nº 35, 15º andar (Edifício Menezes Cortes, Centro, Rio de Janeiro). O espaço conta com salas de reunião e ambientes específicos para a escuta protegida de vítimas de violência doméstica, crianças e pessoas neurodivergentes.

O lançamento do Relatório de Atividades da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ) é um evento crucial para a transparência e defesa dos direitos humanos.





OUVIDORIA EM AÇÃO NAS FAVELAS

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é acionada quando ocorre uma operação no Estado do Rio de Janeiro.

A Ouvidora Fabiana ao receber as primeiras chamadas informa que o canal para recebimento das violações no que tange os agentes de segurança do Estado é o Ministério Público e fornece o contato direto com o plantão pelo número (21) 2215-7003 e pede para que as lideranças envie no seu privado funcional fotos e imagem, pois também auxiliar fazendo o contato com o plantão do Ministério Público.

Paralelamente, a Ouvidora Fabiana da Silva, produz relatórios das oitivas realizadas e encaminha para a coordenação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública sob à coordenação do Defensor Público Marcos Paulo Dutra. Relatórios que são construídos por meio da Oitiva com moradores e parceiros da sociedade civil que também são acionados quando há denúncias de violações de direitos.



A questão da segurança pública no Rio de Janeiro é um problema grave que afeta diversas regiões, com maior intensidade nas áreas periféricas e favelas. Ilustrando um fenômeno estruturante e enraizado, que se manifesta quando comunidades historicamente marginalizadas, especialmente as de maioria negra e favelada, são desproporcionalmente impactadas pela violência. No contexto do Rio de Janeiro, esse fenômeno se torna visível nas áreas periféricas da cidade, onde a resposta do Estado é sempre com mais violência. Um problema crônico e agravado pela falta de políticas públicas efetivas e pela negligência histórica.

Assim, é imprescindível que a atuação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública se articule com a construção de políticas públicas mais amplas e dialogue com diferentes atores a fim de promover uma escuta ativa, que busquem combater as desigualdades estruturais, garantindo que todas as camadas da população, tenham o acesso universal e justo a serviços essenciais, como a segurança pública. Este compromisso com a justiça social e a equidade deve ser uma prioridade para todas as instituições públicas, em um esforço coletivo para erradicar as desigualdades e promover a verdadeira inclusão social.

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública fez a oitiva da família do Daniel Patrício Santos de Oliveira que estava em uma picape com três amigos quando foi atingido na Zona Norte do Rio de Janeiro no dia 22 de Abril. A Ouvidora Fabiana Silva acolheu a família por meio da irmã Taís que foi aluna do Curso Acesso à Justiça nos Territórios. A família aceitou ter assistência jurídica da Defensoria e o diálogo passou a ser feito pelo Núcleo de Direitos Humanos por meio do Defensor André Castro.

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública fez a oitiva das lideranças do território de Ipuca, no bairro Jardim Catarina, em São Gonçalo. Local de ocorrência das mortes de Marcelo da Cruz Silva, de 41 anos, e Edivan Felipe de Assis, de 46, mortos no dia 27 de maio indo para o trabalho.



No acolhimento feito pela Ouvidora Geral no dia da ocorrência dos fatos foi possível já iniciar o contato direto com as duas famílias das duas vítimas o que possibilitou já um atendimento focado por meio da atuação do Núcleo de Direitos Humanos na figura do Defensor Lucas Nunes que esteve conosco ao longo do atendimento presencial realizado no território.



CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DO BRASIL

O Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNODP) atua como um espaço estratégico para o controle social, acolhimento e articulação de políticas institucionais. A sua consolidação conecta a sociedade civil ao sistema de justiça e promove a equidade e o acesso aos direitos para as populações vulneráveis.



Confira o panorama atualizado do colegiado e suas ações:

Composição do Conselho Nacional

Atualmente, as Ouvidorias Externas estão presentes e ativas em 20 unidades da federação, além da Defensoria Pública da União:

- **Sudeste:** Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.
- **Sul:** Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- **Centro-Oeste:** Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.
- **Nordeste:** Paraíba, Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão.
- **Norte:** Pará, Rondônia e Acre.
- **Outros:** Piauí e Ouvidoria da União.

Estados Pendentes de Implementação

Apesar da expansão, o modelo ainda enfrenta desafios estruturais para sua consolidação plena em todo o território nacional. Os estados que ainda não possuem Ouvidorias externas implementadas são:

- **Nordeste:** Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas.
- **Norte:** Roraima, Tocantins, Amapá e Amazonas.
- **Centro-Oeste:** Mato Grosso do Sul.

Agenda de Fortalecimento Institucional

As recentes reuniões do colegiado têm sido fundamentais para o alinhamento de estratégias nacionais e a troca de boas práticas:

- **Março:** Encontro sediado no Piauí.
- **Maior:** Encontro realizado na Paraíba.
- **Junho:** Reunião extraordinária no Distrito





01º Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas - O encontro foi realizado no Estado do Piauí



02º Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas - O encontro foi realizado no Estado da Paraíba





Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas - O encontro foi realizado no Distrito Federal





**DE OLHO NA OUVIDORIA
EQUIPE DE
APURAÇÃO E
TELEATENDIMENTO**

APURAÇÃO E TELEATENDIMENTO - DE OLHO NA OUVIDORIA

Monitoramento dos Atendimentos da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - 2026

Introdução

A Ouvidoria-Geral é composta por subdivisões de equipes, sendo a equipe interna responsável pelos atendimentos individuais com a escuta ativa dos usuários do serviço público.

Estas solicitações podem chegar ao órgão através de telefonema gratuito pelas pessoas usuárias, atendidas pelo setor de teleatendimento que conta com 08 atendentes e a Supervisora, por atendimento presencial realizado de segunda à sexta na sala da Ouvidoria. Atendimento realizado pela equipe de atendimento e apuração composta por três servidoras bacharéis em Direito, uma Advogada e uma Defensora Pública. Recebemos demandas também por meio das ouvidorias itinerantes por meio dos atendimentos presenciais em praças, escutas territoriais por meio da Ouvidoria na Estrada que vai aos Quilombos, Ilhas, Aldeias, Acampamento Ciganos e Reuniões e Audiências Públicas.

As demandas são registradas no formulário do sistema interno do órgão para serem apuradas e respondidas através do e-mail cadastrado ou, se porventura não houver endereço eletrônico, enviadas via correio pelo setor de protocolo da Instituição para o endereço da pessoa usuária. As demandas colhidas por meio da Ouvidoria na Estrada geram relatórios que são encaminhados para o Núcleo de Tutela Coletiva que atua no território visitado.

O processo de apuração é realizado por meio de consultas ao Sistema Facilitador Verde (sistema da Defensoria), onde podemos acompanhar o andamento do caso, seja ele processual ou não (em casos



de Núcleo de Primeiro Atendimento) e via consulta ao Site do Tribunal de Justiça, consultando os referidos processos.

É feito individualmente, por cada processante da equipe, que conta com 14 pessoas para este trabalho, divididos entre servidores e estagiários. Ao consultarem o Sistema Verde, os processantes podem avaliar o que está sendo feito, qual o último atendimento realizado e assim obter elementos para responder o usuário na sua reclamação. Já os relatórios feitos são enviados para o Defensor responsável por responder a demanda - Núcleos de Tutela Coletiva ou Núcleo Temático.

O procedimento é verificar se conseguimos obter uma resposta efetiva ao (a) solicitante mediante esses procedimentos sistêmicos. Em caso negativo e se pertinente, enviamos e-mail para o órgão reclamado, a fim de buscar informações e orientar de maneira célere. Por isso, a Ouvidoria-Geral reforça a importância da alimentação do andamento do atendimento da pessoa usuária no Sistema Verde, principal ferramenta do nosso trabalho de apuração - e a resposta aos e-mails encaminhados solicitando informações sobre os procedimentos adotados.

Uma vez que é alimentado, sabemos qual a última orientação dada pelo órgão, as últimas práticas processuais, e assim, sanaremos a dúvida da pessoa usuária que nos procura. Nosso intuito como órgão auxiliar da Administração Superior, é buscar mediar os conflitos de relação dos usuários com os órgãos de atividade fim, os que estão na ponta. Assinalar os problemas relatados por quem utiliza o serviço e levar ao conhecimento dos responsáveis, para que sejam feitas melhorias, caso necessário.

Para isto, reafirmamos, ainda, a importância e eficácia do nosso sistema interno, que com o preenchimento dos dados informados, facilita o levantamento e confecção de relatórios para apresentação a quem de direito.

É de suma relevância o trabalho da Ouvidoria-Geral e mais ainda com participação direta dos servidores públicos da instituição, para que os dados sejam levantados de forma correta, com a finalidade tão somente de



garantia do acesso à justiça e de seus direitos e a melhoria dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Dados do Monitoramento - 2026

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro registrou um total de 8.057 atendimentos do mês de 01 janeiro de 2026 a 26 de junho de 2026. Destes, 3.111 foram identificados e classificados como válidos casos, destacando-se as diversas naturezas e complexidades das demandas apresentadas pelos cidadãos. As urgências, que requerem uma resposta imediata devido à gravidade da situação, totalizaram 1.529 dos casos, evidenciando a importância de uma resposta rápida e eficaz para a proteção dos direitos das pessoas usuárias do serviço público.

Dados do Monitoramento de origem Telefônica - 2026:

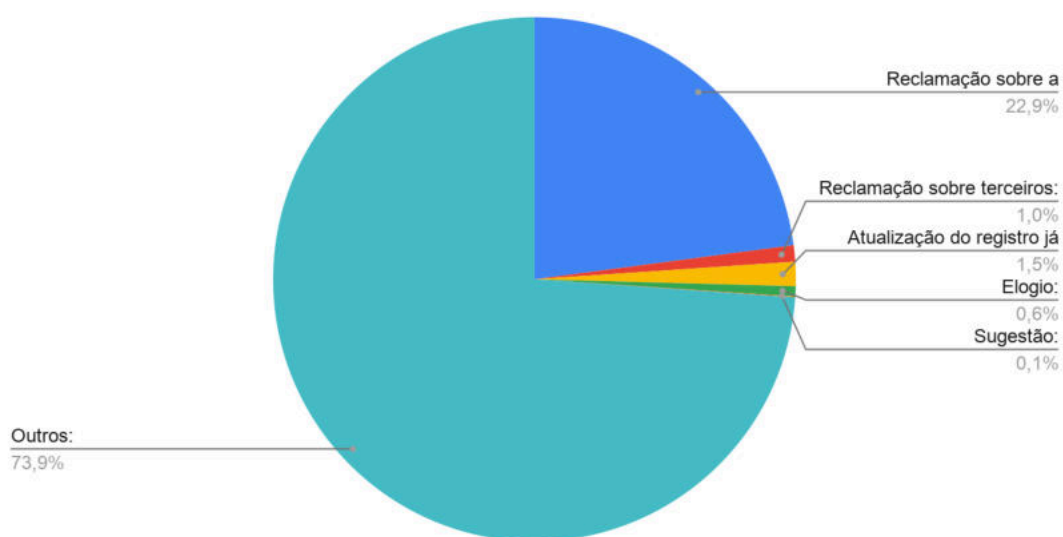
Foram realizados atendimentos por meio telefônico. Segue o resumo das informações registradas:

Identificação	Quantidade
Reclamação sobre a Defensoria:	1.364
Reclamação sobre terceiros:	60
Atualização do registro já feito:	89
Elogio:	37
Sugestão:	03



Identificação	Quantidade
Outros:	4.398
Total:	5.951

Dados do Monitoramento de origem Telefônica - 2026:



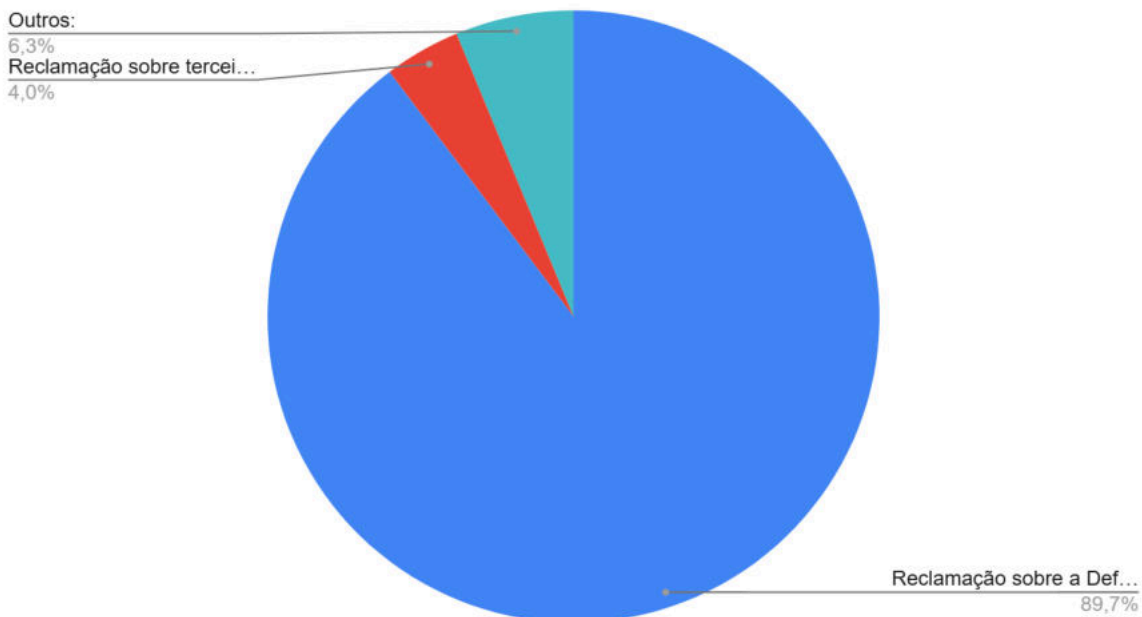
Dados do Monitoramento de origem Protocolar - 2026:

Foram realizados atendimentos por meio do setor de protocolo. Segue o resumo das informações registradas:

Identificação	Quantidade
Reclamação sobre a Defensoria:	201
Reclamação sobre terceiros:	09
Atualização do registro já feito:	0
Elogio:	0
Sugestão:	0
Outros:	14
Total:	224



Dados do Monitoramento de origem Telefônica - 2026:

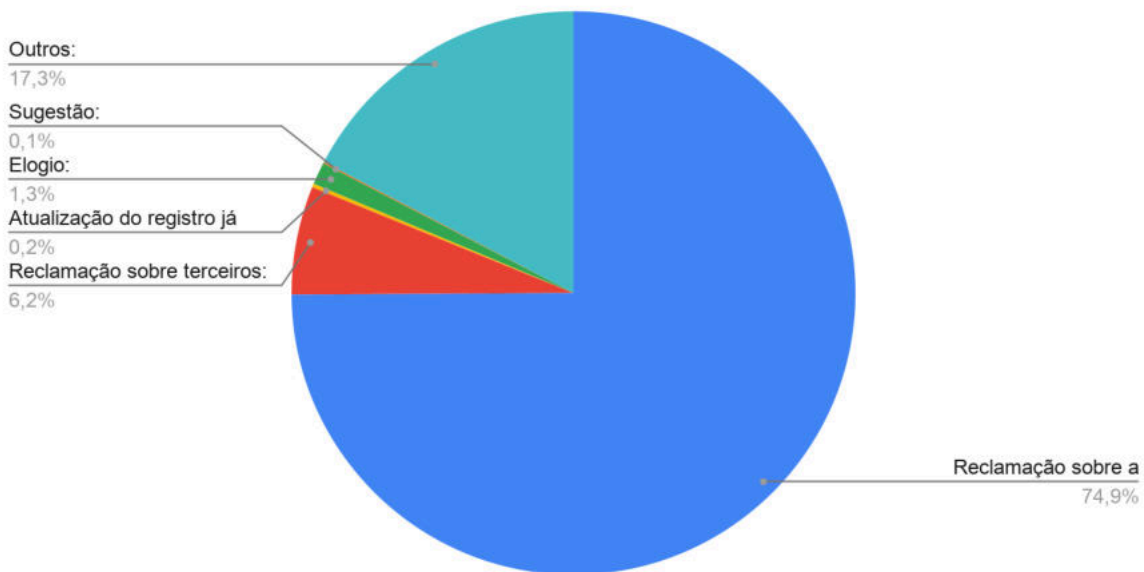


Dados do Monitoramento de origem Fale Conosco - 2026

Identificação	Quantidade
Reclamação sobre a Defensoria:	1.060
Reclamação sobre terceiros:	88
Atualização do registro já feito:	03
Elogio:	18
Sugestão:	01
Outros:	245
Total:	1.415



Dados do Monitoramento de origem Fale Conosco - 2026

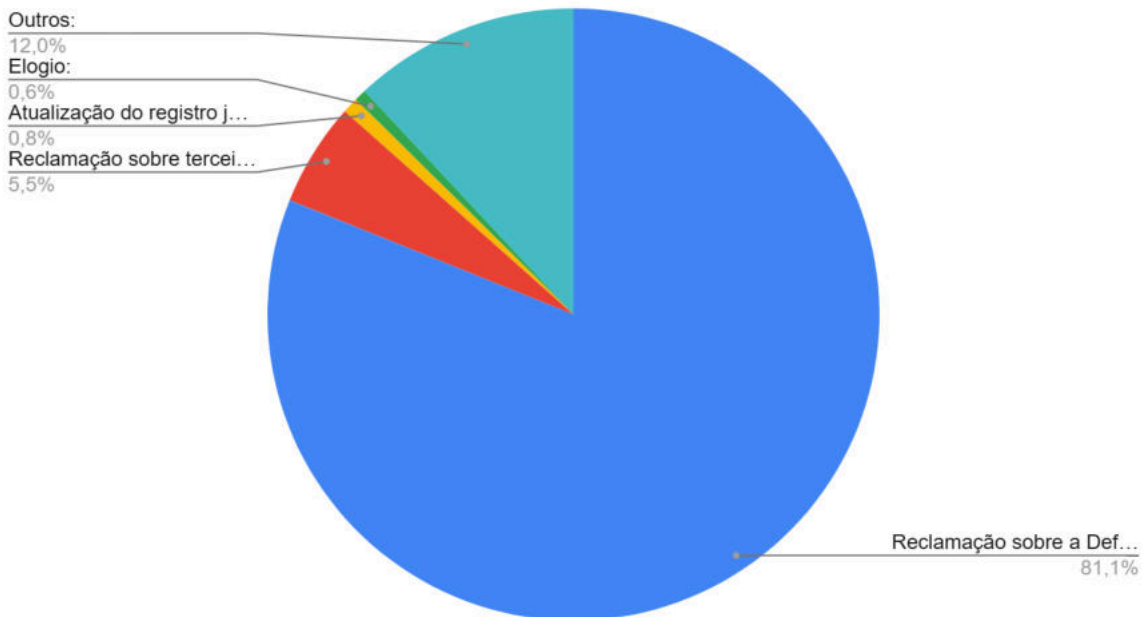


Dados do Monitoramento de origem Presencial - 2026:

Identificação	Quantidade
Reclamação sobre a Defensoria:	386
Reclamação sobre terceiros:	26
Atualização do registro já feito:	04
Elogio:	03
Sugestão:	0
Outros:	57
Total:	476



Dados do Monitoramento de origem Presencial - 2026:



ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram categorizados em diferentes tipos de atendimento, permitindo uma análise detalhada das principais demandas da população. Abaixo, apresentamos uma visão detalhada dos atendimentos.

Tabela 1: Status dos Casos Registrados

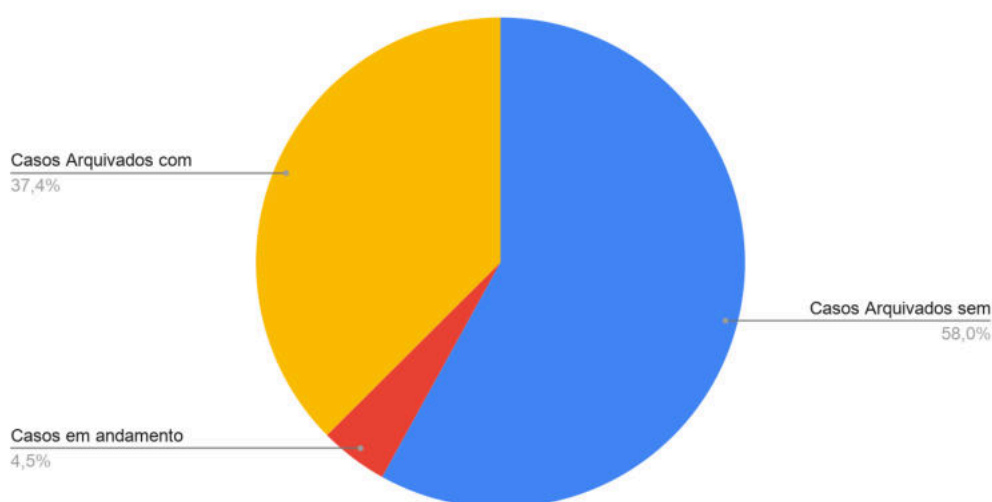
Status	Quantidade	Percentual
Casos Arquivados sem decisão ¹	4.676	58,04%

¹ Cabe esclarecer que casos arquivados sem decisão são complementação de registros anteriores, duplicidade de registros, ligações perdidas e informações simples prestadas pela atendente na ligação



Status	Quantidade	Percentual
Casos em andamento ²	364	4,52%
Casos Arquivados com decisão ³	3.017	58,04%
Total	8.057	100%

Tabela 1: Status dos Casos Registrados



² Cabe esclarecer que casos em andamento se referem aos casos sendo aprovados, apurando, classificando, comunicando e corrigindo.

³ Cabe esclarecer que os casos arquivados com Decisão são referentes aos procedimentos de elogios encaminhados para análise da Corregedoria ou outras coordenações, resolvido SEM auxílio de outros órgãos da Defensoria, resolvido **COM** auxílio de outros órgãos da Defensoria, orientação sobre serviços da Defensoria, orientação sobre outros serviços (outras instituições), não resolvido, mas encaminhado, não resolvido por impossibilidade e elogio enviado para análise da Corregedoria ou respectiva coordenação



Tabela 2: Problemas Registrados por Fase do Atendimento -

Reclamação sobre a Defensoria Pública

Fase do Atendimento	Quantidade	Percentual
Agendamentos	138	4,72%
Primeiro atendimento não efetivado (com ou sem processo)	219	7,492%
Andamento do atendimento da Defensoria, seja Núcleo ou Vara	1.695	57,99%
Não é fase do atendimento	871	29,80%
Total	2.923	100%

Dados do Monitoramento de origem Presencial - 2026:

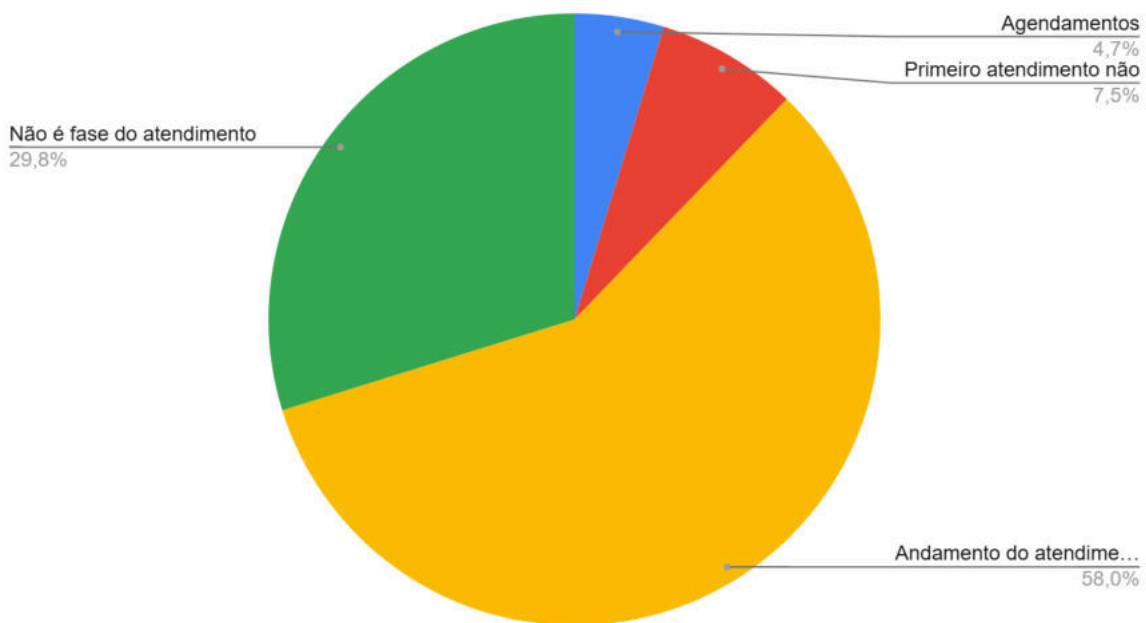


Tabela 3: Canais de Contato do usuário com a Defensoria Pública

Canal	Quantidade	Percentual
WhatsApp	96	3,09%
E-mail	228	7,33%
Telefone	428	13,76%
Aplicativo	675	21,70%
Presencial	1.171	37,64%
Outros	1.117	35,90%

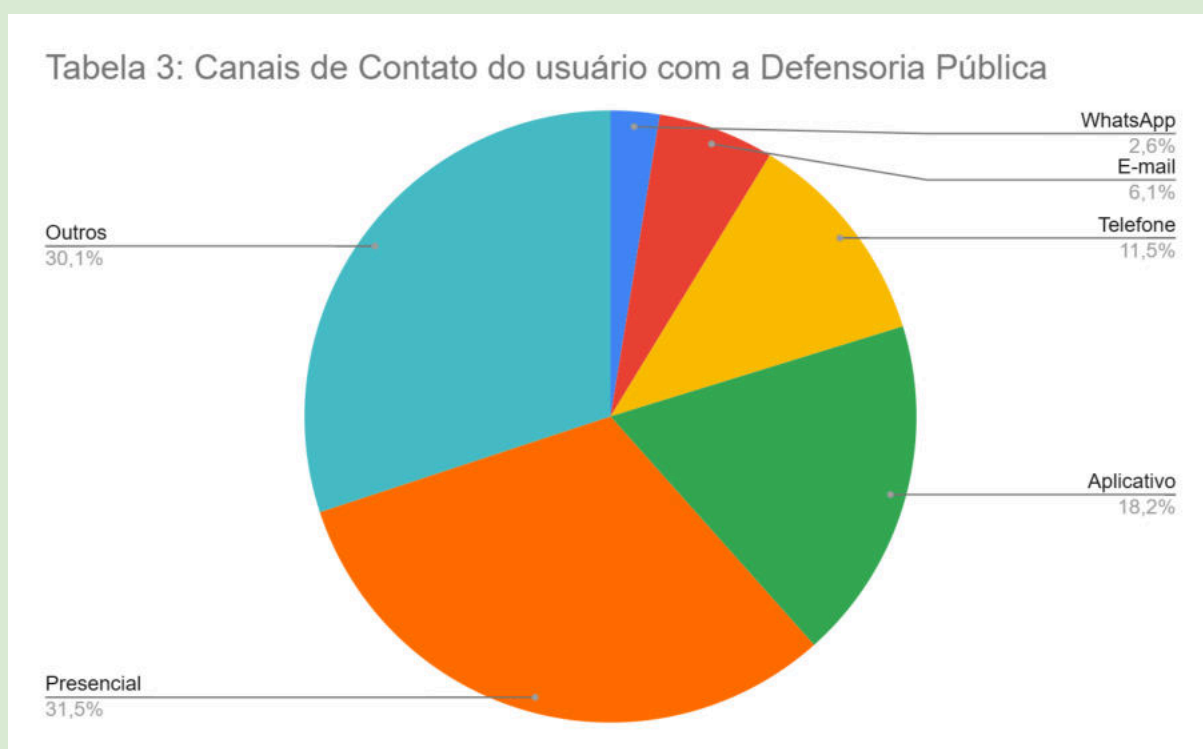
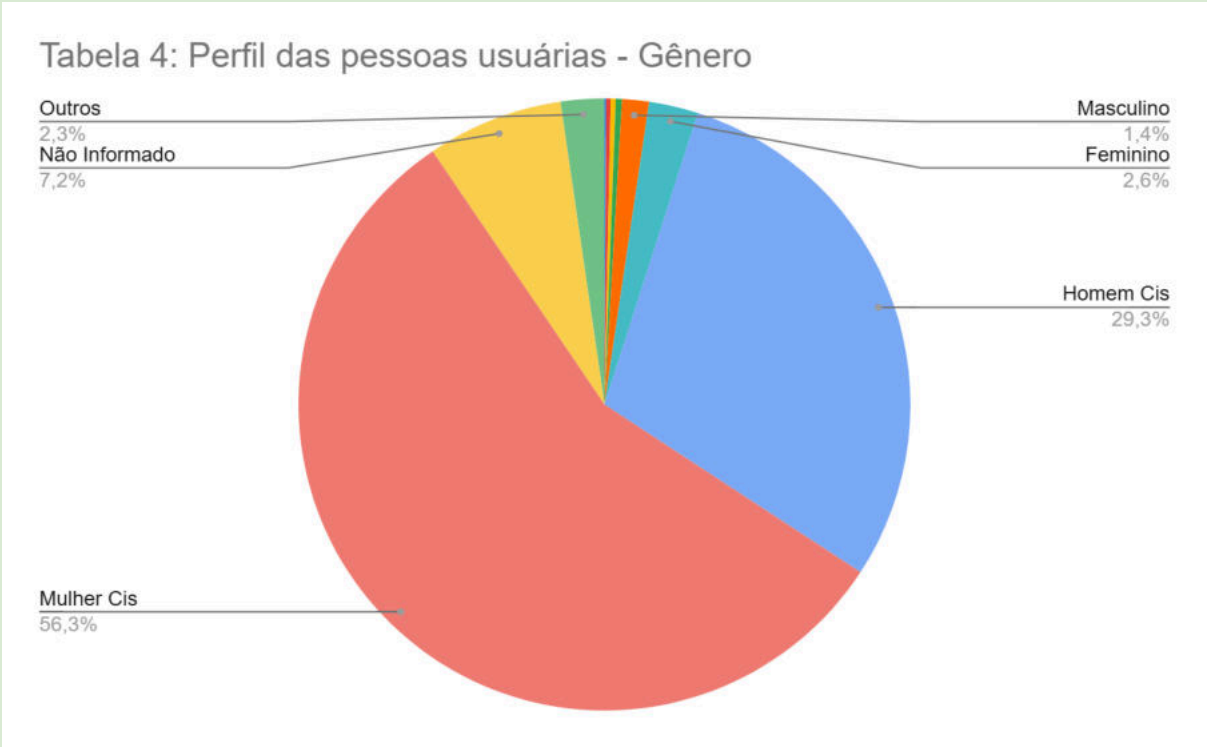


Tabela 4: Perfil das pessoas usuárias

Gênero (pessoas cadastradas):

Gênero	Quantidade	Participação
Travesti	03	0,09%
Homem Trans	08	0,24%
Não-binárie	09	0,27%
Mulher Trans	11	0,33%
Masculino	48	1,42%
Feminino	88	2,60%
Homem Cis	990	29,28%
Mulher Cis	1.903	56,29%
Não Informado	243	7,19%
Outros	78	2,31%
Total	3.381	100%

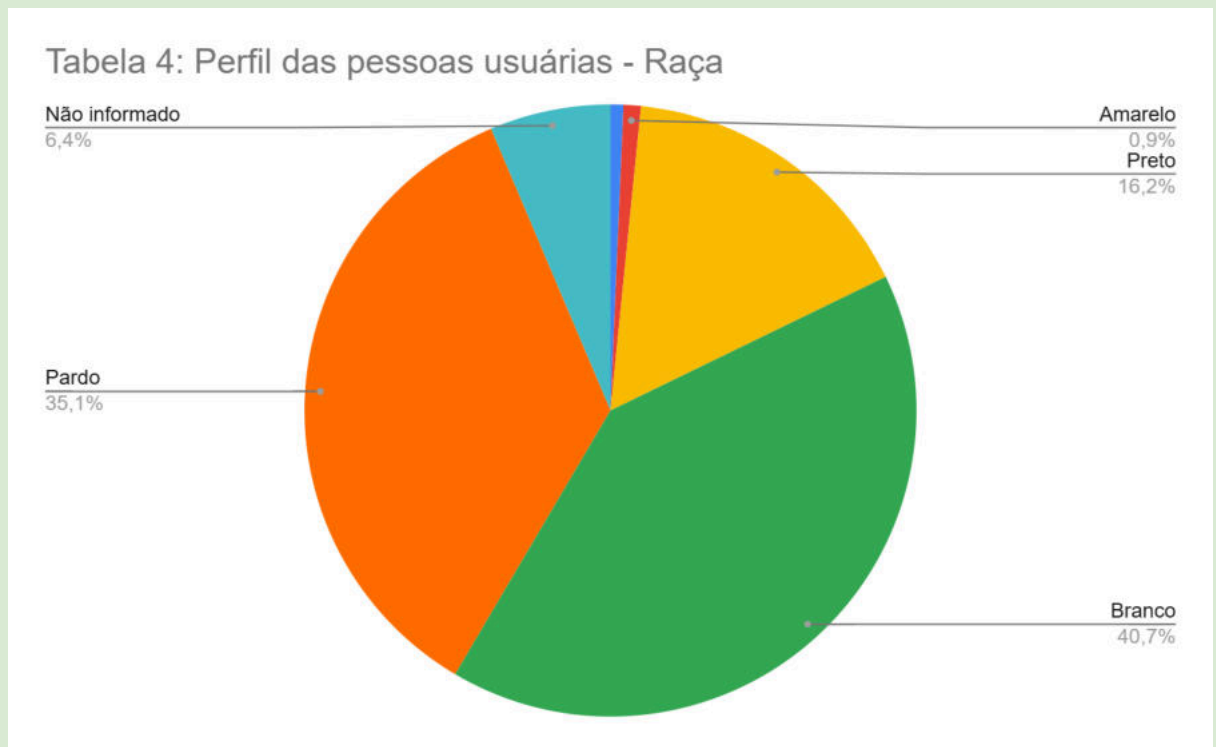


Raça/Cor (pessoas cadastradas):

Raça/Cor	Quantidade	Participação
Indígena	23	0,68%
Amarelo	31	0,92%
Preto	548	16,21%
Branco	1.375	40,67%
Pardo	1.188	35,14%
Não informado	216	6,39%



Raça/Cor	Quantidade	Participação
Total	3.381	100%

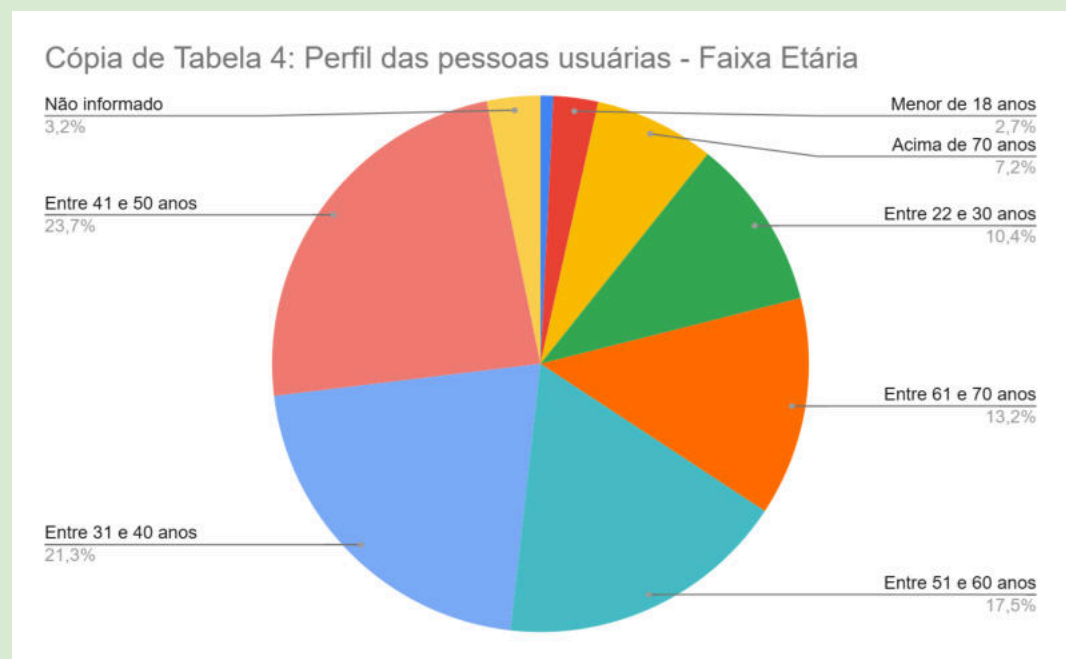


Faixa Etária (pessoas cadastradas):

Faixa Etária	Quantidade	Participação
Entre 18 e 21 anos	26	0,77%
Menor de 18 anos	91	2,69%
Acima de 70 anos	245	7,25%

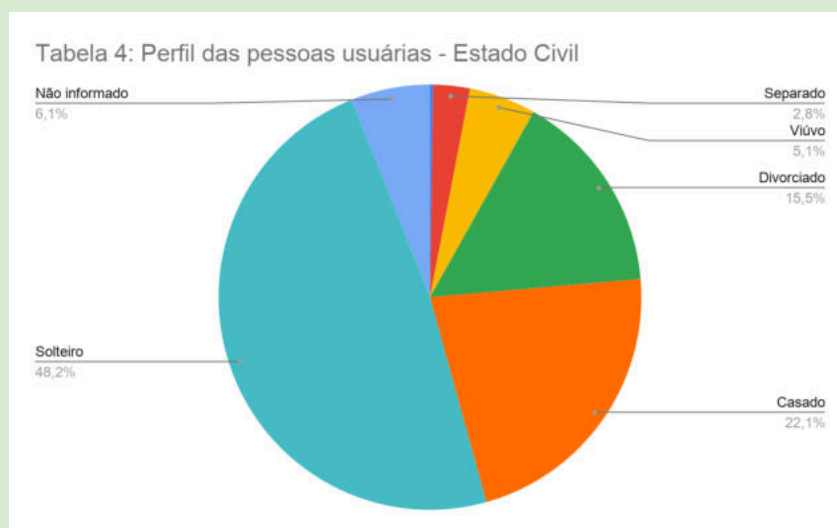


Faixa Etária	Quantidade	Participação
Entre 22 e 30 anos	350	10,35%
Entre 61 e 70 anos	446	13,19%
Entre 51 e 60 anos	593	17,54%
Entre 31 e 40 anos	720	21,30%
Entre 41 e 50 anos	801	23,69%
Não informado	109	3,22%
Total	3.381	100%



Estado Civil (pessoas cadastradas):

Estado Civil	Quantidade	Participação
Desquitado	8	0,24%
Separado	95	2,81%
Viúvo	173	5,12%
Divorciado	523	15,47
Casado	746	22,06%
Solteiro	1.631	48,24%
Não informado	205	6,06%
Total	3.381	100%



Ocupação (pessoas cadastradas):

Ocupação	Quantidade	Participação
Estudante	128	3,79%
Servidor(a) público(a)	217	6,42%
Dono(a) de casa	398	11,77%
Aposentado(a)	481	14,23%
Empregado(a) com carteira assinada	502	14,85%
Desempregado(a)	672	19,88%
Autônomo(a)	681	20,14%
NÃO INFORMADA	302	8,93%
Total	3.381	100%



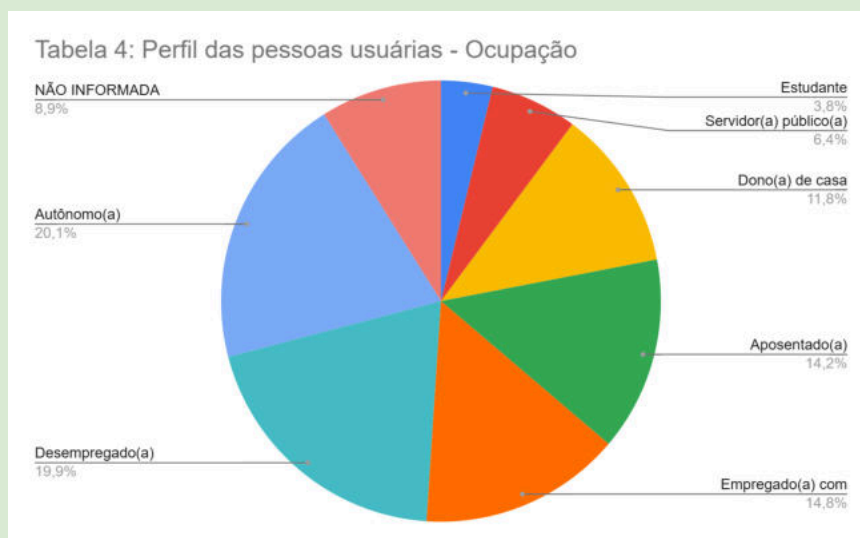


Tabela 5: Tipos de Urgências Registradas

Tipo de Urgência	Quantidade	Percentual
Intimação/Citação Processual	188	12,30%
Outras Violações de Direitos Humanos	361	23,61%
Alimentos	582	38,06%
Tratamento Médico	64	4,19%
Curatela	47	3,07%
Medicamentos	72	4,71%
Violência doméstica / gênero	69	4,51%



Tipo de Urgência	Quantidade	Percentual
Prisão recente	10	0,65%
Notificação/Ameaça expressa de Despejo	23	1,50%
Corte de energia e/ou água	29	1,90%
Consulta/Exames	21	1,37%
Leitos/Transferência Hospitalar	14	0,92%
Violação de tornozelo/problemas no cumprimento de pena em liberdade	04	0,26%
Busca e Apreensão de Criança/Adolescente	11	0,72%
Denúncia de tortura ou maus tratos no Sistema Prisional	04	0,26%
Denúncia de tortura socioeducativo	01	0,07%
Violência Policial	03	0,20%
Sepultamento(alvará/Gratuidade)	02	0,013%



Tipo de Urgência	Quantidade	Percentual
Total	1.529	100%

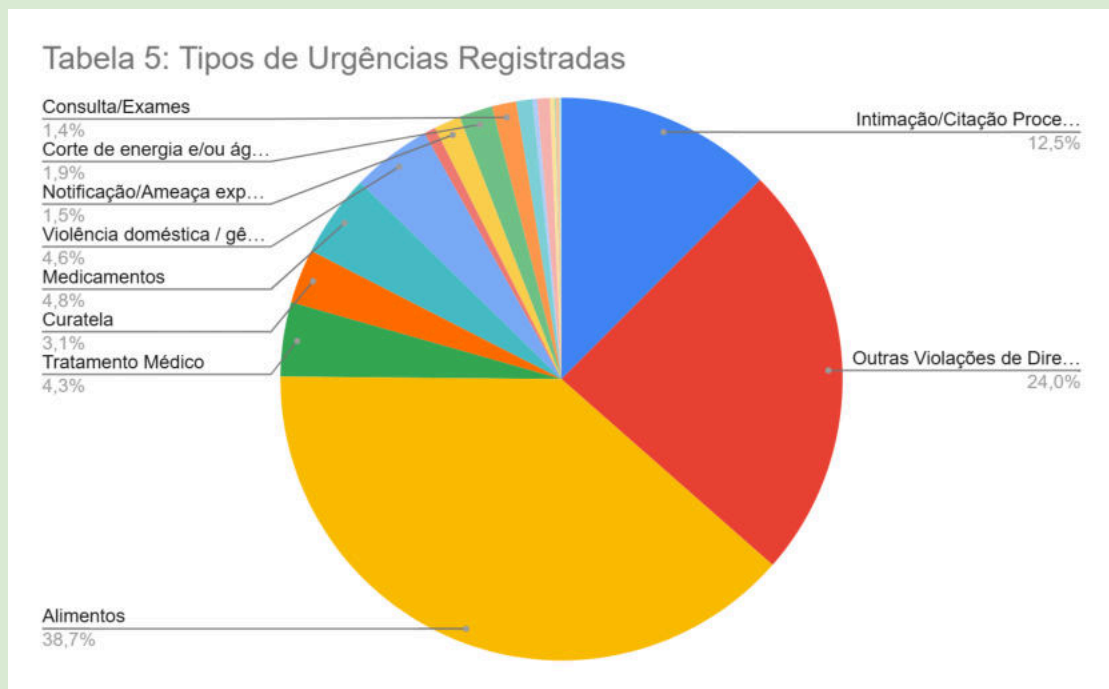


Tabela 6: Pedidos de Ajuda sobre serviços de outras instituições

Tipo de Serviço	Urgências	Quantidade	Percentual
Família	01	03	8,11%
Cível	01	07	18,92%
Saúde	01	01	2,70%
Outros	09	23	62,16%



Tipo de Serviço	Urgências	Quantidade	Percentual
Total		37	100%

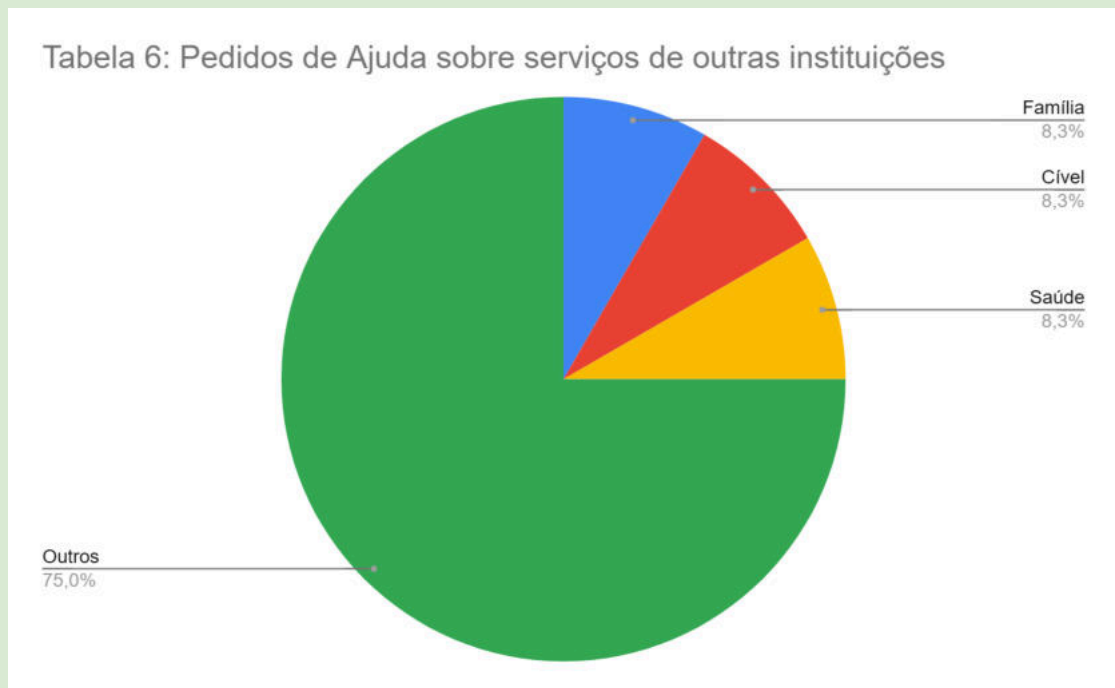


Tabela 7: Direitos Demandados

Tipo de Serviço	Quantidade	Percentual
Família	1.249	39,48%
Cível	1.092	34,51%
Saúde	157	4,96%
Outros	376	11,88%



Tipo de Serviço	Quantidade	Percentual
Criminal e Penitenciário	159	5,03%
Violência doméstica (vítima)	57	1,80%
Assistência Social e documentos	13	0,41%
Educação	19	0,60%
Moradia	10	0,32%
Previdenciário	05	0,16%
Trabalho, renda e cultura	09	0,28%
Mobilidade	03	0,09%
Água e esgoto	10	0,32%
Socioeducativo e Degase	03	0,09%
Violência Policial	02	0,06%



Tipo de Serviço	Quantidade	Percentual
Total	3.164	100%

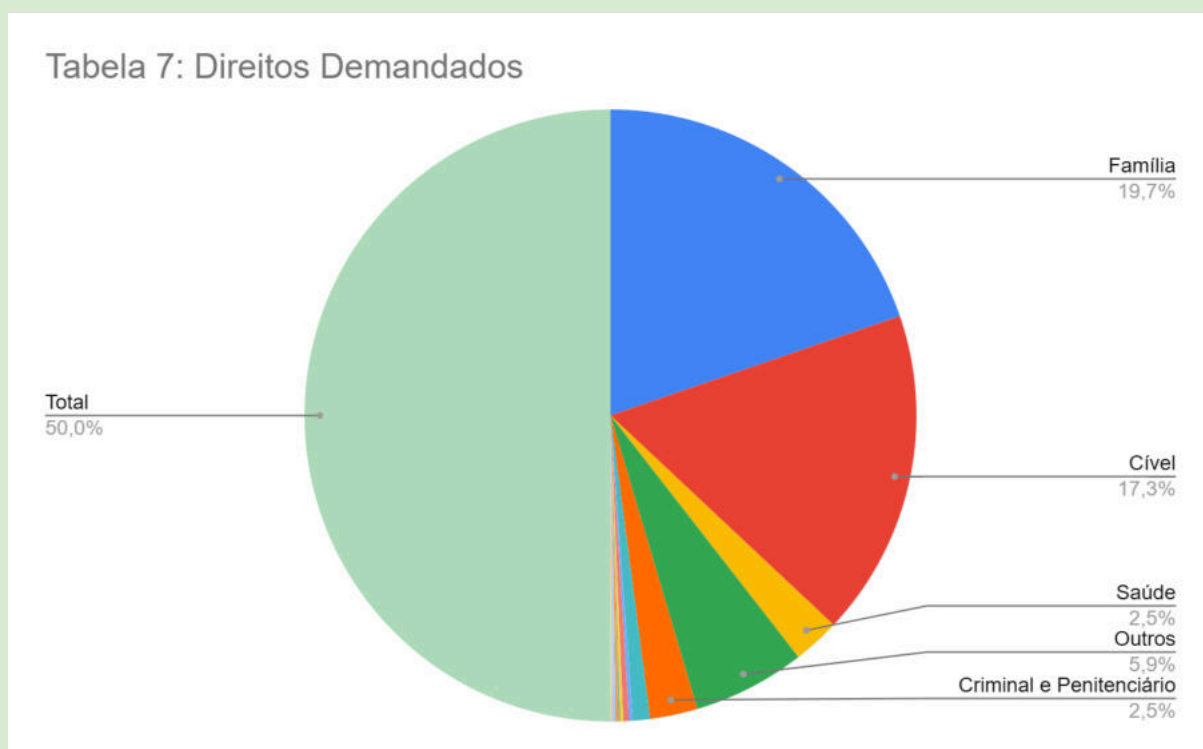


Tabela 8: Casos Encaminhados para a Corregedoria

Tipo de Caso	Quantidade	Percentual (Encaminhamentos)	Percentual (Total Arquivados com Decisão)
Reclamação	5	20,83%	0,17%
Elogio	19	79,17	0,63%



Tipo de Caso	Quantidade	Percentual (Encaminhamentos)	Percentual (Total Arquivados com Decisão)
Total	24	100%	0,80%

Tabela 8: Casos Encaminhados para a Corregedoria

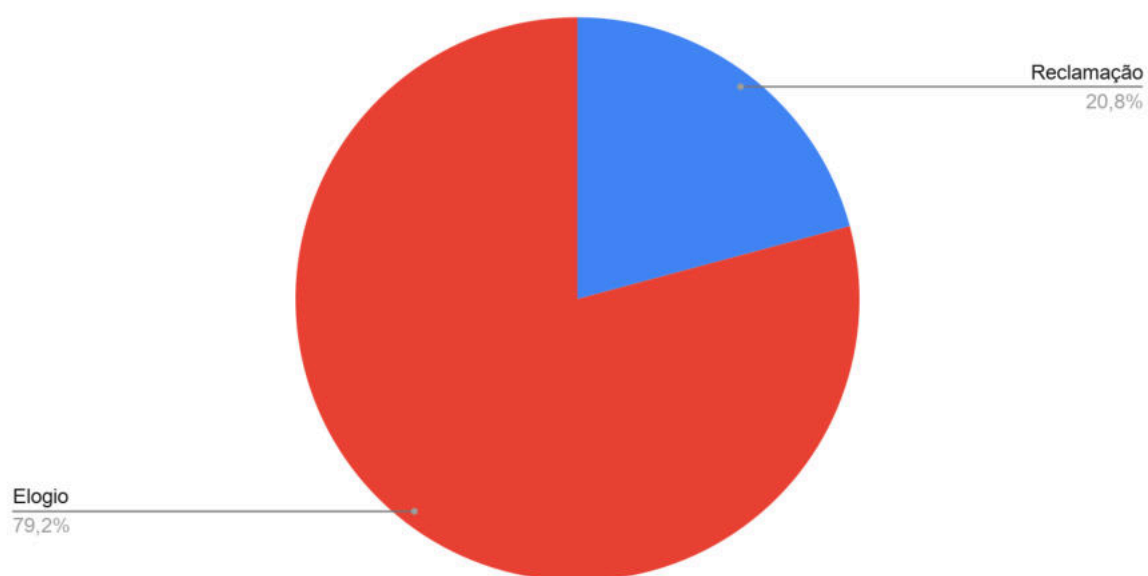


Tabela 9: Fluxo Horário de Atendimento Telefônico

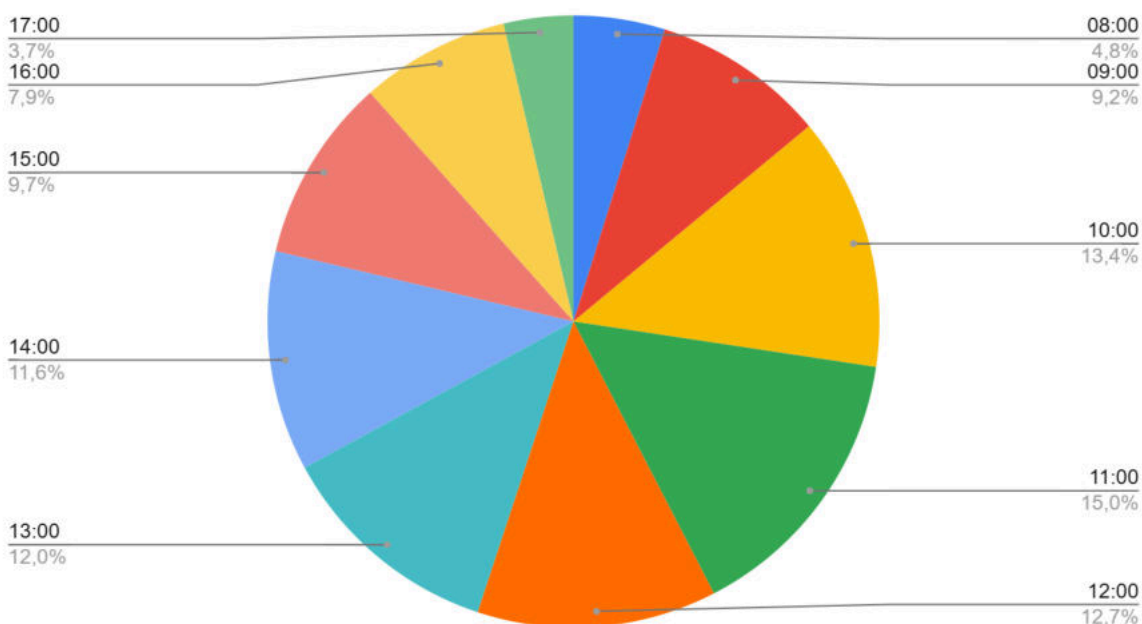
Hora	Quantidade	Percentual
08:00	287	4,83%
09:00	545	9,16%



Hora	Quantidade	Percentual
10:00	796	13,38%
11:00	894	15,03%
12:00	753	12,66%
13:00	714	12,00%
14:00	691	11,62%
15:00	579	9,73%
16:00	469	7,89
17:00	219	3,68%
18:00	0	0,00%
Total	5948	100,00%



Tabela 9: Fluxo Horário de Atendimento Telefônico



Conclusão

O monitoramento realizado pela equipe de apuração e teleatendimento da Ouvidoria Geral ao longo de 2026 demonstra o compromisso da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com a transparência e a melhoria contínua dos serviços prestados. A análise dos dados e indicadores permite identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, garantindo assim a excelência no atendimento e a proteção dos direitos dos cidadãos. A Ouvidoria-Geral continuará empenhada em ouvir, acolher e resolver as demandas da população, reafirmando seu papel essencial na promoção da justiça social.

Para além de um atendimento telefônico, a equipe interna de teleatendimento da Ouvidoria é a linha de frente do órgão. Todos os dias, de 08h às 18h, os 08 atendentes estão a postos para ouvir, registrar e encaminhar as reclamações, sugestões e elogios que chegam através das pessoas usuárias da Defensoria Pública.

A cada atendimento são solicitados dados à pessoa usuária para preenchimento do cadastro inicial e registro do atendimento. Informações como raça, gênero, grau de escolaridade e endereço são inseridas no



sistema e encaminhadas junto com o teor da entrevista para a equipe de apuração que realiza a análise detalhada de cada situação e faz os encaminhamentos necessários.

Para garantir a excelência nesse processo, realizamos um trabalho contínuo de monitoramento e auditoria, analisando cada atendimento registrado e identificando possíveis falhas.

Com o objetivo de aprimorar o serviço, algumas mudanças foram feitas para que a coleta de dados e o atendimento sejam realizados com qualidade e eficiência. Para isso passamos a utilizar as seguintes ferramentas:

- Formulário de avaliação de atendimento, que auxilia na qualidade do atendimento prestado;
- Mapeamento de qualidade no registro, que permite identificar os dados do cadastro que não foram coletados;
- Campanhas de motivação interna que motivam e engajam a equipe;
- Apuração de elogios dos atendentes para reconhecer e incentivar os pontos fortes do serviço prestado.

A coleta efetiva desses dados nos ajuda a identificar o perfil da pessoa usuária assistida pela Defensoria e atendida na Ouvidoria-Geral, permitindo assim melhorar o direcionamento dos recursos para atender às necessidades específicas dos usuários.

O trabalho do teleatendimento e apuração da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro vai muito além de ouvir, registrar, encaminhar informações e apurar. O papel dos trabalhadores do teleatendimento e apuração é também acolher cada pessoa que nos procura, oferecendo sensibilidade e atenção em cada interação.

Acalmar, respirar junto, refletir sobre a situação apresentada e transmitir confiança de que aquela voz será ouvida faz parte da rotina diária da equipe de apuração. Esse é o compromisso da equipe que fica na missão de atender com empatia e cuidado às pessoas usuárias.

Durante esse primeiro semestre notamos uma questão que acreditamos ser fundamental para a continuidade do serviço, olhando



atentamente para a saúde física e mental dos colaboradores, observamos alguns pontos que ainda precisam ser mudados no posto do 0800. Então, tomamos a iniciativa de, uma vez por semana, praticarmos exercícios de alongamento e relaxamento, na tentativa de minimizar o estresse e possíveis lesões devido a atividade exercida.

Além disso, tivemos avanços importantes notados neste primeiro semestre de 2026. Com a mudança de endereço da Ouvidoria Geral para o edifício Menezes Cortes, o teleatendimento recebeu uma sala mais ampla e reservada. Porém devemos destacar que há ainda alguns pontos de atenção no que diz respeito aos princípios de ergonomia ocupacionais previstos nas Normas Regulamentadoras NR-1 e NR-17.

Hoje as nossas divisórias de atendimento ainda não são totalmente adequadas para o conforto de todos os atendentes. As mesas são fixas e não dá para ajustar a altura. Então, para algumas pessoas elas ficam muito baixas e, para outras, muito altas, o que pode causar desconforto e dores ao longo do dia.

As cadeiras já possuem regulagem de altura, dos braços e apoio para as costas, o que ajudou bastante na melhoria do ambiente de trabalho. Porém, ainda não temos apoio para os pés, que também é importante para melhorar a postura e dar mais conforto durante o expediente.

O atendimento do 0800 da Ouvidoria da Defensoria Pública é disponibilizado aos usuários cinco dias da semana durante 10 horas por dia e, cada atendente, trabalha durante seis horas, com 40 minutos de pausa, ouvindo, registrando e orientando o usuário do órgão com atenção e empatia.

Pensando na saúde física e mental dos nossos colaboradores, comecei um trabalho de pesquisa em como gerar bem-estar no cotidiano do Teleatendimento.

Criamos então o programa interno “Bem-estar da Equipe” com o foco principal em criar um momento de cuidado e bem-estar coletivo.

Com uma pequena pausa diária de 10 minutos, realizamos movimentos de alongamento e relaxamento. Movimentos leves e



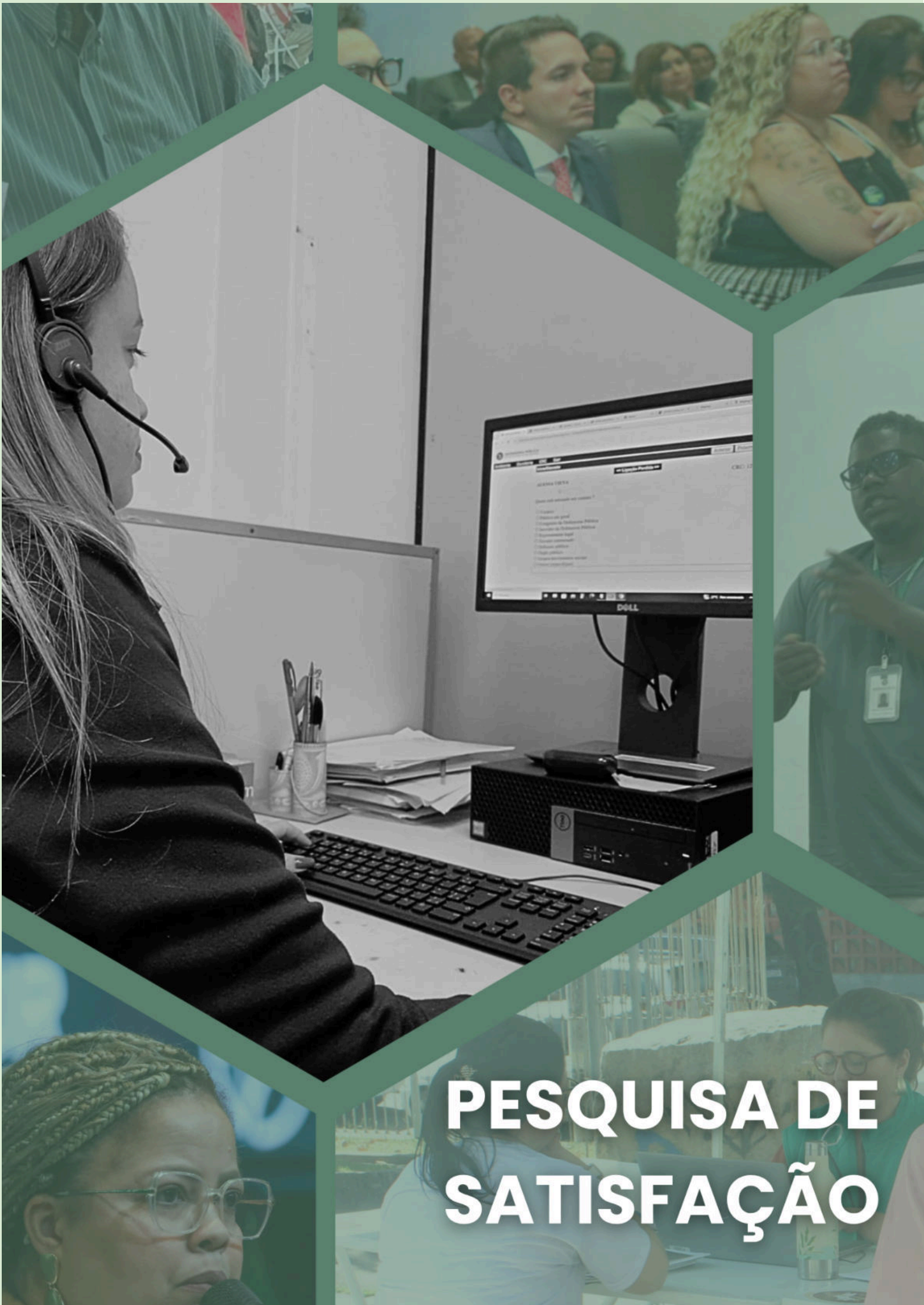
confortáveis que não causam dor e que visam melhorar a circulação e renovar a energia para continuar o restante do expediente.

A preocupação com a equipe demonstra um cuidado humano muito importante, principalmente em um ambiente de atendimento intenso como a Ouvidoria da Defensoria Pública. Mesmo sem profissional especializado, é possível implementar pausas laborais simples, seguras e bastante eficazes quando realizadas com constância.

Legislação Referente:

Lei Complementar nº 80/1994: Organiza as Defensorias Públicas do Brasil.





PESQUISA DE SATISFAÇÃO

PESQUISA DE SATISFAÇÃO E MELHORIA NO SERVIÇO

A pesquisa foi realizada no período de 22 de Outubro de 2025 à 29 de junho de 2026, esta pesquisa foi disponibilizada para os assistidos através de um formulário do Google após o atendimento finalizado e armazenado pela equipe da Ouvidoria em uma planilha de Excel.

Buscamos com a pesquisa compreender como podemos qualificar cada vez mais o trabalho realizado pelos estagiários, servidores, defensores e terceirizados da Defensoria Pública do Estado do Rio e para isso olhamos para os elogios, feedback, denúncias e reclamações.

Registramos cerca de **4.639** respostas no formulário Google e as perguntas foram em cima de entendemos como estamos atuando no que diz respeito à avaliação do tempo de espera do atendimento, como foi feito esse atendimento, o atendimento ocorreu presencialmente/aplicativo/telefonía e se a pessoa usuária gostaria de registrar alguma manifestação sobre esse atendimento.

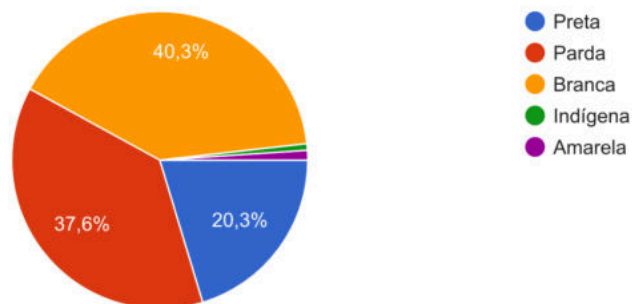
Iremos demonstrar em gráfico o resultado desses atendimentos e também trazer algumas narrativas sobre o atendimento a fim de contextualizar a importância da pesquisa de satisfação para melhoria do serviço prestado pela instituição.

A pesquisa de satisfação é uma ferramenta crucial que melhora o serviço e qualifica o atendimento ao fornecer feedback direto das pessoas usuárias, identificando falhas, validando acertos e orientando melhorias contínuas no trabalho executado, processos e na experiência geral, resultando em maior fidelização e crescimento da instituição.



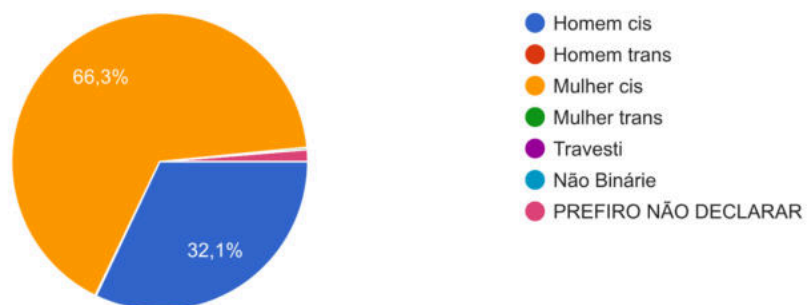
Como você se identifica com relação a sua cor/raça?

842 respostas



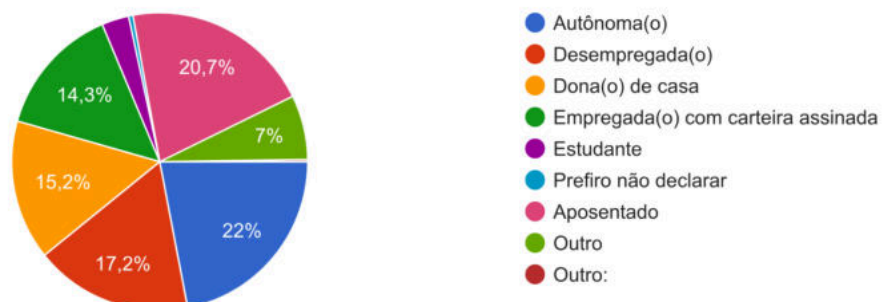
Como você se identifica com relação ao seu gênero? Cis: pessoa que se identifica com o gênero atribuído ao nascimento. Trans: pessoa que se id...a com gênero diferente do atribuído ao nascimento

842 respostas



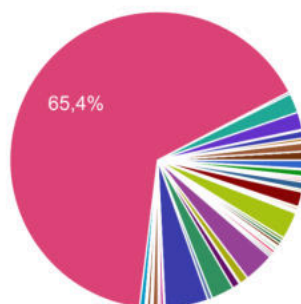
Qual é a sua principal ocupação profissional?

842 respostas



Em qual município você mora?

842 respostas

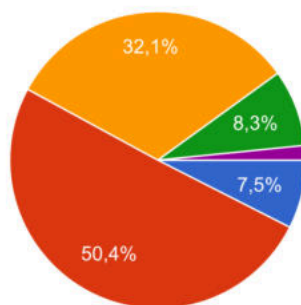


- Fora do Rio de Janeiro (Outros)
- Angra dos Reis
- Aperibé
- Araruama
- Areal
- Armação dos Búzios
- Arraial do Cabo
- Barra do Piraí

▲ 1/12 ▼

Se for Município do Rio de Janeiro (capital), indique qual zona

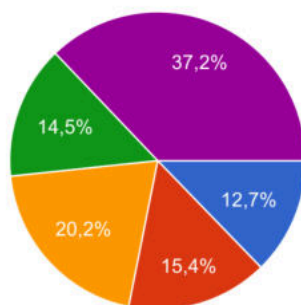
563 respostas



- Centro
- Zona Norte
- Zona Oeste
- Zona Sul
- Sudoeste

Como você avalia o atendimento que recebeu na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro?

842 respostas

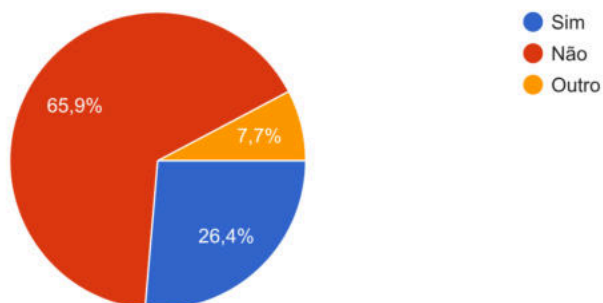


- Muito Satisfeito
- Satisfeito
- Razoável
- Ruim
- Muito Ruim



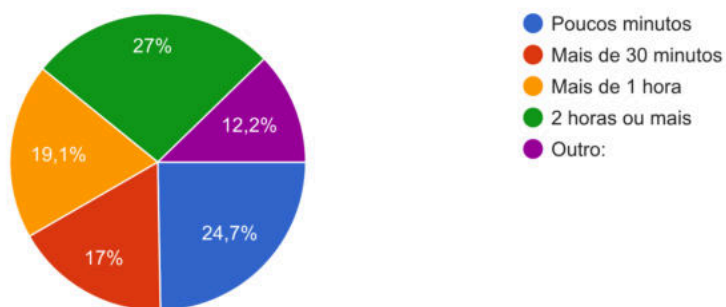
A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro deu andamento visando a futura solução de seu conflito?

842 respostas



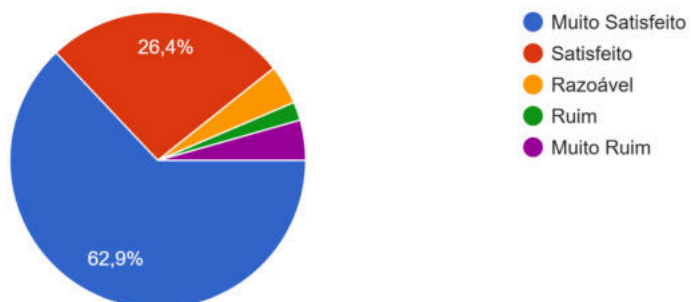
Quanto tempo demorou para você ser atendido na Defensoria Pública?

842 respostas



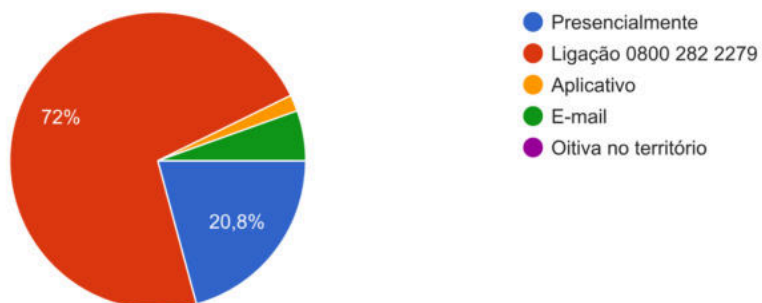
Como foi o seu atendimento na Ouvidoria Geral da Defensoria Pública?

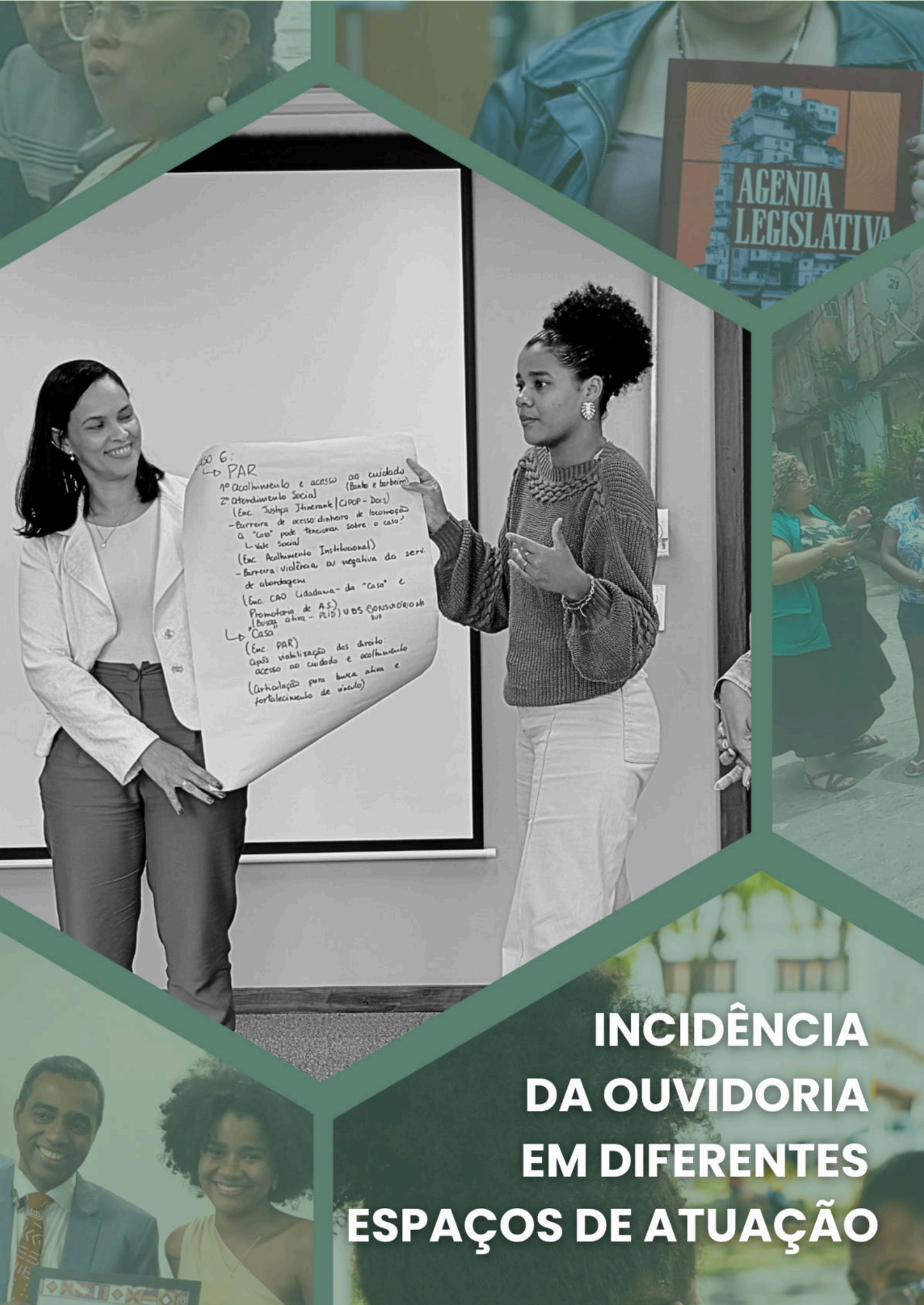
842 respostas



O seu atendimento ocorreu presencialmente na sala da Ouvidoria, aplicativo, oitiva no território, e-mail ou pelo telefone 0800 282 2279?

842 respostas





6.
↳ PAR
1º acolhimento e acesso ao cuidado (Banco e barbearia)
2º atendimento Social (Enc. Justiça Itinerante / CIPOP - Dora)
- Barreira de acesso dinheiro de locomoção
A "Casa" pode tensionar sobre o caso?
↳ Vale Social
(Enc. Acolhimento Institucional)
- Barreira: violência ou negativa da série de abordagem
(Enc. CAO Cidadania - da "Casa" e Promotora de AS)
↳ "Casa" (Busca ativa - PIB) UBS Consórcio de Busca
(Enc. PAR)
Após violação dos direitos acesso ao cuidado e acolhimento (Articulação para busca ativa e fortalecimento de vínculo)



**INCIDÊNCIA
DA OUVIDORIA
EM DIFERENTES
ESPAÇOS DE ATUAÇÃO**

INCIDÊNCIA DA OUVIDORIA EM DIFERENTES ESPAÇOS DE ATUAÇÃO - MESAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, RODAS DE CONVERSA E PARCERIAS

OUVIDORIA GERAL - JOVENS DEFENSORES POPULARES

A Ouvidora Fabiana Silva deu uma formação para jovens do Programa Jovens Defensores de Direitos Humanos. O projeto Jovens Defensores Populares é uma parceria entre a Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Agenda Jovem da Fundação Oswaldo Cruz, a Secretaria Nacional da Juventude, o Instituto de Referência Negra Peregrum e o Levante Popular da Juventude. Tem como objetivo formar 1.000 jovens defensores populares que atuem como agentes coletivos de mudança na identificação das violações, defesa e promoção de direitos em seus territórios, fortalecendo a participação da juventude na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nosso público direto são jovens moradores de regiões periféricas, favelas, de comunidades tradicionais e de baixa renda.



VII FESTIVAL ODOYÀ

No dia 2 de fevereiro, a Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro marcou presença no VII Festival Odoyà - da Rasa aos Ossos, em Armação dos Búzios. O evento, que celebra o Dia de Iemanjá, é um marco de resistência e valorização da cultura ancestral. Durante a programação, a Ouvidora Geral, Fabiana Silva, teve um importante espaço de fala, onde trouxe reflexões fundamentais sobre a garantia de direitos e o acesso à justiça para os povos de axé. O festival deste ano debateu temas urgentes como justiça climática, combate à intolerância religiosa e a preservação da memória histórica.

Para a Ouvidoria, participar desses espaços é essencial para construir uma sociedade mais justa, onde a fé possa ser professada com dignidade e respeito.



ESCUTA TERRITORIAL QUILOMBO SOBARA - ARARUAMA



A Ouvidoria realizou, no dia 09 de fevereiro, uma escuta na Comunidade Quilombola Sobara, em Araruama, território reconhecido pela Fundação Cultural Palmares desde 2006 e composto por cerca de 76 famílias no núcleo central.

A liderança local, Rosilene, parceira da Ouvidoria e egressa de formações institucionais, atua na interlocução com órgãos públicos. Rosilene compartilha o relato da comunidade sobre a perda histórica de terras desde a expansão da monocultura da cana-de-açúcar nos anos 1970, gerando dependência econômica da usina instalada na região.

O acesso ao território é precário, com 30 km de estrada de terra em más condições, dificultando serviços essenciais. O processo de titulação está paralisado desde 2006, em contexto de insegurança fundiária e temor de represálias. Desde 2023, a liderança está sob medida protetiva e integrada ao Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.



REUNIÃO DE MONITORAMENTO E QUALIDADE DA ÁGUA

No dia 10 de fevereiro tivemos a primeira reunião de monitoramento e qualidade da água no Rio de Janeiro. As reuniões de monitoramento e qualidade da água no Rio de Janeiro em 2026 estão focadas na gestão de crises hídricas, ampliação do saneamento e fiscalização das concessionárias (como a Águas do Rio) e a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro segue sendo parte do comitê de monitoramento. Visando monitorar e incidir nas agendas da qualidade da água, Gestão de Resíduos e Qualidade, gestão hídrica, fiscalização, Vigilância Popular em Saúde e Saneamento e Crise Hídrica - Monitoramento intenso devido à queda na capacidade dos reservatórios do Rio Paraíba do Sul, que abastece o Sudeste.

I Encontro Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil

O I Encontro Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil ocorreu em março de 2026, organizado pela Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI) e pelo Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas. O evento, realizado em Teresina, teve como foco o fortalecimento da agenda nacional de ouvidorias e a democratização do acesso à justiça. O evento contou com a participação de instituições locais, como a Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) e muitas outras Ouvidorias que atuam no Estado do Piauí.

Como em todos os encontros do Conselho Nacional de Ouvidorias tivemos um momento de escuta da sociedade civil organizado pela Ouvidoria Geral da DPE/PI que ocorreu no auditório e no Memorial



Esperança Garcia, em Teresina. A reunião teve como objetivo o diálogo, escuta e construção coletiva, além de debater estratégias para a Defensoria Pública. O Memorial Esperança Garcia foi um espaço utilizado para os diálogos do encontro, reforçando o simbolismo de Esperança Garcia (considerada a primeira advogada do Brasil) como resistência e luta por direitos.



O Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil é homenageado pela Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi).

O Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil foi homenageado pelo Dia do Ouvidor, celebrado em 16 de março. A solenidade aconteceu no Plenário Waldemar Macedo, na Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi).

A proposta da homenagem foi proposta pelo deputado Francisco Limma (PT). Segundo o parlamentar, a iniciativa busca reconhecer e valorizar a importância das ouvidorias na promoção da transparência e do diálogo com a sociedade.





Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial da ALERJ

No dia 27 de março de 2026, a Ouvidoria Geral esteve presente na primeira reunião do ano com a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial da ALERJ. A reunião, presidida pela assessora parlamentar Cintia e pelo deputado estadual Flávio Serafini, contou com a casa cheia. A articulação teve a presença de movimentos sociais que historicamente constroem o enfrentamento na luta antimanicomial no Estado do Rio de Janeiro, além da Coordenadoria de Saúde da DPERJ, Secretaria de Estado, Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), trabalhadores de diferentes equipamentos da RAPS, representantes de deputados de outros mandatos e outras entidades importantes no avanço dos direitos ao acesso à saúde.

A Ouvidora Fabiana Silva participou do lançamento do Pacto contra Feminicídio puxado pela Ouvidoria da OAB.



A Ouvidora Fabiana foi convidada pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio de Janeiro (OABRJ), por intermédio da Ouvidoria da Mulher, com o apoio da Diretoria da Mulher, da Comissão OAB Mulher, da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher e da Comissão de Políticas Públicas da Mulher para participar do evento “Marco de Compromisso: OABRJ firma Pacto Estadual e oficializa Delegadas da OAB Mulher” .

] A solenidade contou com dois momentos institucionais de grande relevância. O primeiro foi o lançamento do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, iniciativa da OABRJ voltada ao fortalecimento da atuação institucional e à articulação entre as diversas instituições do sistema de justiça e da sociedade civil na promoção e defesa dos direitos das mulheres.

A Ouvidora Fabiana Silva por meio do trabalho que vem realizado por meio da Ouvidoria da Mulher da Defensoria Pública ficou feliz pelo convite e pela iniciativa caminhar com o fortalecimento das Ouvidorias ali presentes.



TJNS nos Territórios – Três Rios: Construindo Resiliência Popular

TJNS nos Territórios – Três Rios: Construindo Resiliência Popular

A Ouvidoria Geral chega a Três Rios, RJ, com uma proposta que é essencial para pensar soluções reais: unir poder público, sociedade civil e universidade na construção coletiva de caminhos para a justiça climática por meio da parceria com o Instituto Todos Juntos Ninguém Sozinho - TJNS.

Na aula dada pela Ouvidora Fabiana o tema tratado foi “Direitos das Populações Atingidas e Atuação Institucional: Três Rios: Construindo Resiliência Durante a atividade”, também apresentamos como a Defensoria atua e a importância da participação popular.



A atuação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública em parceria com a DP da 16ª Vara Criminal da Capital possibilitou a absolvição de um jovem do Morro da Casa Branca, na Tijuca.



A atuação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública em parceria com a DP da 16ª Vara Criminal da Capital possibilitou a absolvição de um jovem do Morro da Casa Branca, na Tijuca. A Ouvidoria foi acionada pelo defensor Rodrigo Pacheco, responsável pelo atendimento à família do jovem, para realizar visita ao território onde o jovem foi detido em ação policial realizada em outubro de 2025 sob acusações de troca de tiros com policiais.

Em oitiva no território, a Ouvidoria realizou o mapeamento da área onde foi possível verificar que todo o fato aconteceu em cerca de 32m², com a presença de vizinhos que relataram que o jovem havia atravessando a rua para a casa de sua mãe, do outro lado da calçada, por medo de repressão policial. Após quase seis meses em cárcere, a atuação conjunta possibilitou a absolvição do jovem que retornará à liberdade. Isso se faz possível graças à articulação que a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública mantém com lideranças da sociedade civil em territórios de favelas e territórios tradicionais. Possibilitando o diálogo assertivo e a entrada nos territórios.

O reconhecimento dessa atuação pelos órgãos da própria Defensoria é quem possibilita também a realização de ações como essa, que ajudam a garantir os direitos fundamentais da população mais invisibilizada. Essa atuação chamou atenção de outros defensores que solicitaram apoio desta Ouvidoria.





ENCONTRO DE COALIZÃO DA SAÚDE DA MULHER NEGRA - DUQUE DE CAXIAS

A Ouvidoria Geral participou dos encontros da Coalizão pela Saúde da Mulher Negra em Duque de Caxias. O encontro teve como foco a articulação de rede, monitoramento de dados de saúde e fortalecimento da incidência política na Baixada Fluminense.

A Ouvidora Fabiana Silva participou da mesa sobre como o acesso à justiça possibilita que mulheres negras tenham seus direitos garantidos no que tange à saúde. Essas ações visam diminuir a iniquidade no acesso à saúde na Baixada Fluminense, região que historicamente apresenta baixas taxas de cobertura na atenção primária.





OUVIDORIA PARTICIPA DA 4ª EDIÇÃO DA CARAVANA DO BEM VIVER

A equipe da Ouvidoria esteve em Paraty nos dias 27 e 28 de abril para participar da 4ª edição da Caravana do Bem Viver.

Idealizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), as Caravanas do Bem Viver constituem um movimento de mobilização territorial e articulação política entre povos e comunidades tradicionais, instituições públicas, organizações da sociedade civil e redes de pesquisa comprometidas com a promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis.

O evento contou com a participação das comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas da região da Costa Verde, em atividades que ocuparam o centro histórico de Paraty com falas potentes, atrações culturais tradicionais e debates importantes para a garantia de direito dos povos tradicionais. A Rede de Defensoras e Defensores dos Territórios



Tradicionais também recebeu no evento os troféus do Selo Esperança Garcia, reconhecimento dado pelo Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas para iniciativas que busquem melhorar e capacitar o atendimento dentro das Defensorias Públicas.

A Rede é um dos principais canais de conexão entre a Defensoria Pública do Rio e os Territórios Tradicionais, capacitando uma atuação verdadeiramente antirracista da instituição.





**INCIDÊNCIA TERRITORIAL
DIÁLOGO COM REDES
DE PARCEIROS DA
OUVIDORIA**

INCIDÊNCIA TERRITORIAL: DIÁLOGO COM REDES DE PARCEIROS DA OUVIDORIA

ATUAÇÃO TERRITORIAL EM CASOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Reunião com Lideranças do Território do Pantanal Iguaçuano

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Data de Elaboração: 15 de junho de 2026

Elaborado por: Maya Gonçalves Barbosa (Estagiário) e Fabiana Da Silva
Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Audiência Pública	1
Sumário	1
Presentes	2
Resumo da Oitiva	2
Registros	3



Presentes:

Susana Cadore (Defensora Pública);

Fabiana Silva (Ouvidora);

Ingryd Louise Lopes (Residente Jurídica);

João Pedro de Oliveira (Estagiário);

Lidiane (Assistente Social);

Larissa Lúcia (Estagiária de Comunicação).

Membros da Comunidade e lideranças:

Daniela Martins (Educadora e Liderança Comunitária local);

Andressa (Moradora e parceira em Políticas Públicas);

Ana Carolina (Assistente Social é Parceira em Políticas Públicas, residente de Marapicu);

Rafael (Morador; Estudante de Enfermagem);

Ivanete (Moradora de 64 anos);

Aurélio Gonçalves (Comerciante local, 61 anos);

Antônio Carlos (Pescador);

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

Pantanal Iguaçuano

Resumo da Evento

No dia 12/05/2026 (Terça-feira), a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro esteve presente na oitiva realizada junto às lideranças do território no Pantanal Iguaçuana/Nova Iguaçu. O encontro teve como pauta os atravessamentos da população ribeirinha do local, sob a questão de obras e das limitações relacionadas ao rio que atravessa à região. Assim, a atividade envolveu diversos ativistas e lideranças de Organizações da Sociedade Civil, com o objetivo de ampliar o diálogo a fim de resolver tais questões supracitadas pela população local,



dialogando possíveis resoluções institucionais.

A oitiva foi construída com participação da Defensora Susana Cadore, a Ouvidora Fabiana Silva, servidores da Defensoria Pública e a população local, onde reivindicações sobre acesso da população aos avanços pleiteados, relacionados ao que a população sinalizou anteriormente, os óbitos frequentes no acesso ao rio, inclusive com crianças nesse mesmo grupo. O que mostrou-se alarmante e acarretou a articulação da defensoria e o governo local, que teve como fim a construção de placas pela defesa civil da prefeitura. Para a população, o órgão competente e as entidades públicas locais.

Principais Consequências sinalizadas pelas lideranças locais:

- **Articulação institucional:** Houve uma mobilização conjunta entre a Defensoria Pública e o governo local.
- **Instalação de sinalização:** A Defesa Civil da prefeitura construiu e instalou placas de alerta na região.
- **Engajamento público:** O problema foi formalmente levado ao conhecimento da população, dos órgãos competentes e das entidades públicas locais.

Tudo ocorreu após o processo de mobilização da população solicitando apoio desta Ouvidoria em 2024 quando fomos ao local ouvir os moradores que nos sinalizou o **índice alarmante de óbitos frequentes** no acesso ao rio, afetando inclusive crianças.

Os moradores e lideranças sinalizaram o quão importante foi a visita da Ouvidoria em 2024 que possibilitou a feitura das placas informativas, mas sinalizaram que houve falha na comunicação da Prefeitura ao não informar as providências adotadas. Pediram que a comunicação e a transparência da prefeitura sejam constantes. Os presentes sinalizaram também a importância da construção de um programa de letramento ambiental e de políticas de reparação. Para a população não há avanço em



políticas públicas efetivas para a região e o protocolo da defesa civil como algo pouco frequente, o que acarretou o medo da população em relação a um possível atravessamento do poder público sob o cerceamento do direito constitucional à liberdade de acesso ao território, o que foi garantido que seria observado pela defensoria. Outrossim os pescadores pediram um estudo mais satisfatório em relação ao rio e à possibilidade de pesca, já que é o único meio de sobrevivência da classe é relacionado acesso ao rio, o que foi reiterado como um fator de grande importância pela defensoria, além da reparação da população afetada como uma questão primordial.

Outra pauta colocada foi os impactos da obra da CEDAE na região e problemas com os hidrômetros colocados sem uma prévia comunicação com os moradores. Foi sinalizado que faltam políticas de reparação e de mitigação dos impactos da passagem dos caminhões nas ruas do bairro. Movimento que provocaram rachaduras nas casas, muito ruído/poluição sonora, além da falta de sinalização, de horário de passagem de maquinário e de rota, para a segurança das crianças da região seja garantida. A falta de iluminação em regiões críticas e com pouco trânsito foi tomada como um ponto de extrema importância, dado que a região diminui o fluxo de passageiros cedo por conta da não oferta de transporte público, o que expõe mulheres ao perigo, na região mal sinalizada.

A reunião finalizou com a questão dos hidrômetros. A população sinalizou irregularidades com os equipamentos, na cobrança das taxas da empresa Águas do não abastecimento regular da população. Nessa questão a Defensora sinalizou a importância de ações coletivas segmentadas, pois cada uma das ações versaria sobre uma especificidade atravessada por determinada demanda de possíveis irregularidades nos serviços. A conversa foi finalizada com a população indicando o trabalho da defensoria como importante, destacando o trabalho focado em escuta da equipe como essencial e de extremo valor comunitário.



Reunião com Lideranças do Território da Chatuba/Mesquita

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data de Elaboração: 15 de junho de 2026

Elaborado por: Fabiana Da Silva Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Audiência Pública	1
Sumário	1
Presentes	2
Resumo da Oitiva	2
Registros	3

Presentes:

Susana Cadore (Defensora Pública);

Fabiana Silva (Ouvidora);

João Pedro de Oliveira (Estagiário);

De mais presente segue na [lista](#)

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:



Resumo da oitiva:

No dia 16/06/2026 (Terça-feira), a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro esteve presente na oitiva realizada junto às lideranças do território da Chatuba de Mesquita/Baixada Fluminense. O encontro teve como pauta os atravessamentos da população sobre insegurança alimentar e falta de água.

A oitiva foi construída com participação da Defensora Susana Cadore do 5º Núcleo Regional de Tutela Coletiva, a Ouvidora Fabiana Silva, estagiário da Defensoria João Pedro de Oliveira e a população local, onde reivindicações sobre acesso da população a cesta básica entregue pelo CRAS estavam sendo negados.

A escuta gerou um importante levantamento das demandas de acesso a direitos no território e foi uma oportunidade de apresentar à população o modelo de colheita de informação por meio do formulário feito pela Ouvidoria que visa coletar dados para auxiliar o Defensor a entender a demanda apresentada.

Os moradores narram que o CRAS não vem entregando a cesta básica para pessoas que estão em insegurança alimentar e também trouxeram dificuldade com o fornecimento da água e da qualidade da mesma em algumas localidades da Chatuba.

A comunidade enfrenta um cenário de incerteza e desafios em relação ao processo das demandas citadas acima. Moradores narram que sofreram diversos contratempos e burocracias que impediram o seu avanço nos últimos anos e que ter o apoio da Defensoria Pública é fundamental para garantir seus direitos.

A visita da **Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ)** ao território da Chatuba foi um passo crucial para mapear a falta de cestas básicas, a interrupção do fornecimento de água e a



burocracia que afetam a comunidade. Os dados coletados embasaram novas ações estruturais e de garantia de direitos.

Para organizar as demandas levantadas pela comunidade e dar o próximo passo rumo à garantia dos direitos básicos na Chatuba, a Defensoria Pública trabalha com os seguintes eixos:

O primeiro ponto tratado foi a Insegurança Alimentar e Assistência Social (CRAS). Moradores relatam que o CRAS local vem negando a entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade e pediram que a Defensoria atue para fiscalizar e obrigar o município a cumprir as políticas públicas de assistência social. Propusemos que fosse feito um [formulário de colheita](#) de informação para termos organizados comprovantes de negativa de atendimento, protocolos de agendamento no CRAS, comprovantes de residência e renda a fim de auxiliar a atuação do 5º Núcleo de Tutela Coletiva.

O segundo ponto tratado na reunião foi Acesso e Qualidade da Água. Moradores denunciam a falta recorrente de água e também da má qualidade do abastecimento em diversas localidades da Chatuba.

Já fomos anteriormente no território no ano de 2022 por conta da mesma demanda e o retorno somente demonstrou o agravamento da situação, pois outras áreas da Chatuba hoje estão passando pela mesma dificuldade com o fornecimento da água e qualidade da mesma. Utilizamos relatórios de denúncias para acionar o Poder Público e as concessionárias de água por meio de Ações Civis Públicas (como as que exigem um mínimo vital de água para inscritos no CadÚnico).

Por isso sugerimos a feitura também de um [formulário](#) de colheita de informação para conseguirmos ter acesso a documentos como fotografias, vídeos, protocolos de reclamação junto à concessionária de água e relatos detalhados sobre o tempo de desabastecimento.

A reunião finalizou com a questão dos hidrômetros. A população sinalizou irregularidades com os equipamentos, na cobrança das taxas da empresa Águas do não abastecimento regular da população. Nessa



questão a Defensora sinalizou a importância de ações coletivas segmentadas, pois cada uma das ações versaria sobre uma especificidade atravessada por determinada demanda de possíveis irregularidades nos serviços. A conversa foi finalizada com a população indicando o trabalho da defensoria como importante, destacando o trabalho focado em escuta da equipe como essencial e de extremo valor comunitário.

Reunião com os trabalhadores contratados da SEAP (agora SEPPEN)

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data de Elaboração: 30 de junho de 2026

Elaborado por: Fabiana da Silva

Sumário

Reunião com os trabalhadores contratados da SEAP (agora SEPPEN)

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.	1
Sumário	1
Presentes	2
Informações Preliminares	2
Resumo da Oitiva	4
Encaminhamentos	4



Presentes:

Ouvidora Fabiana Da Silva
Aida Gonçalves
Clara Azevedo
Igor Dos Santos Santana
Irene Barreiro
Jessica B
José Jorge Sampaio
Julienne Parada Mauricio Rodrigues
Lenice Nascimento,
MANOEL MARTINS
Raquel Queiroz
Sindicato dos Psicólogos SINDPSI
Verônica Ferreira

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

Foi online.

Fotos e vídeos

Informações Preliminares

O fim dos contratos temporários de profissionais de saúde e áreas administrativas na SEAP (atual SEPPEN) em agosto gera um alerta crítico. Com o déficit histórico das vagas e a suspensão recente de grandes licitações, a saída desses trabalhadores ameaça interromper serviços essenciais de custódia e atendimento médico aos detentos.

Os principais reflexos previstos no sistema incluem:



- **Colapso na Saúde Prisional:** Sem o suporte das equipes temporárias, ambulatorios internos e hospitais penais correm risco de paralisação no atendimento clínico e psiquiátrico.
- **Sobrecarga dos Policiais Penais:** A ausência de apoio técnico força agentes de segurança a desviarem o foco de sua função principal para cobrir demandas administrativas e de custódia.
- **Atraso em Demandas Jurídicas:** O andamento de processos, transferências e o atendimento nas centrais de audiência de custódia ficam travados pela escassez de pessoal de apoio.
- **Agravamento de Crises Sanitárias:** A redução de assistentes sociais e profissionais de saúde tende a inflamar tensões nas unidades superlotadas, aumentando riscos de motins e surtos de doenças.

Resumo da Oitiva

A equipe da Ouvidoria foi acionada no dia 07 de junho pelo Conselho de Psicologia e pelo Conselho do Serviço Social Estaduais por conta do encerramento do contrato dos trabalhadores da SEAP - agora **SEPPEN**. Foi solicitado apoio da Ouvidoria da Defensoria, pois para além do impacto junto aos trabalhadores, também haveria um impacto grande na vida dos privados de liberdade e familiares.

Ainda no mesmo dia, a Ouvidora marcou uma reunião com representantes do sindicato e com movimentos sociais para o dia 30 de junho no formato online.

Na reunião realizada no dia 30 de junho com a presença de representantes que atuam nas unidades prisionais de todo o Estado do Rio de Janeiro foi possível traçar um panorama do impacto das medidas adotadas para as pessoas presas e seus familiares.

Um breve panorama:



Verônica Ferreira: O panorama é o seguinte, pelo que os trabalhadores trazem, deveriam ter, por exemplo, 217 assistentes sociais, no entanto, têm 45. Dentre os 45, 23 são estatutários. E 22 são contratados e trabalhando em diversas unidades prisionais, tá? No geral, três unidades, cada dia em um lugar. 11 dos estatutários estão em abono permanência, ou seja, estão em vias de se aposentar. E tem várias atribuições, né, que são realizadas pelos acidentes sociais, pelos psicólogos. E por outro lado, a questão da própria política pública que vai, se já é grave, vai se agravar e a meu ver vai ficar calamitosa. Eu vi que existia um concurso que teria sido iniciado, mas que parou para diversas carreiras, mas a previsão inicial, pelo que eu encontrei também, eram só cinco vagas para assistentes sociais, cinco vagas para psicólogos, que seria insuficiente. Fim do contrato sem previsão nem de prorrogação deste contrato, nem do concurso que ainda não iniciou.

Raquel Queiroz: nós fomos contratadas, apesar de ser um contrato temporário, eu sempre assim bato nessa tecla, e nós fizemos todo um processo, né, que não se distancia de qualquer concurso público. Estudamos, fizemos uma prova que não foi fácil, eh, passamos pelo investigação social, entregamos toda uma documentação de saúde, né, pagamos para fazer, né, exames de saúde para entregar para poder estarmos aptos a exercer a função e eh não só nós assistentes sociais, né, porque o a esse processo seletivo, esse concurso foi para assistente social, psicólogo, eh, enfermagem, médico, com especialização em psiquiatria.

Passamos por todo esse processo, né, para sermos inseridos na SEAP. Passamos por capacitação. Então, atualmente somos profissionais que exercemos a função dentro do sistema, né, de execução penal, eh, treinados, capacitados e que estamos saindo. E a nossa questão é essa também, né? Quem vai ficar para assumir e exercer essas funções?

Se nós se nós estamos lá e já não dá conta, né, o número já não é suficiente, eh, a gente fica pensando como a nossa saída como que fica e



até as colegas também estatutárias nos colocam essa preocupação também, pois elas também estão com essa preocupação porque elas sabem que elas vão ficar muito mais sobrecarregadas ainda. Cada uma fica com duas, três unidades, como vai ser com a nossa saída?

Fabiana Da Silva: Gente, antes da próxima falar, deixa eu esclarecer só uma questão assim que eu acho importante. A Ouvidoria Geral da Defensoria é um órgão de interface, nós somos efetivamente um canal entre vocês e a instituição. Então, essas demandas a gente leva para a instituição quando a gente identifica que cabe uma atuação da instituição. Logo, é importante esclarecer que a Defensoria não atua com causas trabalhistas. Podemos apoiar a partir de outras frentes por exemplo uma atuação no que tange o impacto dessas mudanças citadas por vocês para as pessoas privadas de liberdade.

Tô até falando isso porque como a Raquel trouxe na fala dela a questão do não pagamento ou no caso possível possível corte, que pode vir a ter aí, então a gente não consegue ajudar nisso. O que a gente pode, e aí muito em cima da experiência que a gente teve com o concurso de Itaboraí, no caso, em relação à questão de vaga, é pensar uma atuação no que tange a garantia da manutenção do serviço por conta do impacto em cima das pessoas usuárias do mesmo.

Isso a gente pode trazer para dialogar, assim, tá? Mas sobre questões trabalhistas a gente não consegue ajudar.

Já deixo aqui bem claro, porque às vezes, vocês estão aqui acreditando que eu vou fazer alguma movimentação que vai auxiliar nessas demandas individuais/coletivas. Eu não consigo. Então, só pra gente deixar isso muito bem escurecido para que a gente não crie expectativa e acabe prejudicando a relação. Trazendo isso como medida de esclarecimento, tá?

Julienne Parada Mauricio Rodrigues: Queria entender quem são as pessoas que estão na organização e também informar que podemos



providenciar uma reunião com o governador interino, que é o Ricardo Couto. Ele tem recebido bastante gente, bastantes entidades. E esse assunto do sistema penitenciário é um assunto que interessa diretamente a ele e ao tribunal. Porque mal ou bem, ele é presidente do tribunal. É, são contratados pelo estado, né?

Lenice Nascimento: É contratada diretamente pelo estado mesmo, Juliane. RPA. Não é uma ONG, nada disso. A gente trabalha com a assistência, né, com a assistência sociojurídica mesmo. A gente tá ali respondendo às demandas do juiz, a gente tá atendendo as demandas dos privados de liberdade, e os psicólogos, as assistentes sociais, enfermeiros, enfim, todo mundo que tá por esse contrato, é para atender o privado de liberdade e as famílias. Já o Pinasp, ele tá ali como se fosse uma extensão, né, do SUS dentro da unidade.

Raquel Queiroz: Eles falam que nós somos a parte técnica. Parte da execução penal.

Julienne Parada Mauricio Rodrigues: A questão mais da psicologia, enfim, sociojurídica. Então vocês fazem o mesmo serviço que o estatutário.

Lenice Nascimento: Exatamente. As pessoas que são estatutárias, elas têm algumas delas, né, quando não estão na lá na coordenação, quando elas estão alocadas em unidades prisionais, elas têm exatamente as mesmas demandas que a gente. Não existe diferença de função por tipo de contratação, isso não existe.

Julienne Parada Mauricio Rodrigues: Eu acho que assim é é coisa para conversar realmente com o Ricardo Couto. Além do fato dele tá com um governador interino, né, não sei se vocês sabem, se vocês têm conhecimento, né, existe aí uma pendenga antiga, né, entre e tirando um pouco as questões salariais, tá? Embora isso seja competência dos sindicatos, mas vamos lá. Tem uma pendenga antiga entre o Tribunal de Justiça e a antiga SEAP, porque uma das medidas alternativas deveriam



ser acompanhadas pela SEAP, né, pelo executivo. Só que o executivo lá desde 2016 diz que não tem dinheiro e aí o Tribunal de Justiça pegou isso para sim contratando.

Julienne Parada Mauricio Rodrigues: a princípio eram pessoas contratadas, psicólogos, assistentes sociais contratados, agora que são estatutários do Tribunal de Justiça, fazer esse acompanhamento. Então, assim, é uma briga antiga, cara. A gente tá com um governador interino que tem interesse no tema, né. Acho que que é que a gente deve marcar a reunião com ele.

Lenice Nascimento: Eu concordo totalmente, Juliana. Por isso que a gente tá buscando todos os acessos, as possibilidades, né, de conversar com a secretária, de conversar com o governador, onde a gente puder chegar e levar essa demanda, a gente quer conseguir. A gente quer tentar, só que a gente não sabe os caminhos, né?

Lenice Nascimento: Eh, mandar um e-mail pro governador, eu acho que assim, a gente já tentou enviar e-mail para tantos deputados e parlamentares, apenas uma respondeu a gente, né? Então assim, é realmente através dos órgãos que a gente acha que a gente pode conseguir eh acessar eh o governador em exercício, né?

Julienne Parada Mauricio Rodrigues: Semana passada eu estive com ele em função da questão da Fundação Saúde. Consegui falar com ele pessoalmente rapidamente, já que eu fui vetada na reunião para falar da Fundação Saúde, mas no final eu cheguei a pedir para falar com ele por conta do não sei se vocês sabem também do concurso TJ, né, que estão chamando só 26 assistentes sociais.

Julienne Parada Mauricio Rodrigues: E aí ele falou: "Ah, aparece aí amanhã".

Julienne Parada Mauricio Rodrigues: Enfim, eu apareci, obviamente ele não tava.



Julienne Parada Mauricio Rodrigues: Eh, e até falaram o assessor dele falou assim: "Ah, se você quiser, ele vem aqui".C Mas eu fiquei de mandar e-mail com as demandas e o assessor disse que ele disse que os assessores iam ficar de sobreaviso que vai chegar o e-mail do sindicato dos psicólogos. Então, se vocês quiserem, eu incluo essa pauta além da da a pauta que eu vou mandar do concurso TJ.

Lenice Nascimento: Mas gente, então só complementando, né, o que a gente tá falando aqui, eh a vou complementar um pouco do que a Raquel falou, né, da da importância da gente dentro do CPEN, né? Atualmente eu tô em duas unidades prisionais. Em uma numa unidade feminina, numa unidade masculina e além disso também tô no polo de atendimento às famílias. Na unidade feminina que eu tô, eh, tá tendo várias mudanças, né? A diretora mudou, as policiais penais, assim, também estão sendo realocadas. E agora assim, recentemente me abriram a oportunidade de acessar uma sala muito maior e onde eu possa fazer trabalho de grupo, sabe, dando uma oportunidade gigantesca pro serviço social para realmente implementar ali um trabalho reflexivo. Um trabalho que possa construir uma preparação para essa saída das unidades, né, para o acesso aos benefícios.

Lenice Nascimento: Porque o que acontece hoje é a gente atender, fazer um relatório, enviar pro juiz, sem conseguir fazer o acompanhamento, sem conseguir construir um projeto pedagógico, né, um projeto sócio assistencial. E assim, esse pouco tempo que eu tô dentro dessa unidade, eu já consegui acesso à escola, eu consegui acesso a essa sala bem maior. Porque até então a sala que o serviço social era tinha era um estoque, era basicamente um estoque.

Lenice Nascimento: Então assim, só dando esse exemplo para demonstrar o quanto é imprescindível que a gente continue nas unidades, que a gente continue exercendo o trabalho que a gente exerce hoje. E não ter, né, eh, nada e ninguém para substituir a gente nos horizontes é algo realmente



muito preocupante. É deixar uma quantidade enorme de pessoas privadas de liberdade sem o mínimo de acesso à assistência, sem o mínimo de acesso à psicologia.

Lenice Nascimento: E somos nós que por várias vezes conseguimos fazer o encaminhamento dessas pessoas, a Pinasp ou a Defensoria, né? Porque as pessoas quando não tem visita, elas ficam abandonadas no sistema, né? A gente que trabalha lá, a gente sabe disso.

Lenice Nascimento: Então, assim, a gente tem essa urgência. Claro que, como a Raquel falou, tem as nossas questões trabalhistas, né? Mas que pra gente ver isso, pra gente tentar ver isso, só é só com a continuação, né, da do nosso trabalho, é só com a gente continuando, sabendo que a gente vai continuar e em um novo contrato, mas a gente bem sabe que quando existe o interesse público, né, o interesse do, por exemplo, do governador, tudo tudo tudo é possível. Enfim, eu agradeço, tá, Fabiana, pela escuta. É importante sempre que você mostre realmente os horizontes aí da sua atuação, né, da defensoria nesse sentido. E assim, o que você puder fazer realmente para nos ajudar a dialogar, né, isso que você falou que eh existe essa possibilidade, já é já é já é assim ótimo, sabe?

Lenice Nascimento: toda a possibilidade, todos os caminhos que a gente tá tendo, a gente tá indo, a gente tá abraçando, a gente tá tentando, a gente tá aberta ao diálogo, e a mostrar a importância do nosso trabalho.

Raquel Queiroz: acho que eu só queria complementar também um pouco do que a Lení falou em relação ao trabalho que a gente exerce lá, né? Como eu entrei gestante, eu tô desde que eu entrei, eu tô no polo de atendimento às famílias lá na Frei Caneca. Especificamente fazendo o atendimento de processo de visita íntima, o qual a gente faz um grupo reflexivo,, mais com as mulheres, porque os homens acabam não comparecendo, para pedir essa demanda, solicitar essa demanda. Então, é, é um trabalho também importante até pensando na questão da ressocialização, porque a gente acaba abordando muito essa temática de



maneira reflexiva com as mulheres que estão ali para elas levarem para os companheiros, né? Na sexta-feira eu faço atendimento com as famílias de relacionado a exame criminológico.

Raquel Queiroz: E o exame criminológico também é uma demanda, eu eu sei que existe toda a crítica, né, em relação à nossa profissão, mas a gente eh tem a legislação, né, na lei de execução penal, no qual nos obriga a realizar esse trabalho, tanto os assistentes sociais quanto os psicólogos. Então, eh, a gente fica também imaginando o quanto a demanda vai aumentar, eh, caso haja a nossa saída, né? E também falar em relação às estatutárias, né, as servidoras do serviço social que estão lá exercendo a função.

Lenice Nascimento: São 23 as concursada, estatutárias, 22 contratadas no universo de 45 e assistentes sociais

Raquel Queiroz: E elas estão já tão com tempo de se aposentar, só estão esperando e alguns benefícios saírem, enfim. Regime de progressão, progressão de regime, não sei, enfim.

Raquel Queiroz: Então tá nessa situação também, porque elas podem a qualquer momento se aposentar, ficar sem nenhum trabalhador, né, para exercer essas funções. São questões preocupantes, pelo menos pra gente.

Verônica Ferreira: Por isso que pensei na Fabi, né, porque a Fabi tem uma história de militância, de movimentos sociais. Eu sabia que certamente saberia nos acolher, ia fazer o seu papel como de ponte com a Defensoria Pública, e ainda que não seja a totalidade das demandas que esse conjunto de trabalhadores tem.

Verônica Ferreira: é mais um apoio, né?

Verônica Ferreira: Eh, as outras questões que são trabalhistas, a gente precisa ver eh em outro momento, em outro espaço.



Verônica Ferreira: Eh, Juliana, se você quiser enviar o e-mail como cópia ou vice-versa, né, acho que dá uma força para esse movimento.

Verônica Ferreira: E e acho que assim, de qualquer forma, esse momento tá sendo de extrema importância, porque a Sabi vai ser nossos nossa voz, né, na Defensoria que vai defender essa política pública e que, portanto,

Verônica Ferreira: e os desdobramentos possíveis são nesse sentido, né, da política pública, eh, são extremamente extremamente relevantes.

Fabiana Da Silva: só um ponto antes da Jéssica falar, que eu acho que é importante. Como bem disse Verônica, o meu compromisso é com a com vocês no que tange o impacto disso para as pessoas privadas de liberdade e suas famílias. Garantir que as vozes de vocês sejam ampliadas. Quando falamos de pessoas privadas de liberdade, a gente tá falando de uma realidade de pessoas que para uma parte da sociedade, de uma forma geral, não tem que existir.

Fabiana Da Silva: Assim, por mais compromissados e comprometidos que vocês sejam, né, no caso que esses 45, né, pensando assistentes sociais, eh, que atuam dentro do sistema, sejam, ainda assim a realidade é que não é à toa que tem sucateamento, não é à toa que vocês estão tendo dificuldade com a questão do pagamento, não é à toa que precisa de 45, mas no caso só tem 23. E dentre, no caso tem, deveria ter 45, mas só 23 são contratados. Quando na verdade, deveria ter 270, como bem trouxe aqui Verônica no conversa que a gente teve, eh, entendemos que, por mais que tenha, né, no caso, a realidade deveria ter um assistente social para cada 500, aí eu fui pensando um assistente social para cada 500. Porque efetivamente a gente sabe que esse profissional ele não consegue dar conta de 500. deveria minimamente ter outra, deveria ter uma equipe, né, múltipla ali para poder lidar com essas questões.

Jessica B: Nós fizemos um concurso público temporário, que é esse processo seletivo.



Jessica B: Nós fizemos todas as etapas, tanto assistentes sociais como os psicólogos, todas as etapas de um concurso efetivo com psicotécnico, e investigação social, com seis meses. O serviço social, no caso, foi seis meses de treinamento e as outras profissões acho que fizeram um pouco menos, mas também foi um treinamento intensivo e extensivo.

Jessica B: Fora que os outros tocantes ao serviço social, nós não temos pernas, braços e nada para fazer. Não existe um trabalho de interesse intersetorial, não existe um trabalho de rede, a não ser que você esteja na UME, que é unidade materna infantil, ou no Roberto Medeiros e Henrique Roxo, que são as unidades de que recebem as pessoas com transtornos mentais. Fora isso, não se consegue ter um trabalho intersetorial. Estou em uma unidade de regime semiaberto, que as pessoas que estão lá são eh o público LGBTQ a mais, mas o pessoal sem facção e os evangélicos, o chamado agora povo de Israel, no tocante às travestis, quando elas ganham liberdade muitas delas não tem para onde ir. Eu faço os encaminhamentos, eu falo toda a rede que eu conheço, mas não tem um trabalho intersetorial.

Jessica B: Eu sei que aquela pessoa vai sair, não tem vínculo familiar, não pode ficar em situação de rua e eu não posso ter um contato com o Centro Pop, com Creas. Então assim, são fluxos de trabalho que vão nos desanimando. A gente entende que o serviço social foi diminuindo ao longo dessa trajetória do Estado Penal, quando teve a pandemia, teve um um reordenamento do atendimento, só que a pandemia já passou. **Então, tá mais que na hora da gente repensar tantos contratos que tem que ter sim ou esse concurso que a gente fez temporário transformasse no efetivo ou abrisse um outro efetivo, porque a questão não não nem não é só o nosso vínculo trabalhista.** Porque da mesma forma que a gente passou no temporário, a gente poderia passar num num vínculo efetivo, mas as pessoas, então quando a gente continua atuando assim, a gente corrobora para uma tortura institucional.



Jessica B: Outra questão a ser pensada é que quando eu conversei com psicólogos antigos, eles falavam que faziam rodas de conversa, e rodas reflexivas, um trabalho de socioeducação, um viés pedagógico, um trabalho junto com serviço social que não tem mais, né? A psicologia, os contratados que nem a gente, eles só conseguem fazer exame criminológico também.

Jessica B: Então, também é uma cadeia que as pessoas precisam de documentação e quando eles não têm documentação, eles estão sendo repenalizados, porque sem documentação ele não é um cidadão. Sem a documentação, ele não dá acesso à família para reconhecimento de paternidade. Então, tem criança que fica sem certidão de nascimento com o nome do pai. A família também não consegue dar entrada no auxílio reclusão, não tem uma perspectiva. Se a gente não acredita na ressocialização, porque a ressocialização não existe, mas a desocialização que existe tá sendo muito forte quando as nossas profissões não atuam dentro das unidades. **Então, para além do nosso vínculo, eu fico pensando se tá muito difícil pro preso com o serviço social, com a psicologia, imagine sem.**

Jessica B: Em todo exame criminológico, eu explico pro preso que existe além das condições sociais, as condições psíquicas. Então, esse sofrimento que ele tá lá, eu sempre falo, o presídio foi criado para ser assim. Então, isso aqui tá dentro da norma e explico para ele por que o policial ganha R\$10.000 e o serviço social ganha dois. Porque a lógica é uma lógica punitiva.

Verônica Ferreira: Eu acho que primeiro quero elogiar aos trabalhadores, né, desse contrato da SEAP, primeiro porque procurou o sindicato, não só com pensamento nas suas demandas que são também coletivas, mas com a preocupação que a Jéssica traz, que o Raquel também já falou ali nisso também, que é com relação com as pessoas, com os usuários, né, que são atendidos por vocês, né?



Fabiana Da Silva: Eu que agradeço vocês vieram com uma demanda que afeta diretamente o privado de liberdade, seus familiares, assim, e aí eu consigo entrar nessa brecha, né, enquanto órgão da Defensoria que é ponte para falar com os defensores que atuam no NUSPEN o impacto que pode provocar o colapso na saúde prisional, a gente entende que tanto os ambulatorios, quanto os hospitais penais acaba tendo ali uma sobrecarga. Outro ponto que identifico são os atrasos nas demandas judiciais, como bem falou aqui a Jéssica que lembrou que têm muitas pessoas que passam pela audiência de custódia e que tem ali prisões ilegais e forçadas.

Fabiana Da Silva: E tem uma questão, que vocês não falaram, mas a gente que atua com essa questão do sistema, a gente sabe que é a questão do agravamento de crises sanitárias.

Fabiana Da Silva: tá falando também disso, assim, por mais que vocês não tenham colocado isso na fala de vocês, é a partir do trabalho do campo da assistência e da psicologia dentro das unidades que a gente também tem acesso aos relatórios que vocês produzem e relatórios identificando essas violações de direitos.

Para mais informações, cabe deixar o [registro do documento](#) feito pelos profissionais explicando mais detalhadamente o que vem ocorrendo.

Encaminhamentos

- Relatoria enviada ao Núcleo de defesa dos direitos humanos da Defensoria Pública (NUDEDH);
- Relatoria enviada ao Núcleo de defesa da pessoa privada de liberdade da Defensoria Pública (NUSPEN);
- Data da próxima reunião no formato híbrido com a presença de representantes dos núcleos citados - ficou agendada para o dia 10 de julho no horário das 14:00;



- Fazer uma chamada ampla para agregar familiares dos privados de liberdade na discussão;
- Reservar uma sala na Sede para o encontro.

REUNIÃO DE MONITORAMENTO E QUALIDADE DA ÁGUA

No dia 13 de Janeiro tivemos a primeira reunião de monitoramento e qualidade da água no Rio de Janeiro. As reuniões de monitoramento e qualidade da água no Rio de Janeiro em 2026 estão focadas na gestão de crises hídricas, ampliação do saneamento e fiscalização das concessionárias (como a Águas do Rio) e a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro segue sendo parte do comitê de monitoramento. Visando monitorar e incidir nas agendas da qualidade da água, Gestão de Resíduos e Qualidade, gestão hídrica, fiscalização, Vigilância Popular em Saúde e Saneamento e Crise Hídrica - Monitoramento intenso devido à queda na capacidade dos reservatórios do Rio Paraíba do Sul, que abastece o Sudeste.

REUNIÃO DE MONITORAMENTO PATY DO ALFERES 23/01/2026

No dia 23/01, a Ouvidoria Pública realizou uma oitiva em Paty do Alferes junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e à Prefeitura para ouvir e registrar as demandas da população relacionadas à falta recorrente de água e à prestação precária do serviço pela empresa fornecedora.

Apesar de o município possuir mananciais, poços artesianos e represas com bom volume de água, problemas estruturais e de gestão têm causado desabastecimento frequente, especialmente nas áreas mais altas. A falta de aviso prévio, a cobrança mínima mesmo sem fornecimento e os altos valores cobrados pelo uso de caminhão-pipa agravam a situação



enfrentada pelos moradores, que têm sido obrigados a adotar estratégias próprias para garantir o acesso à água.

A Ouvidoria Pública segue presente em diversos territórios do estado, promovendo escutas qualificadas e articulando com instituições locais para identificar violações de direitos, especialmente aquelas relacionadas à prestação de serviços essenciais como o abastecimento de água, levando essas demandas à Defensoria Pública para as devidas providências.

RODA DE CONVERSA COM GESTANTES SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM ITABORAÍ - ANA LUCIA RODRIGUES

No dia 24 de janeiro a Ouvidora Fabiana Silva esteve em Itaboraí para participar de uma roda de conversa com mulheres gestantes do Município que já foram vítimas da violência obstétrica ou que estão na primeira gestação e já no processo do pré-natal tomaram conhecimento da violência obstétrica.

O evento, intitulado Roda de Conversa: "Violência obstétrica: meu corpo, meu parto", foi promovido por movimentos sociais (cursistas do FormaSus 2025/2026) e contou com a participação da ouvidora, junto à doula Marli Soares, com foco em identificar, denunciar e conscientizar sobre os abusos no parto e pré-natal.

A denúncia da "sorte": A roda de conversa abordou justamente os relatos de que o atendimento humanizado na região local depende do plantão (dia) em que a gestante dá entrada, configurando a "violência obstétrica" como um risco aleatório. A violência obstétrica é considerada uma violação dos direitos humanos e inclui atos que ofendem física ou verbalmente a gestante.





ESCUTA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE PARATY 26, 27 e 28 DE JANEIRO

Na última semana de janeiro, a equipe da Ouvidoria esteve em Paraty para visitar comunidades tradicionais da região, com foco especial nos territórios indígenas. Estivemos nos territórios das aldeias Pataxó Hã Hã Hãe, Aldeia Itaxim (Tekoa Guarani M'Biá Paraty Mirim) e Aldeia Rio Pequeno (Tekoha Djey).

A temporada de visitas aos territórios indígenas tem sido uma constante no início de trabalho da Ouvidoria ano após ano devido aos diversos problemas de violação de direitos vividos por essa população em nosso estado, destacando-se a educação, que costuma se mostrar como uma das principais demandas.

A temporada de visitas aos territórios indígenas tem sido uma constante no início de trabalho da Ouvidoria ano após ano devido aos diversos problemas de violação de direitos vividos por essa população em



nosso estado, destacando-se a educação, que costuma se mostrar como uma das principais demandas.

- **Aldeia Itaxim-Mirim**

Notamos logo na chegada ao território localizado em Paraty-Mirim, que havia movimentação da construção de banheiros comunitários para os indígenas, solicitação antiga que a Ouvidoria vem acompanhando há muitos anos. Contudo, este foi um dos poucos pontos de melhorias na comunidade desde a última visita, em 2025.

A escola do território não passa por obras há muitos anos e os livros disponíveis para os indígenas datam de 2018, representando um atraso na educação dos mesmo. Não bastasse isso, desde 2024 as aldeias indígenas de Paraty convivem com contratos temporários de professores, o que faz com que os anos letivos demorem a começar ou sejam interrompidos no meio.

As visitas da Ouvidoria no primeiro trimestre estabeleceram-se justamente para garantir esse acesso à educação de qualidade. A falta de energia elétrica e água também é uma constância. Os moradores relatam, que por vezes, passam mais de uma semana sem luz e sem água, impossibilitando a realização de diversas atividades, entre elas, tomar banho. Nesta situação, eles descem até o rio mais próximo para tomar banho e pegar água até mesmo para cozinhar.





Ouvidoria no Estrada - Aldeia Pataxó Hã Hã Hãe

Importante destacar que, no território Pataxó Hã Hã Hãe pudemos ver, já em funcionamento, alguns dos banheiros comunitários que estão sendo construídos nas comunidades indígenas do estado do Rio de Janeiro. Porém, a pauta da educação também foi muito importante, já que a comunidade, mais nova entre as presentes em Paraty, não tem ainda escola dentro de seu espaço. Os indígenas precisam ir para escolas no centro de Paraty ou em Angra, por vezes, sofrendo com o racismo contra os povos indígenas por motoristas de ônibus que negam a declaração de residência fornecida pela FUNAI aos jovens para que tenham acesso ao transporte gratuito. A falta de água e energia também é extremamente comum na comunidade. Rodeada pela praia e pela cachoeira do Iriri, a aldeia Pataxó recorre a esses recursos quando falta água. Na comunidade também não há posto de saúde, fazendo com que os atendimentos médicos e de dentista sejam realizados em espaço cedido pelos próprios moradores .

COLOCAR FOTO DA AÇÃO AQUI



Ouvidoria na Estrada - Aldeia Rio Pequeno

Dentre os territórios visitados, é o que mais tem sofrido com a falta de acesso a direitos básicos. A comunidade não tem posto de saúde, fazendo com que os atendimentos médicos sejam realizados na única sala que a escola da aldeia. Por sua vez, os atendimentos de dentista são realizados em uma casa cedida também pelos moradores, com problemas estruturais e infiltrações.

A energia e a água são, como de costume, grande problema para a comunidade, que por muitas vezes perde equipamentos e alimentos. Os banheiros da comunidade ainda não tiveram suas obras iniciadas, como das anteriormente citadas. Há, ao menos, dois banheiros com fossas vazando na comunidade, causando danos ao solo e risco de doenças.

A falta de posto de saúde, no último ano, significou uma infecção para ao menos duas mulheres da comunidade. O que fez com que agora os atendimentos médicos sejam realizados fora do território. Os casos de preconceito aos indígenas da Aldeia Rio Pequeno também são grandes, com relatos, inclusive de agressões físicas.





OUIDORIA NA ESTRADA - OITIVA NA ILHA DO ARAÚJO

A equipe da Ouvidoria esteve na Ilha do Araújo, em Paraty, para realizar oitiva com a comunidade caiçara, a convite de uma das lideranças locais. A comunidade tem passado por dificuldades com a educação.

Quando chegamos no território, a escola passava pelo período final de obras, mas os relatos dos moradores é de que o horário integral de atendimento às crianças não estava sendo funcional, devido à falta de atividades de contraturno. Na saúde, o posto da comunidade teve obras finalizadas ainda no final do último ano, mas desde dezembro não tem atendimento dentro da comunidade.

A coleta de lixo também tem se mostrado um grande problema da comunidade, já que a mesma é realizada apenas duas vezes por semana para lixo pequeno, enquanto a retirada de lixo grande não acontece há mais de um mês.





ATUAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL NAS CHUVAS QUE CASTIGARAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mais uma vez o Estado do Rio de Janeiro sofre com as fortes chuvas de verão, que desde as últimas semanas de janeiro vêm causando transtorno a moradores e moradoras de bairros que, ano após ano, convivem com as enchentes e deslizamentos. Não são catástrofes naturais, é falta de planos estratégicos e ações para a contenção e diminuição das tragédias que, infelizmente, já fazem parte do dia a dia de moradores de todo o estado.

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro segue monitorando, por meio do contato de parceiros e parceiras, os territórios mais afetados, trabalhando em parceria com os núcleos de tutela coletiva da DPRJ. Nossa atuação foi estratégia para direcionar junto às tutelas os pedidos de ajuda que chegarão pelos canais da Ouvidoria e com isso



ampliamos cada vez mais o diálogo com os núcleos regionais de tutelas coletivas (direcionando a demanda, apoiando nas visitas aos territórios afetados, organizando fluxo junto aos CRAS e etc...).



ESCUA DA FAVELA - Operação Complexo do Salgueiro/São Gonçalo

Data de Elaboração: 14 de janeiro de 2026

Elaborado por: Fabiana da Silva

Presentes

Fabiana da Silva - Ouvidora Geral

Morador 01

Morador 02

Morador 03

Morador 04

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:



Estrada das Palmeiras, nº 1215, Itaúna e Sória

Resumo dos fatos e acompanhamento.

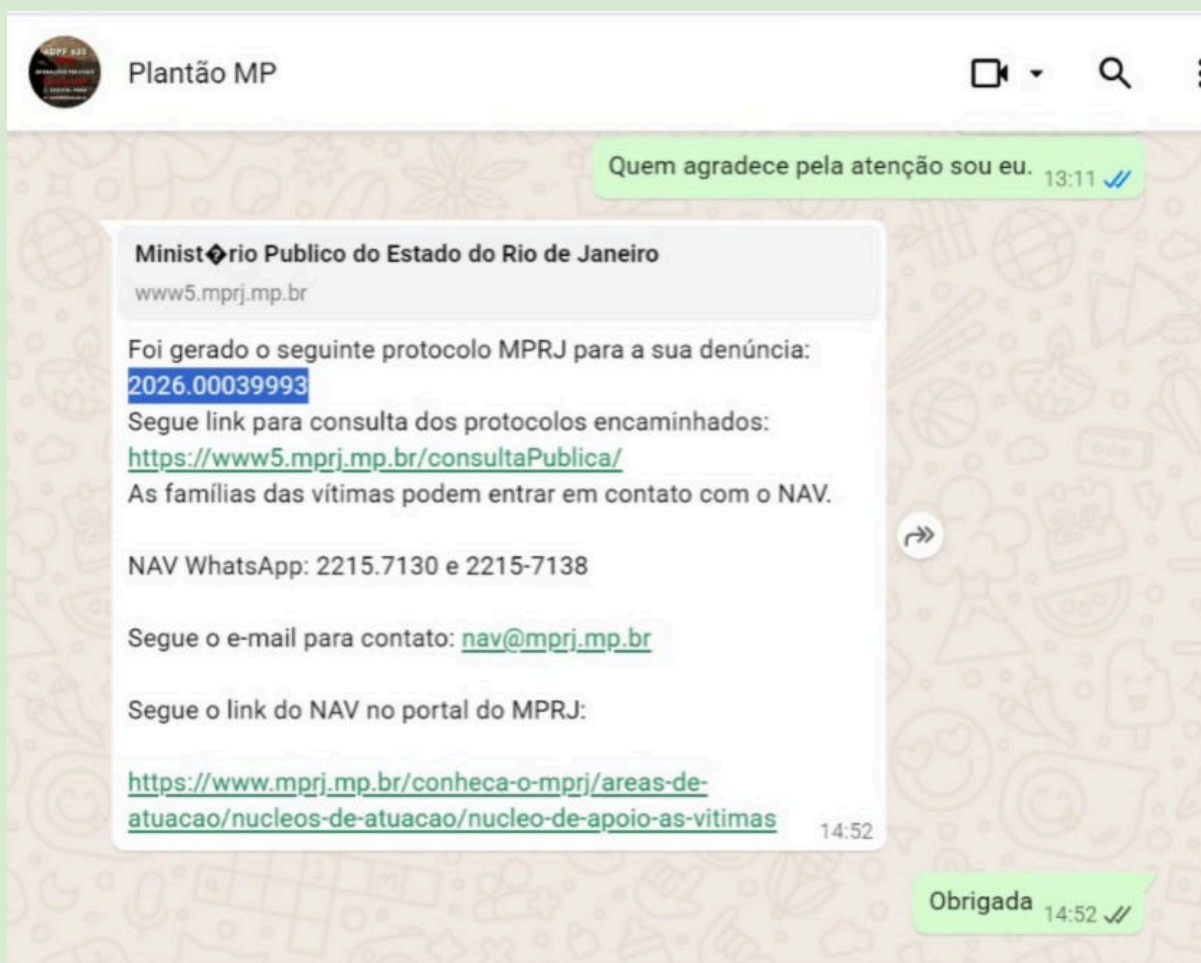
Na manhã do dia 14 de janeiro a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública foi acionada pelas lideranças das favelas que compõem o Complexo do Salgueiro/São Gonçalo por conta de uma operação que estava se iniciando nos territórios. A Ouvidoria foi acionada por 04 lideranças, que buscaram a Ouvidora Fabiana da Silva para entender como a Defensoria Pública poderia auxiliar nesse primeiro momento.

A Ouvidora Fabiana ao receber as primeiras chamadas informou que o canal para recebimento das violações no que tange os agentes de segurança do Estado é o Ministério Público e forneceu o contato direto com o plantão pelo número (21) 2215-7003 e pediu para que as lideranças enviassem no seu privado fotos e imagem, pois também faria o contato com o plantão.

A Ouvidora Fabiana acionou o plantão às 12:35 e o plantonista informou que o Promotor plantonista foi informado e estava dando as devidas tratativas.

Esse atendimento gerou o protocolo 2026.00039993 - imagem abaixo.





Segundo relatos recebidos, a polícia teria entrado atirando na favela e também com uso de helicóptero como plataforma de tiros como algumas imagens recebidas nos mostram.

Moradores informaram que os policiais entraram nas casas dos moradores de forma violenta e sem nenhum tipo de comunicação do motivo para essa ação. Por ser período de férias escolares muitas crianças estavam brincando na rua e dentro das suas casas. Relato de uma criança baleada.

Foi relatado que muitas casas com moradores sem envolvimento com o grupo armado local estavam sendo invadidas sem mandato judicial com o uso de uma chave mestra e que os agentes estavam sem câmeras corporais ou com as câmeras tapadas.



Recebemos o relato de que há inúmeros prejuízos financeiros tendo em vista que uma vila inteira de casa foi invadida e todas as casas foram destruídas.

Foi informado que o local da ocorrência das maiores violações na operação foi nessa vila conhecida por ser a moradia de aluguel mais popular e ficar localizada perto de um ponto de varejo local em um território conhecido como Síria. Foi onde aconteceram as maiores violações e a morte de 22 pessoas, segundo relatos de moradores.

Os moradores também relataram que os agentes de segurança realizaram práticas de “TROIA” entrando no território por diferentes caminhos e se escondendo nas casas. Que nessa vila foram mortas mais de 15 pessoas e que todas foram retiradas do local embrulhadas nos lençóis e colocadas no camburão e que não estavam permitindo que familiares se aproximassem para saber se havia entre esses corpos alguma pessoa viva.

Alguns relatos recebidos - Os relatos dos moradores deixam clara a gravidade da situação. A seguir, destacamos algumas narrativas que exemplificam os efeitos do que eles estão passando:

- “Doutora, não gostaria de me identificar não, na frente desse mercado, entrando pra rua, que é aquela ruazinha que a gente entra, que os meninos ficam ali no varejo do lado, tem uma vila. Que é uma vila que eles utilizam, que fica na frente de uma creche, inclusive. E aí entraram nessa vila e mataram todo mundo que a gente tem de relato e que mataram todas as pessoas que estavam dentro dessa vila. E aí eles estão retirando os corpos com lençóis, sendo que não estão permitindo que ninguém veja. Estão tirando os corpos e colocando no camburão. As pessoas não conseguem nem saber quem são essas pessoas mortas.”



- “Oi Fabbi, bom dia! Espero que esteja bem. Está rolando a mesma operação do alemão agora aqui no Salgueiro, estamos em contato com as meninas mas já tem relatos de bastante gente morta e uma criança baleada. A polícia não está permitindo que a família veja quem está enrolado nos lençóis... estamos esperando o tiro parar para sabermos ao certo todo estrago que conseguiram fazer. A operação está acontecendo exatamente onde temos a sede, tô preocupada porque eles são familiares das mulheres que acompanhamos”.
- “Fabi, está rolando operação aqui no Salgueiro. Só pra você já ficar atenta, caso precise de vocês por aqui. Ainda não sabemos ao certo o que está rolando lá pra baixo, mas me parece que tem vários mortos já.”
- “casas arrombadas com chave mestra e chutes na porta. Meus filhos estavam tomando banho no quintal e ficaram assustados.”
- “Bom dia doutora Fabiana, precisamos de ajuda. Muitos tiros vindo do helicóptero. Muito tiro”
- “Eles estão entrando nas casas com uma chave. Entraram na minha casa. Por conta dos tiros meu chefe mandou a gente embora, pois não tinha como entregar as quentinhas. Ao chegar na porta da minha casa eles estavam entrando pelo meu portão que agora não têm mais.”
- “Papo de mortos, 6 caveirão. Eles vieram por trás do morro e por dentro da praia lá de itaoca. Coisa de doido. Já chegaram atirando muito. falaram q pegaram uns na Síria e no lixão. Não deu nem tempo, quando foram vê já foi tarde.”



- “O helicóptero tá dando muito tiro na mata, Falaram que é dois helicóptero e 5 caveirão. Deram troia feio porque vieram pela mata por traz os 2 helicóptero já matando um monte”
- “Fabbi, aparentemente a polícia saiu, foram muitas pessoas mortas mas não sabemos quantas porque a polícia colocou a maioria no camburão e sumiu... as famílias estão inclusive desesperadas.”
- “O helicóptero está dando rasantes e chegou a pousar lá na Síria ainda agora.”
- “Teve uma perseguição lá fora no viaduto tbm perto do colégio das meninas, foi muito tiro. Tinha muita gente na tua pq ali é descida da BR, tem muitos comércios perto.”

Cabe outros esclarecimentos.

Paralelamente, a Ouvidora Fabiana da Silva, foi reunindo as informações e compartilhando com o plantão do Ministério Público e também com os Amicus Curiae da ADPF 635 e também acionou via mensagem enviada pelo Whatsapp os coordenadores da Tutela Coletiva informado que iria produzir o relatório de monitoramento para ser inserido no escopo do monitoramento das violações advindas das violações de direitos que estávamos recebendo por diferentes canais de contato.

Como alguns relatos advindos dos moradores davam conta que policiais estavam entrando nas casas das pessoas com toucas ninjas e sem identificação nas fardas e sem uso de câmaras corporais foi feito o contato com o Defensor a fim de entender como podemos enquanto Ouvidoria Auxiliar o Núcleo de Direitos Humanos com informações, que auxiliassem o trabalho feito pelo Núcleo no acompanhamento e monitoramento da ADPF a partir da atuação da Defensoria no Comitê Gestor.



A questão da segurança pública no Rio de Janeiro é um problema grave que afeta diversas regiões, com maior intensidade nas áreas periféricas e favelas. Ilustrando um fenômeno estruturante e enraizado, que se manifesta quando comunidades historicamente marginalizadas, especialmente as de maioria negra e favelada, são desproporcionalmente impactadas pela violência. No contexto do Rio de Janeiro, esse fenômeno se torna visível nas áreas periféricas da cidade, onde a resposta do Estado é sempre com mais violência. Um problema crônico e agravado pela falta de políticas públicas efetivas e pela negligência histórica.

Com base nos relatos obtidos através da escuta, foi possível observar que o direito de ir e vir dos moradores de diferentes áreas do Complexo do Salgueiro e adjacência no dia 14 de janeiro sofreu impactos, em sua maioria, pessoas que já enfrentam condições de vulnerabilidade social, e que estão localizadas em uma área historicamente conhecida por menor acesso a infraestrutura básica e investimentos públicos.

É importante sinalizar que no ano de 2025 a Ouvidoria esteve no Complexo do Salgueiro para uma escuta qualificada com mulheres e constatou conforme [relatório](#) feito a partir das informações coletadas ausência de serviços básicos como transporte público, coleta de lixo, poucas vagas em creches, falta de água e saneamento e outras violações de direitos humanos.

Essa disparidade não é meramente uma questão de deficiência técnica, mas uma expressão do racismo, onde as populações negras e favelas são as mais impactadas, sofrendo as consequências da exclusão social e da desigualdade histórica em diversas esferas, incluindo o direito de ter o básico que água para beber.

Assim, é imprescindível que a atuação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública se articule com a construção de políticas públicas mais amplas e dialogue com diferentes atores a fim de promover uma escuta ativa, que busquem combater as desigualdades estruturais, garantindo que todas as camadas da população, tenham o acesso universal e justo a serviços essenciais, como a segurança pública. Este compromisso com a



justiça social e a equidade deve ser uma prioridade para todas as instituições públicas, em um esforço coletivo para erradicar as desigualdades e promover a verdadeira inclusão social.

Recomenda-se, portanto:

1. **Priorizar as áreas mais afetadas:** Utilizar as narrativas para identificar e priorizar as áreas com maior vulnerabilidade, garantindo a implementação de soluções emergenciais, como o envio de ofícios para os responsáveis a fim de garantir a restituição do direito de ir e vir dos moradores.
2. **Melhorar a comunicação com a população:** Estabelecer canais de comunicação mais eficazes entre os agentes de segurança e os moradores, garantindo que a população seja informada sobre o que estão buscando efetivamente e que suas reclamações sejam atendidas de forma eficiente.
3. **Apoiar soluções alternativas:** Enquanto a solução definitiva não é implementada, apoiar iniciativas de mitigação, como o diálogo com as associações de moradores a fim de garantir que os direitos da população local sejam respeitados.
4. **Uso de câmeras corporais por parte dos agentes:** O uso das câmeras corporais ajudam na proteção dos moradores e também dos agentes de segurança que estão trabalhando na garantia de lei e ordem.

Este relatório teve como objetivo contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e garantir que os direitos dos moradores do Complexo do Salgueiro e adjacência sejam respeitados.

ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DE EDVAN DE ASSIS E MARCELO DA ESCUTA DA FAVELA - CRUZ SILVA, PEDREIROS MORTOS PELA POLÍCIA NO JARDIM CATARINA/SÃO GONÇALO



Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data de Elaboração: 28 de maio de 2026 e 01 de junho de 2026

Elaborado por: Fabiana da Silva, Igor Santana e Lidiane Helena

Presentes:

Servidora LIDIANE HELENA SILVA ALMEIDA DA ANUNCIACAO

Servidor Igor Dos Santos Santana

Ouvidora Fabiana Da Silva

Defensor Lucas Aparecido Alves Nunes

Liderança e aluna do Mulheres pelo Acesso à Justiça -

Esposa do Edvan de Assis

Filha -

Vizinho -

Genro -

Cunhada -

Ex- esposa do Marcelo da Cruz Silva

Esposa atual do Marcelo da Cruz Silva

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

[R. Augusto da Fonseca, LT 16, Qd, 339](#)

Fotos e vídeos

Informações Preliminares

No dia 27 de maio de 2026, uma intervenção policial na localidade conhecida como Ipuca, situada no bairro Jardim Catarina, em São Gonçalo, resultou na morte de Marcelo da Cruz Silva, de 41 anos, e Edvan Felipe de Assis, de 46 anos. Os dois eram pedreiros e estavam a caminho do trabalho



na moto de Marcelo quando, entre 07h00 e 07h30, foram baleados pela polícia militar.

Edvan, que além de atuar na construção civil auxiliando Marcelo em obras, era proprietário de um bar na localidade para complementar a renda de sua família. De acordo com os relatos de familiares, amigos e testemunhas que presenciaram a ação, os policiais militares estavam posicionados estrategicamente, de forma oculta, nas proximidades de um mercado local e atiraram em direção aos dois, que ficaram caídos na via pública. Foram encontrados com os pedreiros objetos que comprovam a rotina de trabalho da dupla, como ferramentas de obra — incluindo uma máquina de cortar piso, um tripé e um martelo — além de marmitas com alimentos. Durante a perícia, uma régua de pedreiro feita de alumínio foi localizada e isolada pelas autoridades a uma distância de cerca de 150 metros do ponto central dos óbitos.

As primeiras informações divulgadas pelos veículos de comunicação dão conta de que não houve qualquer ordem de parada prévia, sinal sonoro, uso de sirenes ou tentativa de abordagem padrão, assim como não havia operação e troca de tiros no local naquele momento. As notícias também apontam que foram disparados mais de 40 disparos contra os dois pedreiros.

Em contrapartida à versão dos moradores, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua porta-voz, a tenente-coronel Claudia Moraes, informou que os agentes do 7º BPM (São Gonçalo) estavam no Jardim Catarina para realizar a escolta e o apoio operacional a técnicos de uma empresa de telefonia, cujo objetivo era a retirada de antenas clandestinas. Em seus depoimentos iniciais, os policiais militares envolvidos alegaram que, no contexto da incursão, confundiram o maquinário e as ferramentas de construção carregados pelas vítimas na motocicleta com armas de fogo de grosso calibre, o que motivou a reação armada que culminou nas mortes.

A repercussão imediata do caso gerou forte instabilidade e uma onda de indignação na segurança pública de toda a região do entorno. Por volta



das 09h20 do mesmo dia, manifestantes iniciaram um protesto com queima de pneus às margens da rodovia federal BR-101, na altura do quilômetro 306, no sentido Rio de Janeiro, o que provocou densa fumaça e a interrupção do tráfego. Conforme os dados divulgados pela Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro (Semove), três ônibus foram interceptados por grupos locais e atravessados na pista para servirem como barricadas físicas.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/05/27/prima-morto-sao-goncalo.ghtml>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/05/27/porta-voz-da-pm-pedreiros-mortos-sao-goncalo.ghtml>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/05/27/tumulto-na-br-101.ghtml>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/05/27/mortos-sao-goncalo.ghtml>

<https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2026/05/pedreiros-mortos-por-policiais-sao-sepultados-em-sao-goncalo-policia-civil-analisa-cameras-corporais-de-agentes.ghtml>

<https://vejario.abril.com.br/cidade/pms-afastados-pedreiros-mortos-en-gano-sao-goncalo/>

<https://vejario.abril.com.br/cidade/pms-afastados-pedreiros-mortos-en-gano-sao-goncalo/>

<https://record.r7.com/balanco-geral-rj/video/amiga-de-pedreiros-mortos-no-rj-acusa-pm-de-execucao-foram-mais-de-40-tiros-27052026/>



<https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/saiba-quem-eram-os-pedreiros-mortos-a-tiros-pela-pm-por-engano>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-05/pedreiros-sao-mortos-pela-pm-em-operacao-em-sao-goncalo-no-rj>

<https://www.brasildefato.com.br/2026/05/28/pedreiros-sao-mortos-a-caminho-do-trabalho-por-agentes-da-pm-em-sao-goncalo-rj/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/pedreiros-sao-mortos-ao-sairem-para-trabalhar-durante-operacao-da-pm-no-rj/>

Resumo da Oitiva:

A equipe da Ouvidoria foi acionada ainda no dia 27 de maio com informações sobre a morte de Edvan e Marcelo na comunidade do Jardim Catarina, em São Gonçalo. A Ouvidora Fabiana acolheu as lideranças e auxiliou os moradores que pediram apoio para garantir a feitura da Perícia da cena e a não retirada dos corpos em um caveirão. A Ouvidora Fabiana em diálogo com as lideranças que acionaram a Ouvidoria disse que era importante que todos filmassem com telefones celulares a abordagem para que os objetos do Marcelo e do Edvan não saíssem da vista das pessoas ali presentes.

Ainda no mesmo dia 27, a Ouvidoria acionou o defensor público e subcoordenador do Nudedh, Lucas Nunes para prestar auxílio às famílias que haviam sido levadas para a Delegacia de Homicídios para prestar esclarecimentos. Naquele momento não sabíamos exatamente o que havia ocorrido e se eles haviam sido levados indevidamente. Na ocasião, foi informado ao defensor que um dos irmãos de Marcelo, uma das vítimas, havia arremessado uma pedra em uma das viaturas e por este fato eles haviam sido conduzidos a delegacia. Inicialmente o delegado propôs a



liberação do rapaz sob fiança de 10 mil reais. Em diálogo com o defensor Lucas a fiança foi reduzida para 5 mil reais.

Paralelamente a Ouvidora Fabiana Da Silva auxiliou as famílias com os trâmites do sepultamento gratuito por meio do Guia do Direito ao Luto. Documento feito em parceria com ao Nudedh na figura da Defensora Gislaine Carla Kepe Ferreira .

Com a reunião de informações, prontamente colocamo-nos à disposição para contato com a família e articulamos junto a lideranças locais para realizar a oitiva com Jocilene, esposa de Edvan, no estabelecimento comercial do casal.

No dia 28, em nossa ida ao território, a esposa apresentou quadro familiar, assim como seu relato sobre o acontecido, como transcrevemos abaixo:

Jocilene e Edvan eram casados desde 2010, sendo pais de Yasmin Moraes, de 14 anos, e avôs de Enzo Gabriel, de 3 meses. Além da filha e do neto de seu casamento com Edvan, Jocilene também é mãe de outros filhos de relacionamento anterior, mas que foram criados pelo senhor Edvan. São eles o jovem Guilherme Moraes dos Santos Conceição (17 anos) Jhuliane dos Santos da Luz (25 anos), Leydiane Moraes dos Santos (23 anos), Renan Moraes dos Santos (21 anos) enteados de Edvan. O mais novo estava com apenas 1 ano quando Edvan e Jocilene iniciaram seu relacionamento.

O casal mudou-se para uma casa localizada na [R. Augusto da Fonseca, LT 16, Qd, 339](#), no Jardim Catarina há cerca de 1 ano e comprou um bar/restaurante localizado na calçada em frente a residência, onde funcionava com a venda de quentinhas, portões e bebidas. O espaço, que ainda não terminou de ser pago, servia para complementar também a renda junto ao trabalho de Edvan enquanto pedreiro.

Edvan e Marcelo eram vizinhos [\(Foto 1\)](#) e saíram na manhã do dia 27 de maio, para trabalhar em uma obra onde Marcelo assumia como pedreiro e Edvan como ajudante. Os dois saíram de casa na moto de



Marcelo, levando mochilas e os equipamentos necessários para o trabalho, entre eles, uma régua de pedreiro e um tripé de medição.

Como apresentado na visualização do Google Maps [\(Foto 2\)](#), onde o caminho feito pelos pedreiros foi refeito pela equipe da Ouvidoria e do NUDEDH, os pedreiros seguiram por cerca de 800m até o local onde foram baleados pelos policiais.



Foto 1: A casa mais a esquerda, de portão marrom, era onde morava Marcelo. A casa ao lado, amarela, era onde Edvan morava com sua família. Do lado direito, em frente às duas residências, fica o estabelecimento da família de Edvan.



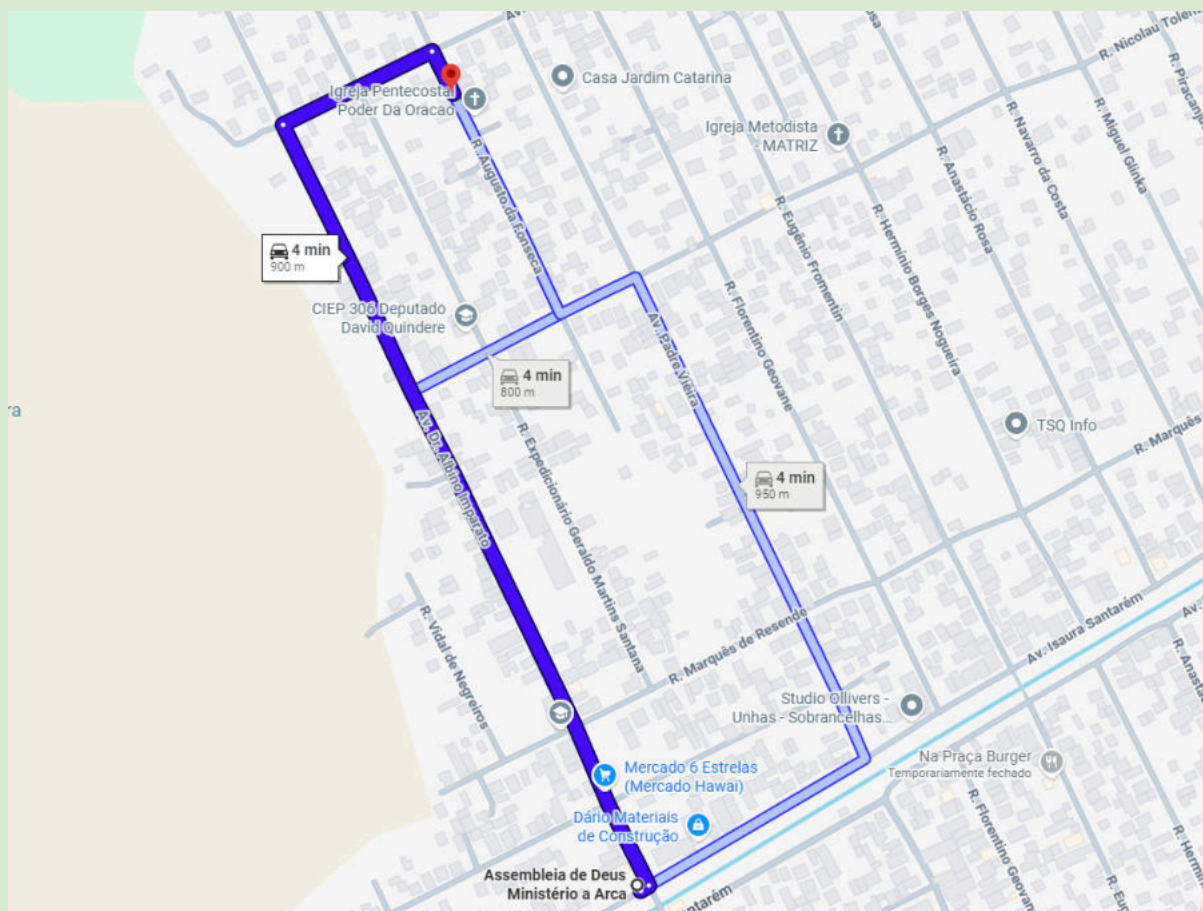


Foto 2: Mapeamento do caminho feito pelos pedreiros da saída de casa até serem baleados

Ao chegarmos no local dos fatos, a liderança do sub-bairro Ipuca, que nos auxiliou na visita, nos mostrou o local onde os policiais se escondiam e o local onde os corpos de Edvan e Marcelo caíram após os tiros ([Foto 3](#), [Foto 4](#), [Foto 5](#) e [Foto 6](#)).

Segundo os relatos dos moradores e familiares, cerca de 45 cápsulas foram encontradas próximas ao local pela perícia, quantidade que consideramos assustadora especialmente pela distância entre os dois pontos e a não ocorrência de troca de tiros.





Foto 3: Visão a partir da localização onde Edvan e Marcelo foram baleados.



Foto 4: Visão da esquina da Av. Dr. Albino Imparato e da Av. Isaura Santarém, onde encontravam-se os policiais.





Foto 5: Deste ângulo é possível ver a fachada da igreja universal, onde os dois foram baleados e a entrada da Av. Isaura Santarém, de onde os policiais realizaram os disparos.

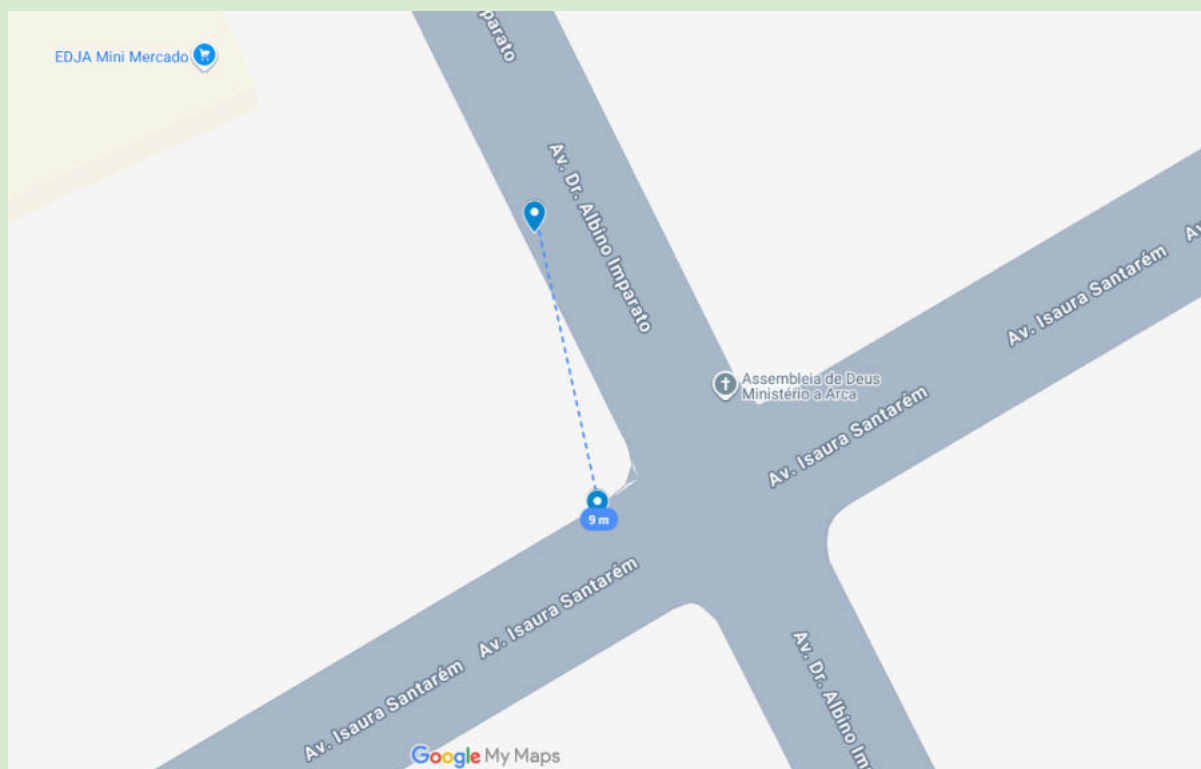


Foto 6: Com base na geolocalização coletada na visita ao local, a distância entre os policiais e os pedreiros era de aproximadamente 9m.



Como apontado também abaixo ([Foto 7](#), [Foto 8](#), [Foto 9](#), [Foto 10](#) e [Foto 11](#)), os disparos acertaram diversos pontos da comunidade, em especial uma outra igreja localizada à frente do ponto onde os dois homens foram baleados.

Os relatos dão conta de que os policiais estavam equipados com câmeras, como determinado pela ADPF 635, contudo, estavam retirando o equipamento após o acontecido. De igual modo, os mesmos teriam jogado a régua de construção levada pelos pedreiros em um córrego localizado ao lado do ponto onde os policiais estavam escondidos ([Foto 12](#)).

Além disso, moradores também destacam que os policiais queriam levar Edvan e Marcelo em um Caveirão para o hospital, contudo, a família e vizinhos não permitiram, pois seus pertences não haviam sido revistados. O medo dos populares era de que pudessem ser plantadas provas incriminatórias aos pedreiros em suas mochilas ou roupas após a colocação dos mesmos no caveirão.

Desta forma, os moradores acabaram garantindo também que não houvesse qualquer mudança na cena do crime até a chegada da perícia ao local, garantindo um melhor curso ao processo de investigação do acontecido.





Foto 7: Marca de tiro encontrada na igreja a frente





Foto 8: Marca de tiro encontrada na igreja a frente





Foto 9: Marca de tiro encontrada na igreja a frente





Foto 10: Marca de tiro encontrada na igreja a frente





Foto 11: Marca de tiro encontrada na igreja a frente





Foto 12: Córrego onde a régua foi encontrada

Dia 01 de junho - Escuta primeira parte da família do Marcelo da Cruz Silva

No dia 01 de junho às 10:30 a Ouvidora Fabiana da Silva e o Defensor Lucas Nunes atenderam na Associação de Moradores a ex-esposa Lúcia da Silva Almeida, CPF 139.982.317-57, responsável legal da criança Vitor Emanuel Almeida da Cruz (08 anos).

Nos apresentamos e dissemos o que buscamos com o acolhimento ofertado para as famílias vítimas da violência do Estado. O defensor Lucas informou sobre os procedimentos que estão sendo adotados neste momento pela Defensoria para melhor atender as famílias e que já estão em diálogo com a Procuradoria do Estado para dialogar sobre o processo de reparação financeira.

A senhora Lúcia nos informou que o senhor Marcelo pagava a pensão do filho de forma regular e por isso nunca precisou colocar ele na justiça e que tinham uma relação de parceria e respeito mesmo após o processo de separação. Informou que o divorciou foi



homologado no dia 22 de dezembro de 2022 e que ficaram casados por 08 anos e que o Marcelo ajudou na criação do filho mais velho que segundo relatou a senhora Lúcia hoje se encontra privado de liberdade por escolhas feitas por ele.

A senhora Lúcia também nos informou que o filho Vitor Emanuel estava passando pelo processo investigativo para verificar se é autista e que somente um dos exames feitos custava cerca de 800 reais e que o senhor Marcelo estava indo trabalhar para conseguir arca com as custas desse exame específico.

Nos disse que vai em busca dos direitos do seu filho e que por isso quer o apoio da Defensoria, pois sentiu ao longo de algumas conversas travadas com os irmãos do falecido Marcelo que há uma tentativa de silenciamento e apagamento dos direitos que são do filho dela. Nos disse em uma conversa que um dos irmãos sinalizou que vão “cuidar dessa parte” e que era para ela ficar despreocupada. Em outra conversa foi perguntando para ela o valor da pensão recebida e que isso vêm preocupando ela no que tange a forma como eles estão se colocando como os donos de qualquer ação indenizatória advindo da morte do Marcelo.

Nos disse que o Marcelo deixou 3 casas. Duas construídas no quintal de sua mãe e que foram feitas quando eles ainda estavam casados e uma comprada por ele para residir com a nova companheira. Informou que somente quer o que é de direito do filho e que não trabalha e contava com o apoio do Marcelo com tudo, pois cuida da mãe com alzheimer e da irmã com problemas mentais.

Em seguida, atendemos a senhora Ana Carolina Lopes Lima, CPF 060.024.547-05. A senhora Ana Carolina era a atual esposa do senhor Marcelo e tinham um relacionamento de dois anos e meio. Disse que após três meses de namoro já foram morar juntos. Nos disse que têm dois filhos de outro relacionamento e que os dois moravam com eles.



A senhora Ana Carolina nos informou que o senhor Marcelo tinha somente a moto no nome dele e que a atual residência ainda estava sendo paga em prestações de R\$500 mensais e que a escritura da casa ainda estava no nome da dona anterior da casa e que somente teriam acesso ao documento da casa após a conclusão dos pagamentos combinados. Nos disse que as casas no quintal da mãe estavam alugadas, mas que achava que fossem da mãe do Marcelo por conta de terem sido construídas no quintal dela.

Nos informou que não teve acesso a certidão de óbito do Marcelo, mas soube que foi colocado no referido documento que o mesmo era solteiro, o que não é verdade, mas que vem observado movimentações por parte dos irmãos do Marcelo de deslegitimar o relacionamento que a mesma tinha com o falecido.

Nos disse que estar sob o efeito de medicamento para lidar com a dor da perda e que o Marcelo era o provedor central da família e que não trabalha por conta de ter que cuidar do filho de outro relacionamento que é autista nível de suporte 2 e que o Marcelo tinha uma relação socioafetiva com os dois filhos dela - João Miguel Lopes Gomes (08 anos) e Mariah Kathyllen Lopes da Silva (16 anos).

A senhora Ana Carolina nos disse que uma parte da família do Marcelo estão pedindo os eletrodomésticos que estão na casa e também as ferramentas de trabalho do Marcelo e que estão tentando tomar a casa que ainda nem paga estar.

Nos disse que no dia do ocorrido ao acordar sentiu um aperto no peito e pediu que o Marcelo não fosse pela Rua Albino Parato, pois é considerada uma rua com muitas ocorrências de violência e que há duas semanas atrás dois jovens foram mortos nas proximidades do CIEP que ficar bem próximo da igreja Universal (local da ocorrência das Mortes do Edvan e do Marcelo).

PS: foi solicitado pelo presidente da Associação de Moradores da Ipuca/Jardim Catarina/São Gonçalo o apoio do Núcleo de Direitos



Humanos da Defensoria para dois casos. Um relacionado ao senhor José Policarpo Meirelles (Vulgo Hulck), atual presidente da Associação de Moradores, que foi chamado em rede nacional como pessoa vinculada ao tráfico de drogas local por um jornalista da Rede Record ao auxiliar as famílias que pediam justiça. Foi solicitado também que fosse feito um pedido para a retirada de vídeos que estão circulando nas redes sociais chamando os moradores de Jardim Catarina de “NEGRALHADA, FEDIDOS, FEIOS”. Por isso pediram o apoio desta Ouvidoria para conseguirem apoio jurídico para conseguirem tirar do ar os vídeos caluniosos.

Encaminhamentos

-
- Relatoria enviada ao Núcleo de defesa dos direitos humanos da Defensoria Pública (NUDEDH);
- Encaminhamento da viúva de Edvan e do Marcelo ao acolhimento psicossocial da Rede de atenção a pessoas afetadas pela violência de Estado (RAAVE);
- Fazer a retificação da certidão de óbito do Edvan, que foi feita sem a inserção do nome da companheira do Edvan;
- Fazer a retificação da certidão de óbito do Marcelo, que foi feita sem a inserção do nome da companheira do Marcelo;
- Auxiliar a senhora Lúcia com apoio junto ao Conselho Tutelar a fim de justificar as faltas escolares do Vitor Emanuel;
- Auxiliar a senhora Ana Carolina com o imóvel comprado e que ainda tem parcelas à serem pagas;
- Retirar do ar os vídeos caluniosos contra as lideranças e moradores de Jardim Catarina;



OITIVA E ACOLHIMENTO CASO DANIEL PATRICIO, PAVUNA

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data de Elaboração: 23 de abril de 2026

Elaborado por: Fabiana da Silva

Escuta caso Daniel Patrício - jovem morto na Pavuna em 22/04/2026

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2026

Sumário

Escuta caso Daniel Patrício - jovem morto na Pavuna em 22/04/2026

Sumário	2
Presentes	3
Informações Preliminares	3
Resumo da Oitiva	3

Presentes

- **Fabiana Silva (Ouvidoria)**
- **Igor Santana (Ouvidoria)**
- **Tais Oliveira (irmã da vítima)**

Informações Preliminares



No dia 23 de abril de 2024 o jovem Daniel Patricia de 29 anos e mais dois amigos foram abordados por policiais armados em uma via do bairro Pavuna, zona norte da capital do Estado do Rio de Janeiro. Daniel Patrício foi morto nessa ação com mais de vinte tiros disparados por agentes de segurança do Estado. Segundo relatos de testemunhas, Daniel chegou a sinalizar com os faróis do veículo, na tentativa de indicar que se tratavam de moradores da região, mas os disparos não cessaram.

Segundo familiares e moradores presentes na data da morte, o jovem não tinha qualquer envolvimento com o tráfico de drogas ou o crime organizado. Contudo, na versão da polícia, ele furou um bloqueio da polícia e por isso foi alvo dos disparos.

Resumo da Oitiva

Tais Oliveira, irmã de Daniel, entrou em contato com a Ouvidora Fabiana na manhã do dia 23 de abril pedindo ajuda para conseguir justiça para seu irmão Daniel Patrícia que tinha sido morto na madrugada do dia 22 de abril no Bairro da Pavuna. Tais Oliveira é ex-aluna de processos formativos da Ouvidoria Geral como o Curso Garantias Legais e Acesso à Justiça nos Territórios e por isso sabia como acionar diretamente os canais da Ouvidoria para buscar apoio.

Após o contato inicial com a Ouvidora Fabiana na quarta-feira do dia 23 de Abril a Ouvidora Fabiana orientou a mesma a oficializar via plantão da ADPF 635 o pedido de perícia no local da cena, pois Tais relatou que o carro seguia na cena e que não tinha tido perícia no local até aquele momento. Cabe informar que a família foi orientada a levar o carro para casa ainda com os restos mortais de Daniel.

Durante a oitiva, pontuou que o jovem foi alvejado mesmo sinalizando que era morador e que os amigos que estavam junto também gritavam que eram moradores ali no carro.



A família do jovem foram avisados em casa de que o jovem havia sido alvejado e correram até o local, encontrando o corpo ainda dentro do carro e entraram em desespero. Segundo Tais, ele estava se preparando para deixar a cidade e se mudar para o Estado do Paraná por ter recebido uma proposta de emprego.

Tais Oliveira sinaliza que o choque da família se dá porque o jovem fez tudo certo e mesmo assim foi morto somente por estar transitando com um carro que fugia aos padrões ditos que pessoas que moram naquela área podem ter acesso e que mesmo tendo estudando e até sido estagiário da Defensoria não o livrou da morte.

Segundo a irmã de Daniel, Thais Oliveira, eles eram moradores do bairro há mais de 20 anos, e o empresário circulava pela região com frequência e não representava perigo algum, o que não justifica a abordagem a tiros.

“Foram 23 tiros. Então, 23 tiros não é ordem de parada. Não teve revide, porque não tinha arma dentro do carro. Meu irmão é mais uma vítima do estado, desse estado despreparado que atira para matar”, disse a irmã Thaís Oliveira.

Em reportagens exibidas posteriormente pela grande mídia foi possível verificar que não houve abordagem, nem ordem de parada: os PMs monitoram Daniel durante toda a madrugada com ajuda de um informante e atiraram assim que o carro se aproximou.

Após a acolhida para a Família com organização logística de como a família poderia garantir sua proteção, a Ouvidora Fabiana Silva entrou em contato com o Defensor André Castro que estava de plantão no Nudedh e iniciou o apoio jurídico com informações iniciais de como a família poderia proceder para garantir a perícia do carro - diálogo travado entre o defensor e representante do Ministério Público. Em paralelo foi feito o movimento do Defensor André para garantir que a família não fosse revitimizada com depoimento na delegacia e posterior apoio para medidas de reparação.



Em nota, a corporação informou que a Delegacia de Homicídios foi acionada e que a ocorrência está em andamento. O comando da PM também determinou a abertura de um procedimento interno para apurar as circunstâncias do caso.

PS: CABE INFORMAR QUE A AVÓ DO DANIEL PATRÍCIO VEIO A FALECER UM MÊS DEPOIS DA MORTE DO NETO. SEGUNDO A FAMÍLIA A MORTE TEM RELAÇÃO COM A TRISTEZA.

O PAI E A MÃE DO JOVEM ESTÃO ADOECIDOS APÓS A PERDA DO FILHO.

O que saiu na grande mídia sobre o caso:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/pms-que-mataram-e-mpresario-em-abordagem-no-rio-sao-denunciados-e-viram-reus/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/06/09/justica-do-rj-afasta-delegado-de-investigacao.ghtml>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/bom-dia-rio/noticia/2026/05/08/pms-homicidio-empresario-na-pavuna.ghtml>

<https://globoplay.globo.com/v/14559847/>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2026-04/mprj-acompanha-investigacoes-sobre-morte-de-empresario-por-policiais>

Observação por parte da Ouvidora Fabiana Silva após ler os documentos em anexo.

A morte do empresário Daniel Patrício Santos de Oliveira, alvejado com mais de 20 tiros na Pavuna em abril de 2026, é um trágico exemplo de violência estatal. Imagens de **câmeras corporais** revelaram que os policiais



monitoraram a vítima por mais de uma hora e atiraram no carro sem ordem de parada ou justificativa, o que levou à prisão em flagrante e posterior denúncia dos agentes por homicídio doloso.

Casos como este e o da médica Andrea Marins Dias expõem falhas severas nos protocolos de abordagem nas áreas periféricas e a urgência de uma revisão estrutural na **política de segurança pública** do Rio de Janeiro.

ESCUTA DA FAVELA - OITIVA E RECONSTITUIÇÃO DO CASO WELLINGTON, NO MORRO DA CASA BRANCA/TIJUCA

Data de Elaboração: 12 de fevereiro de 2026

Elaborado por: Fabiana da Silva e Igor Santana

Resumo do caso

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro foi acionada pelo Defensor Público Rodrigo Baptista Pacheco, titular da DP JUNTO À 16.^a VARA CRIMINAL DA CAPITAL, para realizar visita ao território do Morro da Casa Branca, localizado na Tijuca. A externa buscava realizar oitiva e reconstituição, pelo olhar dos familiares, da prisão de Wellington de Araújo, jovem morador da comunidade, preso no último dia 24 de outubro de 2025.

Segundo os relatos dos familiares, Wellington foi preso por volta das 7h da manhã. O mesmo mora com seu padrasto, em casa localizada na Rua Paraíso (Geolocalização: 📍 22° 56' 10.9" S 43° 14' 53.4001" W) e foi surpreendido por operação policial realizada na manhã daquele dia, com início por volta das 5h.

Na região onde Wellington mora, há uma grande questão em relação à disputa entre facções rivais, com constantes confrontos com a organização armada que controla o Morro do Borel, localizado ao lado.



A mãe de Wellington, Janete Maria de Araújo, relata que, naquela manhã, após ouvir tiros próximos do local, recebeu mensagem de seu filho e seu companheiro, que, por serem dois homens negros, sozinhos na casa, temiam a repressão tanto da facção rival da que domina a Casa Branca, como também da própria polícia. Assim, os dois solicitaram a Janete que os encontrasse no portão de sua casa (Geolocalização:  22° 56' 10.7002" S 43° 14' 53.0002" W), localizada do outro lado da rua, para que pudessem se sentir mais seguros.

Janete então se colocou na rua e Wellington e seu padrasto deixaram a casa onde moram. Importante aqui destacar que a casa fica em uma altura elevada e não conta com escadas, o que obriga que os dois pulem um pequeno muro para descer a viela que dá na casa de Janete, como mostrado no vídeo aqui destacado onde Felipe, o padrasto, realizou o movimento:  20260212_113951.mp4 .

Ao descer esta pequena mureta, Wellington entrou na casa de Valeska, vizinha da família, localizada há cerca de três metros da descida, como demonstra a imagem abaixo (**imagem 1**). Lá, ficou por alguns minutos enquanto ocorria o tiroteio. Felipe, por sua vez, foi logo rendido e colocado pelos policiais aguardando ao pé da entrada da viela, como também demonstrado na imagem abaixo (**imagem 2**).





Imagem 1 - Entrada da casa de Wellington e Felipe. Na imagem, é possível ver a descida da viela, onde Felipe ficou rendido, assim como a casa de Valeska, com porta localizada na escada à direita.

Imagem 2 - Porta de Valeska, à esquerda. Foto tirada da porta de Wellington e Felipe

Importante destacar que haviam duas acusações sobre Wellington e Felipe. A primeira era de que Wellington teria trocado tiro com os policiais e pulado os muros do local para se esconder na casa da vizinha. A segunda, que servia também de base para a acusação anterior, era de que Wellington estava anteriormente em um ponto de varejo de drogas,



localizado poucos metros à frente da sua casa e com distância ainda menor da casa de sua mãe, como destacado abaixo **(Imagem 3)**.



Imagem 3 - Ponto do suporte varejo de drogas localizado na rua onde o fato aconteceu



Imagem 4 - Nesta imagem, é possível ver à direita o suposto ponto de venda de drogas. Também à direita, um pouco à frente, com portão cinza e gato branco à frente, a casa de Janete, mãe de Wellington

Após negociação e com a garantia de Janete de que Wellington não sofreria represálias, o mesmo deixou a casa de Valeska, acompanhado da vizinha, e foi também rendido. Ambos foram colocados na entrada da viela, quando Wellington foi acusado da troca de tiros e do varejo de drogas. Apesar das negativas do jovem, da mãe e do padrasto, após o sarqueamento, Felipe foi liberado enquanto Wellington foi levado à sede policial, com base em passagem anterior pelo sistema prisional, como apontaram os familiares e vizinhos.

Neste momento, Janete, a mãe, questionou os policiais, que haviam afirmado que, verificado que Wellington não estava armado, o mesmo seria liberado. Um dos policiais, inclusive, corroborou com a mãe, afirmando que os dois, Wellington e Felipe, de fato estavam com cara de quem havia acabado de acordar. Contudo, o jovem foi colocado de pé, ao lado de construção próxima da entrada de suas casas, onde ficou aguardando para ser levado à delegacia.

No local, apontado em imagem abaixo **(imagem 5)**, Wellington foi alvo de ameaças dos policiais que, segundo Janete, prometeram “metralhar” o jovem caso as reclamações de sua genitora não cessassem. Ao que Janete respondeu, colocando-se à frente do filho. “Se for atirar nele, terá que atirar em mim”.



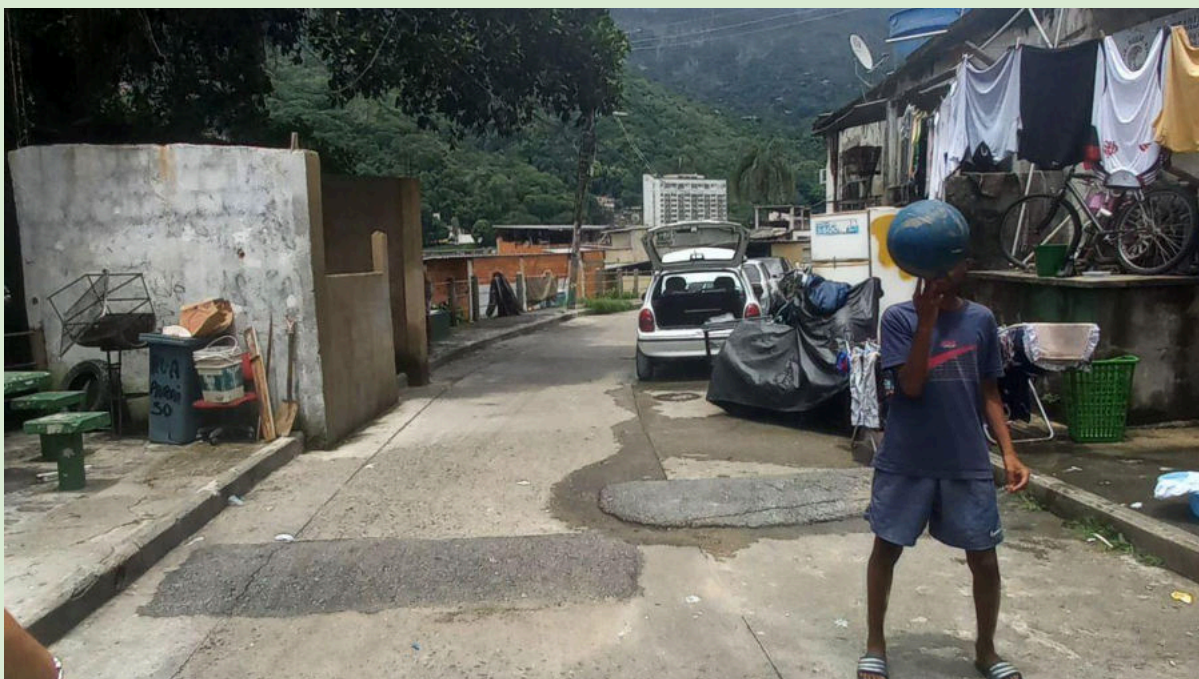


Imagem 5 - À esquerda, a obra onde Wellington ficou rendido e foi ameaçado.

Vale destacar aqui, o relato de Janete, mãe de Wellington:

“O policial falou: ‘a senhora vai continuar andando atrás da gente? A senhora vai continuar andando atrás da gente? A gente fuzila ele!’ Eu falei, ‘você vai fuzilhar ele por quê? Se ele não tá com nada, o senhor não tá pegando nada com ele’. Eu falei, ‘eu não vou sair daqui do lado dele, não vou sair. Eu vou ficar aqui o tempo todo’. Aí o policial que estava dominando ainda falou: ‘ela tá certa, ela é mãe’. O primeiro policial começou a ficar nervoso novamente dizendo ‘a senhora tá vendo a gente colocar alguma coisa em cima dele? Não tá botando nada em cima dele. A senhora tá vendo a gente trazendo as drogas pra cá?’ Eles pegaram as drogas e botaram aqui, realmente não botaram lá do lado dele, não.

Por fim, cumpre salientar que as violências no território são comuns, como relatado por Felipe durante a oitiva. O mesmo informou que o medo que afligiu a ele e Wellington, fazendo-os recorrer à casa de Janete, advém de situações anteriores, como as agressões que Felipe informa ter sofrido em ocasião anterior de agentes públicos.



Segundo ele, foi acordado a tapas e socos por policiais que buscavam suspeitos na comunidade da Casa Branca e invadiram sua residência na ocasião e que ao baterem em Felipe mandaram ele chorar calado.

Descrição do ambiente

Ao chegar ao local dos fatos anteriormente narrados, pudemos logo notar que o espaço físico onde houve a ocorrência tem aproximadamente 35 m², o que representa um ambiente extremamente restrito onde toda a história foi narrada. Apresentamos, por meio de mapa criado no software “Google My Maps” a visão ampla do ambiente **(imagem 7)**.

Para facilitar a compreensão também, foi realizada a gravação de vídeo com foco nos pontos citados no mapa, narrado pelo servidor Igor Santana, da equipe da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro:

 20260212_113452.mp4 .

Também para situar o ambiente do ocorrido, foi registrada a geolocalização de cada um dos pontos apresentados no vídeo produzido *in loco* **(imagem 6)**, abaixo especificados da seguinte forma:

1. [Casa onde moram Wellington e Felipe](#), local onde ambos dormiam quando teve início a incursão policial
2. [Casa de Valeska](#), localizada na mesma viela, poucos metros à frente da casa de Wellington e Felipe.
3. [Entrada da viela que termina na casa de Wellington e Felipe](#), ponto onde ambos foram colocados em situação de coação por uso desproporcional de força ao protocolo de abordagem institucional
4. [Entrada da casa de Janete, mãe de Wellington](#), localizada na calçada oposta à casa de Wellington e Felipe
5. [Local onde foi encontrado pequeno carregamento de drogas](#), ao lado da casa de Janete, mãe de Wellington e Felipe.



6. [Construção onde Wellington foi mantido pelos policiais](#) até a condução à sede policial.
7. [Lava Jato](#) onde Wellington trabalhava, local que não está incluso na relação da ocorrência, contudo, vale destacar a proximidade entre o local e a moradia de Wellington e demais membros de sua família citados durante este relatório.



Imagem 6 - Localização em mapa construído no “Google My Maps” do [Caso do Morro da Casa Branca-Tijuca](#) visto em *Plongée/Visão Vertical* em composição com imagens de satélite.



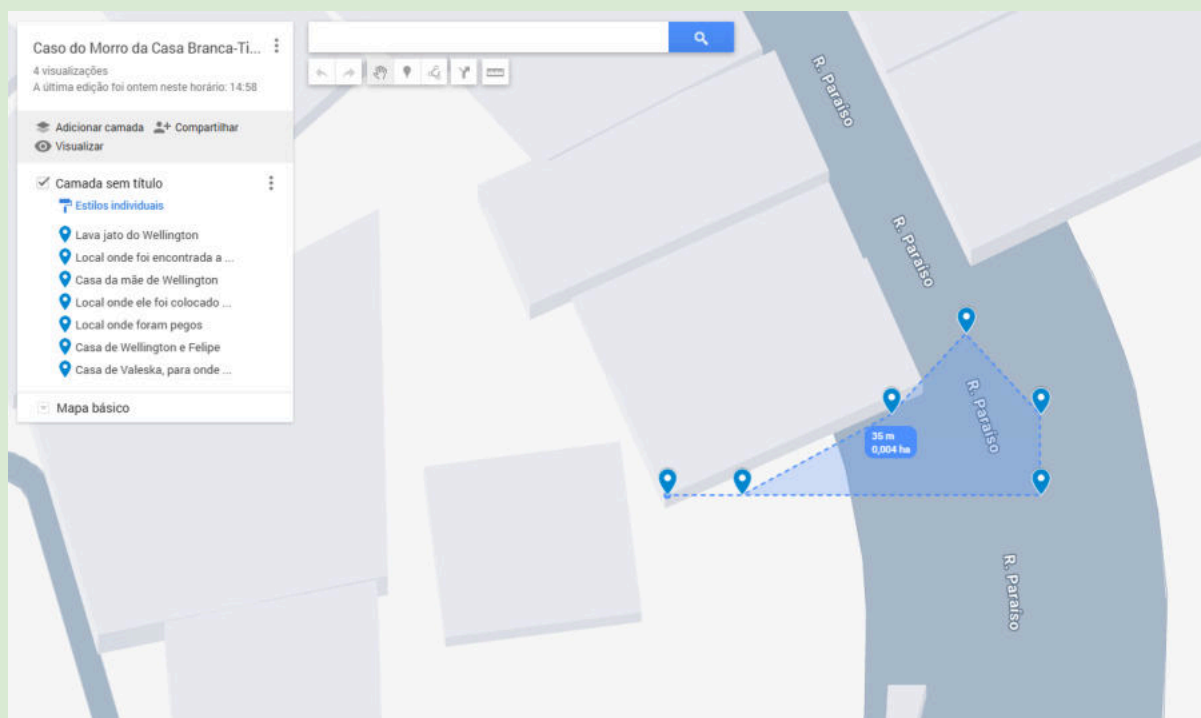


Imagem 7 - Localização em mapa construído no “Google My Maps” do [Caso do Morro da Casa Branca-Tijuca](#) visto em *Plongée/Visão Vertical* em composição com imagens de mapa com relevo.

Demais imagens da externa:

[Fotos] 2026.02.12 - Oitiva e reconstituição do Caso Wellington, no ...

ATUAÇÃO DA OUVIDORIA CHUVA - Visita da Ouvidoria no Jardim Maravilha

O Jardim Maravilha, localizado em Guaratiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro, é uma região que enfrenta enchentes crônicas, recebendo obras de infraestrutura do programa Bairro Maravilha e do Novo PAC, com investimentos de R\$ 340 milhões para conter as cheias do [Rio Cabuçu-Piraquê]. O projeto inclui diques, reservatórios e pavimentação, buscando beneficiar 30 mil moradores.



A Ouvidoria Geral Externa da Defensoria Pública foi chamada para ouvir os moradores do Bairro que sofrem com Problemas Crônicos provocados com graves alagamentos, especialmente após fortes chuvas e a partir dessa oitiva iniciamos o acompanhamento junto ao território por meio da parceria com organizações locais.



OUVIDORIA NA ESTRADA - Ouvidoria faz oitiva em Mendes

No dia 13 de maio de 2026 a equipe da Ouvidoria Geral esteve presente na cidade de Mendes para acolher uma denúncia de negligência da Defesa Civil em relação às casas afetadas durante as chuvas torrenciais que ocorreram na cidade em 2024. As fortes chuvas aconteceram na R. Santa Rosa - região conhecida como Grotão, na qual residem cerca de 35 famílias.



De acordo com relatos das moradoras, a região sempre enfrentou fortes chuvas, mas nunca havia tido um acidente grave. Com o passar do tempo a chuva foi aumentando e encostas ficaram encharcadas, até que em 2024, ocorreu um forte deslizamento e uma criança veio a óbito em uma das residências. A Ouvidoria foi até o bairro a partir da articulação de uma liderança do Programa Mulheres pelo Acesso à Justiça.



ESCUta COMUNIDADE PARQUE VILA NOVA/DUQUE DE CAXIAS.

A Ouvidoria da Defensoria Pública esteve em Vila Nova, em Duque de Caxias, no último dia 27, para atividade de escuta com a comunidade. A visita foi realizada em parceria com o 04º Núcleo Regional de Tutela Coletiva, liderado pela defensora Mariana Paizueiro. A escuta gerou um importante levantamento das demandas de acesso a direitos no território e foi uma oportunidade de apresentar a população o TAC e tirar dúvidas



sobre como vai ocorrer o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Defensoria Pública e Prefeitura de Duque de Caxias.

O TAC é uma conquista dos Movimentos Sociais que construíram com a Defensoria desde 2022 um diálogo sobre Moradia como um direito inegociável. A Ouvidoria segue acompanhamento e sendo ponte entre o território e a Defensoria.





COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO

Do dia 1º de janeiro de 2026 até o dia 26 de junho de 2026, data em que foram fechados os dados da comunicação deste relatório, foram realizadas **106 postagens no instagram** da Ouvidoria da Defensoria Pública e **83 no facebook** do órgão. A nível de comparação, no mesmo período nos anos anteriores, foram realizadas **110 postagens no instagram** e **77 no facebook** no ano de 2025. Em 2024, nesse período, eram **129 postagens no instagram** e **100 no facebook**.

A pequena diferença na quantidade de postagens, contudo, não representa diminuição no alcance de público das redes sociais do órgão visto que, o **alcance médio das postagens em 2024 era de 2.011** contas. Já **em 2026 o alcance é de 55 mil pessoas em média**. O ano de **2025 ainda é o melhor, com 96 mil interações médias** no primeiro semestre.

De toda forma, houve um grande aumento no número de seguidores, especialmente no instagram da Ouvidoria, que tinha cerca de 8 mil seguidores em 2024 e já conta com mais de 12 mil até a data do fechamento deste relatório.

Importante ressaltar que isso se deve a um post em específico realizado no primeiro semestre de 2025, em collab com a escola de samba Paraíso do Tuiuti. A postagem, sozinha, conta com mais de 40 mil curtidas, sendo disparada a postagem com maior número de curtidas da história do instagram da Ouvidoria.

No comparativo dos 3 anos, tivemos, apenas em 2025 uma grande variação em relação ao número de interações:

Dados do primeiro semestre

2024: 69.509 interações

2025: 247.026 interações



2026: 68.103 interações

INTERAÇÕES E ALCANCE

Top 5 Posts com **maior alcance** (número de contas que tiveram contato com o conteúdo) no Instagram da Ouvidoria em 2026.

Data	Link	Descrição	Tipo de post	Alcance
08/03/2026	https://www.instagram.com/p/DVn2dajlmt9/	8 de Março: Protesto e Defesa dos Direitos das Mulheres	Imagem do Instagram	11352
13/02/2026	https://www.instagram.com/p/DUteoo9kneG/	Defesa da Memória de Thiago Menezes e Apoio à Família	Imagem do Instagram	8824
14/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTgQWjQEj2X/	Monitoramento de Incursões Policiais no Complexo do Salgueiro	Imagem do Instagram	3860
25/02/2026	https://www.instagram.com/p/DVMmYKDiCw/	Edital para Seleção da Turma 2026 do Curso Garantias Legais	Imagem do Instagram	3555
10/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DVt96EHD59h/	Impacto do Curso Garantias Legais na Trajetória de Lideranças	Reel do Instagram	2950

Top 5 Posts com **maior alcance** (número de contas que tiveram contato com o conteúdo) no Facebook da Ouvidoria em 2026.



Data	Link	Título	Alcance
07/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02UpPRGqUirPKk6Cv3c6GCnEZH5hkS7f36Xk4Kfy8JOL4srxO3rGJufmijyXYH7fDSVl	Retomada dos Atendimentos da Defensoria após o Recesso Forense	129
23/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0vdsqm3Ja63pQSxWpRrPgiRdtCd3F1PkkUBtklanwP2KFqFJaZRCYVNVrfDQsRArzi	Posse Popular da Ouvidora Fabiana Silva e Planejamento Biênio 2026-2027	125
28/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02mvfqSGzzluXGJsKuyNqpXSJbVqXtsTFC8Y9fsX1Hgfg4TgygxsebTAH8cttgfbWJl	Ouvidoria Itinerante Regional em Barra do Piraí	117
30/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02CPRHV82E4LS5gSqa8StgW5ATlt6L2mga6QANJyYSshBRTCHX6xubpp5WhHsLvosbl	Escuta Comunitária em Vila Nova: Diálogo sobre Direito à Moradia	107
22/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0GoJLsCGLfM9vGSv8iTChkf5PsYrnFR79Yxu9e94qK4JJrWemvSB5S5pSzj9Jfa5Jl	Monitoramento de Mudanças Climáticas e Impactos nas Áreas Urbanas	101



Top 5 Posts com **maior número de Visualizações** (número de contas que tiveram contato com o conteúdo) o Instagram da Ouvidoria em 2026

Data	Link	Descrição	Tipo de post	Visualizações	Curtidas
13/02/2026	https://www.instagram.com/p/DUteoo9kneG/	Defesa da Memória de Thiago Menezes e Apoio à Família	Card	15197	332
08/03/2026	https://www.instagram.com/p/DVn2dajlmt9/	8 de Março: Protesto e Defesa dos Direitos das Mulheres	Card	13997	78
14/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTgQWjQEj2X/	Monitoramento de Incursões Policiais no Complexo do Salgueiro	Card	6850	128
25/02/2026	https://www.instagram.com/p/DVMmYKDiCCw/	Editais para Seleção da Turma 2026 do Curso Garantias Legais	Card	6343	146
21/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTxkxdRDYik/	Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa	Card	4161	34

Top 5 Posts com **maior número de Visualizações** (número de contas que tiveram contato com o conteúdo) o Facebook da Ouvidoria em 2026

Data	Link	Título	Visualizações
------	------	--------	---------------



20/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02UiVMAf5nt4a3AVnT27pdcwWx3tZGmEFqk2ZJixJ7z5hdp4DLxWqijL4Gc54GGJ5SI	Audiência Pública na ALERJ sobre Saúde da Mulher Negra	447
23/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0vdsqm3Ja63pQSxWpRrPgiRdtCd3F1PkkUBtk1anwP2KFqFJaZRCYVNrfdQsRARzl	Posse Popular da Ouvidora Fabiana Silva e Planejamento Biênio 2026-2027	196
07/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02UpPRGqUirPKk6Cv3c6GCnEZH5hkS7f36Xk4Kfy8JQL4srxQ3rGJufmjyXYH7fDSVI	Retomada dos Atendimentos da Defensoria após o Recesso Forense	184
28/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02mvfqSGzz1uXGJsKuyNqpXSJbVqXtsTFC8Y9fsX1Hgfg4TgygxsebTAH8cttgfbWJl	Ouvidoria Itinerante Regional em Barra do Piraí	165
20/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02m7i7Ptpnyg3iwWLbbPCek5t5TFHRcDGhWL2o4ecGehLoAUYDsWbgLqeuswAPcFx2l	Formatura da RAAVE: Política Pública de Acolhimento a Vítimas de Violência Estatal	165



POSTS REALIZADOS NO INSTAGRAM DA OUVIDORIA

*Os dados estão organizados por data de publicação

Descrição	Data	Link	Tipo	Visualizações	Alcance	Curtidas
Retomada dos Atendimentos da Defensoria após o Recesso Forense	07/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTNi1XGFu4D/	Carrossel	1673	627	20
Lançamento e Disponibilização do Relatório Anual 2025	09/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTSz04nFD3q/	Card	1803	498	22
Balanço de Atendimentos 2025: Transparência e Justiça Social	13/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTdISySjxzi/	Carrossel	1191	302	19
Monitoramento de Incursões Policiais no Complexo do Salgueiro	14/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTgQWjQEj2X/	Card	6850	3860	128
Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa	21/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTxkxdRDYik/	Card	4161	2077	34
Enfrentamento Estrutural à Violência contra a Mulher	22/01/2026	https://www.instagram.com/reel/DT0dHAjKW_5/	Reels	1280		97
Monitoramento dos Impactos das	22/01/2026	https://www.instagram.com/p/DTIISIsj5A8/	Carrossel	1861	713	41



Mudanças Climáticas						
Ato Solene de Posse Popular para o Biênio 2026-2027	23/01/2026	https://www.instagram.com/p/DT3OdIjJn4c/	Card	1928	767	120
Visibilidade Trans e Direitos LGBTQIAPN+	29/01/2026	https://www.instagram.com/reel/DUGHHEMFw8R/	Reels	1330	887	67
Posse Popular da Ouvidora Fabiana Silva e Relatório 2025	05/02/2026	https://www.instagram.com/reel/DUZFI8skpTD/	Reels	2661	1961	162
Monitoramento de Chuvas e Planejamento Urbano em Áreas de Risco	09/02/2026	https://www.instagram.com/reel/DUjcyXoDxic/	Reels	1243	792	110
Projeto Ouvidoria na Estrada: Atendimento em Paraty	11/02/2026	https://www.instagram.com/p/DUocY_XDxhS/	Carrossel	1070	516	28
Festival Odojá em Búzios: Resistência e Justiça Climática	12/02/2026	https://www.instagram.com/reel/DUqKTpIFa8r/	Reels	539	406	33
Plantão de Carnaval e Canais de Atendimento da Defensoria	12/02/2026	https://www.instagram.com/p/DUrlCbhAZkr/	Carrossel	1309	531	23
Defesa da Memória de Thiago Menezes e Apoio à Família	13/02/2026	https://www.instagram.com/p/DUteoo9kneG/	Card	15197	8824	332
Projeto Defensores do Samba:	14/02/2026	https://www.instagram.com/p/DUvM9d3ithV/	Carrossel	863	341	14



Assistência Jurídica no Carnaval						
Formatura da RAAVE: Política Pública de Acolhimento Estatal	20/02/2026	https://www.instagram.com/p/DU_uZl6D0IC/	Carrossel	1257	530	53
Edital para Seleção da Turma 2026 do Curso Garantias Legais	25/02/2026	https://www.instagram.com/p/DVMmYKDiCCw/	Card	6343	3555	146
Memória e Reparação: Justiça por Marielle e Anderson	25/02/2026	https://www.instagram.com/p/DVME9jxkopt/	Card	2535	1552	45
Inscrições Abertas: Garantias Legais 2026 – Liderança Comunitária	02/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DVZa3XVEiv1/	Reels	2347	1533	109
Formação Política e Cidadã para Jovens	04/03/2026	https://www.instagram.com/p/DVen8VUEZZI/	Carrossel	2162	1324	47
Ouvidoria Itinerante: Atendimentos em Duque de Caxias	05/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DVgTVpkDTvF/	Reels	3138	2357	146
8 de Março: Protesto e Defesa dos Direitos das Mulheres	08/03/2026	https://www.instagram.com/p/DVn2dajlmt9/	Card	13997	11352	78
Lançamento da Cartilha "Ouvidoria Delas" no Dia da Mulher	08/03/2026	https://www.instagram.com/p/DVoSBPvAQnE/	Card	2685	1650	65



Impacto do Curso Garantias Legais na Trajetória de Lideranças	10/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DVt96EHD59h/	Reels	3362	2950	92
Seleção para Lideranças Jovens no Curso Garantias Legais	12/03/2026	https://www.instagram.com/p/DVzOSyCD2p3/	Carrossel	1730	1014	29
Justiça por Marielle e Anderson: 8 Anos de Legado	14/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DV3Teq0AAb/	Reels	429	338	20
Voz do Povo: Reflexões sobre o Dia Nacional do Ouvidor	16/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DV8-EXnEbCx/	Reels	2352	1895	134
Dia Internacional do Ouvidor: Mediação e Cidadania	16/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DV9f7jVj5hR/	Reels	460	293	52
Alerta de Segurança: Prevenção contra Golpes	16/03/2026	https://www.instagram.com/p/DV8nCGGDGtt/	Carrossel	835	408	21
Inscrições para a 9ª Edição do Curso Garantias Legais	17/03/2026	https://www.instagram.com/p/DV_4i8-ESnk/	Carrossel	1171	524	31
Identificação e Denúncia de Violência Física contra a Mulher	18/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWCMzm9EmDU/	Carrossel	900	433	29
Dia do Ouvidor: A Arte da Escuta e Participação Social	19/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DWEU7OHD eaP/	Reels	1435	1001	91



1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias no Piauí	19/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWFRPhTAh4b/	Carrossel	633	255	17
Articulação para Absolvição Criminal no Morro da Casa Branca	20/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWHZBtmk0gz/	Card	1976	1129	69
Memória de Sharpeville e Luta contra o Racismo	21/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWJasnVDeHH/	Carrossel	771	386	18
Inteligência Artificial (MarIA) no Atendimento da Defensoria	23/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DWPXxyhD9n4/	Reels	1217	904	86
Reconhecimento e Apoio em Casos de Violência Sexual	24/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWSH3YUDxGv/	Carrossel	749	335	27
Homenagem à Ouvidoria no Evento "Mulheridades na Diversidade" (OABRJ)	25/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWUovQkCRjn/	Carrossel	1699	786	87
Reconhecimento de Situações de Assédio Moral	26/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWXKmsljyN1/	Carrossel	514	221	17
Conheça a Ouvidoria Geral: Atuação e Equipes Internas	27/03/2026	https://www.instagram.com/reel/DWY4zxMke_Y/	Reels	2692	1875	153



Selecionados para a Turma 2026 do Curso Garantias Legais	31/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWkX1U2DSgS/	Card	905	508	24
Dia Internacional da Visibilidade Trans e Direitos	31/03/2026	https://www.instagram.com/p/DWkDfTSj_dN/	Card	370	248	10
Enfrentamento ao Assédio Moral nos Espaços de Trabalho	01/04/2026	https://www.instagram.com/p/DWlwgw8jyAz/	Carrossel	721	434	20
Ouvidoria Itinerante: Atendimentos no Largo do Machado	06/04/2026	https://www.instagram.com/p/DWytgsmIGKX/	Carrossel	1322	654	33
Comissão de Prevenção à Violência Obstétrica em Itaboraí	07/04/2026	https://www.instagram.com/p/DW2CfTIjNgq/	Card	497	314	11
Alerta sobre Perseguição (Stalking) como Violência de Gênero	07/04/2026	https://www.instagram.com/p/DW1NTb6jfkC/	Carrossel	431	183	10
Orientações sobre Violência Patrimonial contra Mulheres	09/04/2026	https://www.instagram.com/p/DW6W7yHgni7/	Carrossel	1142	650	38
Debate sobre a Matriz Histórica da Violação de Direitos	15/04/2026	https://www.instagram.com/reel/DXJ1IS7lxbB/	Reels	275	207	11
Prevenção contra a Violência Online e Misoginia Digital	16/04/2026	https://www.instagram.com/p/DXMcwqZFn9w/	Carrossel	489	241	10



Enfrentamento à Violência Política de Gênero	21/04/2026	https://www.instagram.com/p/DXZQityjRdR/	Carrossel	497	225	8
Visita ao Quilombo de Marambaia e Fortalecimento de Redes	22/04/2026	https://www.instagram.com/reel/DXctCPzD269/	Reels	807	654	38
Direitos Humanos e Dignidade das Mulheres no Cárcere	23/04/2026	https://www.instagram.com/p/DXeZ4Y_j2P7/	Carrossel	393	196	10
Ouvidoria Itinerante Regional em Barra do Piraí	28/04/2026	https://www.instagram.com/p/DXr_FJ9j3zX/	Carrossel	1133	455	31
Protagonismo Social no Curso Garantias Legais 2026	29/04/2026	https://www.instagram.com/reel/DXt7jxpjU0-/	Reels	525	383	31
Escuta Comunitária e Urbanização em Vila Nova, Duque de Caxias	30/04/2026	https://www.instagram.com/p/DXwmRi_DQIQ/	Carrossel	1115	513	30
Projeto Mulheres pelo Acesso à Justiça em Acari	05/05/2026	https://www.instagram.com/reel/DX-My2kPD Tj/	Reels	769	533	41
Combate ao Tráfico de Mulheres e Garantia de Autonomia	06/05/2026	https://www.instagram.com/p/DX_4PPfnJ22/	Carrossel	518	268	18
Balanço da ADPF 635 e Desafios da Segurança Pública	08/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYF7FpqDwhX/	Carrossel	937	495	44



Enfrentamento à Violência Obstétrica como Violência de Gênero	08/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYFBOoMEX1Z/	Carrossel	340	158	9
Ouvidoria Itinerante Regional em Araruama	12/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYQcPpVtik3/	Card	915	567	29
Feira de Saúde e Direitos da Mulher Negra no Terreiro Obá Labí	13/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYTNJAeDv62/	Carrossel	1650		80
13 de Maio: Atuação do NUCORA no Enfrentamento ao Racismo	13/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYRzDNzGlpk/	Carrossel	2134	1280	62
Memória de Carolina Maria de Jesus e Reflexões sobre a Abolição	13/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYSwvrCiMPQ/	Carrossel	1623	772	39
Dia do Assistente Social e 90 anos do Serviço Social no Brasil	15/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYX6YuLAbYO/	Carrossel	2005	1073	88
Ouvidoria Itinerante: Atendimentos no Largo da Carioca	15/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYXDsmsFgt7/	Carrossel	514	200	18
Lançamento da Campanha Nacional da Defensoria 2026	18/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYexxotgbNq/	Card	1101	624	49
Combate ao Abuso e Exploração Sexual	18/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYfmAvrDxyS/	Carrossel	494	250	19



de Crianças e Adolescentes						
Luta Antimanicomial: Defesa do Cuidado em Liberdade	18/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYfvS3XEfeX/	Carrossel	363	178	12
Valorização do Modelo Público de Defesa de Direitos	19/05/2026	https://www.instagram.com/reel/DYiX1IBRI0L/	Reels	1095	759	84
Bastidores da Ouvidoria: Apuração de Demandas e Melhora Institucional	19/05/2026	https://www.instagram.com/reel/DYhaUX6gCK4/	Reels	1039	717	62
Homenagem do CNODP aos Profissionais da Defensoria	19/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYhMp9PubxI/	Card	1910	1214	59
Canais de Teleatendimento e Qualidade do Serviço Público	19/05/2026	https://www.instagram.com/reel/DYh52UBPPXK/	Reels	653	470	24
Participação no Congresso de Assistentes Sociais e Psicólogos	20/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYkyUAHDNFM/	Carrossel	910	374	30
Audiência Pública na ALERJ sobre Saúde da Mulher Negra	20/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYj7cZzjeow/	Carrossel	624	307	25
Visita ao Terreiro Obá Labí: Cuidado Coletivo e Justiça	21/05/2026	https://www.instagram.com/reel/DYnO0PTPRKH/	Reels	1149	801	61



Homenagem à Ouvidora Fabiana Silva na ALERJ	21/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYmgJxjgTvU/	Carrossel	1161	483	53
Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias (CNODP) na Paraíba	21/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYnk0-UAk6T/	Carrossel	647	243	25
Acolhimento a Familiares de João Pedro e Vítimas de Violência Estatal	22/05/2026	https://www.instagram.com/p/DYpFIISAfbF/	Carrossel	746	316	29
Aula Externa do Curso Garantias Legais na Pequena África	25/05/2026	https://www.instagram.com/reel/DYw4a54xgRy/	Reels	1826	1353	63
Projeto Mulheres pelo Acesso à Justiça em São João de Meriti	27/05/2026	https://www.instagram.com/reel/DY24iLrPzsg/	Reels	425	307	23
Impactos da Violência Estatal na Vida das Mulheres	28/05/2026	https://www.instagram.com/p/DY4hvfBHISN/	Carrossel	728	341	20
Inscrições Abertas: 6ª Edição do Programa AJT	03/06/2026	https://www.instagram.com/reel/DZI0yqUPBzq/	Reels	3410	1801	112
Combate ao Feminicídio e Garantia de Direitos das Mulheres	03/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZH-iqmmID8/	Carrossel	942	507	27
Diálogos sobre Direito à Cidade e Gênero no Parque das Missões	09/06/2026	https://www.instagram.com/reel/DZYTys9P_y9/	Reels	735	468	54



Mutirão de Regularização Civil e Cultura Ballroom na UFF	10/06/2026	https://www.instagram.com/reel/DZa4HVoBeK0/	Reels	1328	878	71
Enfrentamento à Violência Vicária contra Mulheres	10/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZaAD0rDvKq/	Carrossel	1358	720	57
Formação de Lideranças: Últimos Dias para Inscrição no AJT	12/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZf69nFvtvG/	Card	1554	792	72
Prorrogação de Inscrições: Acesso à Justiça nos Territórios (AJT)	15/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZn12tkDaL7/	Carrossel	2042	1112	69
Conscientização sobre Tipos de Violência contra a Pessoa Idosa	15/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZnhHApE4Bh/	Carrossel	869	441	42
Atividade de Escuta Comunitária na Chatuba, Mesquita	16/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZqXDiZjwWy/	Carrossel	1661	817	73
Escuta Ativa e Monitoramento em Terreiro de Saracuruna	17/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZs5gsXPhNm/	Card	1375	757	55
Monitoramento da Concessão da CEDAE e Direito à Água	17/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZst2bXj2Ao/	Carrossel	384	166	19
Aula na Casa Fluminense: Educação e	18/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZvdWhQjMTI/	Carrossel	1049	463	43



Transformação Social						
Projeto Mulheres pelo Acesso à Justiça no Quilombo Boa Esperança	18/06/2026	https://www.instagram.com/reel/DZuqLdxfRX/	Reels	447	292	36
Monitoramento da Violência em Favelas e ADPF 635	19/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZyI4PRFBJ6/	Carrossel	1544	813	56
Debate sobre o Regimento Interno com Movimentos Sociais	19/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZxUSCHEwER/	Card	697	377	40
Roda Formativa sobre Direitos no SUS em Sepetiba	22/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZ5AyL3kz6l/	Card	737	444	27
Participação da 9ª Turma do Garantias Legais no Fórum Rio 2026	23/06/2026	https://www.instagram.com/reel/DZ8OzWIPu9n/	Reels	690	504	33
Fortalecimento da Participação Social: Agendas em Brasília	23/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZ8jGBID6uE/	Carrossel	526	197	14
Convite para Debate sobre o Regimento Interno da Ouvidoria	24/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZ-E4djEel3/	Card	635	359	39
Agendas Institucionais em Brasília e Visita ao STF	24/06/2026	https://www.instagram.com/p/DZ_FmQ0kfVp/	Carrossel	477	184	15



Lançamento da Agenda Legislativa 2026 e Defesa das Periferias	25/06/2026	https://www.instagram.com/p/DaBKUKSjciw/	Carrossel	316	130	18
Atuação na Caravana Contra o Femicídio em Duque de Caxias	25/06/2026	https://www.instagram.com/p/DaBYDE2DWqk/	Carrossel	376	151	15
Audiência Pública sobre PAC Maré e Urbanização de Favelas	25/06/2026	https://www.instagram.com/p/DaAoAZdiPty/	Card	223	129	4
Participação no I Seminário Internacional de Ouvidorias em Brasília	26/06/2026	https://www.instagram.com/p/DaDIHcNR840/	Card	124	40	6

POSTS REALIZADOS NO FACEBOOK DA OUVIDORIA

*Os dados estão organizados por data de publicação

Título	Data	Link	Visualizações	Alcance	Reações, comentários e compartilhamentos
Retomada dos Atendimentos da Defensoria após o Recesso Forense	07/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02UpPRGqUirPKk6Cv3c6GCnEZH5hkS7f36Xk4Kfy8JQL4srxO3rGJufmijvXYH7fDSVl	184	129	7



Participação Fluminense no I Seminário Internacional de Ouvidorias	26/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0yGE1LXX5KZzB66Nk8FGGg6OjFJNtUfWEDJeJDYAH3XPevJW3UcnhJ9A3pYncv8dzl	0	0	1
Atuação na Caravana Contra o Feminicídio em Duque de Caxias	25/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02VL6KPxmRNNzuu4jUGvmEWGJ2bwnMsbM4VSJCCPCwneCex6VbvxCzmpEGxWx4gkXWl	28	17	4
Lançamento da Agenda Legislativa 2026 e Defesa das Periferias	25/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid035KE3duyfWSdXPVO3qPr5o2TwUMZRpsh4dj9aQBQE3p8LmqES3UWY5nmJ4R8W89tl	27	16	3
Audiência Pública sobre PAC Maré e Urbanização de Favelas	25/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid08iLNyZsASGsXMhFMuAREsERcsubhdWc4K5ukkiyBNx4i8vipnqAFoo77hVjGi2Jwl	17	13	3
Agendas em Brasília e Defesa dos Direitos Indígenas no STF	24/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid037iaSfHNzGiqvdYWbbK8sXXvVtPw2gd5VXkDemRpbxkqFLMFoReV7UD5Qa41URHzaI	44	26	4
Roda Formativa sobre Direitos no SUS em Sepetiba	22/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0zggKMYLvF5cEVLfYJfpHrj2ZfC2nRPKr9KBNT6jewsUf35BbBT7ZrcXbsAYyq7YUf	56	34	5
Monitoramento da Violência em Favelas e	19/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid035sSc8Tz5YJbUx9mYLofSfSnSJGm8Oq	41	26	4



Implementação da ADPF 635		67rWuaXV6pZoWJhLdkCdQuZvIrohQMtSI3dI			
Debate sobre o Novo Regimento Interno da Ouvidoria Geral	19/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02FHPGEpobtcxt3R5gkk9CSC8p9uOpX9kODGhewzNaoMFiRHNyEb4JNHRWtnYNBsRJl	14	12	3
Educação e Transformação Social: Aula Magna na Casa Fluminense	18/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02GFxNXokrnUhhXdrKX6vg2hSxkMPQLG1ve7LWWJcYDNLgrxkUfoQ7EWCJKGeVAqb7l	39	29	4
Escuta Ativa e Direitos com Lideranças de Terreiro em Saracuruna	17/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0Hk1meiPRmp3GFJSEJakVBLHuTsiHm6PhvhDzKjYOpsezRa64Q3BuHL8wKcldX9iKl	38	28	3
Monitoramento da Concessão da CEDAE e Direito Universal à Água	17/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0pi5oFokwiw82SuzTCoKD4yZGh5Myqoww9ap3H1Z3n82WF7xB52n8php9ojCCJ6Vcl	48	30	3
Mediação de Conflitos e Escuta Comunitária na Chatuba, Mesquita	16/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02mDwBegV3iesZiehrXWWRn4Bnbpi0x7flVoWab8vTjJE5TrjAh7rhLlx6HbqWCmZol	77	52	6
Expansão do Programa Acesso à Justiça nos Territórios (AJT)	15/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0vPMNOrHSmucWAvnyeRSgPX2AMWX1X8RLPiLNUt6heKp6Wv9bdYGCfa8E69jCX9L8l	30	17	1



Conscientização sobre Violência contra a Pessoa Idosa	15/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02q5hw1wwFxxqEPq1q9eKCo9no9eGmoxVKYdcSP3SHC5ajCr1lHLYFsZ1znLEJb4CaI	76	51	6
Formação de Lideranças: Inscrições para o Projeto AJT	12/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid024fDnTNbA2kWZ94MRtpcgdtx3BZETHKF4Kso2GL2j9XQIYFw5sPMk4JV5jaSgV9ieI	43	29	3
Enfrentamento à Violência Vicária contra Mulheres	10/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0OutOoy9HAKuK9ay2P3BHDFbZeUp1wytNoCDpqXWzZg1Lq4f9k1pu1zvNs5vbM1xhjl	60	31	4
Combate ao Feminicídio e Garantia de Direitos das Mulheres	03/06/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0STSQhuwW79AJPxekAWKcORuyDN8qdhNeXTHGfgwqsmaz9npBdh1pVyCRM5FFQbypl	95	44	5
Impactos da Violência de Estado na Vida das Mulheres	28/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid03qAoVROUynvrVghpwS5BBDNd1CqbR59X7CcMZ9yzfvmvBdrbNgVXAuGX1LPgxeznI	86	52	5
Caso João Pedro: Acolhimento a Vítimas de Violência de Estado	22/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0iQzcYHqNCV9N9vOcocDrLNpyrfVQuT5E62visqJNR7taCEC6akhGXasLlvmzVqkKI	90	55	5
Conselho Nacional de Ouvidorias (CNODP): Debate sobre Racismo Religioso	21/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0F3JEm8ywwQDavWsHqs5UfB7iFXeCR7iNX2dOhUoqUaHtqHZyzhQuZGfuA1LMXmBSRI	61	40	3



Homenagem à Ouvidora Fabiana Silva na ALERJ	21/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0eTKqwk7RqLVhWdtTsdmXT6QmdnAnlsqtnwioCTX5V3V5ii8qtns4b8HXWTLqz9kYl	61	44	4
Congresso de Assistentes Sociais: Acolhimento a Vítimas de Chacinas	20/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid022sqM7GpDx5zZhAoTayK22zfawaZ4hSQFw5BvaQcH1MTqsgPVYqAEzahsLSBhLLhI	41	19	3
Audiência Pública na ALERJ sobre Saúde da Mulher Negra	20/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02UiVMAf5nt4a3AVnT27pdcwWx3tZGmEFqk2ZJixJ7z5hdp4DLxWqijL4Gc54GGJ5SI	447	0	11
Apoio à Luta Antimanicomial e Promoção do Cuidado em Liberdade	18/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02EChSWVaylMmnAqj7iHBCVGVWdYO8IyX2ezPe59wJfybG4fdrBmZg4bon498zhQQt9I	28	17	3
Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	18/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0F5bFoPqCu2LrviCUB7MF76gRuazNiY6yCF2LPibEmHoh3a5RyehfbfNq4VNO4LLsI	33	0	3
Campanha Nacional 2026: "O Acesso à Justiça tem Nome e Endereço"	18/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid023XhGmmkPILHEm4YKXIhGisZGeP9dRdF9jPnR8SnFCvoWvbspugTJsHrqWBB99krI	18	12	1
Homenagem aos 90 anos do Serviço Social e Assistentes Sociais	15/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02AHeff9VWvhOKyB9QUxbwFZJdCyVL5dCuuc2Azy7s5dNT2bZ999qXnbpiWtW6EkU4I	24	14	2



Ouvidoria Itinerante: Atendimentos no Largo da Carioca	15/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02VvGvDPzswuiY4qziV4PDyMbBvSaXcMhgM6z3qFMUNEa8858EC3NnGsgRaZaCwjsml	53	34	3
Reflexões sobre a Abolição Inconclusa e Memória de Carolina Maria de Jesus	13/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02YZPRUJVogX4FRCfCZ3EJxvIE7ggvRe8axBV4zi9aT4aQGA5TEv25HPmWmo8Zduutl	125	55	6
Atuação do NUCORA no Enfrentamento ao Racismo e Discriminação	13/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0378HXtt2rbswQPv9pmkhZNSAi8b6r5f76CkTMuedSP1BLqUsAZ47l3tnlzYpehPJl	44	31	3
Ouvidoria Itinerante Regional em Araruama	12/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid082i4ac715rMqVc46nFgrSsTXyJlrXXznvQRv1AWUKdVatmYCiGecMTnjm6ewcaMnl	21	0	2
Balanço da ADPF 635 e Desafios da Segurança Pública no Rio	08/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0PVyihj1LZujk6qvxB8oDGddZcBspAEB1RST9UrdIFcaF6KLxMq3zS7Zgi4v33DGSi	71	36	4
Orientações sobre Violência Obstétrica e Direitos das Gestantes	08/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02oVvC2UKUJ2sixjSLqAPZU9DeETJKEMowptKMrVWTtNXCM8LFHxhpYcGGipEp4NDVl	36	21	1
Enfrentamento à Violência Obstétrica como Violência de Gênero	08/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0Zxe9BYZPflsi9E4YxfWsKeJpy5bJqXDYAE6paf3WCblN2o3XlM59MwaivjvN3JFol	20	16	1



Combate ao Tráfico de Mulheres e Garantia de Autonomia	06/05/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0syEdi4bhWtY4GRQSqeJz8sTXF7y7tkoCdSACWYin5J7pedqfoQyxERibeQfGsMXvI	74	0	4
Escuta Comunitária em Vila Nova: Diálogo sobre Direito à Moradia	30/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02CPRHV82E4LS5gSqa8StqW5AT1t6L2mga6QANJyYSshBRTCHX6xubpp5WhHsLvosl	151	107	5
Ouvidoria Itinerante Regional em Barra do Piraí	28/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02mvfqSGzz1uXGJsKuyNqpXSJbVqXtsTEC8Y9fsX1Hgq4TqyqxsebTAH8cttgfbWJl	165	117	10
Direitos Humanos e Dignidade das Mulheres no Sistema Prisional	23/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02Bqe369PouMFtdSXXgOGumkiFEmeWxqGVFRpVoxDqDb52iqXfwuF6Yh6Hqj4eZtzZl		0	4
Enfrentamento à Violência contra Mulheres no Cárcere	23/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02FHBw1EK9kKTcyEiEQcFoIi5o9s74EaS DmtvGkKTBZWQNWt5VxqT28HAdErDr3FaNl	42	0	0
Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero	21/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid024a65Tr7kQ4UY8Vck8dwRDFp7dHjYvLwnQmWxP8PuJXpBraTbTM7eFDtYW9LVte6l	51	30	2
Proteção contra a Violência Online e Misoginia Digital	16/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid07CKzZb7jvXXxYMLCToemaJCmKLarmd6RYecRvcv4iVDdUNiAeRqBg6g4EFidIdGl		31	2



Orientações sobre Violência Patrimonial contra a Mulher	09/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02FPifspDdaTYCa2ytC8wZUuXceAhDbdfAH8J4I7nTev7DJu2ZUmGLbQyPirAP1ZxJl	55	27	2
Comissão de Prevenção às Violências Obstétricas em Itaboraí	07/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0NNTTE28AZyfQoZGSJ2LnOEdV6VbCqGCDUq8N7ksoQGWayKmhKsqLQsxx7xY2InP3Pl	53	0	6
Alerta sobre Perseguição (Stalking) como Violência de Gênero	07/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid03HcFJ5viX5w1tBHq5rB2F8wPYDDFBwkAzkSqT4AyNi6xZxHZJLv aEaME7QBqUC2aI	52	0	2
Ouvidoria Itinerante: Atendimentos no Largo do Machado	06/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0us6oNiDsce6M4RzHUQYuBaclyScR9dKoEG6bT6WcCteQ3zJnDqq5N7bBRsQ3kRW9I	79	48	3
Identificação de Sinais de Perseguição e Rede de Apoio	03/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid04qpG4FhTWqHidzaiZdD7F5vvy9KeAq2uBmD5Rh7tzG78IMJJd2BY8wIEjsORKBcEI	42	37	5
Enfrentamento ao Assédio Moral em Espaços de Trabalho	01/04/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02AM32XRtXhqdA2pqaSiaQAmOSwjIDoddzfmrvaxE4cWBHm46HceGu69mxhb596jz7I	54	41	4
Seleção de Lideranças para o Curso Garantias Legais 2026	31/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0FjhtO8EYuEmZGatdumiXijXfggJ6JqoGdaGbDPqGWR6So8jw3rAqfJuieYaSqGl		23	3



Promoção da Visibilidade Trans e Atuação do NUDIVERSIS	31/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02n8MZxi7mWqYr7s5PeDSooWJCnwPQJd5rXZE4xiuV7UbDSixoaE31UuYwfzrVee5rl		0	4
Combate ao Assédio Moral e Apoio à Saúde Emocional	26/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02vBStDY7r9d5l7GmDkYY1nZrylpaVgxocWb1tzSAbwH82ePXh5jzEqnfSMgvKidl		42	4
Homenagem à Atuação da Ouvidoria na Defesa das Mulheres na OABRJ	25/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid03MkvOYy3xXWMn7NfZeZ7UWCweJDafTi8dmv1STN2xF9tuhTzioKAAMRKKE3gyMGyl		0	6
Reconhecimento e Apoio em Casos de Violência Sexual	24/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0g3rHYVN9mpLRprecZOio3Lf7c8HWtUSsxWB6GcyTpt4ZUz58poyKa4WS8be55jZYl	65	45	5
Garantia de Direitos e Decisão sobre o Próprio Corpo	24/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid07m6GqdBEKksnsiioYVVsu1P2hMA9zYxOiuJ5i5HcHzsPrhaAwk5WynnoSSZr4Wl	24	19	3
Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial	21/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0F1mZQJR6QPkbengnRkqCM5yFNhXTpcuuWkvJzqXGwfUsDwN2t3eARrsHeca2K8Uwl	38	0	5
Articulação Institucional para Absolvição Criminal	20/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0fg3mx2RoYhsQrHufPFZi5q1xWXk8PaYKdLteGutKCD2oyvKzS67f49vX8eA4ZMjvl	42	31	3



no Morro da Casa Branca					
Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias (CNODP) no Piauí	19/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid027t5bsNaek128vHV1n6SEvCTo621pEeC5XoRyEjFtfd8EU9ovf9KKwNznHmZaZAJl	33	27	2
Identificação e Interrupção do Ciclo de Violência Física	18/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0ASiVLRq5FqMR5HeXzsAPzMaMeKToHqGSbg24ewQGRmAxx2ivq1UxeQotKoG56zYl	28	19	2
Proteção Legal e Medidas Protetivas em Casos de Violência Física	18/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02Qd4rPHvrSiqJkWUQoLCPnaSqRRwTYawuh5MnFjPsONbxWENihfY8kdH5fftUbvNI	36	27	3
Oportunidade de Formação: Curso Garantias Legais – 9ª Edição	17/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02tyt2ofzWcu3FPdVDyx2GXZDwPiqTmfJ5wkIoidFxxOpk1529qPhS7iFNxXEU4f9HI		26	1
Alerta de Segurança: Prevenção contra Golpes em Nome da Instituição	16/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02YniDcGDO_nSwA4fbXeCc5HbknqdiHP56YMeJ88bEzp672CXSEWSdbbUD9BCuFKMMNI	34	31	1
Memória e Justiça: 8 Anos do Legado de Marielle Franco	14/03/2026	https://www.facebook.com/reel/1670321621056217/	18	13	0
Edital para Formação de Lideranças Jovens em Direitos Humanos	12/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02mVfHLdXVah2ELirT53dE7cU3qG2E4	37	26	1



		wKqFdAi7uLdPvTJO5Sv7nYZFb9pJS6iWZz6l			
Lançamento da Cartilha Educativa "Ouvidoria Delas"	08/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid036WMaxCjIAhCJYaN5AXYjwmPpYbBtPjpozAYJPLee3yb2Hyec4YJAdHz6rC4meRnMl	55	0	5
8 de Março: Atuação do NUDEM e Defesa dos Direitos das Mulheres	08/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02WaPXNtm87LvzW9DOFcxhXhb8924KM4xs9LrcGbyYwXpszoDUwypLW9Ri99A2eBJQl	80	56	9
Curso Garantias Legais: Saberes e Incidência em Políticas Públicas	04/03/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02m3LmX2Guqfa4B2MFBmPXPQRJs7iMFTcaPbbSztXFOxZfj8vvkjk9fWZC8CwdZXiml	51	0	2
Inscrições Abertas: Garantias Legais – Democracia e Direitos Humanos	25/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02nMF2ZspGu78TV5rkb1wxXLiJf9jJ5DjzaHZfJzmFGf4hFnucRP7RTBF1SHSudTmXl	51	0	2
Justiça por Marielle e Anderson: Memória e Reparação	25/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02SVWhWYP4KEnxFe9CCDp1FRGokFN5TrQhAh7Br2yCFKZBMNoNkggWB8fGwCWvN4y5l		0	3
Formatura da RAAVE: Política Pública de Acolhimento a Vítimas de Violência Estatal	20/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02m7i7Ptpnvq3iivWLbbPCek5t5TFHRcDGhWL2o4ecGehLoAUYDsWbqLaeuswAPcFx2l	165	86	6



Projeto Defensores do Samba: Assistência Jurídica no Carnaval	14/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0YbTqDNigkeDMHJMrS43rphHfK6A2wzg2zBppgmXbfsugmkDJJ9Gr6vV2qcoEcEJSI	88	60	3
Acolhimento Psicossocial e Defesa da Memória de Thiago Menezes	13/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0qv4bpxumDguJo8MPPyFYFsOIKGtUHYJL97p8QfZfHvmpF72SoBhFTJK82Gpd6vqcl	98	0	4
Plantão de Carnaval e Canais de Atendimento da Defensoria	12/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0S6MupoGzw8M17CsX5AHDsYvTij8efEsHZvGFLiAqAdieBL4hxuhhnDLBTxUomql	56	43	2
Projeto Ouvidoria na Estrada: Atendimento em Territórios Indígenas de Paraty	11/02/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0sN52SoaGaiUzAzvToUA7CkAwbeSy4D1Mcippg1VyqntBTWEZShVS971cH9mX6gEFl	81	54	2
Posse Popular da Ouvidora Fabiana Silva e Planejamento Biênio 2026-2027	23/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0vdsqm3Ja63pQSxWpRrPqiRdtCd3F1PkkUBtklanwP2KEqEJaZRCYVNvrfDOsRARzl	196	125	7
Monitoramento de Mudanças Climáticas e Impactos nas Áreas Urbanas	22/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0GoJLsCGLfM9vGSv8iITChkf5PsYrnFR79Yxu9e94gK4JJrWemvSB5S5pSzi9Jfa5Jl		101	6
Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e Atuação do Nucora	21/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid0J2PvWNEisFtmbA8thkgA7DdxvZTMquzhV4yAy5a29SxYPO1eSfMBY3tidd6btdEEI	76	42	3



Balço de Atendimentos 2025: Transparência e Defesa de Direitos	13/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02fZyd651qgfMCCubZRMHyjCXsQ7Y7Fcixht2DpbyTgtxRV9Aw4rseruiduff58QCl	120	70	3
Disponibilização do Relatório Anual de Atuação 2025 da Ouvidoria	09/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid02XXDHYddz9i3dNBzqtMyt9WoWpEbBcjc4cCCzg4b4Q8DeyCmJUyFit8qj89D5Ga3Dl	75	43	3
Reinício das Atividades Institucionais após o Período de Recesso	07/01/2026	https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ/posts/pfbid07uclhS3ejaWiLuLcUDAtzLswfs84PREeFWZRUNyD7JBDjuWs9zjuKX46au5c8M7cl	114	62	2

Vale aqui também destacar que, entre as Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil, a Ouvidoria do Rio de Janeiro é aquela com o maior número de seguidores.

Ouvidoria	Estado	@	n. de seguidores
Ouvidoria da DPRJ	Rio de Janeiro	@ouvidoria.defensoria.rj	12.200
Ouvidoria da DPMT	Mato Grosso	@ouvidoriageraldpmt	10.500
Ouvidoria da DPRS	Rio Grande do Sul	@ouvidoriadpers	3400
Ouvidoria da DPSP	São Paulo	@ouvidoriageralsp	3021



Conselho Nacional de Ouvidoria	Brasil	@cnodp_brasil	2070
Ouvidoria da DPSC	Santa Catarina	@ouvidoriadpesc	1229
Ouvidoria da DPPR	Paraná	@ouvidoriadpepr	907
Ouvidoria da DPPA	Pará	@ouvidoriadppa	770
Ouvidoria da DPDF	Distrito Federal	@ouvidoriadpdf	342
Ouvidoria da DPCE	Ceará	@ouvidoriaexternadpgece	221
Ouvidoria da DPAC	Acre	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPAL	Alagoas	Estado não conta com ouvidoria	
Ouvidoria da DPAP	Amapá	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPAM	Amazonas	Estado não conta com ouvidoria	
Ouvidoria da DPBA	Bahia	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPU	Brasil	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPES	Espírito Santo	Estado não conta com ouvidoria	
Ouvidoria da DPGO	Goiás	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPMA	Maranhão	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPMS	Mato Grosso do Sul	Estado não conta com ouvidoria	
Ouvidoria da DPMG	Minas Gerais	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPPE	Pernambuco	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPPI	Piauí	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPRN	Rio Grande do	Estado não conta com	



	Norte	ouvidoria	
Ouvidoria da DPRO	Rondônia	Não tem rede social própria	
Ouvidoria da DPRR	Roraima	Estado não conta com ouvidoria	
Ouvidoria da DPSE	Sergipe	Estado não conta com ouvidoria	
Ouvidoria da DPTO	Tocantins	Estado não conta com ouvidoria	





MOBILIZAÇÃO

MOBILIZAÇÃO

Equipe de mobilização e atuação junto aos movimentos sociais

A equipe da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, como já demonstrado durante todo o relatório aqui apresentado, se subdivide para garantir a melhor atuação possível nas temáticas que atravessam o modelo de uma Ouvidoria participativa e alinhada não só as demandas dos assistidos e assistidas da Defensoria Pública, mas também aos movimentos sociais, que tem valor inestimável para o trabalho realizado no órgão.

Para garantir entregas de qualidade neste campo, a equipe Externa da Ouvidoria conta com a atuação do servidor Igor Santana no comando de parte da equipe de estagiários do órgão. Durante os primeiros seis meses de 2026, estiveram nesta atuação ao lado do servidor os estagiário Mono Brito, estudante de segurança pública que atuou no órgão de janeiro de 2024 até março de 2026; Larissa Lúcia, estudante de publicidade e formando do Mulheres Pelo Acesso a Justiça, de agosto de 2025 a junho de 2026; Maya Barbosa, estudante de relações públicas, a partir de maio de 2026; e Cassios Clay, estudante de pedagogia, a partir de junho de 2026.

- Mono Brito

Com experiência no contato com parceiros e parceiras da Ouvidoria desde o início do seu estágio no órgão, Mono foi responsável por manter esse diálogo aproximado entre o órgão e a sociedade civil, por meio do WhatsApp de suporte disponibilizado aos movimentos sociais.

Nesse processo, Mono era responsável pela organização de ações sociais, oitivas nos territórios, visitas técnicas junto a engenharia legal e produção de relatórios de atividades externas, além de assumir outras funções.

Seu trabalho foi reconhecido e elogiado pelos parceiros e parceiras durante sua passagem pela Ouvidoria.



- Larissa Lúcia

Estudante de publicidade, foi responsável pelo apoio nas redes sociais e acompanhamento com cobertura de atividades externas. Com qualidade na produção de artes gráficas e vídeos, foi a principal produtora dos reels publicados no primeiro semestre de 2026.

Durante as férias e após a saída de Mono, Larissa também assumiu o WhatsApp funcional, ficando responsável pelo contato com os parceiros e parceiras. Função que, diferente da anterior, não realizou com tanto êxito.

Contudo, não deixou a desejar na entrega de matérias de qualidade para as redes sociais e acompanhamento dos comentários e mensagens nas redes da Ouvidoria.

- Maya Barbosa

Passou a integrar a equipe em maio de 2026, assumindo as funções que anteriormente eram de Mono. Mostrou facilidade com o aprendizado das funções e pró-atividade, colaborando não só no que tange o acompanhamento da relação com os parceiros, como também nas demais funções do órgão.

Maya também se tornou a pessoa do órgão que auxilia a engenharia legal nas visitas relativas a processos que precisam de planta baixa de terrenos, como também assumirá as respostas nas redes sociais.

- Cassius Clay

Neste momento, Cassios é o estagiário com o menor tempo na equipe, mas já vem assumindo algumas responsabilidades. Entre elas, se tornar uma das referências da Ouvidoria nas formações de educação em direito, assumindo aulas do Garantias LEGAIS e acompanhando cursistas também das demais formações.



Cassios também já participa ativamente das atividades externas da equipe da Ouvidoria, além de contribuir com a organização do contato com parceiros e parceiras por meio do whatsapp funcional.

Incidência Política

CARTILHA LGBTQIAPN+

Direitos que não nasceram prontos. Foram conquistados na luta. Cada vitória da população LGBTQIAPN+ no Brasil, da pensão por morte reconhecida em 2005, à criminalização da LGBTfobia em 2019, até a licença-maternidade para mães não gestantes em 2024, foi fruto de coragem, resistência e mobilização.

É aqui que entra a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a sua Ouvidoria, para garantir que ninguém esteja sozinho diante da violação de seus direitos. Nossa missão é clara, assegurar acesso à justiça, combater desigualdades e fazer valer a Constituição, que proíbe qualquer forma de discriminação. Informação é resistência. Resistência é vida. E a vida LGBTQIAPN+ importa.

COLOCAR FOTO AQUI

Lançamento do manual de educação em direitos da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

A educação é libertadora, como sempre destacou o professor Paulo Freire, patrono da educação brasileira. Por isso, a Ouvidoria da Defensoria Pública sempre entendeu que participar, fomentar e instaurar processos de educação em direitos com participação popular seria não só um diferencial, mas o cumprimento do seu papel institucional,



possibilitando à população o alcance gratuito ao conhecimento de seus direitos e deveres fundamentais.

As formações promovidas pela Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro reforçam a adoção de medidas institucionais para superar obstáculos no acesso ao Sistema de Justiça, notadamente aos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 5º, LXXIV e 134, ambos da Constituição Federal. Os projetos têm como foco territórios onde existe uma grande falta de serviços públicos de qualidade e inúmeros fatores que dificultam o acesso à justiça.



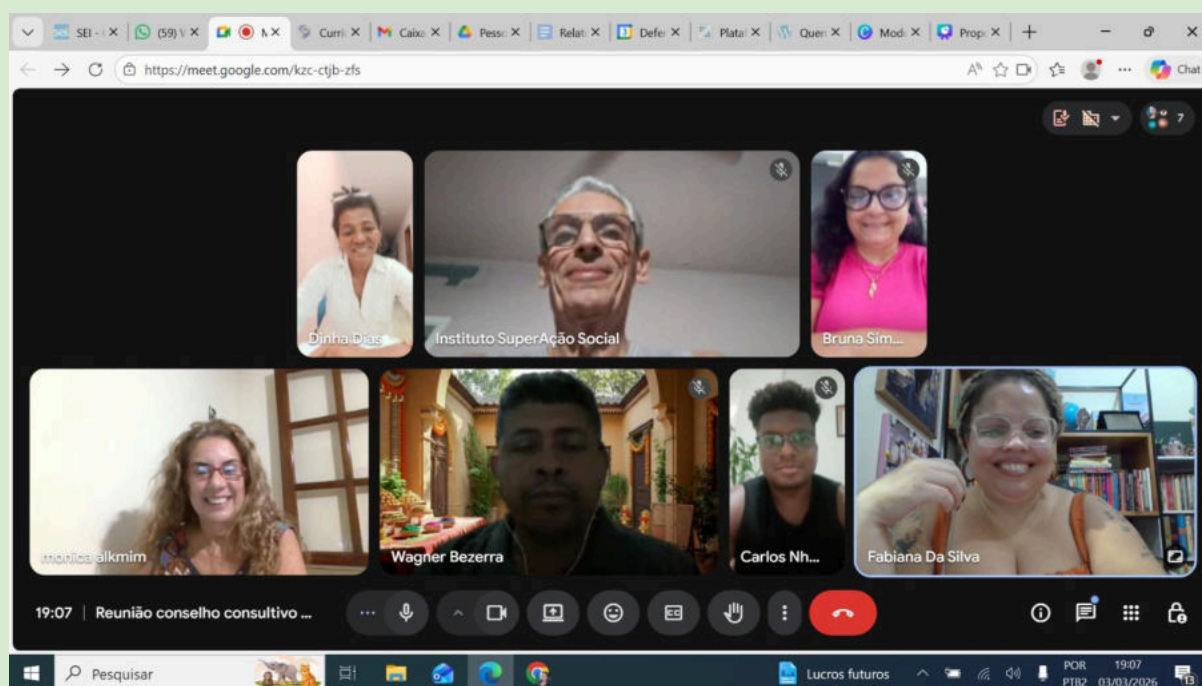
Primeira Reunião de organização do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública



No dia 03 de março a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro fez a primeira reunião de organização do Conselho Consultivo do órgão.

PROPOSTA INICIAL DO QUE SERÁ O CONSELHO CONSULTIVO:

A ideia é que o Conselho seja formado por militantes, ativistas e representantes de entidades e organizações sociais comprometidas com os princípios e atribuições da Defensoria Pública do Estado. Cabe ao Conselho acompanhar os trabalhos da Ouvidoria-Geral e formular críticas e sugestões para o aprimoramento dos serviços prestados pelo órgão, constituindo um canal permanente de comunicação com a sociedade civil.



Mulheridades na Diversidade

Na quarta-feira 25/03 a Ouvidora Fabbi Silva esteve presente na segunda edição do evento “Mulheridades na Diversidade”, promovido pela Diretoria de Diversidade da OABRJ. A Ouvidora participou da mesa “mulheridades, raça e etnia: existência, resistência e direitos”, além de ter



sido uma das homenageadas por sua atuação na defesa dos direitos das mulheres e direitos humanos.

Diversas mulheres influentes no sistema de justiça, da literatura e dos movimentos sociais estiveram presentes, como a defensora Fernanda Lima, hoje à frente do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Além das mesas de debate e homenagens, o evento contou com uma feira literária repleta de mulheres autores, valorizando a produção intelectual feminina.



Ouvidoria participa de Reunião Integrada do Comitê de Monitoramento de Saneamento e qualidade da água

A Ouvidoria da Defensoria Pública esteve presente na reunião da Comitê de Monitoramento de Saneamento e qualidade da água realizada no último dia 16 de março. A comissão, formada depois de atuações em parceria entre a Ouvidoria da DPRJ, Núcleo de Defesa de Direitos



Humanos (nudecon), Movimento dos Atingidos por Barragens e diversas outras iniciativas, atua na busca pela garantia de uma água de qualidade e pelo mínimo vital de água.

A reunião contou com espaço destinado à manifestação dos consumidores; apreciação e aprovação das Atas referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2025, bem como da Ata de janeiro de 2026. Além disso, a reunião levantou pontos importantes sobre a situação da água nas aldeias indígenas, com destaque para aldeia Mata Verde Bonita, que tem recebido água contaminada até mesmo por meio dos caminhões pipa cedidos pela prefeitura.

Ouvidoria marca presença no Encontro da Juventude de Terreiros da Baixada Fluminense

A equipe da Ouvidoria esteve presente, a convite do Instituto Cultural Carta Magno da Umbanda, no 2º Encontro da Juventude de Terreiros da Baixada Fluminense. O evento foi realizado no último sábado (21/03) no teatro Raul Cortez, em Duque de Caxias, e contou com a presença de casas de axé e apoio institucional das prefeituras de todos os municípios que compõem a Baixada Fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica), além de casas de axé de municípios de fora da Baixada.





Agenda mulheres de Porto Novo | Coletivo Ela



No dia 18 de março de 2026, a Ouvidoria Geral, a convite do Coletivo Ela, parceiro no território do órgão, esteve presente em uma agenda junto às mulheres de Porto Novo, em SG.

O coletivo tem realizado ao longo do mês de março diversas ações junto às mulheres que residem no território, e uma delas teve enfoque em levar informações de acesso à justiça ao território. Durante a tarde, foi realizada uma roda com as mulheres onde a Ouvidoria pôde ser apresentada, algumas funções da Defensoria foram esclarecidas e algumas dúvidas respondidas.

COLOCAR FOTO AQUI

Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde - Parceria Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e Fiocruz

A Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no RJ, articulada pela Fiocruz, capacita lideranças comunitárias em territórios populares para mapear violações e fortalecer a saúde pública.

O projeto forma redes autônomas e oferece suporte a defensores que atuam em periferias, com apoio institucional, incluindo formação e apoio a lideranças ameaçadas pelo Programa de Proteção (PPDDH) A Ouvidora Fabiana Silva construiu o espaço desde 2024 dando aula sobre Educação em Direito e promoção da saúde.





Ouvidoria participa do lançamento do projeto “Decálogo das Oferendas como Prática Religiosa Sustentável

A Ouvidoria Geral participou do lançamento do Decálogo das Oferendas que ocorreu no dia 13 de Março na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O Decálogo das Oferendas é um conjunto de dez princípios inter religiosos que orienta práticas religiosas sustentáveis, especialmente na Umbanda e Candomblé, visando cultuar orixás sem poluir o meio ambiente. A iniciativa promove o uso de materiais biodegradáveis e o respeito à natureza em entregas, unindo espiritualidade, responsabilidade ambiental e saberes tradicionais.

Ouvidora Fabiana Silva participa do podcast Palavras Pretas



Proporcionar visibilidade para as referências negras, em especial as que lutam em prol dos direitos humanos, foi a pegada da chamada do Podcast Palavras Pretas. O Podcast Palavras Pretas entrevistou a Ouvidora Fabiana Silva e falou como foi a atuação da Ouvidoria Geral no processo de Monitoramento e incidência durante a Operação Contenção que ocorreu no Complexo da Penha em Outubro de 2025.

A Ouvidora Fabiana Silva dialogou sobre a confiança que moradores da favela têm no trabalho executado pela Ouvidoria da Defensoria e a importância dessa confiança para que o acesso à justiça seja efetivado logo que se identifique o processo de violações de direitos.

LIVE ((••))

PALAVRAS PRETAS

SEGUNDA | 16/03 | 20H

“AÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA RJ FRENTE ÀS VIOLAÇÕES LETAL DO ESTADO”

FABBI SILVA

ADRIANA MARTINS

MARCELO DIAS

MARIA LUIZA NUNES

SORTEIO DE UM LIVRO DURANTE A LIVE

CURTA

COMPARTILHE



Ouvidoria participa do evento A defesa do direito humano à saúde no enfrentamento ao tabagismo no Brasil

A Ouvidoria como representante da sociedade civil participam ativamente de eventos focados na defesa do direito à saúde e dessa vez participou do 1º Colóquio "A Defesa do Direito Humano à Saúde no Enfrentamento ao Tabagismo no Brasil": Este evento, realizado em 23 de março de 2026, foi organizado pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde Carlos Chagas (ICC) em parceria com a ACT Promoção da Saúde.

Foco no Direito e Equidade: O encontro reuniu pesquisadores, profissionais de saúde e membros da sociedade civil para debater estratégias de incidência jurídica e política, com ênfase nos direitos humanos e populações vulnerabilizadas.

Participação Ativa: A programação incluiu painéis sobre o Sistema Nacional e Internacional de Direitos Humanos na proteção à saúde e a responsabilização da indústria do tabaco. Essas ações fazem parte de um esforço contínuo de sensibilização e mobilização contra os danos sociais, políticos, econômicos e ambientais causados pelo tabaco, alinhando-se a metas de controle articuladas com os direitos fundamentais.





ENCONTRO DA REDE DE LIDERANÇA DA CASA FLUMINENSE

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro foca na construção conjunta com lideranças locais para transformar bairros e favelas, utilizando monitoramento, dados e incidência política. Um encontro recente com algumas Lideranças que fazem parte da Rede da Ouvidoria Geral revisitou caminhos e projetou o futuro para enfrentar problemas reais.

A atuação se baseia na participação popular como instrumento de transparência e monitoramento da qualidade dos serviços públicos, consolidando a democracia participativa.



EMPODERAMENTO MULHERES NEGRAS: COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA JUSTINA SANTA IZABEL

No dia 18 de abril de 2026 a equipe da Ouvidoria Geral juntamente com o José Emílio Cordeiro representante da ACQUILERJ estiveram no Quilombo Santa Justina/Santa Isabel em Mangaratiba. O intuito da visita foi conhecer o território que ainda não tinha sido visitado pela Ouvidora Fabiana Silva e realizar o levantamento das demandas de acesso a direitos do território. A ouvidoria ainda não conhecia o Quilombo e as lideranças territoriais do local, o encontro foi importante para estar no nosso radar do órgão para dar continuidade no trabalho. Vivemos um momento histórico no Espaço Cultural da Resistência Tia Belinha, no território quilombola de Santa Justina e Santa Isabel, em Mangaratiba-RJ.





CURSOS E FORMAÇÕES PROMOVIDOS PELA OUVIDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Cerca de **400** lideranças foram capacitadas nas formações promovidas pela Ouvidoria nesse primeiro semestre. Mais de **800** coletivos, organizações e movimentos apoiados pela Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, impactando diretamente mais de **12.000 mil** pessoas segundo estimativas das organizações parceiras

IX EDIÇÃO DO GARANTIAS LEGAIS EM TERRITÓRIOS INSTÁVEIS: DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: VOZES QUE CONSTROEM O AMANHÃ

A Ouvidoria Externa da Defensoria Pública vem pelo nono ano produzindo o curso de formação para lideranças, Garantias Legais em Territórios Instáveis. Realizado em parceria com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Fesudeperj) e o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), o curso integra o processo de formação em direitos promovido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

O Curso Garantias Legais é uma iniciativa que busca fortalecer capacidades de incidência de jovens, coletivos e organizações para discutir acesso há direitos em seus territórios. Tem por finalidade instrumentalizar as lideranças com conteúdos históricos e sociais sobre políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento das capacidades de formulação, monitoramento e incidência em políticas públicas para redução de desigualdades e troca de saberes entre a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, movimentos sociais, culturais, comunitários e de comunicação popular, atuantes nas periferias do Estado do Rio de Janeiro.



Na sua 9ª edição selecionamos o perfil de 60 alunos a partir de 150 inscrições no formulário de inscrição. Turma montada e encontro sendo feito no formato online em uma dobradinha de convidados da sociedade civil, coletivos, universidade e defensores em atuação na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Esperamos que o ambiente do curso seja uma oportunidade de acesso a conhecimentos e troca de experiências entre os participantes, fortalecendo lideranças sociais para a defesa dos direitos nos seus territórios.

A edição deste ano foi idealizada e organizada pela Assistente Social e estagiária em Serviço Social que atuam na Ouvidoria. Por este fato teremos mais detalhes sobre o curso deste ano mais a frente.



ACESSO À JUSTIÇA NOS TERRITÓRIOS

No primeiro semestre de 2026 a Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro lançou o edital da 6ª edição do Programa Acesso à Justiça nos Territórios. A formação, que já conta com mais de 716 parceiros e parceiras de 41 dos 92 municípios do nosso estado, é um caminho não só de educação em direitos, mas também aproximação entre a Defensoria, a Ouvidoria e a Sociedade Civil.

A formação consiste em aulas remotas, sobre temas pré-definidos de interesse dos movimentos sociais, que apresentam a atuação da Defensoria Pública em pautas como saúde, urgências, violência de gênero, racismo, habitação, entre outros.

Na edição desse ano, 158 pessoas se inscreveram no curso e 152 foram selecionadas para, **com previsão de início em junho e previsão de término em setembro**, que entre outros pontos, tem como pilares principais a defesa incondicional dos direitos humanos; defesa do serviço público como meio de acesso aos direitos.; e atuação em coletivos pró-direitos, sem fins lucrativos.

Por parte da Ouvidoria e da Defensoria, além da formação, são oferecidos, entre outros pontos, suporte com canais de acesso à informação para casos de hipervulnerabilidade; e promoção de rodas de conversa e oficinas de educação em direitos sobre diversos temas dentro dos territórios. Do Parceiro ou Parceira, é exigida a colaboração com a Defensoria Pública no acesso ao território para realizar diligências e atendimentos em prol dos direitos dos moradores envolvidos; e atuação no território como multiplicador de conhecimento.

Desde 2022, quando o programa foi iniciado, a parceria entre Ouvidoria, Defensoria e Sociedade Civil já garantiu a realização de mais de 100 ações sociais, mais de 50 Defensoria em Ação (entre Favelas, Aldeias,



Quilombos, Assentamentos e Terreiros), premiações como o Prêmio Defensorar de 2024 e, especialmente, melhorias contundentes de demandas trazidas pelas comunidades.

A formação também serviu como base principal para a criação do Programa Mulheres Pelo Acesso à Justiça, fomentado pela Ministérios da Justiça e Segurança Pública e elaborado pela Ouvidoria da Defensoria Pública e Núcleo de Defesa e Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) Luiza Mahin, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



MULHERES PELO ACESSO À JUSTIÇA





A partir da experiência do programa Acesso à Justiça nos Territórios, a Ouvidoria elaborou e encaminhou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública o projeto do programa Mulheres Pelo Acesso à Justiça. A iniciativa busca educar para direitos 100 mulheres, lideranças de favelas, aldeias, quilombos, assentamentos, acampamentos ciganos, terreiros, territórios ribeirinhos e caiçaras, além de outras comunidades, para atuação como Agentes de Acesso à Justiça.

O edital o programa recebeu mais de 900 inscrições e ao fim do processo seletivo, 100 mulheres de 34 municípios de todas as regiões do Rio de Janeiro foram ingressaram no programa para atuar nas atividades de formação, mentorias, elaboração de plano de acesso à justiça nos Territórios e encaminhamento de demandas de baixa e média complexidade para o Defensoria Pública em Ação nos Territórios.

O programa ofereceu bolsa mensal de R\$700,00, financiada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, para que essas agentes tenham condições de atuar em seus territórios no mapeamento de demandas e encaminhamento, especialmente das demandas coletivas, para a Defensoria Pública.



Na fase final do projeto, realizada nos primeiros seis meses de 2026, pudemos realizar as visitas nos territórios de muitas das bolsistas, com ótimos momentos de troca a partir das temáticas propostas e atividades construídas pelas anfitriãs. Abaixo, destacamos os relatórios dos encontros realizados entre abril e junho do corrente ano:

Marambaia — Registro de Ação (Texto, Vídeo e Dados)

Objetivo: garantir memória, indicadores e materiais para publicação.

Seções e campos:

1 Identificação

- Nome da ação: Debate sobre Direitos Quilombolas e Caiçaras
- Data: 17 de abril de 2026
- Território: Ilha da Marambaia
- Responsável pelo registro: Gabriel Vieira

2 Dados quantitativos

- N° de participantes: 33 participantes
- Perfil do público: Em sua grande maioria mulheres negras de diversos territórios do Rio de Janeiro. Estiveram presentes as bolsistas do projeto, defensoria pública, moradores da ilha e alguns representantes da empresa IGreen Energy
- Bolsistas envolvidas: Denise de Lima Eugenio Costa; Rebecca Angelique Silva de Araújo; Ingrid Maria da Costa; Rosilene Torquato de Oliveira; Norma Santos Bomfim; Sara Rodrigues Silva; Gabrielli Lima Araujo Silva/Gaby Makena; Tatiana Laís Silva de Souza; Alice Nara; Isabela lanes de Jesus; Marisete Sant'Ana/Bibi Perigosa
- Organização: Julia Costa Penteado; Jaine Mendes de Sousa; Denise Oliveira Gama; Gabriel da Silva Vieira; Isabella Vitória Ramos Ferreira; Igor dos Santos Santana; Juliana Rodrigues Riscado (Defensora Pública convidada)



3 Registro qualitativo

- Descrição breve da atividade: Roda de conversa sobre o tema proposto
- Principais temas abordados: Disputa de território com a Marinha; importância da ilha; funções da Defensoria através da Tutela Coletiva no Território; atuação do Conselho de Saúde na região.
- Percepções e impactos observados: As bolsistas finalizaram a roda de conversa entendendo como o quilombo da marambaia se estruturou na reunião e pensando em encaminhamentos futuros nos territórios. Tais como, análise do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que acredita-se estar para vencer, outrossim, o chamamento do Conselho de Saúde Estadual para estabelecer sua atuação nas ilhas da Costa Verde.

4 Uploads

-  FOTOS
-  VIDEOS
- **Textos / depoimentos:**

A comunidade da Ilha da Marambaia, localizada na Costa Verde, é composta atualmente por aproximadamente 270 famílias, totalizando 468 pessoas, cuja subsistência majoritária advém da atividade pesqueira artesanal. A ocupação territorial se distribui ao longo de 11 praias, com maior concentração entre a Praia Suja e a Praia da Pesca Velha. A moradora mais idosa identificada é a Sra. Lúcia Soares, símbolo da memória viva do território conforme relatos da roda de conversa.

Historicamente, ao final do período da ditadura militar, a ilha foi vendida, tendo o antigo proprietário assumido o compromisso de



não remover a população ali residente. A partir desse compromisso, deu-se início a um processo de resgate ancestral dos pilares socioculturais da comunidade. No campo simbólico e jurídico, há registro da classificação histórica da Marambaia como "*viveiro morto de negros*", expressão que denuncia a herança da violação de direitos humanos e da escravização no território.

Ainda no âmbito das políticas públicas, destaca-se a fundação, por Getúlio Vargas, de uma escola de pesca na localidade, bem como a conquista recente da Escola Municipal Maria Beatriz, que passou a ofertar a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa conquista é reconhecida como instrumento de fortalecimento da permanência dos povos tradicionais no território e de efetivação do direito à educação presentes na ilha.

As lideranças e griots locais – Nana, Luci e Vânia –, em conjunto com a Defensora Pública Juliana, relataram situações reiteradas de criminalização das atividades tradicionais da comunidade, especialmente da pesca e do deslocamento por rotas ancestrais, as quais vêm sendo progressivamente proibidas ou restringidas por normas e práticas administrativas sem a devida consulta prévia, livre e informada.

No âmbito do direito à saúde, foi consignada a ausência absoluta de atendimento emergencial na ilha. Os serviços existentes são precários e descontínuos, ocorrendo em caráter mensal ou, quando muito, semanalmente. A comunidade reivindica, por meio de articulação política, a implantação de uma equipe de saúde definitiva e qualificada no território, em cumprimento aos princípios da integralidade, universalidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante do exposto, conclui-se que a Marambaia enfrenta violações estruturais de direitos – à saúde, à livre circulação, à identidade cultural e ao território – que demandam respostas



coordenadas do Estado, sob pena de perpetuação de quadro de vulnerabilidade e invisibilidade institucional.

5 Avaliação rápida

- O que funcionou bem? Possibilitar que a comunidade local ficasse responsável pela organização da alimentação e o que seria servido aos convidados
- O que pode melhorar? A organização da atividade externa, estruturar melhor como se dará as atividades e o tempo que cada uma será realizada. Pontuar com as bolsistas a importância do respeito à conclusão de fala de outra pessoa.

6 Aspas fortes

“Por mais que às formações tenham se encerrado, os vínculos entre as bolsistas permanecem e juntas podem lutar.” - Denise Eugenio, bolsista anfitriã da atividade.

“O cuidado com a ilha da marambaia é legado e não obrigação.” - dona Vânia, Griô da ilha.

Fazenda Botafogo — Registro de Ação (Texto, Vídeo e Dados)

Objetivo: garantir memória, indicadores e materiais para publicação.

Seções e campos:

1 Identificação

- Nome da ação: Regularização fundiária e infraestrutura urbana
- Data: 30 de abril de 2026
- Território: Fazenda Botafogo/Coelho Neto
- Responsável pelo registro: Jaine Mendes



2 Dados quantitativos

- N° de participantes: 40 participantes
- Perfil do público: a maioria era composta por mulheres negras moradoras das ocupações, além da presença de muitas crianças. Também participaram bolsistas e extensionistas do projeto, representantes da Ouvidoria, na figura de Fabiana da Silva e Igor dos Santos, do MTST, incluindo o coordenador Gabriel Siqueira e da Defesa Civil.
- Bolsistas envolvidas: Isabela Ianes de Jesus, Carla Aparecida, Silvia Nazareth Terra Coelho, Marisete Sant'Ana/Bibi Perigosa (e seu filho Israel Sant'Ana), Iara Aquino da Silva, Alice Nara, Adriane Mendes de Oliveira, Denise de Lima Eugênio Costa, Ingrid Maria da Costa e Tatiana Laís Silva de Souza
- Organização: Fabiana da Silva, Igor dos Santos Santana, Gabriel da Silva Vieira e Jaine Mendes de Sousa

3 Registro qualitativo

- Descrição breve da atividade: roda de conversa sobre o tema proposto
- Principais temas abordados: preocupação com a posse da terra, as dificuldades enfrentadas nas ocupações e o funcionamento e organização desses espaços.
- Percepções e impactos observados: as bolsistas se envolveram ativamente no diálogo durante a roda de conversa, demonstrando incômodo diante da ausência de garantia de moradia digna e de qualidade. Também ficou evidente a compreensão de que a luta das ocupações se torna fundamental em um contexto marcado por constantes desigualdades e injustiças sociais. A atividade possibilitou, ainda, uma maior compreensão sobre a importância das ocupações enquanto espaços de resistência, organização coletiva e reivindicação de direitos.



Uploads

-  2026.04.30 - Visita a ocupação Dandara é a Terra Prometida em ...

- **Textos / depoimentos:**

A Ocupação Dandara e a Ocupação Terra Prometida, localizadas entre a Rua Senador Mozart Lago, nº 65, e a Avenida Prefeito Sá Lessa, nº 550, no bairro Coelho Neto/Fazenda Botafogo, atualmente abrigam cerca de 250 famílias, em sua maioria chefiadas por mulheres. A companheira que nos recebeu, Alessandra Negrinny, atual presidenta da Associação de Moradores e participante do projeto, relatou que outras seis mulheres vinculadas ao projeto também residem no território. Durante a apresentação, Alessandra explicou que as ocupações funcionam de forma articulada, como se fossem “duas ocupações em uma”, motivo pelo qual atualmente o espaço também é referido conjuntamente como Ocupação Dandara é Terra Prometida.

Alessandra explicou que, em 2020, a instabilidade generalizada provocada pela pandemia de Covid-19 impactou diretamente a vida de inúmeras pessoas, intensificando situações de insegurança financeira, vulnerabilidade social e precarização das condições de vida. Ao conhecer um terreno abandonado, enxergou naquele espaço uma possibilidade de moradia para si e para outras pessoas atravessadas pelos impactos da pandemia. Assim, a ocupação teve início em 2020 e, desde então, as famílias passaram a construir coletivamente um espaço habitável e de resistência. Além disso, Alessandra compartilhou algumas das dificuldades que enfrenta cotidianamente por ser uma mulher trans, especialmente fora do território da ocupação, onde vivencia diferentes formas de discriminação e violência. Mesmo diante dessas adversidades, sua atuação no território evidencia uma liderança marcada pelo cuidado coletivo, pelo acolhimento das famílias e pela resistência construída diariamente em meio às múltiplas dificuldades que atravessam sua trajetória.

A roda de conversa foi iniciada por Alessandra, que destacou a preocupação com a posse da terra, atualmente no chamado “estágio 1”,



isto é, em uma fase inicial do processo de regularização fundiária. Ressaltou a importância desse processo para evitar possíveis despejos e, conseqüentemente, o agravamento da vulnerabilização das famílias que vivem no território. Em seguida, a Ouvidora-Geral Fabiana da Silva apontou o compromisso da Defensoria Pública com os territórios e ressaltou o papel da Ouvidoria enquanto ponte entre a população e a instituição. Também enfatizou a importância da concretização da segunda etapa do projeto, considerando fundamental que estudantes e extensionistas estejam inseridos diretamente nos territórios. No que se refere à questão habitacional, destacou que a Defensoria Pública pode atuar tanto na garantia do direito à moradia quanto em outras demandas relacionadas ao acesso a direitos. Posteriormente, Gabriel Siqueira, representante do MTST, ressaltou a importância da Cozinha Solidária da ocupação, mencionando que ela é a única cozinha solidária sustentável vinculada ao movimento. Também comentou que o Programa Cozinha Solidária foi instituído pela Lei Federal nº 14.628/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 11.937/2024.

Ao longo da roda de conversa, foi realizada uma apresentação entre as pessoas participantes. Durante esse momento, surgiu a discussão sobre a possibilidade de remoção do território e os impactos que isso poderia gerar para as famílias que vivem na ocupação. Alessandra respondeu que geralmente durante as remoções é oferecido um aluguel social e que enxerga isso como uma estratégia insuficiente, uma vez que se trata de um benefício temporário que, posteriormente, pode recolocar as famílias em situação de ausência de moradia. Outras questões também foram levantadas, especialmente relacionadas às dificuldades de acesso ao direito à moradia e à importância de resistir às imposições que reforçam um sistema de (in)justiça social.

Após a roda de conversa, Alessandra conduziu o grupo por uma visita às ocupações. A primeira parada foi na Cozinha Solidária, espaço que conta com um biodigestor e onde são produzidas cerca de 600 quentinhas duas vezes por semana. As refeições também são destinadas a pessoas em situação de rua. Em seguida, foi explicado que cada rua da ocupação



recebe um nome carregado de significado, geralmente relacionado às primeiras pessoas que passaram a habitar o território, como o “Beco da Cleide” e a “Rua da Dona Rosália”. Em uma das entradas da ocupação, é possível visualizar um trecho do Rio Acari, fortemente poluído e utilizado como local de descarte de lixo. Foi destacado que, em períodos de chuva, o rio chega a subir cerca de dois metros, afetando diretamente a Ocupação Dandara. Entretanto, a situação da Ocupação Terra Prometida é ainda mais grave, pois parte das moradias é atingida pelas enchentes, gerando impactos materiais e psicológicos às famílias, que conquistaram seus bens a partir de muito esforço e luta coletiva. O cenário relatado é de calamidade, casas alagadas, perda total de móveis, roupas e alimentos.

Outra preocupação que atravessa a realidade da Terra Prometida refere-se às condições estruturais das moradias. Ao entrar no espaço, foi perceptível a dificuldade de circulação de ar e a pouca iluminação natural. Além disso, a estrutura física encontra-se bastante fragilizada devido à presença de uma piscina abandonada a céu aberto. Em períodos de chuva, a água infiltra-se nas moradias, comprometendo ainda mais a segurança estrutural do local. Soma-se a isso o risco relacionado à proliferação da dengue, em razão da água parada. Durante a visita, tornou-se evidente o impacto que a realidade do território causou nas pessoas presentes. As bolsistas passaram a refletir sobre possíveis articulações e ações que poderiam ser construídas coletivamente para evitar um agravamento das condições estruturais e prevenir riscos de desabamento. Havia também um representante da Defesa Civil presente no local e, tanto Fabiana quanto as bolsistas, dialogavam com ele sobre possíveis medidas emergenciais. O representante comprometeu-se a retornar ao território acompanhado de uma equipe técnica para realizar uma avaliação mais aprofundada.

Diante desse cenário, torna-se fundamental olhar atentamente para a ocupação, que cotidianamente busca sobreviver às múltiplas violações de direitos que atravessam o território. O Estado, contraditoriamente, faz-se presente por meio de sua própria ausência, deixando inúmeras famílias



expostas a riscos de desabamento, enchentes, insegurança alimentar, precarização das condições de moradia, adoecimento físico e psicológico, além da constante ameaça de remoção e perda do direito à cidade.

5 Avaliação rápida

- O que funcionou bem?

A presença de uma pessoa responsável pela coordenação do grupo contribuiu significativamente para a dinâmica da roda de conversa, possibilitando que todas e todos pudessem ser ouvidos. Além disso, a organização do tempo de fala permitiu que as discussões acontecessem de maneira mais equilibrada, evitando que algumas falas se prolongassem excessivamente e comprometessem as demais atividades previstas.

- O que pode melhorar?

A organização da atividade pode ser mais estruturada, especialmente no que se refere ao planejamento prévio de cada espaço visitado, compreendendo melhor o tempo necessário para cada atividade e as demandas específicas de cada território. Por exemplo, em rodas de conversa, é importante que haja previamente alguém responsável pela coordenação e mediação do tempo, para que a atividade consiga se desenvolver de forma organizada e sem comprometer as etapas seguintes.

6 Aspas fortes

“Através desse curso pude me fortalecer, fortalecer as redes”. - Alessandra Negrinny

“O básico que possibilita futuro”. - Fabiana da Silva (Ouvidora)

“Meu território é onde meu corpo estiver”. - Alice Nara

Pedra de Guaratiba — Registro de Ação (Texto, Vídeo e Dados)

Objetivo: garantir memória, indicadores e materiais para publicação.

Seções e campos:



1 Identificação

- Nome da ação: Saúde pública e direitos das mulheres
- Data: 9 de maio de 2026
- Território: Pedra de Guaratiba
- Responsável pelo registro: Jaine Mendes

2 Dados quantitativos

- N° de participantes: 50 participantes
- Perfil do público: a maioria era composta por mulheres negras do terreiro e do projeto, além da presença de muitas crianças. Também participaram representantes da Ouvidoria, na figura de Fabiana da Silva, e da Coordenação de Área Programática (AP) 5.2, com a presença de Mônica Xavier, Livia Souza e Edson Martins.
- Bolsistas envolvidas: Denise de Lima Eugênio Costa, Evelin Fernanda Soares Dias, Gaby Makena, Norma Santos Bomfim, Marisete Sant'Ana/Bibi Perigosa (e seu filho Israel Sant'Ana), Antonia Iara Silva Sousa, Érica de Jesus da Silva, Tamires dos Santos R. de Farias, Sara Rodrigues Silva, Débora de Almeida, Silvia Nazareth Terra Coelho, Isabela Ianes de Jesus, Rebecca Angelique Silva de Araújo, Adriane Mendes de Oliveira, Fernanda da Silva Lopes e Ingrid Maria da Costa
- Organização: Fabiana da Silva, Denise Oliveira Gama, Jaine Mendes de Sousa, Julia Costa Penteado, Letícia Matos, Isabella Vitória Ramos Ferreira e Julia Santa Cruz Gutman

3 Registro qualitativo

- Descrição breve da atividade: roda de conversa sobre o tema proposto
- Principais temas abordados: saúde da mulher negra cis e trans, urgência em debater e questionar políticas públicas de acesso a direitos, especialmente à saúde, equidade racial, alimentação,



construção de linhas de cuidado voltadas à população LGBTQIAPN+ e a atuação do Terreiro diante de tantas demandas do território.

- Percepções e impactos observados: as bolsistas se envolveram ativamente nos diálogos, principalmente nas discussões sobre a construção de linhas de cuidado voltadas à população LGBTQIAPN+, dialogando bastante com a equipe da Coordenação de Área Programática (AP) 5.2. Além disso, demonstraram grande interesse pela Exposição Isele Oba Labi, devido à sua potência de produção e compartilhamento de saberes. A atividade também possibilitou uma maior compreensão sobre a articulação do Terreiro em prol da garantia de direitos.

Uploads

-  2026.05.09 - Visita ao Terreiro Obá Labí, em Guaratiba [MPAJ]

- **Textos / depoimentos:**

O Terreiro Òbá Labí, que também atua como coletivo de mesmo nome, é um quilombo negro de religiosidade de matriz africana. A companheira e bolsista do projeto que nos recebeu foi a Mãe Òbá, Ekedji de Oxalá (Manuella Braga Candido da Silva).

A roda de conversa foi aberta pelo Pai Thiago de Xangô, Babalorixá do Ilê Axé Obá Labí, que explicou que a comunidade está localizada há 12 anos em Pedra de Guaratiba. Comentou que pensar políticas públicas em territórios onde o Estado não chega tem sido uma ação fundamental do Terreiro, que passou a se perceber como intermediador entre o Poder Público e a população, diante das constantes falhas do Estado em cumprir suas obrigações.

Além disso, ressaltou o apoio fundamental da Clínica da Família Hans Jurgen Fernando Dohmann. Também declarou a felicidade e o orgulho em ver Filhas e Filhos de Santo ocupando universidades, na graduação e no



mestrado, além de inseridos no mercado de trabalho. Destacou a importância do empoderamento das mulheres do território como possibilidade de transformação da realidade e comentou que têm buscado resgatar o empreendedorismo local junto às mulheres.

Em seguida, iniciou-se a fala de Iya Katiuscia de Yemanjá, que contou que, há 17 meses, assumiram um compromisso com a ONG Criola, organização voltada ao empoderamento de mulheres negras. A partir dessa parceria, realizam ações voltadas para a justiça climática, combate ao racismo ambiental e defesa de direitos.

Nesse contexto, surge o Programa Alaáfia, projeto de saúde da mulher negra cis e trans, desenvolvido em parceria com a ONG Criola. A iniciativa se constitui como uma proposta comunitária de cuidado, acolhimento e medicina ancestral, voltada para a população negra periférica, cis e trans. Ressaltou o apagamento histórico das práticas ancestrais de cuidado e explicou que a busca do projeto não é comercializar esses saberes, mas possibilitar sua continuidade e prática. Considerou, ainda, valioso o diálogo entre a medicina ancestral e a medicina tradicional.

Em relação à saúde e à alimentação, destacou que o almoço servido naquele dia, preparado pela Cozinha Solidária Ajeum de Erê, era produzido a partir do que é cultivado no próprio terreiro. Refletiu sobre como a população periférica é privada do acesso a esse tipo de alimentação, ficando à mercê de produtos industrializados, que podem gerar diversos impactos negativos à saúde.

Também tensionou questões relacionadas ao Plano Diretor de Guaratiba, que prevê crescimento para a região, questionando para quem esse desenvolvimento será destinado e quais impactos terá sobre a população mais empobrecida. Seguiu levantando questionamentos sobre o acesso à informação e aos serviços de saúde, perguntando, por exemplo, se as pessoas assistidas conhecem a Clínica da Família, acreditando que muitas não conhecem. Relacionou essa realidade a um histórico de (des)pertencimento aos saberes e reforçou que a política atravessa o



cotidiano, desde a hora em que se acorda até o momento em que se pega o BRT.

Posteriormente, a fala foi direcionada à Coordenação de Área Programática (AP) 5.2. A enfermeira Mônica Xavier, apoiadora técnica da saúde da mulher, afirmou o desejo de ampliar o alcance das ações para outros territórios. Em seguida, Edson Martins, fisioterapeuta e apoiador técnico de saúde LGBTQIAPN+, comentou sobre a importância da construção de uma linha de cuidado voltada para a população LGBTQIAPN+ e pessoas não binárias.

Destacou também os caminhos que vêm sendo construídos para ampliar o acesso à terapia hormonal. Para finalizar a fala da equipe, a técnica em enfermagem Lívia Souza reforçou seu compromisso em pensar uma linha de cuidado para a população trans, motivada também por ser uma mulher trans.

Comentou sobre a importância da criação de um ambulatório específico para essa população, destacando que o cuidado integral não se resume apenas à terapia hormonal. Além disso, apontou a ausência de políticas públicas que produzam dados sobre a população trans. Nesse momento, tornou-se evidente o cuidado e a atenção do Terreiro às demandas dessa população.

Por fim, ocorreu a fala da Ouvidora-Geral, Fabiana da Silva, que comentou sobre as barreiras de acesso à informação e à saúde. Como exemplo, destacou a distância do hospital de referência da região em relação ao Terreiro. Também falou sobre a ampliação do projeto Mulheres pelo Acesso à Justiça para além da capital, alcançando 44 territórios e 100 mulheres.

Segundo ela, somente a partir dessa ampliação é possível pensar nas múltiplas periferias e construir caminhos efetivos de acesso aos direitos, já que o acesso à informação é fundamental nesse processo. Refletiu, ainda, sobre quais são as portas de entrada para acessar direitos e ressaltou a necessidade de que as políticas públicas sejam construídas em sintonia com os territórios e respeitando suas especificidades. Destacou também a



relevância das discussões sobre saúde a partir da alimentação e afirmou que o Estado desconhece muitas das realidades do extremo da Zona Oeste.

Ao final, as bolsistas do projeto se apresentaram e comentaram as falas que mais lhes atravessaram durante a roda de conversa. Também ocorreu o lançamento da cartilha “Saúde com Axé: mulheres negras e prevenção do câncer”, produzida pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), que busca unir ciência e saberes ancestrais, promovendo o autocuidado nos terreiros e o enfrentamento ao racismo nos serviços de saúde. Paralelamente, aconteciam ações de vacinação e cuidado odontológico realizadas pela Clínica da Família Hans Jurgen Fernando Dohmann.

Após o almoço, ocorreu a Exposição Isele Oba Labi, em que foram compartilhadas pesquisas científicas desenvolvidas a partir de vivências tradicionais, evidenciando a potência do Terreiro e seus impactos sociais, em um movimento que conecta o território à universidade.

Portanto, a atividade possibilitou refletir sobre como os territórios periféricos constroem estratégias próprias de cuidado, acolhimento e produção de saberes diante das falhas do Estado. Além disso, evidenciou a importância de pensar políticas públicas articuladas às especificidades dos territórios, reconhecendo os saberes ancestrais, as práticas comunitárias e as múltiplas formas de existência e resistência presentes nesses espaços.

5 Avaliação rápida

- O que funcionou bem?

A presença de uma pessoa responsável pela coordenação do grupo contribuiu significativamente para a dinâmica da roda de conversa, possibilitando maior organização das falas e participação das pessoas presentes.

- O que pode melhorar?

Por conta do sol forte no dia da atividade, algumas pessoas permaneceram mais afastadas da roda, o que dificultou a escuta do que estava sendo dito. Em próximos encontros, seria interessante pensar em



formas de amenizar essa questão, ainda que seja difícil controlar os impactos de situações como essa, especialmente porque chegamos quando toda a organização do espaço já estava pronta.

6 Aspas fortes

“Qual a ascensão de uma mulher negra diante da violência de Estado?”. - Iya Katiuscia de Yemanjá

“O direito não é pensado para os perfis das mulheres que estão aqui”. - Fabiana da Silva (Ouvidora)

“Não dá pra pensar de barriga vazia. É preciso ter comida na mesa.”. - Pai Thiago de Xangô

“A gente quer vacina no braço e erva no corpo” - Iya Katiuscia de Yemanjá

"A grande maioria dos conhecimentos vem da nossa ancestralidade, das mulheres negras" - Iya Katiuscia de Yemanjá

São João de Meriti — Registro de Ação (Texto, Vídeo e Dados)

Objetivo: garantir memória, indicadores e materiais para publicação.

Seções e campos:

1 Identificação

- Nome da ação: Roda de conversa com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro
- Data: 23 de maio de 2026
- Território: São João de Meriti
- Responsável pelo registro: Igor Santana

2 Dados quantitativos

- N° de participantes: Aproximadamente 60 participantes



- Perfil do público: Maioria composta por crianças, adolescentes e mães dos territórios que utilizam o espaço da escola, junto ao projeto de capoeira promovido pela liderança Adriane Pretinho. Espaço importante de cultura e cuidado para a comunidade. Também participaram representantes da Ouvidoria, na figura do servidor Igor Santana e do núcleo de família da Defensoria.
- Bolsistas envolvidas: Iara Aquino da Silva, Antonia Iara Silva Sousa, Rebecca Angelique Silva, Tamires dos Santos, Denise de Lima Eugênio, Luana F. da Silva, Isabela Ianes de Jesus, Jessica Lene da Silva Santos, Ingrid Maria da Costa, Norma Santos Bomfim
- Organização: Isabella Vitória R. Ferreira, Julia Costa Penteado, Igor Santana

3 Registro qualitativo

- Descrição breve da atividade: roda de conversa sobre o tema proposto
- Principais temas abordados: Direito de família como acesso à pensão alimentícia para filhos e reconhecimento de paternidade. Debate sobre acesso à cultura e defesa do direito de crianças e adolescentes
- Percepções e impactos observados: as bolsistas se envolveram ativamente nas atividades culturais junto às rodas de capoeira, maracatu e samba iniciadas pelo coletivo Família Pretinho. As bolsistas com formação em serviço social e psicologia também auxiliaram na escuta de algumas das mães da comunidade, junto ao servidor da ouvidoria e a servidora do núcleo de família. Auxiliando em uma escuta multidisciplinar.

4 Uploads

- 📁 2026.05.23 - Oitiva em São João de Meriti cm o projeto social Fa...



- **Textos / depoimentos:**

O Coletivo Família Pretinho atua em São João de Meriti com rodas de capoeira e cuidado a famílias vulnerabilizadas. Comandado pelo casal Adriane Pretinho, formanda do Mulheres Pelo Acesso à Justiça e Washington Pretinho, conhecido como Mestre Manduca, responsável pelo ensino da luta afro-brasileira. Para realizar as aulas aos finais de semana, a família garantiu junto a Escola Municipal Francisco Agostinho da Costa a utilização do espaço para acolhimento dos jovens e realização das aulas.

O espaço busca garantir que essa juventude esteja em local seguro e de cuidado, com aprendizagem da cultura negra brasileira, a partir da capoeira e maracatu ensinados.

O projeto Família Pretinho também se responsabiliza pela segurança alimentar para famílias do territórios. Localizadas em um espaço extremamente marginalizado, muitas das mães tem dificuldade em garantir alimentação para suas crianças fora do horário escolar. Adriane é responsável por auxiliar na conquista e distribuição de cestas básicas para muitas dessas famílias. Além disso, atua também garantindo acesso aos postos de saúde, CAPS, CRAS e CREAS.

O servidor Igor Santana, por sua vez, levantou a pauta da cultura também como meio de acesso à direitos, visto que educação, lazer e acesso à atividades culturais também são direitos de todos. Além disso, o diálogo foi ampliado por meio da apresentação de culturas afro-brasileiras para crianças negras, com base especialmente nas atividades de educação diferenciada vivenciadas principalmente na Costa Verde do Rio de Janeiro com escolas quilombolas e indígenas. Desta forma, é preciso reconhecer que uma educação realmente funcional para crianças de comunidade devem levar em consideração suas raízes e ancestralidade.

A diretora da escola demonstrou entusiasmo e felicidade com a funcionalidade do projeto dentro do espaço da escola. Segundo ela, é notória a melhora do comportamento de muitos estudantes dentro da sala



de aula desde que ingressaram ao projeto, já que o mesmo, além da luta, ensina sobre disciplina e respeito. Com isso, alguns alunos têm apresentado melhora também nas notas.

O uso do espaço também foi importante para que fosse realizada a escuta de algumas moradoras da região, momento em que algumas das bolsistas se envolveram ativamente para auxiliar na escuta e encaminhamentos.

A presença de uma servidora do núcleo de família também se mostrou muito importante para o acolhimento dessas demandas.

5 Avaliação rápida

- O que funcionou bem?

Houve uma participação ativa das formandas no atendimento, assim como nas atividades culturais, o que possibilitou uma grande integração entre a comunidade e a visita.

- O que pode melhorar?

Foi dada a ideia de, dependendo da temática da roda de conversa, leve-se em consideração a sensibilidade do assunto e sejam montados pequenos grupos para ouvir as demandas de forma individual.

Duque de Caxias — Registro de Ação (Texto, Vídeo e Dados)

Objetivo: garantir memória, indicadores e materiais para publicação.

Seções e campos:

1 Identificação

- Nome da ação: Roda de conversa sobre saúde da mulher negra e acesso à direitos
- Data: 26 de maio de 2026



- Território: Duque de Caxias
- Responsável pelo registro: Igor Santana

2 Dados quantitativos

- N° de participantes: 70 participantes
- Perfil do público: a maioria era composta por estudantes do 3° ano do ensino médio do CIEP 350 Túlio Roberto Cardoso Quintiliano.
- Bolsistas envolvidas: Iara Aquino da Silva, Maria Izabel Monteiro, Silvia Nazareth Terra Coelho, Alice Nara, Adriane Mendes de Oliveira, Tatiana Laís Silva de Souza, Isabela Ianes de Jesus, Fernanda da Silva Lopes, Ana Paula da Silva Messias, Michele Xavier, Tamires dos Santos, Rosilene Torquato, Ana Paula Lopes, Ingrid Maria da Costa.
- Organização: Fabiana da Silva, Denise Oliveira Gama, Jaine Mendes de Sousa, Julia Costa Penteado, Letícia Matos, Isabella Vitória Ramos Ferreira e Julia Santa Cruz Gutman

3 Registro qualitativo

- Descrição breve da atividade: Debate sobre juventude, acesso à direitos e educação
- Principais temas abordados: Passagem da juventude para a vida adulta, influência da internet e das bets na vida de jovens adolescentes, acesso à defensoria para direitos de família e debate sobre uma educação libertadora.
- Percepções e impactos observados: as bolsistas se envolveram ativamente nos diálogos, assim como algumas adolescentes, especialmente meninas, que acompanharam a atividade, tiraram dúvidas e tiveram curiosidade em relação a debates abertos durante a visita.

4 Uploads

 2026.05.27 - Reunião com estudantes no Ciep 350, Duque de Ca...



- **Textos / depoimentos:**

A atividade aconteceu dentro do CIEP 350, no Parque das Missões, escola onde a ouvidora Fabiana da Silva estudou, assim como algumas das parceiras e suas filhas. A construção foi feita pelas formandas Iara Aquino da Silva, Maria Izabel Monteiro, Silvia Nazareth Terra Coelho, que conduziram junto a ouvidoria a atividade. Também esteve presente o diretor da escola, que participou ativamente da atividade dividida em dois momentos.

No primeiro momento houve uma palestra para estudantes do 3º ano do ensino médio, que deixarão a escola no próximo ano rumo às universidades. Nesse ponto, é importante destacar a dificuldade apontada pelo diretor de incentivar a realização do ENEM por esses estudantes.

Durante esse momento, a pauta do direito de família e da violência contra mulher foram o principal debate, com alertas especialmente para casos de abuso, violência de gênero e divulgação de imagens íntimas. Silvia Nazareth, parceira sobrevivente de tentativa de feminicídio, apresentou um pouco do relato do seu caso e colocou em pauta a necessidade de que as mulheres e meninas reconheçam quando estão sofrendo algum tipo de violência para que possam se defender e denunciar seus agressores.

A questão dos influenciadores e das casas de apostas online também esteve em pauta, a partir da fala da ouvidora Fabiana da Silva. Aqui, destaca-se o tamanho do rombo dentro do orçamento familiar que pode ser causado pelas apostas desenfreadas.

Após a saída dos estudantes, houve uma roda de conversa com as formandas do projeto Mulheres Pelo Acesso à Justiça e o diretor da escola, onde foram levantadas também as possibilidades de encontrar novas formas de incentivo a esses jovens. Neste momento tivemos a maior



participação das formandas, com sugestões e abertura de debates importantes sobre desestruturação familiar, vulnerabilidade e miséria.

Destaca-se durante essa atividade o interesse de alguns dos estudantes sobre as bolsistas e os temas abordados, como as dúvidas sobre a etnia cigana de uma das formandas presentes.

5 Avaliação rápida

- O que funcionou bem?

A presença de uma pessoa responsável pela coordenação do grupo contribuiu significativamente para a dinâmica da roda de conversa, possibilitando maior organização das falas e participação das pessoas presentes.

- O que pode melhorar?

Por conta do sol forte no dia da atividade, algumas pessoas permaneceram mais afastadas da roda, o que dificultou a escuta do que estava sendo dito. Em próximos encontros, seria interessante pensar em formas de amenizar essa questão, ainda que seja difícil controlar os impactos de situações como essa, especialmente porque chegamos quando toda a organização do espaço já estava pronta.

Niterói — Registro de Ação (Texto, Vídeo e Dados)

Objetivo: garantir memória, indicadores e materiais para publicação.

Seções e campos:

1 Identificação

- Nome da ação: Requalificação civil e Roda de conversa sobre direitos das pessoas Trans
- Data: 3 de junho de 2026
- Território: Niterói



- Responsável pelo registro: Igor Santana

2 Dados quantitativos

- N° de participantes: 100 participantes
- Perfil do público: a maioria era composta por pessoas trans e universitárias da Universidade Federal Fluminense
- Bolsistas envolvidas: Zuri Moura, Visita territorial 6 - 3 de junho
- Articulação de Políticas Indígenas e Quilombola (APIQ) e Rede Trans UFF - Niterói
- Companheira do território: Zuri Moura, Alice Nara, Rosimar C. Eloy Pereira, Carla Aparecida de Oliveira, Adriane Mendes de Oliveira, Denise de Lima Eugênio Costa, Érica de Jesus da Silva, Iara Aquino da Silva, Rosilene Torquato de Oliveira, Ana Paula Lopes, Antonia Iara Silva Sousa, Rebecca Angelique Silva, Tamires dos Santos, Sara Rodrigues Silva, Michele Xavier, Ana Paula da Silva Messias, Ana Luiza da Silva Briola, Isabela Ianes de Jesus, Ingrid Maria da Costa
- Organização: Igor Santana, Jaine Mendes de Sousa, Julia Costa Penteado, Isabella Vitória R. Ferreira

3 Registro qualitativo

- Descrição breve da atividade: Roda de conversa sobre direito de pessoas lgbs, acesso à pessoas trans a universidade e ação de requalificação civil.
- Principais temas abordados: Acesso à direitos para pessoas lgbs, atendimento do Nudiversis a pessoas lgbs, entrada e permanência de pessoas trans dentro das universidades e oportunidades de emprego.
- Percepções e impactos observados: Houve grande participação da comunidade universitária na divulgação e grande adesão a ação social, assim como a roda de conversa que contou com convidadas relevantes para o tema.



Uploads

-  2026.06.03 - atividade de requalificação civil na UFF, Niterói

- **Textos / depoimentos:**

A visita foi construída junto ao coletivo TransUFF, por meio da formanda Zuri Moura, estudante de serviço social e liderança do movimento trans em Niterói. A organização foi feita junto a Ouvidoria visando atender o público lgbt da comunidade, possibilitando um amplo debate sobre a temática e a divulgação da atuação da Defensoria Pública na pauta. Com isso, a defensora Fernanda Lima, coordenadora do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (nudiversis). Além disso, foram convidadas pela parceira para a roda de conversa a professora e idealizadora da Oficina Nossa, Walkiria Nictheroy; a Superintendente de equidade, políticas afirmativas e diversidade, Érika Frazão; e a doutora em Antropologia e Secretária de Mulheres de Niterói, Rebecca Vieira.

Além disso, entre as solicitações que foram realizadas pelo coletivo TransUFF para a realização da atividade, estava uma ação social de requalificação civil, conduzida pelo nudiversis e com a realização de cerca de 50 ofícios para a requalificação de estudantes da universidade e pessoas trans de Niterói.

A roda de conversa foi conduzida pela parceira Zuri Moura, com apresentação das lutas dentro da universidade para reconhecimento das pessoas trans, entre elas, o cadastro de estudantes com o nome social. Zuri foi uma das primeiras pessoas dentro da UFF a conseguir a inclusão deste nome social, já durante sua graduação, e pontuou a violência que foi para ela entrar na universidade e ser tratada por seu nome morto e pronomes e gêneros que não a definem.

Por sua vez, a defensora Fernanda Lima trouxe um pouco da trajetória do nudiversis e como a luta de pessoas LGBTQs se insere na Defensoria Pública. Também trouxe relatos de sua atuação no órgão e das



construções que tem realizado em parceria com coletivos trans para garantir o acesso à direitos dentro de espaços que durante tantos anos às negrigênciam.

O servidor da Ouvidoria, Igor Santana, trouxe como pauta a mudança dentro do espaço do órgão, que nos últimos 3 anos, durante a gestão Fabiana da Silva, contou com 4 pessoas trans diferentes em sua equipe, duas mulheres trans, um homem trans e uma pessoa não binária. Além disso, a inclusão do cuidado a mulheres trans dentro da cartilha utilizada pelo órgão para a construção da Ouvidoria da Mulheres, que levou em consideração especialmente a vivência das bolsistas Zuri Moura, Maria João, Alessandra Negrinny e Dandara Zainabo para intensificar valência da pauta.

Para falar da manutenção de pessoas trans dentro das universidades, as convidadas Walkiria Nictheroy, Érika Frazão e Rebecca Vieira abrilhantaram a conversa, levantando questionamentos pertinentes ao ambiente das universidades e reconhecimento que a dificuldade de entrada de pessoas trans na universidade passa também pelas dificuldade e marginalização que as mesmas vivem desde a infância. Como principal movimento do debate, Walkiria levantou o ponto do debate da inclusão do nome social como norma dentro da UFF, que ainda está em debate, mesmo que a universidade tenha sido a primeira do Rio de Janeiro a incluir cotas para pessoas trans em seus cursos.

A atividade também contou com DJs de Ballroom e diálogos entre as demais formandas do Mulheres Pelo Acesso à Justiça e a comunidade universitária.

5 Avaliação rápida

- O que funcionou bem?

A ação social foi bem sucedida e os debates foram de suma importância, assim como a apresentação de espaços seguros para pessoas historicamente marginalizadas.

- O que pode melhorar?



Houveram dificuldades com o buffet devido a problemas de comunicação dentro da equipe que organizou a atividade. Houve também cerca dispersão durante a atividade, já que a mesa e o mutirão de requalificação aconteceram simultaneamente.

6 Aspas fortes

“(Re) imaginar um futuro para os nossos corpos” - Zuri Moura

“Não existe democracia sem pensar nas pessoas trans” - Zuri Moura

Areal — Registro de Ação (Texto, Vídeo e Dados)

Objetivo: garantir memória, indicadores e materiais para publicação.

Seções e campos:

1 Identificação

- Nome da ação: Roda de conversa sobre direitos da mulheres no Quilombo Boa Esperança
- Data: 12 de junho de 2026
- Território: Quilombo da Boa Esperança, Areal
- Responsável pelo registro: Julia e Jaine

2 Dados quantitativos

- N° de participantes: 20 participantes
- Perfil do público: Moradores do quilombo e bolsistas do projeto, em sua maioria mulheres negras
- Bolsistas envolvidas: Tamires dos Santos, Adriane Mendes, Sara Rodrigues, Ingrid Maria da Costa, Antonia Iara Silva, Rebecca Angelique, Marisete Sant'Ana/Bibi Perigosa, Iara Aquino, Tassiana Nascimento,
- Companheira do território: Fabíola Barbosa



- Organização: Igor Santana, Jaine Mendes de Sousa, Julia Costa Penteado

3 Registro qualitativo

- Descrição breve da atividade: Roda de conversa sobre a história da comunidade e educação
- Principais temas abordados: Acesso à direitos para à comunidade, educação
- Percepções e impactos observados:

4 Uploads

- https://drive.google.com/drive/folders/1n4w8XQMirqMoJIEXbJ-NFYHTOQFIR_ZH

- **Textos / depoimentos:**

A atividade foi realizada no Espaço Cultural Manoel Miquilina da Costa Barboza, um local onde são promovidas ações diversas: aulas de capoeira, atividades culturais, palestras e eventos do quilombo. Além disso, também possuem a Quilomboteca Deolinda Maria da Conceição, que conta com um grande acervo de livros, sobretudo relacionados à temática afro-brasileira, disponibilizados para a comunidade.

No primeiro momento, Fabíola apresenta a comunidade como um lugar de luta e resiliência, dando um panorama geral da sua dinâmica. No último censo foram registradas 125 famílias e cerca de 400 habitantes, espalhados pelo Morro da Pedra, Morro da Força, Vale do Tira Manhã e Morro do Pendura Saia. O transporte no território é precário e só funciona em horários muito específicos. Tem uma clínica da família nas proximidades, mas só funciona uma vez na semana. A escola mais



próxima, que fica dentro da comunidade, vai apenas até o quinto ano, depois as crianças precisam se deslocar para fora para estudar. Lá não tem educação diferenciada, há um projeto de representatividade negra, mas que não é tão inclusivo e só foi possível por insistência do Seu Celso, um dos griôs da comunidade.

Seu Celso conta que há uma enorme dificuldade em falar da história do povo negro, e que ele mesmo só a aprendeu a partir da capoeira. Ressaltou a importância de saber a verdadeira história, e que sofreu porque na sua época não a contaram, por isso toda a luta e cobrança pela implementação da lei 10.639 na escola. Fabíola afirma: “Minha vida seria outra se aprendesse a história de forma diferente”. O Brasil é um país construído por brancos e o preto é constantemente associado a algo ruim, tendo isso vista, é fundamental toda a luta para que na escola “nossas vozes sejam contadoras dessa história”.

Em diálogo à questão escolar, os principais pontos da roda de conversa foram elementos fundamentais que permeiam a cultura negra brasileira e sua preservação, como a capoeira, o samba e a religião. Adriane, agente do projeto, pontuou que em sua visão, Seu Celso é um mestre de capoeira e ouvi-lo compartilhar seus conhecimentos é uma vivência. Trouxe também que é imprescindível ter essa experiência na escola, que é um espaço importantíssimo no processo de construção da autoestima dos mais novos. O mais velho falou sobre como o “batuque do preto” foi para lhe tirar do sofrimento e o servidor Igor falou um pouco sobre a importância das escolas de samba. Uma moradora da comunidade, que é Kardecista e apaixonada por religiões de matriz africana, apontou sobre a gritante intolerância religiosa que sofre dentro do território.

O quilombo tem uma fauna e flora super diversa, algo muito percebido pelas bolsistas, que se empolgaram em levar para casa frutas e doces. “A gente é muito rico, nessa mata a gente tem o que comer, tem de beber, vai encontrar cura, nas casa encontra carinho.”

A conversa foi muito rica, as bolsistas compartilharam suas angústias, perspectivas de luta, estratégias nos territórios e admiração pelo trabalho



feito na comunidade. Essa visita evidenciou a necessidade de fortalecer espaços de troca e de valorização dos saberes tradicionais, reconhecendo-os como elementos excepcionais no ensino básico.

5 Avaliação rápida

- O que funcionou bem?

A atividade teve ótima participação das bolsistas e das lideranças da comunidade. Apesar da pouca presença dos moradores, pela dificuldade da presença em dias de semana, todos os griôs do quilombo estiveram presentes com excelentes contribuições. Quanto às bolsistas, também estiveram extremamente envolvidas e participativas, tanto no debate quanto no tour pela comunidade quilombola.

- O que pode melhorar?

Houve uma situação com a parada da van na ida que gerou grande estresse. É preciso uma melhora da equipe da logística, visto que não foi a única dificuldade no que tange a saída e retorno das atividades.

Mendes e Petrópolis

Ainda no mês de junho foram realizadas visitas às cidades de Mendes, com rodas de conversa sobre a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e moradia digna segura, aluguel social e mudanças climáticas: roda de conversa e atendimento, respectivamente. Nas ocasiões, fomos recebidos pelas lideranças Maria Cristina Giácomo e Cláudia Renata.

Ambas as atividades tiveram relatórios elaborados após os fechamentos dos dados para este documento.





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AÇÕES SOCIAIS E INCIDÊNCIA TERRITORIAL

AÇÕES SOCIAIS E INCIDÊNCIA TERRITORIAL

DEFENSORIA EM AÇÃO NAS FAVELAS

Iniciada em 2019, a iniciativa leva para as comunidades ações sociais, orientação jurídica e acompanhamento processual aos cidadãos menos favorecidos. O objetivo é garantir o acesso à justiça aos moradores de favela do Rio de Janeiro, que por vezes são deixados de lado pelas políticas públicas.

O Defensoria em Ação é um projeto desenvolvido pela DPRJ com colaboração da Ouvidoria Externa, da Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC), dos núcleos especializados e de bairros e dos demais órgãos de atuação da instituição no estado. Ao todo, dez projetos sociais firmaram parceria com a Defensoria para a realização dos encontros em 2021, e até hoje, levam a ação a comunidades diferentes.

Ao longo desses seis primeiros meses tivemos que reformular o projeto, pois a nova administração solicitou que as escolhas dos territórios fossem em cima da garantia de segurança para os prestadores de serviço, equipamentos e para os moradores dos territórios. Com isso, a Ouvidoria iniciou um diálogo com as lideranças para que a escolha do local dialogue com a segurança de todos a partir de critérios definidos como local fechado, de circulação de transporte público, vias sem barricadas, locais que não tenham interferência de grupos armados locais.

Com esse projeto, a Defensoria inverte a lógica e toma a iniciativa de ir até o cidadão para promover a sua missão constitucional. Essa proposta é de extrema importância porque garante assistência jurídica em territórios em que o acesso a serviços é mais difícil.



Moradores dessas regiões recebem assistência jurídica gratuita ao longo de todo o dia. Defensoras e defensores fazem atendimento de forma presencial. Os moradores, que foram pré-agendados pelos movimentos sociais, irão à sede dessas organizações para ter acesso ao encontro com o(a) defensor(a).

No primeiro semestre de 2025, foram realizadas as seguintes ações sociais em parceria com diferentes movimentos e instituições:

- **XX de março de 2026**
- **XX de abril de 2026**
- **XX de maio de 2026**
- **XX de junho de 2026**
- **XX de agosto de 2026**
- **XX de setembro de 2026**
- **XX de outubro de 2026**
- **XX de outubro de 2026**

DEFENSORIA EM AÇÃO NOS QUILOMBOS

O Defensoria em Ação nos Quilombos é uma iniciativa da Coopera, da Coordenadoria de Tutela Coletiva (Cotutela) e da Coordenadoria Geral de Programas Institucionais (COGPI) da Defensoria do Rio e da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública, com apoio do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur), da Fundação Escola Superior da DPRJ (Fesudeperj) e da Defensoria Pública da União (DPU).



Nas ações são oferecidas orientações sobre questões diversas, dentre as quais se destacam pensão alimentícia, regularização de guardas e visitas dos filhos, divórcio, investigação de paternidade, dissolução de união estável, questões de consumo e emissão de documentos.

Os quilombos assistidos pela ação são escolhidos de forma criteriosa, garantindo os direitos de todos os atendidos.

A escolha das comunidades quilombolas é uma decisão conjunta com a Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), que representa 53 comunidades do Estado. Respeitamos a consulta prévia, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. É um projeto importante de acesso à justiça antirracista.

Acontece das 9h às 15h, para fornecer assistência jurídica gratuita à comunidade, além de serviços públicos a todos os moradores.

O projeto de atendimento às comunidades quilombolas começou em 2022. Desde então, a Defensoria visitou todos os 52 quilombos do Estado do Rio de Janeiro.

DEFENSORIA EM AÇÃO NO CAMPO

Desenvolvido pela Coordenação-Geral de Programas Institucionais da Defensoria Pública (COGPI), em parceria com a Ouvidoria Externa da DPRJ, o projeto também contou com a participação do Detran e do Registro Civil de Pessoas Naturais local (RCPN). Durante a ação, cerca de 200 pessoas puderam receber orientação jurídica, realizar a segunda via de documentos, retificação de registro civil, dar entrada em ações de alimentos e divórcio, entre outros.



Assim como diversos moradores, que compareceram à ação em busca de orientação jurídica para realizar o divórcio do seu casamento, obtiveram um resultado positivo.

A primeira edição do ano da “Defensoria em Ação no Campo”, aconteceu em Maricá. O objetivo do projeto é promover o acesso à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade, que habitam zonas rurais no Estado do Rio de Janeiro.

DEFENSORIA EM AÇÃO NAS ALDEIAS

O “Defensoria em Ação nas Aldeias” integra o “Defensoria em Ação”, programa promovido pela Coordenação-Geral de Programas Institucionais (COGPI) da Defensoria Pública do Rio e que conta com ações semelhantes no campo, favelas e comunidades remanescentes de quilombos.

A Defensoria Pública, juntamente com outras instituições parceiras, vai até às aldeias indígenas do Estado para atender os povos originários e levar cidadania e direitos.

A iniciativa é fruto de parceria com a Petrobras e vai contar com roda de conversa e orientação jurídica para demandas das áreas cível e de família.

Também participam da ação a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), que fará a emissão de documentos de identidade para as pessoas que precisarem deste serviço. A iniciativa é um avanço com relação ao dever constitucional de promoção dos direitos humanos e a defesa da população hipervulnerável do Estado do Rio de Janeiro.



DEFENSORIA EM AÇÃO NOS TERREIROS

A Defensoria em Ação nos terreiros reforça a missão de defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade que a Defensoria do Rio tem. Além do que fazemos nas nossas ações sociais, trazendo para um espaço de escuta das diversas lideranças de terreiros. Isso nos leva a um mapeamento que nos ajuda a provocar o poder público e dar efetividade a direitos como o exercício da liberdade religiosa, que tem sido violado.

A expectativa é de que o formato do evento Defensoria em Ação nos terreiros confira visibilidade às violações de direitos humanos veiculadas no racismo religioso.

A Defensoria exercendo o dever de estar onde o povo está.

É urgente e necessário combater o racismo religioso e a efetivar direitos das religiões de matriz africana. Atendendo, diuturnamente, casos de racismo religioso em face de crianças e adolescentes no ambiente escolar, se tem um olhar voltado para as violências perpetradas em face dos povos de terreiro.

A primeira edição da ação social relacionada a terreiros aconteceu no Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica. O município faz parte de uma região conhecida por sediar diversos terreiros de religiões de matriz africana.

Dentre os serviços oferecidos pela DPRJ, estavam a orientação jurídica para formalização de terreiros e a apuração de casos de racismo religioso.

Para todos os territórios, ressaltamos que não se faz Justiça sem cidadania. Permanecemos na prática de garantir os direitos de cada cidadão.



ACESSO À JUSTIÇA NOS TERRITÓRIOS E REDE DE PARCEIRAS E PARCEIROS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Durante o período analisado, identificamos que as principais demandas dos nossos parceiros estão concentradas nos temas de Justiça Climática e Racismo Ambiental. Observamos fortes demandas que estão direta e indiretamente ligadas a esses eixos, bem como aos direitos do consumidor, especialmente no que se refere ao acesso à água, luz e moradia. Além disso, a gestão de questões familiares, incluindo direitos parentais, emergiu como uma área de constantes dúvidas jurídicas para nossos parceiros.

Também destacamos a crescente demanda por inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência (PCDs) e neurodivergentes, o que resultou na formação de um Grupo de Trabalho (GT) específico em parceria com a Ouvidoria da Defensoria Pública. Este GT pretende mapear e abordar as necessidades e desafios enfrentados por essas comunidades, promovendo soluções concretas e eficazes. Além das iniciativas voltadas para PCDs e neurodivergentes, intensificamos nossa comunicação estratégica com parceiros da Baixada e Zona Oeste do Rio de Janeiro. Esta estratégia visa estender as ações sociais do programa institucional da Defensoria Pública a essas localidades, ampliando nosso impacto e beneficiando comunidades.

OUVIDORIAS ITINERANTES

O Projeto Ouvidoria Itinerante é uma iniciativa que leva Ouvidorias de várias instituições para diversas localidades do estado, usando as estruturas das organizações e das prefeituras locais para oferecer serviços, orientações e fiscalização diretamente à população e aos profissionais. Organizado inicialmente pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI-RJ), que visava promover segurança jurídica nas transações imobiliárias, esclarecendo dúvidas sobre a profissão e funcionando como



um canal de acesso à informação e direitos do cidadão e que foi se ampliando para abarcar outras instituições a fim de levar para a população mais informações sobre os seus direitos.

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública começou a participar dos encontros no ano de 2026 e pode ver materializado o quão importante é estarmos na rua mostrando como a Defensoria Pública se organizar para atender as pessoas usuárias, tirar dúvidas sobre seus processos, registrar in loco sua demanda e estreitamos e fortalecemos a rede de diálogo com outras instituições como o Ministério Público e a Secretária de Administração Penitenciária.

Principais Objetivos e Ações:

Educação e Orientação: Informar a sociedade sobre a importância da Defensoria Pública, o papel da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e sobre a legislação pertinente, como a Lei do Usuário (Lei Federal nº 13.460/2017);

- Fiscalização e Segurança: Combater a atuação de "falsas informações sobre a Defensoria" e garantir a segurança informação;

Pensando o Serviços Público a iniciativa visa integrar-se com outras ouvidorias e órgãos (como Ministério Público, DETRAN, OAB) para oferecer uma gama de serviços gratuitos à população, como vacinação, emissão de documentos e outros atendimentos.

Promovendo assim a Responsabilidade Social e fortalecendo o diálogo com a sociedade a fim de promovermos boas práticas e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

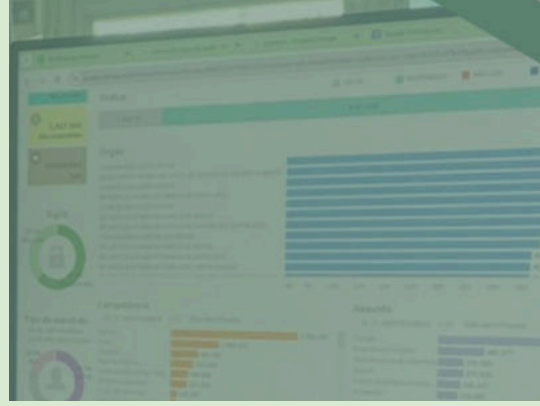
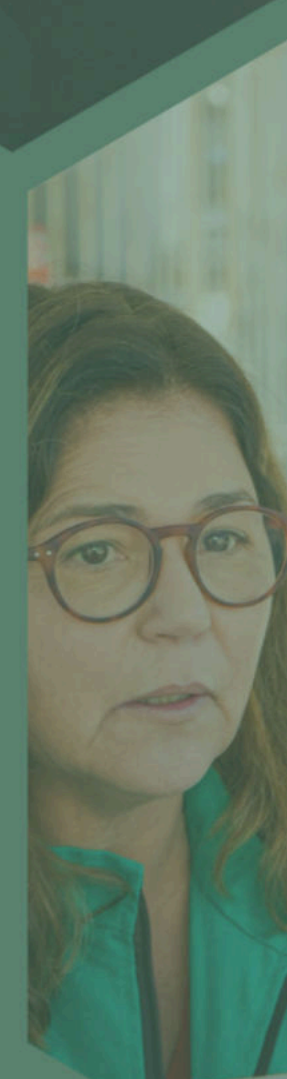
A aproximação da Ouvidoria da DP com as outras Ouvidorias nos levou para mais perto das pessoas usuárias em municípios do interior e bairros da capital fluminense, fortalecendo nossa atuação e o atendimento prestado pela instituição Defensoria Pública.



Vimos na prática o quão importante é a ação de responsabilidade social e aproximação institucional, que funciona como um posto avançado das Ouvidorias em parceria com o Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI-RJ), com foco na educação, fiscalização e oferta de serviços essenciais à comunidade em geral.

Neste primeiro semestre nós tivemos quatro ações de Ouvidorias itinerantes. Em 05 de março na Praça do Pacificador em Duque de Caxias; em 30 de março no Largo do Machado; em 12 de maio em Araruama e em 13 de maio no Largo da Carioca - também estivemos em Paty do Alferes, Cabo Frio, Mangaratiba, Itaguaí e Queimados.





OUVIDORA NA ESTRADA

OUVIDORA NA ESTRADA

OUVIDORA NA ESTRADA EM DIÁLOGO COM A TUTELA COLETIVA/COMARCAS

O projeto Ouvidoria na Estrada tem o objetivo de aproximar a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro dos territórios mais afastados da Capital, contribuindo para qualificar o atendimento prestado à população, principalmente quilombolas, ribeirinhas, caiçara, indígenas e territórios favelados fora do eixo da Região Metropolitana.

O projeto não é inédito pensando no escopo do trabalho executado pela Ouvidoria do Rio de Janeiro, mas a pegada anterior sempre foi voltada para a Capital do Rio e em alguns casos Baixada Fluminense e o Leste metropolitano (mais especificamente São Gonçalo).

O projeto responde à necessidade de ampliar a interlocução da Ouvidoria-Geral com a população usuária dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a sociedade civil da Região Metropolitana, Costa Verde, Interior do Estado e Região Serrana. Visa contribuir com a política institucional e as melhores formas de atender as demandas da população que demanda que a Defensoria Pública conheça os diferentes contextos locais e consolide os canais de comunicação com os diferentes atores sociais.

A Ouvidoria pretende que os diagnósticos e recomendações formuladas a partir das visitas possam contribuir com o efetivo crescimento da Defensoria Pública e o fortalecimento de suas políticas públicas, oferecendo insumos para:



- Plano de expansão;
- Processo de interiorização;
- Atribuições;
- Ampliação da Tutela Coletiva;
- Regulamentação do Atendimento e trabalho remoto;
- Aprimoramento dos serviços prestados à população;
- Reforço dos Mecanismos de Participação Social, como os cursos de formação e o plano de atuação da Ouvidoria nos territórios visitados.

Para isso, após cada visita realizada nos territórios visitados, produzimos um relatório que encaminhamos para o defensor da tutela coletiva se a agenda da visita for relacionada a uma demanda coletiva ou para os defensores da comarca se o tema tratado no encontro foi relacionado aos atendimentos prestados para as pessoas usuárias. Como vão poder observar a seguir os relatórios tem um fio condutor que visa ajudar a Defensoria Pública na qualificação do serviço prestado.

OUVIDORIA NA ESTRADA CHATUBA/MESQUITA EM 29 DE JANEIRO

A Ouvidoria participou da 1ª edição de 2026 do CAU/RJ Favela, evento promovido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) na cidade de Mesquita/Baixada Fluminense. O encontro promoveu reflexões urgentes sobre direito à moradia, políticas públicas e arquitetura social nas comunidades. Na sede do @institutomundonovo, reuniram-se mesas de debate com representantes do poder público,



arquitetos, assistente social e a sociedade civil. A 1ª , intitulada “Moradia como direito: políticas públicas e acesso à habitação” , terá a participação do presidente do CAU/RJ, Sydnei Menezes, da deputada estadual Renata Souza e da ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Fabiana Silva, com mediação de Bruna Simãozinho, coordenadora de projetos do Instituto Mundo Novo. Moradia digna é direito, não privilégio!





**OUVIDORIA NA ESTRADA - ESCUTA NO TERREIRO EGBE IJO
OGUNDABEDE EM UNAMAR/CABO FRIO**

A Ouvidoria-Geral realizou, no dia 05 de fevereiro, a escuta qualificada no território de Unamar, no Segundo Distrito de Cabo Frio, por meio do projeto Ouvidoria na Estrada, com lideranças religiosas, comunitárias e moradores.

A ação teve como foco a identificação de violações e a sistematização de demandas relacionadas à moradia, infraestrutura, educação, liberdade religiosa, combate ao racismo e acesso à justiça. A atividade foi viabilizada por parcerias construídas nos cursos “Acesso à Justiça nos Territórios” e “Mulheres pelo Acesso à Justiça”, que fortaleceram lideranças locais. Destaca-se a atuação da parceira Débora Almeida na mobilização comunitária.

O território enfrenta crescimento desordenado e ausência de políticas públicas estruturantes, com déficit de saneamento, pavimentação e regularização urbana. Comunidades tradicionais e terreiros exercem papel central de proteção social, evidenciando a necessidade de atuação contínua e territorializada da Defensoria Pública.



OUVIDORIA NA ESTRADA - Oitiva coletiva com moradores do bairro da Rasa em Armação dos Búzios

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2026

Presentes

Igor Santana - Ouvidoria Geral DPERJ
Náthaly D'Almada - Ouvidoria Geral DPERJ
ROSIMAR CONCEIÇÃO ELOY PEREIRA
IRIS RIBEIRO DO NASCIMENTO
MARA REGINA REIS MARTINS
MARIA MARIANA DOS SANTOS CARDOSO
JOSÉ CARLOS PEREIRA
ANDREIA PADRON
HARACY PADRON
SARA DE SOUSA GONÇALVES
MARIA DE FÁTIMA DOS S.BRUN
ANTÔNIO JOSÉ GOMES
JOÃO PAULO FERNANDES
AIDA THONARITO DA SILVA

Geolocalização

Associação de moradores do Bairro da Rasa

https://maps.app.goo.gl/LFMb34VgntXsePLh9?q_st=ic

722G+2VJ Armação dos Búzios, Rio de Janeiro

(-22.7499120, -41.9728510)

-22.7499120,-41.9728510



Resumo da Oitiva

No dia 06/05/2026 (quarta-feira), a Ouvidoria realizou oitiva coletiva com os moradores do bairro da Rasa em Búzios, por meio da parceira Rosimar Eloy.

O pedido e a demanda encontrada no território se circunscreve principalmente por demandas de acesso à saúde por parte dos moradores do bairro.

Na ocasião, os presentes trouxeram queixas em comum de seus casos de saúde sobre acesso aos equipamentos de saúde; descontinuidade dos atendimentos e tratamentos; falta de remédios nas unidades básicas e longas esperas na fila e falta de posicionamento da Secretaria de Saúde.

A partir dos casos expostos pelos presentes, apontamos alguns entraves no acesso à saúde frente aos equipamentos citados pelos moradores do bairro: [Clínica da família Olavo da Costa](#); [Hospital Municipal Dr. Rodolpho Perisse](#); [Policlínica da Rasa](#) (mudou para a Rua Alcindo Porto).

Um dos relatos é de Rosimar, que nos expõe sua passagem por um primeiro atendimento com o cardiologista no dia 09 de dezembro de 2025 e a solicitação só do médico por exames. Conta que após enfrentar longas filas na policlínica, conseguiu uma data para segunda consulta para o dia 22 de maio de 2026, mas que até a data da oitiva não havia conseguido realizar todos os exames solicitados e que enfrentava a resposta de não ter previsão de quando os realizaria pois “já estava na fila”.

A partir do relato de Rosimar, outros moradores presentes apontaram que esse é um impeditivo e dificultador de dar continuidade aos tratamentos de saúde, vários dos relatos afirmam que no primeiro dia de cada mês é preciso ir pra policlínica para agendar o retorno ao médico, mas que ele tem levado em média 45 dias e que nada é resolvido “em menos de um ano” (SIC.) e que quando a data desse retorno chega, na



maior parte das vezes os exames requeridos pelo médico já perderam a validade (quando realizados por meios próprios e fora do SUS) ou se quer foram realizados.

Pelos relatos dos moradores, a compreensão que fica é da falta de transparência de um fluxo comum da rede de saúde do município, a dinâmica apresentada é de que os médicos que realizam o primeiro atendimento na policlínica não pedem, ou não podem pedir, encaminhamento diretamente para um especialista que atende no equipamento. O fluxo é de que os usuário precisam ser encaminhados para um outro atendimento por um clínico geral que atende na clínica da família do território, e que ele sim pode encaminhar para a fila de atendimento com o especialista. Um fluxo de (re)encaminhamento que só aumenta o tempo de espera ou a perda da validade dos exames, e que, segundo os moradores, foi instituído em 2018 por questões políticas do município.

Mara Regina endossa o relato com seu caso, em que está aguardando, desde de outubro de 2025, um procedimento que deveria ser o pós. Seu caso reflete outra colocação dos moradores frente à falta ou pouca oferta de especialistas disponíveis no município, como angiologista, alergista, reumatologista, ginecologista, cardiológica, neurologista e psiquiatra.

Carlos Pereira relata outro impasse comum dos moradores frente a falta recorrente de medições na farmácia dos equipamentos de saúde. Enfocam também como os médicos por vezes prescrevem remédios que não são disponibilizados na farmácia da UBS e não apresentam outras alternativas similares, que mesmo enquadrados na farmácia popular ainda apresentam altos valores.

Apontam também que estão sem Agente de Saúde da Rua das orquídeas até o final do bairro [\(rua da madeira/Antônio Estêvão/rua da boeira - popularmente conhecida\)](#) desde maio de 2025, o que tem gerado diversos impasses como dificuldade de saber sobre a marcação ou desmarque de atendimentos; dificuldade de atendimentos de pessoas que



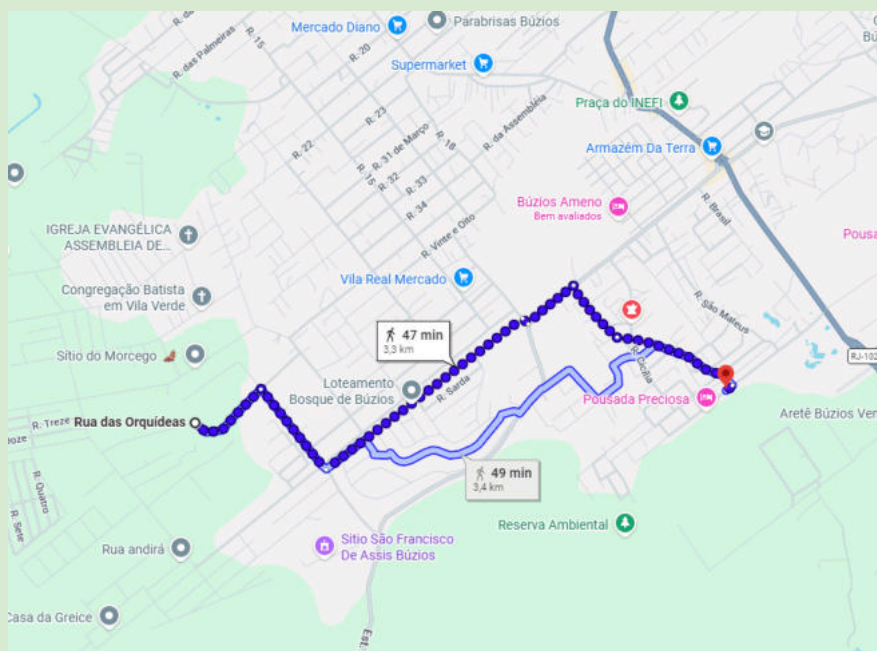
possuem conflitos nos comprovantes de residência que apontam moradia em Búzios e Cabo frio a depender da localidade da residência na mesma rua, e que ao comparecerem ao equipamento tem atendimento negado; Como a falta dessa profissional também impactou diretamente na dificuldade de pedido de transporte a Secretaria de Saúde para usuários com mobilidade reduzida; Cancelamento de procedimentos em outros municípios sem previsão de remarcação e, ainda a falta de clareza sobre o funcionamento de convênios entre os municípios ou com instituições privadas para a realização de exames não ofertados pelo SUS.

Mães atípicas também estão tendo dificuldade com terapias e medicamentos para seus filhos. A nível de exemplo, uma criança autista teve o tratamento com canabidiol suspenso e teve um grande retrocesso no tratamento.

Havia convênio entre a prefeitura de Búzios e a prefeitura de Cabo Frio, contudo, pelo que contam os moradores, aconteciam apenas transferências de Cabo Frio para Búzios, mas o contrário não acontecia. Importante ressaltar também que a secretaria de saúde não tem oferecido carro para levar pacientes com mobilidade reduzida para suas consultas.

Dificuldades que anteriormente ganhavam ao menos, um posicionamento com a presença da Agente de saúde que conhecia as particularidades do território.





Pontos importantes

- Solicitar a prefeitura a Pedir a lista de remédios disponibilizados pelo município
- Questionar sobre os convênios para exames e medicamentos do município
- Questionar sobre convênios com municípios vizinhos sobre realização de atendimentos fora de Búzios.





OUVIDORIA NA ESTRADA - VISITA E OITIVA A ALDEIA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data da oitiva: 26 de janeiro 2026

Elaborado por: Fabiana da Silva e Igor Santana

VISITA E OITIVA A ALDEIA PATAXÓ HÃ HÃ HÃE	1
Presentes:	2
Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:	2
Fotos da atividade	2
Informações Preliminares	2



Resumo da Oitiva	3
- Saúde e Saneamento	4
- Segurança	8
- Educação	9
- Energia elétrica	14
- Encaminhamentos	18

Presentes:

- Fabiana da Silva (Ouvidora da Defensoria Pública do Rio)
- Igor Santana (Servidor da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio)
- Juliana Riscado (Defensora responsável pelo 9º NRTC)

Indígenas presentes:

- Valmir - coordenador de fachada da escola, pois a secretaria de educação não admite pessoas não concursadas na vaga
- Pedro Cacique - Paraty-Mirim

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

📍 Aldeia Itaxim Guarani M'Biá Paraty Mirim

Fotos da atividade

[\[Fotos\] 2026.01.27 - Oitiva na aldeia Itaxi Paraty-Mirim](#)

Informações Preliminares

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro acompanha a situação das aldeias indígenas do estado desde 2022, com visitas recorrentes aos territórios localizados especialmente nas regiões de Paraty, Angra dos Reis e Maricá. O território do estado totalizada 8 aldeamentos indígenas fora da capital fluminense, sendo Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã) e Aldeia Céu Azul (Tekoa Ara Hovy), localizados em Maricá; Aldeia Sapukai (Takoa Sapukai), em Angra dos Reis; e as aldeias Pataxó Hã Hã Hãe, Aldeia Itaxim (Tekoa Guarani M'Biá Paraty Mirim), Aldeia Araponga (Tekoa Guyraitapu Pygua), Aldeia Arandu Mirim, e Aldeia Rio Pequeno (Tekoha Djey). Está última, local da visita a qual refere-se este relatório de oitiva.

Nessas atividades, a Ouvidoria é quase sempre acompanhada da equipe do 9º Núcleo Regional de Tutela Coletiva, para as visitas a Paraty e Angra, assim como pelo 6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva nos



territórios de Maricá, produzindo relatórios de registro de suas atividades, encaminhados posteriormente aos referentes NRTC para atuação dos defensores e defensoras capacitados para realizar a orientação e atuação jurídica nos casos de demandas coletivas.

Essas atuações já geraram resultados nos territórios Guarani Sapukai (Angra dos Reis), Ovy Porã, Ara Hovy (Maricá), Rio Pequeno e Itaxi Paraty-Mirim (Paraty), com atividades focadas na garantia de direitos da população indígena do Rio de Janeiro, destacando-se o projeto Defensoria Pública em Ação nas Aldeias que leva a Defensoria Pública até os territórios com atendimentos de família, documentação, entre outros.

Graças a visitas no início do ano de 2024, também foi possível auxiliar no retorno das aulas nas escolas de educação diferenciada das comunidades indígenas de Paraty, que estiveram suspensas até maio do mesmo ano por não renovação dos contratos de professoras e professores que atuam nessas aldeias.

Resumo da Oitiva

A equipe da Ouvidoria retornou ao território da aldeia Itaxi Paraty-Mirim pela terceira vez desde o início das agendas anuais de visita aos territórios indígenas do Rio de Janeiro. Nos últimos dois anos, a Ouvidoria esteve presente realizando oitivas explicitadas nos relatórios

☰ 2024.02.29 - Aldeia Itaxim Paraty-Mirim e

☰ 2025.02.20 e 2025.02.21 - Visita às aldeias Itaxi Mirim e Pataxó Hã Hã Hã...

.

A comunidade conta com aproximadamente 60 famílias, cerca de 222 pessoas, conforme senso produzido pela equipe de saúde local no último ano. Abaixo, relatamos as informações assimiladas em 2026 a partir da vivência desses moradores, liderados pelo cacique Pedro e realizamos um pequeno comparativo com as demandas apresentadas nas visitas anteriores, destacadas a partir de sua temática.



- Saúde e Saneamento

A comunidade tem se deparado com uma crise hídrica severa, ficando, em diversas oportunidades, sem abastecimento de água. Na ocasião da visita, o abastecimento estava extremamente racionado, como pudemos notar nas torneiras do bebedouro da escola.

A previsão compartilhada em visita anterior da construção de sistema de captação hídrica da nascente de rio próximo se mostrou inviável devido à qualidade da água, segundo os relatos dos moradores. Desta forma, os indígenas têm dependido da chuva e da cachoeira para poder utilizar água. Por vezes, recebem abastecimento por três dias e passam uma semana sem qualquer abastecimento.

O abastecimento na comunidade depende de uma empresa ligada ao poder público local, contudo, o religamento da bomba nos períodos em que se enchem as caixas d'água na comunidade dependem de comunicação prévia com a mesma. Há uma divisão temporária onde a água é desviada, das demais comunidades de Paraty Mirim para a aldeia.

Devido ao alto custo por caminhão-pipa (cerca de R\$10 mil cada), a prefeitura também não tem realizado abastecimento por este método.

Os indígenas destacaram também que os moradores dos pontos mais altos da comunidade já convivem há cerca de três meses com a falta d'água, pois sem pressão na água e caixa d'água vazia, não há força para que as tubulações garantam a chegada de abastecimento, visto que o sistema da comunidade enche primeiro caixas localizadas na entrada da aldeia e somente quando é ligada a bomba que enchem as caixas superiores. Os moradores avaliam que isso se deve também ao tamanho da caixa d'água, assim como ao corte do abastecimento periódico informado acima.





Imagem - Caixas d'água localizadas à frente da comunidade.

Ao chegar à comunidade, fomos impactados por uma vitória: o início da construção de 36 banheiros para os moradores e moradoras da aldeia. Como relatado nas visitas anteriores, a falta de sanitários era um dos maiores desafios do saneamento básico da aldeia, visto que os poucos presentes na comunidade, além de não comportar a demanda, abriam espaço para a proliferação de doenças e infecções a partir de suas fossas.

Apesar da placa de divulgação de obras públicas informar que o início das obras era em 07/07/2025, a construção dos sanitários iniciou-se em dezembro de 2025 segundo o cacique Pedro, e tem previsão de entrega para julho de 2026. Também segundo os relatos, os banheiros serão construídos com sumidouros, o que remonta aos antigos problemas de saúde possibilitados pelo método de saneamento. É importante pontuar também que isso se diferencia muito da forma que os sanitários estão sendo construídos na aldeia Pataxó, por exemplo, onde serão construídos biodigestores. Destaca-se também como ponto negativo a possibilidade da caixa d'água dos banheiros ser ligada diretamente à caixa d'água da comunidade, o que pode piorar a situação da falta d'água.



Na ocasião da visita, três grupos trabalhavam simultaneamente em pontos diferentes da comunidade na construção dos banheiros que estão sendo construídos em todas as aldeias indígenas do estado, seguindo a ordem: comunidades de Maricá, Pataxó Hã Hã Hãe e Itaxi/Arandu em Paraty, Sapukai em Angra e Rio Pequeno/Araponga novamente em Paraty.

Apesar da falta de formação específica, alguns indígenas estão sendo contratados como ajudantes na construção dos banheiros da aldeia, o que tem se mostrado também uma oportunidade de emprego e remuneração para alguns dos moradores.



Imagem - Carregamento de tijolos deixado na comunidade para continuidade das obras de construção dos banheiros

Quanto à saúde, os indígenas informaram que o posto de saúde tem funcionado regularmente, com estrutura completa e equipe composta por duas médicas, uma enfermeira, duas técnicas, auxiliar e enfermagem. A equipe faz rodízio e está na comunidade normalmente. Tem pelo menos um agente de saúde todos os dias na comunidade.



O atendimento odontológico também tem acontecido regularmente, realizado pelo mesmo profissional que atende as aldeias Rio Pequeno e Pataxó Hã Hã Hãe. De igual forma, a comunidade não apresenta falta de medicamento.

Já a estrutura física do posto de saúde está precária, começando a apresentar goteiras, por exemplo.

Os servidores da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) também têm acompanhado periodicamente a comunidade, contudo, os moradores destacam que os motoristas que atuam na comunidade são obrigados a utilizar carros terceirizados em jornada precarizada, sem hora exata de trabalho e sem pagamento de diárias. O combustível, por sua vez, é liberado apenas no dia primeiro do mês e depois é cortado, deixando os veículos sem combustível em casos de emergência.

Como há um empreendimento sendo construído próximo da aldeia, deve-se aumentar o movimento próximo a aldeia, por isso a importância também de ter esse vigia.

Há um grande fluxo de caminhões pesados descendo na rua ao lado da comunidade.

- Segurança

Apesar da tranquilidade relatada pelos moradores, fomos informados pelo cacique Pedro que é importante pensar na possibilidade da contratação de vigia/segurança para atuar no território, especialmente na localização da escola, que fica à beira da estrada e tem fácil acesso para arrombamentos, por exemplo. Felizmente, nunca passaram por situação do tipo, mas consideram importante pensar na segurança das crianças do território.



Também consideram importante pensar em um muro em volta do colégio/comunidade para dar mais proteção aos indígenas e seus animais de estimação. Como a aldeia é pouco divulgada e não recebe muitas pessoas diferentes, apenas escolas e igrejas, a segurança tem sido melhor, pois as visitas costumam ser sempre agendadas e contam raramente com turistas e visitantes desconhecidos.

- Educação

O cenário educacional da comunidade segue enfrentando desafios como nos anos anteriores. Entre eles, a falta de manutenção na escola construída na comunidade, assim como relatado nas visitas anteriores. O prédio foi construído em 2005 e teve sua última manutenção registrada em 2006, como destacado em placa à frente da unidade educacional. As melhorias feitas desde então foram apenas paliativas, com a inclusão de divisórias e reparos pontuais. Os banheiros e o refeitório da escola foram construídos posteriormente, contudo, o piso, o teto e o madeiramento seguem sendo os originais.

Segundo os indígenas, há uma proposta de orçamento para obras nas escolas indígenas encaminhada pelo diretor das unidades de Paraty à Secretaria de Educação do Município e supostamente aprovada. A reforma na comunidade de Araponga foi concluída no final de 2025, mas Rio Pequeno e Itaxi não tiveram início da reforma. Aqui, destaca-se também que este mesmo diretor não vai a Rio Pequeno há três anos.

Atualmente, há um aumento no número de alunos na escola da aldeia Itaxi, já que os indígenas da aldeia Arandu-Mirim se direcionam para a aldeia Itaxi a fim de estudar. Nesse ponto, também é importante destacar que a aldeia Arandu se localiza em uma ilha, com a necessidade de atravessar por meio de barco. Durante o período letivo, as crianças da Arandu são deixadas sob os cuidados dos moradores da aldeia Itaxi, pois não há transporte disponibilizado pelo município, fazendo com que os indígenas precisem pagar barqueiros para locomover-se até a unidade



escolar. Hoje, cerca de quatro crianças da Arandu estão matriculadas na escola da aldeia Itaxi.

Devido a esse aumento e também ao interesse pela implementação do Ensino Médio na unidade escolar de Itaxi, os indígenas têm interesse na construção de um segundo andar no prédio. Todavia, existe o receio de que a ampliação dificulte a aprovação de projetos para obras na escola. Segundo a defensora Juliana Riscado, a Secretaria de Educação do Estado se comprometeu a realizar estudo sobre a unidade para que, a partir de 2027, seja iniciada uma reforma.



Imagem - Sala de aula da comunidade escolar





Imagem - Sala de aula da comunidade escolar



Imagem - Sala de aula da comunidade escolar

A unidade também não conta com creche para as crianças pequenas. Segundo os relatos, as creches do município só aceitam crianças a partir dos 2 anos, o que impossibilita, por exemplo, que as mães indígenas consigam trabalhar e ter onde deixar seus filhos. Em cobrança ao município de Paraty, a prefeitura se exime, informando que a construção da creche não era responsabilidade deles e sim de atribuição federal.

Com o aumento da demanda de alunos na comunidade, faz-se necessário também a ampliação do quadro de professores. Apenas o diretor da escola é concursado, enquanto os demais profissionais são contratados de forma temporária, como destacado também nas visitas anteriormente realizadas. Ao todo, a escola conta com 5 professores, mas já há, hoje, aulas multisseriadas devido a essa falta.

Os contratos temporários também encerram-se novamente no meio do ano e os indígenas ainda não têm certeza de como será a continuidade das aulas a partir deste período.

A escola da comunidade de Itaxi é o ponto de referência para a entrega de alimentos e material escolar das aldeias indígenas de Paraty. A prefeitura disponibiliza um orçamento de R\$5 mil mensais para atender três escolas (Araponga, Rio Pequeno e Paraty-Mirim), valor que não é atualizado desde 2024 e que, por óbvio, é insuficiente. Houveram relatos de que a falta de itens básicos da alimentação é recorrente, vide exemplo dado pelos indígenas da compra de apenas 25kg de arroz mensal para cerca de 70 alunos. Isso, sem levar em consideração o costume indígena já percebido também nas visitas de ceder alimentação às crianças pequenas também na unidade escolar. Além disso, os indígenas ainda precisam conviver com situações como acusações do próprio diretor de que moradores furtam quantidades de arroz da unidade escolar para consumo particular.

A unidade não integra o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo que conviver com apenas esse valor para todas as refeições entregues aos alunos durante os dias de aula. Os indígenas projetam que,



neste mesmo modelo, para a alimentação de qualidade das três aldeias indígenas, seria necessário um valor de ao menos R\$13 mil.

Por fim, é importante destacar que os livros didáticos utilizados na escola ainda datam de 2018, com vigência a partir de 2019, fugindo à regra de utilização deste material por 4 anos (ou seja, deveriam ter sido trocados em 2022). Destaca-se também que, devido à construção dos banheiros na comunidade, a biblioteca da mesma está inutilizada, pois o espaço está sendo ocupado pelos trabalhadores que atuam na construção dos sanitários.



Imagens - Livros fora da data de validade utilizados na escola indígena de Paraty Mirim



Imagens - Livros fora da data de validade utilizadas na escola indígenas de Paraty Mirim

- Energia elétrica

A instabilidade no fornecimento de energia, já relatada nos anos de 2024 e 2025, persiste em 2026. O fornecimento de energia segue instável na comunidade com quedas diárias de energia, postes e fiações. A rede elétrica foi instalada na aldeia há 25 anos e jamais passou por manutenção, fazendo com que hoje muitos relógios não estejam funcionando e muitos fios estejam extremamente baixos, ao alcance das mãos dos moradores.





Imagem - Fiação elétrica que passa por dentro da casa de morador devido a sua altura diminuta



Imagem - Fiação na altura da cintura de moradores localizada no meio da comunidade





Imagem - Relógio sem proteção



Imagem - Relógio sem proteção



Imagem - Neste ponto, podemos ver a fiação a uma altura palpável da defensora Juliana Riscado. A mesma esticou o braço para verificar se alcançaria.

Os moradores têm interesse de que todo o cabeamento seja trocado, especialmente porque durante as chuvas foram observadas faíscas nos cabos de energia, indicando falha no isolamento ou sobrecarga. Também existe uma necessidade de poda de árvores na comunidade, que estão sendo responsáveis pelos danos à fiação elétrica.

Por fim, relatam que a concessionária ENEL, que administra a energia elétrica no município, recebeu recursos do projeto Luz para Todos, contudo, a instalação é lenta. A Aldeia Arandu, por exemplo, não conta com fornecimento de energia, ainda que esteja apenas a cerca de 1.500 metros da rede elétrica.

- Encaminhamentos



- Analisar a proporção orçamentária necessária para atender ao número de crianças lotadas na escola da comunidade
- Solicitar número do cliente dos moradores da aldeia para inclusão na tarifa social de energia
- Organizar CPFs cadastrados no Luz para Todos.
- Demanda de mudança documental para indígenas de Paraty: Analisar a possibilidade da realização de ação social com participação de todas as aldeias da cidade.
- Verificar possibilidades de gratuidade para obtenção de carteiras de habilitação de carro e de barco para os indígenas.

OUVIDORIA NA ESTRADA - RELATÓRIO DE ESCUTA EXTERNA QUILOMBO SANTA JUSTINA/SANTA ISABEL

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data de elaboração: 18 de abril de 2026

Elaborado por: Fabiana da Silva

Presentes

Fabiana da Silva - Ouvidoria

Joziele

Vania Guerra

Vicente Vitor

José Emílio Cordeiro

Iosana

Hilson



Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

Quilombo Santa Justina/Santa Isabel - Mangaratiba

Resumo da Oitiva:

No dia 18 de abril de 2026 a equipe da Ouvidoria Geral juntamente com o José Emílio Cordeiro representante da ACQUILERJ estiveram no Quilombo Santa Justina/Santa Isabel em Mangaratiba. O intuito da visita foi conhecer o território que ainda não tinha sido visitado pela Ouvidora Fabiana Silva e realizar o levantamento das demandas de acesso a direitos do território.

A ouvidoria ainda não conhecia o Quilombo e as lideranças territoriais do local, o encontro foi importante para estar no nosso radar do órgão para dar continuidade no trabalho.

Vivemos um momento histórico no Espaço Cultural da Resistência Tia Belinha, no território quilombola de Santa Justina e Santa Izabel, em Mangaratiba-RJ.

Foi lançado o Projeto 22.314, uma iniciativa que nasce com um propósito potente: fortalecer o empoderamento socioeconômico das mulheres negras da comunidade quilombola.

Segundo as lideranças é um mais do que um projeto, é um movimento de transformação. Estão sendo realizadas diversas oficinas que valorizam saberes e criam novas oportunidades como culinária, quintais produtivos, costura criativa e circular, escultura em madeira, além de oficinas de empreendedorismo e Direitos Humanos, fortalecendo a autonomia, a consciência e o protagonismo das mulheres quilombolas.

Um outro ponto que merece ser destacado é que o projeto vai possibilitar reforço escolar para as crianças do quilombo, com uma educação diferenciada que respeita e valoriza a cultura, história e a ancestralidade local.



O Projeto 22.314 é patrocinado pela Fundação Banco do Brasil e realizado pelo Instituto Tereza de Benguela, em parceria com as mulheres quilombolas, protagonistas dessa construção coletiva.



O Quilombo Santa Justina e Santa Izabel, localizado em Mangaratiba (RJ), é uma comunidade remanescente de quilombo que descende de pessoas escravizadas nas fazendas homônimas, parte das terras do Comendador Breves. A comunidade se formou na área no início do século XX e enfrenta, há décadas, conflitos fundiários, falta de infraestrutura (como energia elétrica) e a luta pelo reconhecimento oficial de seu território.





A comunidade situa-se onde funcionavam antigas fazendas escravocratas de café. Com a decadência do café e a abolição, as famílias negras permaneceram na região, estabelecendo-se segundo os moradores na área desde, pelo menos, 1920.

A partir dos anos 2000, o grupo passou a afirmar publicamente sua identidade quilombola e ancestralidade, buscando o reconhecimento oficial, que veio com a certificação da Fundação Cultural Palmares.

A área é alvo de especulação imobiliária, especialmente após a construção da Rodovia Rio-Santos e a compra das terras por empresas privadas. Os moradores sofrem com restrições ao direito de ir e vir, impostas por seguranças armados que vigiam o local.

A comunidade, composta por 73 famílias, luta pela regularização fundiária junto ao INCRA. Além disso, enfrentam a falta de energia elétrica em diversas casas, um problema de longa data. Além da questão de energia elétrica não há também saneamento básico e todas as casas têm sumidouro ou fossa.

A comunidade, situada em áreas de difícil acesso, enfrenta desafios de infraestrutura, incluindo a distância até as escolas. Observamos que a maioria das crianças estudam nas escolas públicas situadas no centro do município ou em áreas rurais próximas, frequentemente exigindo transporte escolar que segundo moradores não têm.

Outro ponto importante de sinalizar é a ausência de Acesso à Saúde por conta da falta de infraestrutura básica, como energia elétrica que dificulta a atuação de serviços públicos, incluindo a presença regular de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na região.

A comunidade mantém suas tradições vivas e busca a titulação definitiva da terra como forma de garantir a liberdade e a permanência de seus moradores



O Quilombo Santa Justina/Santa Isabel sempre se destacou por sua cultura diferenciada e por seu modo de vida sustentado na terra e no trabalho coletivo. No início, as moradias eram feitas de barro, e a organização social refletia os valores tradicionais quilombolas. O reconhecimento da identidade e história dessa comunidade despertou o interesse de pesquisadores e autoridades, levando ao início de um projeto de estudo e levantamento de informações por parte da secretaria municipal de cultura de Mangaratiba.

O projeto começou com a participação de membros da comunidade, incluindo educadores e moradores. Durante esses encontros, iniciou-se a construção de um "mapa falante", um documento colaborativo que registrava histórias, espaços e memórias da comunidade.

Os moradores participaram ativamente do mapeamento, identificando locais significativos, como casas, igrejas, capelinhas e antigos marcos históricos. O processo de levantamento de informações enfrentou diversos desafios. A comunidade não possuía acesso fácil a tecnologias de registro como celulares ou câmeras fotográficas, e os equipamentos utilizados eram rudimentares. As informações eram coletadas por meio de gravações feitas com celulares simples e transcritas manualmente.

Outro desafio enfrentado foi a luta histórica contra os capatazes da fazenda que impediam o acesso de pesquisadores ao território. A luta da Comunidade contra os capatazes e a gestão das fazendas é segundo os moradores um reflexo do longo processo de resistência territorial na Costa Verde fluminense. A área, historicamente ligada ao Comendador Breves e ao ciclo do café, passou a ser alvo de interesse imobiliário e de novos proprietários, gerando graves conflitos fundiários.

Principais Pontos da Luta e Barreiras de Acesso:



- Moradores e pesquisadores enfrentaram restrições de movimento impostas pelos novos proprietários e seus representantes (capatazes) após a compra da área, a Fazenda Cachoeirinha (atual Santa Justina), em 2008. Essa barreira de acesso impactava diretamente o Direito de Ir e Vir.
- A tensão atingiu níveis extremos segundo moradores, incluindo o relato de que a comunidade precisou de auxílio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para realizar celebrações, como o aniversário da Lei Áurea em 2018, em seu próprio território.
- Relatos indicam ataques contínuos, incluindo a destruição da casa do vice-presidente da associação quilombola, Vicente da Conceição, destacando o ambiente de intimidação vivido - cabe destacar que o senhor Vicente se encontra no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.
- Mesmo com a certificação da Fundação Cultural Palmares (2016) e o reconhecimento do INCRA (2021), a comunidade enfrenta, até esse momento, a falta de infraestrutura básica, como energia elétrica, muitas vezes negada pela dificuldade de acesso dos técnicos ao local, agravada pelos conflitos fundiários.

Após esse momento, a Ouvidora Fabiana começou a realizar alguns questionamentos acerca do território para entender quais os atravessamentos existem, tanto no que diz respeito a violências pela disputa de terra quanto a organização das lideranças.

A comunidade quilombola enfrenta um cenário de incerteza e desafios em relação à disputa pelas suas terras, um processo fundamental para garantir os direitos territoriais das 73 famílias que a compõem.

O processo de titulação da terra iniciou com um pacto de reconhecimento da posse das terras pela comunidade, que foram demarcadas inicialmente. No entanto, o proprietário da terra recorreu ao processo de titulação duas vezes, o que causou atrasos e a perda de rastreamento do processo. Durante o governo Bolsonaro, o processo ficou



estagnado, sem qualquer atualização ou informação clara sobre seu andamento.

Nesse momento, a Ouvidora Fabiana Silva solicitou informações sobre a estrutura de serviços essenciais. Vincente nos disse que a comunidade quilombola enfrenta grandes desafios relacionados ao acesso à comunicação. Hoje, o acesso à internet via Wi-Fi é comum entre os moradores, embora o sinal nem sempre seja confiável, o que limita as possibilidades de comunicação e acesso a informações importantes.

Outro grande desafio é o acesso a serviços de saúde. A comunidade depende de um hospital local que, recentemente, quase fechou devido à falta de recursos. Embora ainda existam alguns leitos disponíveis, o hospital não é capaz de atender a toda a demanda da população, e o fechamento é uma preocupação constante. A precariedade dos serviços de saúde agrava-se ainda mais com a falta de acesso a medicamentos e equipamentos adequados.

A água disponível na comunidade é de qualidade questionável. A principal fonte de água é proveniente de um ribeirão, que, quando chove, traz barro e poluição, tornando a água imprópria para o consumo imediato. Além disso, o cheiro e a qualidade da água são problemáticos, dificultando até mesmo a realização de tarefas diárias, como a limpeza do chão e o banho. Para o consumo, os moradores dependem das nascentes, já que a água da rede não é adequada para cozinhar ou beber.

Apesar das dificuldades, a comunidade tem tentado lidar com a situação da melhor maneira possível. No entanto, a falta de infraestrutura básica, como uma rede de água potável de qualidade, energia e os desafios com a comunicação e o atendimento de saúde continuam a ser os maiores obstáculos para a melhoria das condições de vida.

No que diz respeito aos serviços de saúde, a comunidade foi informada de que teriam acesso a médicos, dentistas e outros serviços de saúde. No entanto, até o momento, nada foi concretizado. A equipe de saúde, composta por um médico, um agente comunitário, um técnico de enfermagem e um técnico de estudos, não têm se mostrado eficazes. A



falta de presença de dentistas e a ausência de um acompanhamento médico regular são aspectos críticos que ainda não foram resolvidos.

A promessa de melhorias na infraestrutura elétrica foi feita, com a instalação de pontos de energia para uso da comunidade, mas os postes colocados não fornecem o direcionamento da energia para as casas em si. Embora tenha sido feito algum trabalho inicial, como mencionado por um morador, que relatou que a energia "funciona normal ali no espaço de convivência", a sensação de que as melhorias são mínimas e não o suficiente persiste. O serviço de energia, embora operante, não parece ter sido amplamente expandido ou de alta qualidade. Há cerca de 15 residências no local que não tem nenhum fornecimento de energia.

Há um grande nível de desconfiança por parte da comunidade em relação à atuação das autoridades. Vários moradores mencionaram que as reuniões não têm levado a mudanças reais e que as promessas feitas, como a implementação de programas de saúde e infraestrutura, nunca se concretizaram. Em algumas ocasiões, houve relatos de pessoas que disseram que os projetos eram finalizados, mas nada foi feito.

Além disso, a falta de comunicação clara e transparente é um dos maiores problemas enfrentados. Não houve explicações concretas sobre os planos ou o andamento das ações prometidas. A sensação de que as autoridades estão "mentindo" ou "ignorando" as necessidades da comunidade é comum entre os moradores.

A instalação de novos equipamentos e serviços, como a energia e a saúde, nunca foi efetivamente colocada em prática. As promessas de trazer um dentista, por exemplo, nunca se concretizaram. Além disso, a falta de presença de equipes e a sensação de que as autoridades não estão fazendo o mínimo necessário para melhorar a vida da comunidade é um grande ponto de insatisfação.

Foi discutida a distribuição de auxílios para materiais escolares, como mochilas e cadernos. Algumas famílias estão recebendo o Bolsa Família e outros auxílios educacionais, mas foi levantada a necessidade de um



levantamento detalhado sobre quem está sendo contemplado e quem ainda precisa do benefício.

Foi mencionada uma possível ação para atualizar os dados das famílias no Cadastro Único, garantindo que todas que necessitam sejam devidamente incluídas.

A comunidade enfrenta desafios na emissão e regularização de documentos essenciais. Foi sugerida uma ação social em parceria com órgãos municipais para agilizar esse processo. A ideia é organizar um mutirão de documentação, similar a uma ação realizada há cerca de três anos, para atender a todos de forma eficiente.

Nada mais havendo a oitiva foi encerrada.

5. Encaminhamentos e Sugestões

- Rastrear o processo de titulação com órgãos competentes, como o INCRA e a Fundação Cultural Palmares.
- Atualizar a documentação e verificar se há pendências que precisam ser resolvidas.
- Reforçar a mobilização política e jurídica para pressionar as autoridades e obter uma solução.
- Melhoria no fornecimento de água potável e construção de cisternas ou sistemas de captação de água da chuva.
- Reparo e manutenção da infraestrutura de comunicação, especialmente a restauração de serviços de telefonia e internet.
- Investimentos no hospital local, garantindo recursos para evitar o fechamento e a falta de leitos.
- Fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão digital e acesso a serviços essenciais para comunidades em áreas remota
- Fornecimento de energia elétrica para as famílias que ainda não possuem o serviço.



- Ter um agente de saúde voltada para o Quilombo
- Pedido que fosse feito o processo de intensificação da educação diferenciada quilombola nas escolas do município que atendem as crianças do Quilombo.

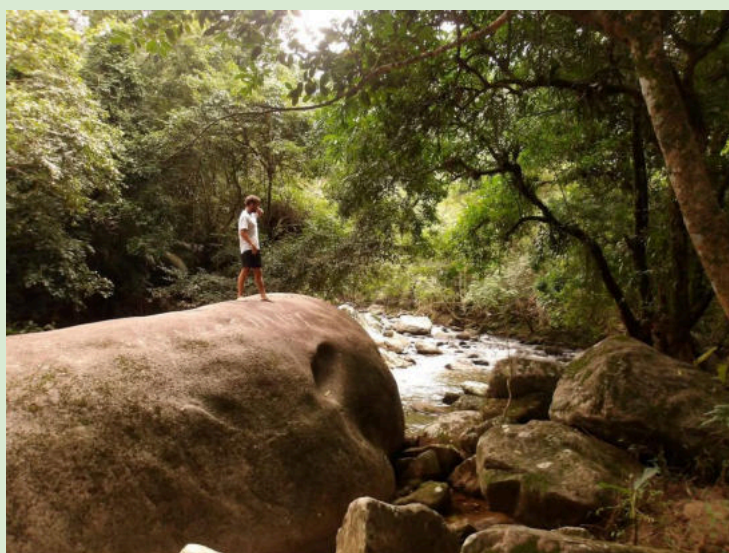
Algumas imagens para ilustrar a beleza e imponência do Quilombo
Santa Justina/Santa Isabel - Mangaratiba/Rio de Janeiro











Fabiana Da Silva

Ouvidora Geral

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro





SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL

Assistente social: Lidiane Helena CRESS N° 35911- 7ª Região/RJ

Estagiária em Serviço Social: Náthaly D'Almada

Este relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo serviço social da ouvidoria da DPERJ como parte da equipe externa de atuação no órgão.

O Serviço Social

A Ouvidoria, enquanto órgão administrativo, atua conforme as competências estabelecidas na Lei Complementar nº 169, de 13 de janeiro de 2016.

A equipe de Serviço Social da Ouvidoria, formada pela Assistente Social Lidiane Helena da Anunciação e pela estagiária em Serviço Social Náthaly D'Almada, se insere neste espaço sócio-ocupacional para uma atuação articulada com a equipe multidisciplinar do órgão, prestando assessoramento e suporte técnico em matéria de Serviço social, de forma contínua à Ouvidoria. Para isso, são preconizadas as competências e atribuições privativas estabelecidas para o Assistente Social.

Integrando a equipe externa, a Assistente Social é uma das servidoras responsáveis pelo diálogo direto com a população usuária. O foco deste trabalho é a garantia e mediação do direito fundamental ao acesso à justiça de maneira gratuita, com base nas demandas que se apresentam. Além disso, viabilizar o acesso às políticas sociais, sobretudo, às políticas de Saúde, Assistência Social, Previdência Social e Segurança Pública.

É importante dizer que a assistente social Lidiane e a estagiária em Serviço Social Nathaly são as primeiras profissionais dessa categoria a compor a equipe da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Esse fato coloca muitos impasses e alguns desafios na execução do



trabalho no órgão. Todavia, a partir das atividades que desenvolvemos em 2025 acreditamos que conseguimos arar o solo para uma atuação ainda mais assertiva para o próximo ano.

Supervisão de estágio em Serviço Social

Compreendendo o processo pedagógico de ensino e aprendizagem diretriz para a formação dos estudantes de Serviço Social, o estágio em Serviço Social - em conformidade com o artigo 5º inciso VI da Lei de Regulamentação 8.662/1993 que estabelece as atribuições privativas do Assistente Social - é aqui estabelecido como atribuição da Assistente Social do órgão e considerado espaço capacitação profissional envolvendo as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativos e ético-políticas da profissão.

O estágio supervisionado curricular, é realizado conforme preconiza a Lei do estágio nº 11778/2008, a resolução CFESS nº 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social e a Política Nacional da Associação Brasileira De Ensino E Pesquisa Em Serviço Social (ABEPSS).

Portanto, como preconiza resolução CFESS nº 533/2008, o referido deve somente realizar suas atividades no espaço sócio ocupacional sob a supervisão direta de um assistente social formado na graduação de serviço social e com registro ativo nos Conselhos Regionais (CRESS) que tenham jurisdição sobre a área de atuação do profissional interessado.

Nesse sentido a estagiária tem ações que a leve a visualizar as diversas expressões da “Questão Social” que trazem os usuários ao sistema de justiça e o que permeia sua chegada à uma Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, sendo sua participação guiada desde a atuação direta com o usuário até se fazendo valer das competências profissionais estabelecidas na Lei de regulamentação da profissão.



Ademais, vale ressaltar que a atuação do Serviço Social na Ouvidoria da Defensoria Pública tem foco no atendimentos, coletivos e individuais, a usuários que passaram por graves violações de direitos humanos e outras situações de violência, bem como atuação de representação institucional em espaços públicos e formação em direitos. Nessa direção, a supervisão de campo perpassa por constantes apontamentos da importância do campo dos direitos humanos para a formação dos estagiários, do direcionamento pedagógico em consonância com esse princípio nos espaços coletivos.

Desafios e inquietações para o Serviço Social da Ouvidoria neste semestre.

A Ouvidoria da Defensoria Pública configura-se como um espaço sócio-ocupacional novo para profissão e com frentes de atuação multifacetadas. Atuamos no atendimento direto da população, sobretudo, às vítimas de graves violações de direitos humanos, além da atuação de direção pedagógica nos cursos de formação em direitos da Ouvidoria e nas representações e direcionamento institucional nas mesas, seminários e audiências públicas.

Costuramos uma rede de serviços públicos que se mostra sucateada e inflada, em consequência da oferta desproporcional de serviços e equipamentos públicos frente ao contingente populacional que demanda acesso a essas políticas, e com profissionais exaustos e expostos constantemente e as violências que atravessam os territórios. Neste cenário, não encontrar a disponibilidade destes serviços para o encaminhamento e atendimento integral à população usuária, têm sido um dos principais desafios para o Serviço Social e consequentemente para a formação da estudante.



Além disso, temos o desafio histórico de sensibilizar a rede no que diz respeito ao acesso dessa população a esses serviços. Um número expressivo dos casos que atendemos são de graves violações de direitos humanos e já passaram por diversas instituições sem conseguir a resolução de suas demandas. A partir da violação sofrida, essa pessoa usuária precisa acessar o sistema de justiça e instituições que atuam na defesa dos direitos humanos - CDDHC- Alerj, por exemplo.

E o trabalho que fazemos muitas vezes precisa ser de contra referência aos equipamentos de base, sobretudo SUS e SUAS, já que as pessoas conseguem chegar à Defensoria, mas tem dificuldades para acessar os equipamentos do território. As barreiras são múltiplas.

Mas também temos uma atuação importante junto ao sistema de justiça, Ministério Público, Sistema Socioeducativos e os núcleos especializados da Defensoria. Esbarramos na dificuldade dessas instituições se enxergarem parte da rede e acioná-las pela via da cobrança e não do trabalho conjunto. Embora a Defensoria Pública seja uma instituição com diálogo direto com a população, constantemente temos no sistema de justiça, e consequentemente nessa instituição uma cultura de nobreza togada que gera um afastamento da realidade da população e dos profissionais do cuidado (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e etc) que atuam na ponta dos serviços.

Nessa toada, a burocracia excessiva e a parcimônia diante do sofrimento psicossocial que essa máquina institucional causa nessas pessoas tem sido outro grande desafio para o Serviço Social na Ouvidoria. Vale delimitar, que não pretendemos de maneira nenhuma determinar como as instituições devem funcionar, até porque para que a máquina pública opere ancorada essencialmente no cuidado da sua população usuária, precisaríamos de uma outra ordem societária estabelecida.



Todavia, queremos com essas breves colocações apontar nossas inquietações diante de um cenário de ofensiva neoliberal que cada vez mais suprime recursos as políticas sociais e de adensamento das diversas formas violência contra a população fluminense. Mas ressaltamos, não iremos recuar diante desse cenário, ao contrário, **nossa atuação se mantém eminentemente pautada na defesa intransigente dos direitos humanos e na defesa dos serviços públicos, bem como na escuta qualificada, cuidadosa e ética com a população usuária.**

Atividades do Serviço Social da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

1. Educação em Direitos

Garantias Legais

A formação em direitos Garantias Legais em Territórios Instáveis fruto da parceria entre Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Fesudeperj e o CEJUR integra o fundamental processo de formação em direitos da instituição, buscando estabelecer um canal de troca entre o saber jurídico e os movimentos sociais, e neste semestre está em sua nona edição. Com tema central e a chamada: **"Democracia e Direitos Humanos: Vozes que constroem o amanhã"**, pensada a partir do contexto social brasileiro e na convocação da juventude na construção dos direitos.

Nesta edição estamos retomando algumas edições anteriores que buscavam prioritariamente chegar no público jovem. Nesse sentido, com foco entre jovens de 18 a 29 anos; moradores de favelas, periferias, territórios tradicionais, coletivos e organizações. Esta edição do curso foi idealizada e estruturada pelo Serviço Social da Ouvidoria, visando instrumentalizar essas lideranças com conhecimentos históricos e sociais



sobre políticas públicas, além de desenvolver suas capacidades de formulação, monitoramento e incidência em política, promovendo uma importante troca de saberes entre a Defensoria Pública e os movimentos sociais e comunitários.

A formação acontece semanalmente às terças-feiras, das 14h às 17h, na plataforma google meet, com **início em abril e previsão de término em agosto**. Nesta edição contamos também com três encontros presenciais: uma aula realizada conjuntamente com o Instituto Pretos Novos, onde realizamos o circuito de herança africana da Pequena África, na Zona Portuária do Rio de Janeiro; A participação no Fórum Rio 2026, parceria com a Casa Fluminense, esse ano realizado na Arena cultural da Penha e a formatura, em agosto, com todos os estudantes que chegaram até o final da formação.

Metodologicamente a formação este ano foi pensada para que os alunos consigam progressivamente fazer sínteses do importante caminho a percorrer para a viabilização de direitos, contando com a participação de Defensores Públicos, lideranças locais, Servidores da Defensoria e integrantes do movimento de mães e familiares. Construímos até aqui a trajetória de violação, garantia e defesa dos direitos humanos no Brasil e iniciamos o ciclo em que os estudantes podem conhecer mais de perto cada política: SUS, SUAS, ECA, Habitação e outras políticas e sistemas de garantia de direitos.



**Turma Garantias Legais
2026 - Rota Pequena
África, 12 maio de 2026.**





**Turma Garantias
Legais 2026 - Fórum
Rio, 20 junho de 2026**

Programa de Acesso à Justiça nos Territórios (AJT)

O Programa de Acesso à Justiça nos Territórios (AJT), realizado pela Ouvidoria em parceria com a Coordenação Geral De Programas Institucionais, consiste na adoção de medidas institucionais para superar obstáculos no acesso ao Sistema de Justiça, notadamente aos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 5º, LXXIV e 134, ambos da Constituição Federal.

Por meio do programa, pessoas que já atuam no território poderão atuar como “parceiros da defensoria pública”, funcionando como agentes comunitários de acesso à justiça, visando estreitar laços entre o serviço público e a sociedade civil, construindo uma aliança entre quem está na linha de frente dos serviços públicos e quem está na linha de frente da sociedade civil e dos movimentos sociais de luta por direitos.

Em sua sexta edição, com início em junho e previsão de término em setembro, o programa AJT segue organizado com aula de forma



assíncronas disponibilizadas aos alunos as quartas-feiras de cada semana e tendo os seguintes temas em seu cronograma: Apresentação do programa AJT; Atendimento regular da DPERJ; A Defensoria Pública e o seu funcionamento; Atendimentos de urgência na DPERJ; Impactos da política de segurança pública e a atuação da DP; Racismo ambiental e crise climática; Violência contra pessoas trans e travestis é um problema de todes; Política do cuidado; Direitos das crianças e adolescentes; Territórios tradicionais e direito à terra e habitações; E orçamento e segurança digital.

2. Mesas, audiências públicas, seminários e espaços de representação

As mesas, seminários de debates e audiências públicas são espaços democráticos essenciais para dialogar com a sociedade civil e pensar formas de intervenção mais efetivas do serviço público junto a essa população. Em 2026 aconteceram importantes debates que contaram com a participação do Serviço Social da Ouvidoria.



Formatura da Rede de Atenção a pessoas Afetadas pela Violência de Estado



No dia **6 de fevereiro**, o Serviço Social da Ouvidoria marcou presença na cerimônia de encerramento da primeira fase do programa de bolsas da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE), iniciado em 2024. A Rede, através do financiamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, formulou uma proposta de Política Pública de cuidado e atenção psicossocial para pessoas afetadas pela violência estatal.

A cerimônia marcou a importância dessa primeira jornada da Rede, com a elaboração de uma proposta de Política Pública dos Pontos de Acolhimento, Justiça e Cuidado (PAJUC), elaborada em conjunto pelas mães bolsistas e pesquisadoras do projeto, equipe técnica, Grupos Clínicos e instituições parceiras. A equipe de Serviço Social da Ouvidoria representou o órgão na formatura, em virtude da sua atuação como parte da equipe técnica da RAAVE que presta assessoria em matéria de Serviço Social às mães e familiares.

Surgindo da percepção de que o Estado, além de muitas vezes ser o causador do dano, falhava em oferecer o acolhimento necessário, deixando famílias — majoritariamente mães negras de periferia — em um isolamento profundo e sofrimento agudo, a RAAVE se consolidou como



um modelo de política pública participativa, unindo a Defensoria, universidades (como UFRJ, UERJ e UFF) e movimentos sociais. A formatura está longe de ser um encerramento do projeto, que seguirá suas atividades com as mães que participaram da formulação da proposta de política pública.

O Serviço Social desenvolveu um trabalho fundamental de encaminhamento e articulação entre os serviços públicos e os dispositivos de cuidado da RAAVE. O trabalho tem por intuito viabilizar o acesso das mães e familiares às políticas sociais de base, SUS e SUAS, o acesso à justiça através dos serviços da Defensoria Pública, bem como acessar o cuidado psicossocial da própria RAAVE, através do fluxo de encaminhamento.

Além disso, o Serviço Social ocupa os espaços deliberativos da Rede como o GT RAAVE, a Comissão de ética e o Comitê Técnico. Através disso, a Assistente Social, Lidianne e a estagiária em Serviço Social, Náthaly atuam prestando assessoria em matéria de Serviço Social, mas também como representação institucional da Ouvidoria, respondendo pelo órgão nas decisões coletivas tomadas. Vale dizer, que todo o trabalho de representação institucional é dialogado diretamente com a ouvidora geral Fabiana Silva.

Por fim, é importante ressaltar que a RAAVE se mantém como um importante movimento que aglutina movimentos sociais de mães e familiares, coletivos que prestam acolhimento psicossocial e orientação jurídica popular, universidades públicas e instituições de defesa dos direitos humanos. E o Serviço Social da Ouvidoria segue acompanhando e atendendo às mães e familiares que são acolhidos e que constroem a rede, bem como participando de seus espaços deliberativos.

Agora, abrem-se caminhos para uma nova etapa de ainda mais mobilização, articulação e fortalecimento coletivo. A RAAVE não se encerra aqui — pelo contrário, segue firme em seu compromisso de acolher, cuidar e oferecer apoio psicossocial às mães e familiares.



Ao mesmo tempo, renovamos nosso empenho na luta pela implementação da proposta de política pública que formulamos coletivamente, fruto de diálogo, experiência e compromisso com a transformação social. Seguiremos mobilizando parceiros, instituições e a sociedade civil para que os Pontos de Acolhimento Justiça e Cuidado (PAJUC) se torne realidade e possa gerar impactos concretos e duradouros na vida das pessoas.

Reunião com o Coletivo ELA - Quarta-feira, 18 de março

No dia **18 de março**, a Ouvidoria Geral, a convite do Coletivo Ela, parceiro no território do órgão, esteve presente em uma agenda junto às mulheres de Porto Novo, em SG. O coletivo tem realizado ao longo do mês de março diversas ações junto às mulheres que residem no território, e uma delas teve enfoque em levar informações de acesso à justiça ao território. Durante a tarde, foi realizada uma roda com as mulheres onde a Ouvidoria pôde ser apresentada, algumas funções da Defensoria foram esclarecidas e algumas dúvidas respondidas.

Mulheridade: o legado da Nísia Floresta - Movimento de Mulheres de São Gonçalo



No dia **19 de março**, a Ouvidoria Geral, a convite do Movimento de Mulheres de São Gonçalo, esteve presente no evento promovido pelo movimento e pelas mulheres que historicamente constroem, há 37 anos, esse importante movimento territorial de combate à violência contra a mulher e exalta o protagonismo das mesmas. Intitulado "Mulheridade: o legado de Nísia Floresta", o Seminário contou com a presença da militante Schuma Schumacher, que nos apresentou o legado histórico para a luta das mulheres no Brasil da feminista Nísia Floresta. O espaço de comemoração coletiva também foi um importante momento de troca entre representantes da OAB, Movimento de Mulheres, Ouvidoria e demais presentes.

Reunião Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial da ALERJ

No dia **27 de março**, a Ouvidoria Geral esteve presente na primeira reunião do ano com a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial da ALERJ. A reunião, presidida pela assessora parlamentar Cintia e pelo deputado estadual Flávio Serafini, contou com a casa cheia.

A articulação teve a presença de movimentos sociais que historicamente constroem o enfrentamento na luta antimanicomial no Estado do Rio de Janeiro, além da Coordenadoria de Saúde da DPERJ, Secretaria de Estado, Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), trabalhadores de diferentes equipamentos da RAPS, representantes de deputados de outros mandatos e outras entidades importantes no avanço dos direitos ao acesso à saúde.



Reunião do Grupo de Trabalho da RAAVE (GT RAAVE)



No dia **2 de março**, a assistente social e servidora da Ouvidoria, Lidiane Helena, representou o órgão na reunião do Grupo de Trabalho da RAAVE. O GT é composto por instituições parceiras e, sobretudo, pelas mães fundadoras da Rede, que se reuniram para definir os próximos passos após o encerramento do programa de bolsas anteriormente fomentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Durante o encontro, foram debatidas estratégias importantes para a continuidade das ações da Rede, com foco na manutenção das atividades de acolhimento e cuidado psicossocial destinadas a mães e familiares vítimas de violência de Estado.

A Ouvidoria segue acompanhando e apoiando a atuação da RAAVE, contribuindo não apenas para o fortalecimento do cuidado psicossocial, mas também para a ampliação do acesso à justiça e o fortalecimento dos coletivos e movimentos sociais envolvidos nessa agenda.



3º Congresso Internacional Sobre Segurança Pública na Maré



A Redes da Maré realizou, entre os dias **23 e 25 de março**, no Rio de Janeiro, o 3º Congresso Internacional Falando Sobre Segurança Pública na Maré, que reuniu pesquisadoras(es), profissionais e organizações da área em mesas de debate e grupos de trabalho sobre segurança pública.

A assistente social da Ouvidoria, Lidiane Helena, participou do grupo “Cuidados em saúde mental para vítimas de violência de Estado e profissionais da agenda de direitos humanos”, destacando a importância de serviços de base territorial promoverem escutas qualificadas e de fortalecer processos coletivos de elaboração do luto e do sofrimento de mães e familiares. Essas iniciativas contribuem para ampliar o cuidado e o acolhimento psicossocial dessas populações. A participação integra o compromisso da Ouvidoria com o fortalecimento das redes de cuidado, dos territórios e do acesso a direitos.

Oficina Formativa inserida na programação do evento “Casa de Portas Abertas – Saúde” - ter. 7 e 8 abr. 2026





Nos dias 7 e 8 de abril a Assistente Social e servidora da Ouvidoria externa Lidiane Helena esteve presente na oficina Oficina formativa inserida na programação do evento “Casa de portas abertas” organizado pela Casa da Igualdade Racial.

O encontro reuniu diversas instituições de saúde com o objetivo de pensar fluxos de trabalho e cuidado direcionado à população negra. A servidora falou da importância do trabalho de cuidado em saúde mental que a RAAVE (Rede de atenção às pessoas afetadas pela violência de Estado), em parceria com a Ouvidoria, tem desenvolvido com mães e familiares vítimas de violência de Estado.

Aula Turma Psicologia Puc - Violência De Estado E Cuidado Em Rede

No dia **09 de abril** a equipe de Serviço Social que acompanha de perto as atividades, acolhimentos e encaminhamentos à partir da RAAVE, deu uma aula com outros integrantes da Rede, para a turma de Psicologia Social da PUC-RJ, a convite da professora Fernanda Lages. No encontro, pudemos apresentar o entendimento da Rede sobre de violência de Estado, quais as estratégias de acolhimento utilizadas, equipamentos e



instituições parceiras, o papel do acesso à justiça e da produção de saúde através da coletividade.

Evento de Lançamento do Centro de Formação em Economia do Mar (Baía de Guanabara)

A servidora Lidiane Helena esteve no dia **17 de abril** no lançamento do Centro de Formação em Economia do Mar (CF Ecomar BG), no Hangar Náutico da UFRJ, Ilha do Fundão. Fruto de parceria entre Movimento Baía Viva, NIDES/UFRJ e Petrobras, o centro oferece cursos gratuitos e capacitação técnica em economia solidária e sustentabilidade para pescadores, comunidades tradicionais e grupos vulneráveis da Baía de Guanabara. A Ouvidoria como um órgão de diálogo com a sociedade civil esteve como parceira da construção do projeto juntamente com mais 48 instituições.

Audiência Pública sobre os desafios da implementação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) no estado do Rio de Janeiro em 28 de abril

No dia 28/04 a servidora Lidiane esteve presente na Audiência Pública Audiência Pública sobre Proteção aos Defensoras e Defensores de Direitos Humanos organizada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro (CEDDH/RJ). O encontro teve por objetivo promover o debate, a escuta institucional e a construção de estratégias voltadas à garantia da segurança no exercício das atividades de defensoras e defensores de direitos humanos no estado do Rio de Janeiro. Foram debatidos fluxos e gargalos na implementação da política no estado do Rio de Janeiro, bem como encaminhamentos importantes para melhorar os atendimentos para as pessoas protegidas pelo programa no estado.



Lançamento Regional do 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua

No dia **28 de abril**, a Ouvidoria Geral esteve presente no o Cipop Rua/RJ que sediou o lançamento do 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua. O evento reuniu Representantes Federativos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), o Judiciário e o CIAMP-Rua, destacando a importância da participação ativa dos movimentos sociais e da expertise do IBGE. A metodologia aplicada consolida levantamentos estaduais e municipais pré-existentes, garantindo um processo transparente e confiável que reconhece a impossibilidade de realizar um diagnóstico preciso sem a colaboração direta de quem vive a realidade nas ruas.

O principal objetivo deste censo é estabelecer uma estatística padronizada que ofereça um retrato fiel e periódico dessa população em todo o território brasileiro. Ao identificar a distribuição geográfica, os locais de maior recorrência e o perfil sociodemográfico detalhado, o levantamento permitirá uma análise profunda sobre o acesso a políticas sociais, trabalho e renda. Com esses dados em mãos, o Estado busca superar a invisibilidade desses cidadãos, estruturando ações de acolhimento e inserção produtiva que respondam, de fato, às necessidades específicas identificadas em cada região.



I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e Psicólogas(os) da Área Sociojurídica



Nos dias **7, 8 e 9 de maio**, a assistente social Lidiane participou do I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e Psicólogas(os) da Área Sociojurídica, em Foz do Iguaçu/PR. A programação incluiu conferências, mesas temáticas, apresentação de trabalhos e relatos de experiências, com foco na Psicologia e no Serviço Social como profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho, pautadas pelo compromisso com as lutas sociais e a defesa dos direitos humanos.

Além disso, o congresso, promovido pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil (AASPSI Brasil), reuniu profissionais, estudantes e pesquisadoras(es) que atuam em diversos contextos, como Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas, Ministério Público, Sistema Prisional, Sistema Socioeducativo, universidades e tantos outros espaços de enfrentamento das expressões da questão social.

Juntamente com os servidores das equipes técnicas Lucas Accioli, Alessandra Lima e Luciana Janeiro, Lidiane apresentou o trabalho “Uma experiência que não queríamos contar: violência de Estado x crise



humanitária”. No trabalho, relatamos a importância da atuação da equipe psicossocial da DPRJ, bem como da Ouvidoria Externa, no acolhimento às famílias das vítimas da chacina ocorrida em outubro de 2025 nos Complexos da Penha e do Alemão.

Vale lembrar que esse trabalho acadêmico está ancorado em uma atuação inédita do Serviço Social da Ouvidoria. Em outubro de 2025, a assistente social Lidiane e a estagiária de Serviço Social Náthaly, juntamente com a equipe psicossocial da Coordenadoria de Tutela Coletiva (COTUTELA) e a equipe técnica da Rede de Atenção às Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE), realizaram os primeiros atendimentos e acolhimentos às famílias das vítimas que chegaram ao Instituto Médico Legal (IML).

O trabalho foi voltado à realização dos procedimentos para o sepultamento gratuito das vítimas, à localização de pessoas desaparecidas — em articulação com o Núcleo de Atendimento da Audiência de Custódia, nos casos de adultos, e com a Coordenadoria de Infância, nos casos de crianças e adolescentes — e ao acolhimento em situação de crise das mães e demais familiares após o reconhecimento dos corpos. Ademais, havia muitas famílias oriundas de outras cidades e estados, às quais foi necessário prestar apoio para garantir o traslado dos corpos. As equipes permaneceram no IML até que o último corpo fosse reconhecido.

A apresentação desse trabalho em um congresso voltado a assistentes sociais e psicólogos que atuam no sistema de justiça é fundamental para dar visibilidade às práticas profissionais desenvolvidas em contextos de graves violações de direitos humanos e violência de Estado. A atuação no Instituto Médico Legal (IML), junto aos familiares das vítimas da chacina mais letal da história do estado do Rio de Janeiro, evidenciou a importância da intervenção interdisciplinar no acolhimento de pessoas em situação de intenso sofrimento psicossocial.

O trabalho realizado envolveu não apenas o suporte emocional diante do reconhecimento dos corpos, mas também a garantia de direitos relacionados ao sepultamento gratuito, à localização de pessoas



desaparecidas e ao acesso a serviços e instituições da rede de proteção social e de justiça. Compartilhar essa experiência contribui para o fortalecimento do debate sobre os desafios éticos, técnicos e políticos enfrentados pelos profissionais que atuam em situações de violência extrema.

Ademais, a socialização dessa experiência permite refletir sobre o papel estratégico do Serviço Social e da Psicologia na construção de respostas institucionais humanizadas diante de eventos traumáticos coletivos. Nesse sentido, a apresentação do trabalho possibilita a troca de conhecimentos, a sistematização de práticas profissionais e o fortalecimento de metodologias de acolhimento que possam subsidiar a atuação de outras equipes em contextos semelhantes, contribuindo para o fortalecimento das políticas sociais e dos serviços voltados às pessoas que sofreram graves violações de direitos humanos e violência de Estado.

Encontro da Rede de proteção social na Casa da Igualdade Racial



A Ouvidoria esteve presente nos dias **19 e 20 de maio** na Casa da Igualdade Racial do Rio de Janeiro por meio do Serviço Social. A equipe participou de mais uma edição do 'Casa de portas abertas', desta vez com a rede de proteção social do Rio de Janeiro. O encontro visa estreitar laços



entre os equipamentos e instituições da rede que trabalham no atendimento direto à população carioca.

Participar de espaços como esse é fundamental para ampliar a qualidade do serviço prestado a população na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro por meio da equipe de Serviço Social de sua Ouvidoria Geral, que vem galgando espaços de ampliação externa que visam responder com qualidade a amplitude das demandas trazidas pela população assistida e usuária das políticas públicas.

6ª Cerimônia de Posse de Novos Acadêmicos - 15/06

No dia 15 de junho a equipe da Ouvidoria esteve marcando presença na 6ª Cerimônia de Posse da Academia Brasileira de Letras do Cárcere (ABLC), que ocorreu no plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O evento marcou um marco histórico: a ocupação das 40 cadeiras da instituição e a outorga da Medalha Pedro Ernesto ao projeto.

Além disso, a instituição visa dar voz à produção literária de pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema penitenciário, utilizando a literatura e a educação como ferramentas permanentes de ressocialização e cidadania.



Roda formativa Águas do Amanhã, Sepetiba



No dia **17 de junho**, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro firmou, mais uma vez, o seu compromisso institucional de educação em direitos, desta vez, em Sepetiba, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A convite da instituição parceira, o Instituto Cultural Águas do Amanhã, a Ouvidoria ministrou uma roda formativa que compõe o ciclo de formação da instituição em parceria com a Organização Criola.

A atividade, com o tema “Quais meus direitos no SUS?”, contou com a participação de mais de 20 mulheres do território, consolidando-se como um espaço receptivo, de trocas potentes e de fortalecimento da rede de garantia de direitos.

No encontro, foi levantada a noção de saúde que, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, vai além da ausência de doenças, sendo compreendida como um bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, debateu-se a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) na viabilização do acesso à saúde para mulheres negras e periféricas.

Dessa forma, foram apresentados caminhos para acionar a Defensoria Pública em casos de violação de direitos no SUS, destacando o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria, pelo CRLS e pela COSAU. Também



foram abordados os direitos das usuárias diante de negligência, discriminação ou negativa de atendimento, bem como o fluxo de entrada para que as demandas sejam acompanhadas e respondidas.

Nesse contexto, traçaram-se alguns dos entraves enfrentados por elas na Zona Oeste, marcados, sobretudo, pelo esquecimento e pela demora para procedimentos e atendimentos simples nos equipamentos de saúde, além das estratégias individuais e coletivas em que instituições públicas, como a Defensoria, podem intervir, auxiliar e orientar.

3. Atendimentos

Atendimentos individuais online e presenciais Os atendimentos ocorrem de maneira online ou presencial, seja na Defensoria Pública ou no território. As demandas são múltiplas e com muitas portas de entrada. Esses atendimentos são registrados em planilha com o nome do usuário atendido, demanda apresentada, encaminhamento dado local data do atendimento. Durante os atendimentos realizamos os encaminhamentos para as Políticas Sociais de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Além disso, prestamos orientações sobre documentação, acesso a benefícios sociais municipais, orientações sobre os serviços da Defensoria Pública.

O Serviço Social da ouvidoria também fica responsável por atender os casos de violência de Estado. Nós realizamos uma oitiva preliminar para entender o que pode ser feito no caso e quais encaminhamentos possíveis. O NUDEDH atende somente os casos de violência provocada por ação de agente policial. No ano de 2024 foi criado um fluxo junto ao Núcleo de Atendimento às Vítimas (NAV) para encaminhar os casos de violência que não se enquadram nesse padrão. Portanto, quando realizamos a primeira escuta na Ouvidoria também realizamos essa triagem. Após esse momento, delimitamos os encaminhamentos possíveis para as demandas apresentadas.



Como já supracitado para os serviços públicos e outras orientações. Por fim, cabe dizer que os atendimentos e orientações realizados pelo serviço social não se constituem por meras respostas. Realizamos uma escuta qualificada para identificação das demandas e com o objetivo de evitar revitimização e o labirinto de sofrimento que as pessoas se encontram após não conseguirem acessar direitos básicos. Assim, esse ano foram realizados ***cerca de 77 atendimentos individuais***.

Acompanhamento social

A partir do fluxo de atendimento supracitado acima podemos compreender a complexidade dos casos e assim estabelecer se aquela pessoa ou

família necessita de um acompanhamento social. Isto é, encaminhamentos que não se esgotam no primeiro atendimento e necessitam de novos atendimentos e de outros instrumentos do serviço social como, produção de relatório social, visitas domiciliares, articulação de rede etc.

Compreende-se de que o acompanhamento social, materializado sobretudo a partir da família e do território, consiste em uma atividade estratégica para o serviço social, tendo como função a articulação de recursos institucionais, trabalho em rede, bem como o desenvolvimento de atividades socioeducativas, capazes de fortalecer e ampliar as possibilidades de subjetivação e vivência dos usuários (MARTINS, 2024).

Assim, o objetivo é valorizar o protagonismo das famílias, suas necessidades e interesses. Partimos do pressuposto fundamental que a participação e organização das famílias no processo de encaminhamento das questões colocadas potencializa o acompanhamento e tem por finalidade principal coletivizar as demandas. Além disso, no acompanhamento social temos como centralidade a articulação de serviços e benefícios com o objetivo de ampliar e fortalecer os acessos.

Neste ano estamos acompanhando 4 casos.



Atendimento junto a equipe interna e telefone do órgão.

Como já supracitado a servidora e a estagiária de serviço social fazem parte da equipe externa. Todavia, as demandas também podem chegar pela equipe interna via email, nosso canal de teleatendimento e presencialmente pelo contato oficial do órgão. O Serviço Social presta assessoria na elaboração dos pareceres feitos pela equipe interna para melhor orientar a população usuária que demanda os nossos serviços. Além disso, assessora nas orientações e encaminhamentos das demandas que chegam pelo contato oficial do órgão, este que, por sua vez, fica sob a responsabilidade do estagiário dos estagiários de comunicação.

Vale ressaltar que os dados relacionados a esse tipo de assessoramento infelizmente ficam subnotificados por ainda não conseguirmos viabilizar a contagem pelo nosso sistema interno.

Comunicação com os usuários

A comunicação entre o Serviço Social da Ouvidoria e as pessoas usuárias é realizada principalmente por whatsapp, seja mensagem ou breves ligações, pelo contato funcional que fica com a estagiária em Serviço Social Náthaly D'Almada e pelo contato da Assistente Social Lidiane. ***As respostas acontecem diariamente de segunda a sexta-feira no horário de 10h às 17:00*** pelo contato funcional e de 8:00h às 20:00h pelo contato da servidora. Em casos de urgência o contato com a servidora também está disponível fora desses horários.

Esses contatos podem ser pontuais, apenas para tirar dúvidas e solicitar orientações de acesso aos órgãos da Defensoria Pública e a outros serviços públicos ou fazer parte do acompanhamento realizado pelo Serviço Social.

Através desse contato é realizada uma breve avaliação da demanda para entender se irá precisar ser feito um atendimento com mais tempo de



duração, seja online, presencial, na Defensoria Pública ou até mesmo no território.

Para melhor visualização colocamos a estimativa de quantitativo de atendimentos e assessoria em matéria de Serviço Social realizados no ano primeiro semestre de 2026.

Atendimento individual remoto e presencial	77
Atendimento junto a equipe interna e telefone do órgão	Dados subnotificados
Acompanhamento social	4

Elaboração: equipe de serviço social

4. Articulação interna, com a rede de serviços e instituições.

Em 2025, o Serviço Social da Ouvidoria deu continuidade ao processo estratégico de mapeamento e articulação com a Rede de Serviços Socioassistenciais, de Saúde e de Atenção Psicossocial. Este esforço culminou no estabelecimento de fluxos interinstitucionais de referência e contrarreferência junto aos equipamentos de saúde e assistência social, visando garantir a integralidade e a continuidade do cuidado no atendimento aos usuários da Ouvidoria.

O mapeamento foi realizado a partir de contatos institucionais, via e-mail, com cada Área de Planejamento do município do Rio de Janeiro, primeiro foco desta fase, visando a atualização de contatos dos equipamentos locais. Em um segundo momento, uma carta de apresentação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e de sua Ouvidoria foi elaborada. O envio está previsto para o primeiro mês de 2026,



com o objetivo de aproximar os serviços e estabelecer referências de encaminhamento aos usuários atendidos no município.

A partir disso, um dos primeiros fluxos estabelecidos foi a participação nos fóruns de rede da Área de Planejamento 3.1 (que engloba os 28 territórios da Zona Norte da cidade), viabilizada pela atuação junto à RAAVE.

Outro destaque deu-se na atuação conjunta com organizações da sociedade civil e instituições territoriais para viabilizar escutas e acolhimentos psicossociais. Um exemplo é a rede formada no Santo Amaro entre a associação de moradores, o Instituto Ademafia, a Clínica da Família e o CAPSi Visconde de Sabugosa, que atendem ao bairro, e formaram com profissionais dos equipamentos públicos, pontos de acolhimentos psicossocial para os moradores, sendo um grupo de adultos e um para crianças.

Além disso, cabe dizer que nosso trabalho é essencialmente em rede e em interface com as políticas públicas. Durante os atendimentos e orientações os encaminhamentos são sempre realizados para os serviços de base territorial.

Com alguns órgãos e núcleos especializados da Defensoria já temos um fluxo pré estabelecido que auxilia nos encaminhamentos das demandas de urgência.

Fluxograma com Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH)

Apresentação do Núcleo de defesa de direitos humanos (NUDEDH)

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH) é o órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro responsável por atuar no atendimento às pessoas ou grupo de pessoas submetidas a tortura, tratamento desumano e degradantes, vítimas de grave violência institucional, bem como a promoção e a defesa de grupos socialmente vulneráveis, como solicitantes de refúgio, pessoas em situação de rua,



pescadores artesanais, catadores de matérias recicláveis, etc. O NUDEDH também atua peticionando junto aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.⁴

O órgão também é subdividido em:

- Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NUPED),
- Núcleo Contra a Desigualdade Racial (NUCORA)
- Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (NUDIVERSIS)
- Núcleo Especial de Atendimento da Pessoa Idosa (NEAPI)

FLUXOGRAMA:

- Escuta qualificada via Serviço Social/Ouvidora:** Após a chegada da demanda pelas portas de entrada citadas é agendado um atendimento presencial na defensoria ou no território para fazer a escuta.
- Orientação sobre o papel da Ouvidoria:** Explicamos para a pessoa acolhida o papel da Ouvidoria que é de orientação extrajudicial e de encaminhamentos internos para a Defensoria e para acolhimento psicossocial da rede.
- Produção de relatório do atendimento:** Produzimos um relatório a partir da oitiva detalhada sobre a violação de direitos sofridas e com outras informações que sejam relevantes para o caso.
- Identificação da demanda:**

⁴ [nudedh - Rio de Janeiro](#)



- a) Violência institucional (violência causada por agente de segurança público);
- b) violência entre civis armados do território (facções de venda de varejo de drogas) e
- c) violência por grupos paramilitares (milícias).

v. **Encaminhamentos:**

- vi. Em caso de violência institucional: Encaminhamento para Coordenação do Núcleo de Direitos Humanos; para acolhimento psicossocial da rede pública de saúde (SUS) ou Rede de Apoio às Vítimas de Violência de Estado (RAAVE) e para rede socioassistencial.
- vii. Em caso de violência entre civis armados ou grupos paramilitares: Encaminhamento ao Núcleo de Apoio à Vítima do Ministério Público (NAV/MPRJ). Eles distribuem o caso para ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Investigação Penal (CAO Investigação Penal), que por sua vez é distribuído a promotorias pertinentes. Para acolhimento psicossocial da rede pública de saúde (SUS) ou Rede de Apoio às Vítimas de Violência de Estado (RAAVE) e para rede socioassistencial.
- viii. **Acompanhamento:** Em alguns casos, se a assistente social entender a necessidade de um acompanhamento mais próximo, o realizamos através de visitas domiciliares e verificação se a demanda foi concluída.

Direito ao luto e exumações

A Ouvidoria tem sido acionada com bastante frequência para questões relacionadas ao direito ao luto de familiares de vítimas de



violência no estado. Esse processo se dá por conta da sua entrada em territórios de favelas e pela parceria estabelecida com a Rede de atenção a pessoas afetadas pela violência de Estado (RAAVE).

Em muitos casos o familiar que solicita nosso auxílio não tem processo aberto junto ao NUDEDH. Mas por se caracterizarem como um público extremamente vulnerável no momento de exumação do corpo após o tempo estipulado nos recorrem para solicitar a possibilidade de gratuidade nesse processo ou em casos de cremação solicitar ação judicial - em casos de morte violenta o corpo só pode ser cremado com autorização da justiça - .

Nesses casos o fluxo se estabelece em diálogo direto com a defensora pública Gislaine Kepe, responsável pela pauta no órgão. Encaminhamos direto para a defensora pública Gislaine Kepe

5. Assessoria em Serviço Social

Retomando as elaborações teóricas sobre assessoria em Serviço Social, observa-se que os resultados sistematizados ainda são ínfimos frente à diversidade de experiências que ocorrem na prática, mas que muitas vezes não são reconhecidas como tal.

Nesse sentido, fundamentamo-nos em Matos (2011) para caracterizar o trabalho desempenhado pela profissional de Serviço Social e pela estagiária como uma assessoria técnica em Serviço Social às atividades da Ouvidoria Geral.

Caracterizamos essa assessoria a partir das apreensões do autor e da ampla categorização do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), compreendendo-a como um conjunto de ações desenvolvidas com base nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão.

Na Ouvidoria, esse trabalho de assessoria materializa-se nas escutas coletivas nos territórios e nos atendimentos conjuntos às demandas



internas e externas. O objetivo é que o Serviço Social atue como uma ponte estratégica, viabilizando caminhos e soluções para os entraves no acesso a direitos pelos usuários que buscam a DPERJ por meio de sua Ouvidoria, e que não encontrem no órgão mais um lugar de invisibilidade, mas que possa ser lugar de escuta qualificada e tentativa de encaminhamento efetivo.

Atendimento coletivo Bairro da Rasa - Búzios

No dia **06 de maio (quarta-feira)**, a Ouvidoria realizou uma oitiva coletiva com os moradores do bairro da Rasa, no município de Búzios. Na ocasião, os presentes trouxeram queixas em comum de seus casos de saúde sobre acesso aos equipamentos de saúde; descontinuidade dos atendimentos e tratamentos; falta de remédios nas unidades básicas e longas esperas na fila e falta de posicionamento da Secretaria de Saúde. A Ouvidoria Geral realizou relatório sobre a situação e encaminhou para ciência da tutela coletiva que abarca o município, além de dialogar com demais órgãos que possam acompanhar e prestar assistência aos moradores frente à demanda de direito à saúde.



Oitiva áreas atingidas pelas chuvas em Mendes 13

No dia **13 de maio**, a equipe da Ouvidoria Geral esteve presente na cidade de Mendes para acolher uma denúncia de negligência da Defesa Civil em relação às casas afetadas durante as chuvas torrenciais que ocorreram na cidade em 2024. As fortes chuvas aconteceram na R. Santa Rosa região conhecida como Grotão, na qual residem cerca de 35 famílias. De acordo com relatos das moradoras, a região sempre enfrentou fortes chuvas, mas nunca havia tido um acidente grave. Com o passar do tempo a chuva foi aumentando e encostas ficaram encharcadas, até que em 2024, ocorreu um forte deslizamento e uma criança veio a óbito em uma das residências. A Ouvidoria foi até o bairro a partir da articulação de uma liderança do Programa Mulheres pelo Acesso à Justiça.

Atendimento coletivo Pantanal Iguaçuano

No dia **22 de maio**, a equipe externa da Ouvidoria Geral esteve em uma visita de retorno no Pantanal Iguaçuano, junto com a equipe da Tutela Coletiva para uma oitiva sobre as demandas do território. Durante a tarde, discutimos os avanços das solicitações que tivemos na visita anterior e os próximos passos para prosseguir no atendimento das próximas demandas.

Ouvidoria itinerante Praça do Pacificador - Duque de Caxias

No dia **05 de março**, a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro marcou presença em mais uma edição da Ouvidoria Itinerante, desta vez, na Praça do Pacificador, em Duque de Caxias. Durante toda a manhã, a equipe realizou mais de 50 atendimentos, acolhendo demandas, orientando a população e fortalecendo o diálogo direto com a sociedade. A Ouvidoria Itinerante é uma ação essencial, que aproxima a Defensoria das pessoas e garante que direitos sejam



conhecidos e acessados por quem mais precisa. Seguimos firmes no compromisso de ampliar o acesso à justiça e fortalecer a participação popular.

Ouvidoria itinerante no Largo da carioca



No dia **13 de maio**, a equipe da Ouvidoria externa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro esteve no Largo da Carioca para mais uma edição do projeto “Ouvidoria Itinerante”. A ação reúne ouvidorias de instituições e órgãos públicos mensalmente para atendimento à população, sendo essencial para a aproximação da Defensoria com as pessoas usuárias, na busca para garantir que direitos sejam conhecidos e acessados por quem mais precisa. Nesta edição, foram realizados mais de 100 atendimentos pela equipe, entre registros de reclamações, encaminhamentos e retirada de dúvidas. A ação da Ouvidoria Itinerante no Largo da Carioca destacou-se pela forte adesão da população, fortalecendo a rede de proteção social no Centro do Rio de Janeiro.



6. Atuação do Serviço Social da Ouvidoria na RAAVE

Durante o ano de 2026 o Serviço Social continuou acompanhando de perto a rede e prestando assessoria em matéria de Serviço Social.

A RAAVE surgiu em 2021 após a chacina do Jacarezinho, quando o chamado *Comboio de Direitos Humanos* entrou no território ainda com a operação policial em curso para prestar assistência jurídica e psicossocial aos moradores. O Comboio foi uma articulação entre a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj (CDDH- ALERJ), Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ (CDH-OAB) e Núcleo de Defesa de Direitos Humanos da Defensoria Pública (NUDEDH).

A rede se ampliou em 2022 com a inserção de oito grupos clínicos, hoje contando com doze, e se manteve atuante no compromisso de prestar assistência psicossocial e jurídica em diversos casos que envolvem graves violações de direitos humanos por parte do aparelho estatal.

Em 2023 esta rede passou a receber financiamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Este chega com o intuito de ser um aporte ao trabalho de sistematizar as atividades já desenvolvidas pela Rede e de elaboração da proposta de uma política pública para esses familiares e vítimas de violência do Estado.

Com o financiamento, foi criado um sistema de bolsas através do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) voltadas para 100 mulheres mães que perderam os filhos para violência letal do Estado; 32 estudantes da UFRJ e da Universidade Federal Fluminense (UFF) e para uma Coordenação Técnica. As atividades com as mães e estudantes bolsistas e os grupos clínicos estão sendo desenvolvidas e sistematizadas desde agosto de 2024.

Um dos princípios da RAAVE é o fortalecimento dos serviços públicos, em específico o SUS, SUAS e Defensorias Públicas.



Compreendendo a Ouvidoria-Geral como um órgão auxiliar do trabalho que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro desenvolve, a presente parceria se faz extremamente necessária para o fortalecimento do acesso à justiça às pessoas vítimas de violência de Estado.

Hoje a rede desenvolve diversas atividades que são chamadas de **“dispositivos de cuidado”**. O serviço Social atua em diversas frentes dentro da Rede nesses diversos dispositivos. Eles tem intuitos deliberativos e de acolhimento psicossocial.

Neste momento temos atuação do Serviço social nos seguintes dispositivos:

1. Grupo de Trabalho da RAAVE (GT RAAVE)
2. Comissão de Ética RAAVE
3. Encontros Gerais
4. Reuniões de Grupos Clínicos e parceiros
5. Fluxo de acolhimento participativo

Atividades desenvolvidas nesses dispositivos:

1. GT RAAVE

O Grupo de Trabalho da RAAVE é um espaço formado pelas instituições e coletivos fundadores da Rede, que além da atuação do Serviço Social também tem a Ouvidora Fabiana como importante componente do grupo. Ademais, através do grupo de whatsapp do GT, esse dispositivo se constitui como uma das principais portas de entrada de demandas para a Ouvidoria.

2. Comissão de Ética.



Dispositivo voltado ao cuidado dos princípios que regem a rede e integrantes que participam. No ano corrente tivemos **um** caso de possível infração ética que chegou à comissão, estando ainda em andamento e contando a presença do Serviço Social em atividades (reuniões e escutas) para dar trativa ao caso.

3. Encontros Gerais com as 100 mães pesquisadoras:

Em 2026, tivemos o encerramento do programa de bolsas e do fomento do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Neste momento a RAAVE segue lutando para que a proposta de política pública formulada pela Rede seja implementada. Nós tivemos em **23 de janeiro** um encontro geral com as mães pesquisadora e toda a equipe para falar sobre a segunda fase da RAAVE e organizar a formatura. Em **06 de fevereiro** temos o encontro geral e a cerimônia de formatura e entrega de certificado para todas as mães, equipe e instituições parceiras. No **dia 27 de março** tivemos o primeiro encontro geral após o fim do programa de bolsas. Nós tivemos cerca de 70 % de presença das mães, afirmando o compromisso político com a proposta de política pública que formulamos.

3.1. Atendimentos do Serviço Social nos encontros gerais RAAVE

No que tange aos atendimentos realizados pelo Serviço Social da Ouvidoria, temos duas grandes portas de entradas. A primeira via fluxo participativo dos familiares ou mães de vítimas de violência de Estado. E a segunda nos encontros gerais de sexta-feira somente às mães pesquisadoras. Esse fluxo de atendimentos, com porta de entrada nos encontros gerais às sextas feiras pode ser sistematizado da seguinte maneira:



- A.** As mães bolsistas geralmente demandam o atendimento do Serviço Social durante os encontros gerais de sexta-feira. Nesse momento é feita uma primeira escuta breve para entender se é realmente uma demanda, ou apenas uma dúvida ou orientação.
- B.** Após esse momento entendemos a necessidade de um atendimento presencial na Ouvidoria ou uma ligação com atualizações das orientações, que em grande parte são quanto ao andamento e atualizações do processo - que caracterizamos como parte da assessoria jurídica.
- C.** Após o atendimento realizado entendemos se é necessário um acompanhamento do caso e se a demanda pode ser encerrada. O acompanhamento é feito de acordo com as necessidades da pessoa e assim vamos invocando os instrumentos que se entende necessário para o caso e para a realidade da pessoa.
- D.** Elas também podem demandar o atendimento direto pelo whatsapp do serviço social disponibilizado pela coordenação técnica. O Fluxo se mantém o mesmo.

4. Reuniões do Comitê Técnico e parceiros da Rede.

Periodicamente acontecem também, toda primeira segunda-feira do mês, de maneira presencial reuniões entre os grupos clínicos participantes da Rede, coordenação da equipe técnica, as instituições parceiras e assistente social da Ouvidoria. As reuniões, bem como os encontros gerais, servem como espaço deliberativo para decisões importantes para a rede.

Eventualmente, tendo tido alguma pauta que não tenha sido esgotada na reunião ordinária de início do mês, acontecem também as reuniões extraordinárias.

Em 2026 fizemos reuniões em **02/02; 09/02; 23/02; 09/03; 20/03; 04/05; 08/06.**

Nas reuniões as pautas permeiam a organização e sistematização da Rede a partir das contribuições dos grupos, fluxos,



casos e demais pautas que surgem dos encontros com as mães, dos atendimentos por eles realizados e dos seminários clínicos e demais pautas que os integrantes considerem pertinentes colocarem. Além disso, vale ressaltar que todas as reuniões **têm sua discussão registrada em ata**, no entanto essas discussões **não são de cunho público**.

5. Fluxo de acolhimento participativo

As profissionais do Serviço Social, Assistente Social e estagiária em Serviço Social têm desenvolvido um papel crucial nessa parceria. A profissional juntamente com mais quatro pessoas da equipe técnica da RAAVE compõe a Central de Distribuição do projeto e ficam responsáveis pelos fluxos de encaminhamento para a rede.

O fluxo se dá da seguinte maneira: uma mãe, a equipe técnica ou algum profissional dos equipamentos de base realizam o primeiro acolhimento com o familiar ou vítima da violência, através de um formulário simples que colhe apenas informações de identificação da pessoa. Com esses dados em mãos a equipe técnica da RAAVE entra em contato com a pessoa e faz o segundo acolhimento, onde aplicam o segundo formulário e colhem informações cruciais e mais detalhadas para os atendimentos que essa pessoa precisará.

Por fim, uma ficha com as informações da pessoa que solicitou atendimento é gerada e a central de distribuição, composta pelos atores já supracitados, encaminha para atendimento psicológico, jurídico e/ou social. Vale frisar que os atendimentos partem sempre de demandas colocadas pelas vítimas e familiares, nenhuma decisão é tomada fora do colocado por estes na segunda entrevista que preenche o segundo formulário.

Os atendimentos sociais e encaminhamentos para os núcleos de atuação da Defensoria Pública são realizados também pela assistente social e servidora do órgão. Nos atendimentos sociais são



realizados encaminhamentos para os equipamentos socioassistenciais (CRAS e CREAS), para as unidades básicas de saúde e outros serviços públicos que se façam necessários para o acolhimento das demandas apresentadas por essas mães e familiares.

No que tange ao fluxo interno de atendimento da Defensoria Pública, a Assistente Social também realiza as oitivas com as mães para encaminhamento para o Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NUDEDH). Processo crucial para o fortalecimento do acesso à justiça de pessoas que passaram pelo processo de violência pelo braço armado do Estado. O fluxo interno não se restringe a encaminhamentos para o NUDEDH. Essa população é extremamente vulnerável e em muitos casos não conseguem acessar serviços básicos e precisam recorrer a judicialização desse processo. Caso sejam identificadas urgências nesse sentido também procuramos articulação e fluxo interno para outros núcleos para suprir a demanda.

Neste ano de 2026, **60** casos passaram pela Central de Acolhimento e *estão em atendimento* psicossocial e jurídico.

FLUXO OUVIDORIA-GERAL E NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS

Este documento contém:

- Apresentação do Núcleo de defesa de direitos humanos (NUDEDH);
- Apresentação das equipes (interna e externa) com especificação das atividades da Ouvidoria que geram demandas para o NUDEDH;
- Portas de entrada para Ouvidoria Geral;
- Fluxograma do atendimento da Ouvidoria-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em casos de violações no que tange violência institucional, racismo, questões PCDs e Neuro Divergente, pessoa Idosa e população LGBTQIPN+;



- Exemplificação do passo a passo do fluxo em casos de violência no estado.

1. Apresentação do Núcleo de defesa de direitos humanos (NUDEDH)

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH) é o órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro responsável por atuar no atendimento às pessoas ou grupo de pessoas submetidas a tortura, tratamento desumano e degradantes, vítimas de grave violência institucional, bem como a promoção e a defesa de grupos socialmente vulneráveis, como solicitantes de refúgio, pessoas em situação de rua, pescadores artesanais, catadores de matérias recicláveis, etc. O NUDEDH também atua peticionando junto aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.⁵

O órgão também é subdividido em:

- Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência (NUPED), que atua na defesa individual e coletiva dos direitos das pessoas com deficiência e busca fomentar e monitorar a política pública destinada a promover a inclusão social desse grupo populacional;⁶
- Núcleo Contra a Desigualdade Racial (NUCORA), que atua na defesa individual e coletiva dos cidadãos cujos direitos tenham sido violados em razão de sua origem, cor, identidade étnico-racial, nacionalidade ou orientação religiosa;⁷

⁵ [nudedh - Rio de Janeiro](#)

⁶ [Nuped - Rio de Janeiro](#)

⁷ [Nucora - Rio de Janeiro](#)



- Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (NUDIVERSIS), que atua na defesa individual e coletiva dos direitos dos cidadãos LGBT e busca fomentar e monitorar a política pública destinada a promover a igualdade deste grupo populacional;⁸
- Núcleo Especial de Atendimento da Pessoa Idosa (NEAPI), que atua na defesa individual e coletiva dos direitos das pessoas idosas e busca fomentar e monitorar a política pública destinada a promover a inclusão social desse grupo populacional.⁹

2. Apresentação das equipes (interna e externa) com especificação das atividades da Ouvidoria que geram demandas para o NUDEDH.

A equipe da Ouvidoria Externa é subdividida em Teleatendimento, Equipe Interna e Equipe Externa:

- Teleatendimento: Responsável por receber as demandas de pessoas usuárias através do canal do 0800, realizando a escuta ativa, com coleta de informações e identificação de demandas para apuração da equipe interna.
- Equipe Interna: Responsável por realizar a apuração das demandas recebidas pela Ouvidoria a partir de todas as portas de entrada expostas anteriormente. São as pessoas que realizam o parecer de cada reclamação, elogio e sugestão que chega até a Ouvidoria de forma individual, também sendo responsáveis pelo atendimento presencial do órgão.

⁸ [nuidiversis - Rio de Janeiro](#)

⁹ [Neapi](#)



- Equipe Externa: Responsável pela realização de atividades externas de escuta, em territórios de favelas, quilombos, aldeias, periféricos e demais ambientes onde as pessoas assistidas solicitem. A equipe também é responsável pela produção de relatórios a partir de oitivas, produção de formulários de pesquisa de informação, realização de atividades de educação em direitos e atendimento de demandas sensíveis e urgências.

Durante a escuta, realizada por meio das atividades externas, atendimento telefônico ou atendimento presencial, é papel dos servidores e colaboradores da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro é explicar o papel da Ouvidoria no processo de orientação extrajudicial, acolhimento psicossocial e ponte diante dos atravessamentos que envolvem a chegada de demandas aos núcleos competentes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Todos os canais de acesso da Ouvidoria são portas de entrada para receber demandas, todavia grande parte de denúncias e violações de direitos que ainda **NÃO** possuem atuação da defensoria chegam via atividades externas por conta do diálogo que estabelecemos com a sociedade civil. Esses parceiros nos acionam via telefone funcional e marcamos o atendimento presencialmente no território ou na Ouvidoria.

Cabe salientar que os encaminhamentos são feitos com base no critério de urgências da Ouvidoria. Caso identifiquemos que não necessita de encaminhamento direto, as pessoas são direcionadas aos canais de acesso do NUDEDH e/ou a Central de Relacionamento com Cidadão (CRC).

Atendimento presencial ou teleatendimento realizado pela equipe interna



A partir da escuta realizada com a(s) pessoa(s) usuária(s), que buscamos colher o máximo de informações sobre a violação de direitos vividas, é produzido um registro no sistema interno da Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, onde a demanda será apurada pela equipe interna do órgão a fim de entender os principais ruídos de comunicação entre a(s) pessoa(s) usuária(s) e o órgão que receberia as demandas, assim como identificando se essas demandas são atravessadas por outras violações de direitos que necessitem do atendimento de outros núcleos da DPERJ.

Escutas coletivas e atividades externas

Seguindo a mesma lógica aplicada no atendimento presencial e no teleatendimento, a equipe externa da Ouvidoria-Geral busca colher em suas oitivas o máximo de informações sobre a violação de direitos vivida pela(s) pessoa(s) usuária(s). No caso das atividades externas, a busca costuma ser mais ativa já que, por vezes, a equipe do órgão se dirige ao território onde vivem as pessoas que estão tendo seus direitos violados, seja por iniciativa própria ou a partir de demandas de parceiros e parceiras.

Devido a essa metodologia de escuta em atividades externas, a maioria das demandas colhidas por este método se revela como coletiva, o que comprova, por vezes, a negligência do estado que se abate sobre alguns territórios.

A partir dessas oitivas, a equipe externa da Ouvidoria-Geral produz relatórios onde expõe, com detalhes, as demandas apresentadas, encaminhamentos feitos pela Ouvidoria aos parceiros, assim como pontos principais de atenção para os defensores e defensoras que receberão posteriormente o documento, encaminhado aos órgãos competentes para atuação na pauta. Importante pontuar também que, em casos coletivos, as demandas costumam ser atravessadas por diversos tipos de violações de direitos, o que pede um olhar mais apurado quanto aos direcionamentos.



As profissionais do Serviço Social - assistente social e estagiária - estabelecem um diálogo com outros serviços públicos e instituições parceiras no intuito de viabilizar um atendimento integral para essas pessoas. Durante esses atendimentos e escutas, internas e externas, surgem diversas demandas individuais sobre acesso à saúde, documentação, assistência social, educação e etc. O que pode ser viabilizado de forma extrajudicial é organizado pelas profissionais que decidem qual será o melhor caminho para isso.

Por exemplo, em caso de violência institucional além do encaminhamento interno para o NUDEDH, a profissional também viabiliza o encaminhamento para a rede de serviços públicos e acolhimento psicossocial da RAAVE.

Os profissionais também auxiliam no atendimento interno presencial às quartas feiras. Quando a equipe interna entende que existem outras demandas para além das reclamações e das questões com órgãos da Defensoria, solicitam auxílio do Serviço Social para viabilizar esse atendimento. Sendo uma demanda para o NUDEDH, a assistente social realiza a escuta e encaminha para o órgão, se for demanda externa também realiza o encaminhamento e faz o acompanhamento.

Ademais, caso a assistente social do órgão identifique a necessidade de realização de um relatório social - esse sendo realizado apenas pela profissional - para apurar melhor a demanda, este é realizado e encaminhado aos defensores que atuarão na pauta.

PORTA DE ENTRADA DA OUVIDORIA:

I. Telefone:



- II. E-mail;
- III. Aplicativo de mensagem;
- IV. Carta;
- V. Relato presencial;
- VI. Atividade externa;
- VII. Ofício;
- VIII. Sistema Informatizado da Ouvidoria, disponível no site da DPE/RJ.

FLUXOGRAMA:

- i. **Escuta qualificada via Serviço Social/Ouvidora:** Após a chegada da demanda pelas portas de entrada citadas é agendado um atendimento presencial na defensoria ou no território para fazer a escuta.
- ii. **Orientação sobre o papel da Ouvidoria:** Explicamos para a pessoa acolhida o papel da Ouvidoria que é de orientação extrajudicial e de encaminhamentos internos para a Defensoria e para acolhimento psicossocial da rede.
- iii. **Produção de relatório do atendimento:** Produzimos um relatório a partir da oitiva detalhada sobre a violação de direitos sofridas e com outras informações que sejam relevantes para o caso.
- iv. **Identificação da demanda:**
 - a) Violência institucional (violência causada por agente de segurança público);



- b) violência entre civis armados do território (facções de venda de varejo de drogas) e
- c) violência por grupos paramilitares (milícias).

v. **Encaminhamentos:**

- vi. Em caso de violência institucional: Encaminhamento para Coordenação do Núcleo de Direitos Humanos; para acolhimento psicossocial da rede pública de saúde (SUS) ou Rede de Apoio às Vítimas de Violência de Estado (RAAVE) e para rede socioassistencial.
- vii. Em caso de violência entre civis armados ou grupos paramilitares: Encaminhamento ao Núcleo de Apoio à Vítima do Ministério Público (NAV/MPRJ). Eles distribuem o caso para ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Investigação Penal (CAO Investigação Penal), que por sua vez é distribuído a promotorias pertinentes. Para acolhimento psicossocial da rede pública de saúde (SUS) ou Rede de Apoio às Vítimas de Violência de Estado (RAAVE) e para rede socioassistencial.
- viii. **Acompanhamento:** Em alguns casos, se a assistente social entender a necessidade de um acompanhamento mais próximo, o realizamos através de visitas domiciliares e verificação se a demanda foi concluída.

1. DIREITO AO LUTO E EXUMAÇÕES

A Ouvidoria tem sido acionada com bastante frequência para questões relacionadas ao direito ao luto de familiares de vítimas de violência no estado. Esse processo se dá por conta da sua entrada em



territórios de favelas e pela parceria estabelecida com a Rede de atenção a pessoas afetadas pela violência de Estado (RAAVE).

Em muitos casos o familiar que solicita nosso auxílio não tem processo aberto junto ao NUDEDH. Mas por se caracterizarem como um público extremamente vulnerável no momento de exumação do corpo após o tempo estipulado nos recorrem para solicitar a possibilidade de gratuidade nesse processo ou em casos de cremação solicitar ação judicial - em casos de morte violenta o corpo só pode ser cremado com autorização da justiça - .

Nesses casos o fluxo se estabelece em diálogo direto com a defensora pública Gislaine Kepe, responsável pela pauta no órgão.

- ix. **Escuta qualificada via Serviço Social/Ouvidora:** Após a chegada da demanda pelas portas de entrada citadas é agendado um atendimento presencial na defensoria ou no território para fazer a escuta.
- x. **Orientação sobre o papel da Ouvidoria:** Explicamos para a pessoa acolhida o papel da Ouvidoria que é de orientação extrajudicial e de encaminhamentos para acolhimento psicossocial da rede.
- xi. **Identificação da demanda:** Se realmente se encaixa nos parâmetros de solicitação de exumação a preço social e se foi caso de morte violenta.
- xii. **Encaminhamento:** Encaminhamos direto para a defensora pública Gislaine Kepe; para acolhimento psicossocial da rede pública de saúde (SUS) ou Rede de Apoio às Vítimas de Violência de Estado (RAAVE) e para rede socioassistencial.





**OUVIDORIA
DA MULHER**

OUVIDORIA DA MULHER

O QUE É A OUVIDORIA DA MULHER?

A ouvidoria da mulher da Defensoria Pública é um espaço seguro de escuta atenta, acolhimento e orientação no atendimento de mulheres que se sintam vítimas de qualquer tipo de violência, seja ela doméstica, psicológica, patrimonial, violência obstétrica, importunação, assédio, ou que tenha sofrido qualquer tipo de violência.

A Ouvidoria da Mulher é um recurso essencial e um espaço seguro e tem no atendimento na perspectiva de gênero a centralidade da sua atuação a fim de garantir efetivamente que a justiça seja equitativa, especialmente para mulheres e grupos vulneráveis.

O Atendimento com perspectiva de gênero significa analisar situações considerando as desigualdades estruturais de gênero (machismo, patriarcado) para garantir justiça equitativa, especialmente para mulheres e grupos vulneráveis, focando em igualdade material e combatendo estereótipos, não só no Judiciário (com protocolos do CNJ - O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (Resolução CNJ nº 492/2023) orienta magistrados a aplicar essa lente em suas decisões), mas em todas as instituições, buscando um olhar sensível e inclusivo. É uma mudança de paradigma para além da neutralidade formal, visando efetivar direitos fundamentais.

O Que significa na Prática?

1. **Análise de Desigualdades:** Entender como o gênero (e raça, classe, etc.) influencia a vida das pessoas e as relações de poder, afetando suas experiências e acesso à justiça.



2. Combate a estereótipos: Questionar preconceitos e visões estereotipadas sobre mulheres e homens (ex: "mulher é emocional", "homem não chora"), que influenciam decisões e tratamentos.
3. Inclusão e Acesso: Garantir que todos tenham acesso pleno à justiça e aos serviços, considerando barreiras específicas (violência doméstica, trabalho não remunerado, etc.).
4. Interseccionalidade: Reconhecer que diferentes marcadores sociais (gênero, raça, orientação sexual, deficiência) se cruzam, criando experiências únicas de opressão ou privilégio.

A função principal da Ouvidoria da Mulher da Defensoria Pública é fornecer um canal de escuta atenta, acolhimento humanizado e orientação jurídica e psicológica para mulheres que enfrentam qualquer forma de violência. Visando ter um olhar crítico e transformador para desconstruir o patriarcado e promover a igualdade substantiva, indo além da lei formal para alcançar a justiça real para todas.

Os tipos de violência abrangidos são variados e incluem, mas não se limitam a:

- Violência doméstica e familiar;
- Violência psicológica e moral (injúria, difamação, humilhação);
- Violência patrimonial (retenção de bens, valores ou documentos);
- Violência obstétrica (maus-tratos ou desrespeito durante a gestação, parto e pós-parto);
- Importunação sexual e assédio.

Esses canais funcionam como portas de entrada importantes para a rede de proteção à mulher, encaminhando as vítimas para os órgãos competentes (delegacias, centros de referência, defensoria pública) e garantindo que o primeiro contato seja feito de forma digna e respeitosa.



Logo, saber que o acesso à justiça não se resume à existência de leis ou tribunais auxilia no entendimento que a proteção e o cuidado podem e devem ser estimulados com a prevenção. Para que seja efetivo, ele deve considerar as barreiras adicionais enfrentadas pelos grupos vulnerabilizados como as mulheres negras, por exemplo, que sofrem com a dupla discriminação do racismo e do machismo.

A interseccionalidade é a base dessa abordagem, mostrando que o acesso à justiça não é um problema homogêneo. Uma mulher negra, por exemplo, enfrenta desafios diferentes de uma mulher branca ou de um homem negro e os processos formativos promovidos pela Ouvidoria Geral da Defensoria Pública se pensa a partir do diálogo com o trabalho em rede interseccionalidade.

A Ouvidoria da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro têm na sua centralidade a abordagem das questões de acesso à justiça a partir de uma perspectiva interseccional, reconhecendo que as experiências de opressão e privilégio se sobrepõem e criam desafios únicos para diferentes grupos de pessoas.

O trabalho da Ouvidoria da Mulher da DPRJ envolve:

- Atendimento especializado: Oferece um espaço seguro e acolhedor para mulheres buscarem orientação jurídica e apoio emocional.
- Promoção de direitos: Atua na defesa dos direitos das mulheres, promovendo ações de conscientização e combate à violência de gênero.
- Articulação em rede: Colabora com outras instituições e organizações da sociedade civil para fortalecer a rede de proteção e apoio às mulheres.
- Formação: Promove processos formativos internos e externos, baseados no diálogo e na compreensão das complexidades das desigualdades sociais.



O QUE A OUVIDORIA DA MULHER DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FAZ?

- A ouvidoria da mulher recebe as denúncias relacionadas a qualquer violência contra a mulher;
- Atua em casos de morosidade processual (demora no andamento), em trâmite na Defensoria do Estado do Rio de Janeiro;
- Promove uma escuta ativa da vítima e acolhe sua oitiva;
- Orienta a denunciante quais os meios que elas podem acessar tanto a delegacia quanto a Defensoria (NUDEM, Comarcas e etc.)
- Encaminha as demandas para os órgãos competentes para sua solução;
- Encaminha para grupos de apoio psicossocial que possam auxiliar essa mulher no que tange cuidado e saúde mental

Como denunciar?

01. Conte o ocorrido para os colegas, amigos e familiares.
02. Faça o seu relato também na ouvidoria e no setor de recursos humanos local do seu trabalho ou para algum grupo de apoio a mulheres vítimas de violência.
03. Reúna todas as provas possíveis, tais como bilhetes, presentes e testemunhas.
04. Registre o caso na Delegacia de Atendimento Especial da Mulher (DEAM), ou em qualquer delegacia comum.
05. Quando for caso de assédio moral comunique o fato ao seu sindicato, à Delegacia Regional do Trabalho ou ao Ministério Público do Trabalho ou à sua família.



06.Ligue para a Central de Atendimento à Mulher. O Disque 180 é um serviço gratuito e confiável que tem como objetivo receber as denúncias de violência, reclamação e prestar orientação sobre os serviços de atendimento à mulher. É possível fazer a ligação de qualquer lugar do Brasil. A central funciona 24 horas e orienta todas as pessoas necessárias para a denúncia.

Como denunciar na Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro?

Procure o teleatendimento da Ouvidoria da Defensoria Pública por meio de seu telefone fixo, com ligação gratuita: 0800 282 2279 ou do celular 21 96526-7494 (apenas whatsapp). Você também pode procurar o atendimento por meio do site bit.ly/ChameAOuvidoria ou no atendimento presencial, todos os dias, das 8h às 18h na Rua São José, 35, 15º andar, Centro - Terminal do Edifício Menezes Côrtes.

A denúncia é pública?

NÃO. Todas as denúncias e informações são recebidas e tratadas com sigilo profissional.

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro realiza o seu trabalho dialogando com lideranças femininas de todo o Estado. Mulheres que estão na linha de frente na proteção de outras mulheres cis e trans. Mulheres indígenas, quilombolas, ciganas, faveladas, assentadas rurais, ocupações urbanas, da cultura. Mulheres.

São elas partes de coletivos, associações ou somente lideranças em seus territórios de atuação.

Enumeramos aqui algumas das iniciativas parceiras que nos auxiliaram a pensar a cartilha e o modelo de Ouvidoria da Mulher que queremos executar.



DICAS DE ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA PROTEÇÃO DE MENINAS E MULHERES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Órgãos Governamentais e Públicos

- Secretaria de Estado da Mulher do Rio de Janeiro: Órgão responsável por formular e implementar políticas públicas para as mulheres no estado.
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-RJ): Atua na fiscalização e promoção dos direitos da mulher no RJ. O [site do CEDIM-RJ](#) disponibiliza informações sobre serviços.
- Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs): Espaços que oferecem acolhimento humanizado, atendimento psicológico, social e orientação jurídica gratuita. Os endereços e contatos dos CRAMs estão disponíveis no site da [Secretaria da Mulher](#).
- Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ): Oferece assistência e orientação jurídica gratuita por meio de núcleos especializados, como o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH) e o NUDEM (Núcleo de Defesa e Atendimento da Mulher), para mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Casa da Mulher Carioca: Equipamento da Prefeitura do Rio de Janeiro que oferece diversos serviços e atividades para mulheres.
- Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs): Unidades especializadas da Polícia Civil para o registro de denúncias e investigação de crimes de violência contra a mulher.



FORTALECIMENTO DA REDE DE PARCEIRAS DA OUVIDORIA AO LONGO DE 2026

Ao longo de 2026 realizamos muitos encontros junto às parceiras da Ouvidoria. Coletivos de mulheres que atuam no combate a violência de gênero em diferentes frentes de atuação.

Esse tipo de esforço feito pela Ouvidoria teve o intuito de iniciar o diálogo sobre a necessidade de ampliar para dentro da instituição a necessidade de uma Ouvidoria da Mulher e como promover a justiça na perspectiva de gênero é necessário para conseguirmos atuar mais assertivamente nos múltiplos relatos que sempre aparece sobre violência de gênero em todos os espaços que a Ouvidoria esteja participando.

Mulheres de terreiros de matrizes africanas relatam sobre a dificuldade encontrada para garantir a proteção aos seus espaços de fé quando são elas as responsáveis pelas liturgias da casa.

Mulheres das favelas que apontaram que a violência se manifesta no ato das operações que matam ou encarceram seus filhos quando ocorrem as operações e também relatos de assédios/importunação sexual por parte dos agentes de segurança, xingamentos e outras violências que são práticas quando ocorrem operações policiais. Ser chamada de marmita de bandido é um dos menores xingamentos recebidos.

São as mulheres das favelas que narram a dificuldade de conseguirem medidas protetivas quando é necessário e ter acesso por exemplo a patrulha Maria da Penha. Principalmente nos territórios conflagrados da Baixada Fluminense e Leste Metropolitano.

Movimentos de Mulheres ciganas narram o quão necessário se faz essa ponte com a Ouvidoria a fim de promover maior inserção da pauta cigana dentro do sistema de justiça, principalmente no que diz respeito ao aumento da gravidez na adolescência e o racismo obstétrico que as meninas e mulheres ciganas vivem no Estado do Rio de Janeiro.



Mulheres indígenas relatam também o abandono vivenciado pelo Estado no pensamento de que elas não podem ter acesso às vagas na creche e também relatam que encontram dificuldades de denunciar quando são vítimas de violência.

Coletivos de Mulheres trans como o Trans da Maré apontam que pensar justiça na perspectiva de gênero sem ouvir as mulheres é chover no molhado, pois elas são vítimas da violência por conta da sua mera existência.

Sendo assim, todos os encontros com coletivos, associações, organizações e lideranças nos ajudaram não somente a pensar na Ouvidoria da Mulher da Defensoria Pública, mas também na organização de ações efetivas de fortalecimento de Redes.

A troca de experiências e a coordenação entre diferentes organizações ampliam o impacto das ações de combate à violência e vimos isso se materializando por meio das capacitações e formações promovidas ao longo de 2025.

Oferecer treinamento contínuo para os membros das ouvidorias e parceiras melhora o atendimento e o encaminhamento das denúncias e nos auxiliar no acesso à Justiça. O suporte qualificado dando às parceiras que buscam a Ouvidoria vem facilitando o acesso das vítimas aos canais de denúncia e aos serviços de apoio jurídico, psicológico e social.

Quando construímos um espaço focado na prevenção, conscientização e na promoção de campanhas informativas e atividades de prevenção junto às parceiras que nos acionam, conseguimos ampliar o acesso à Justiça na perspectiva de gênero e raça e fortalecemos o tecido de rede a fim de ampliar o diálogo entre organizações e coletivos. Gerando assim efetivos avanços no debate sobre justiça de gênero junto aos territórios vulnerabilizados.



PLANO ESTRATÉGICO

OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PLANO
ESTRATÉGICO



Plano Estratégico da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2023-2028)

O Plano Estratégico da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) para 2026-2027 foca em fortalecer a participação social, ampliar o acesso à justiça com foco em gênero e raça, e aprimorar a gestão de demandas através do diálogo, com a atual Ouvidora, Fabiana da Silva, à frente para o biênio, seguindo diretrizes de transparência e qualidade, conforme indicam publicações recentes e o histórico da instituição. A DPERJ, com ouvidoria externa desde 2009, mas com Ouvidor externo somente no ano de 2016, busca alinhar-se aos Padrões de Maturidade em Ouvidorias Públicas, focando em planejamento, padronização e capacitação para melhor atender às necessidades da população que busca a Ouvidoria Geral para ter sua demanda atendida.

Este documento representa a consolidação de mais de dois anos de trabalho para a construção do Planejamento Estratégico da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública. Após a realização de um amplo diagnóstico dos contextos interno e externo do órgão, desenvolvemos um conjunto de workshops para discussão de ações e, finalmente, produzimos o Planejamento Estratégico da Ouvidoria, instrumento que cumpre as premissas básicas de um documento de planejamento: específico, mensurável, acordado, ligado ao tempo e realizável.

É um documento específico ao trazer objetivos e metas determinados e claramente compreendidos pelos atores envolvidos. Não há dúvidas sobre quais devem ser as prioridades para os próximos anos e os propósitos de desenvolvimento da Ouvidoria. É um plano mensurável, já que todos os objetivos são seguidos por indicadores que permitem sua completa medição. Não há como se falar em gestão se não há medidas de desempenho. O Planejamento Estratégico da Ouvidoria cumpre



claramente o requisito de ser mensurável, o que permite seu acompanhamento para testar o seu progresso e o seu sucesso.

Fator extremamente importante é que o Plano Estratégico da Ouvidoria é resultado de acordo entre as lideranças formadas pela Ouvidoria ao longo do ano de 2024 e 2025. As ações foram amplamente discutidas com os atores para que pudessem atender às expectativas da Ouvidoria. A construção do processo de coleta de dados foi ampla e procurou atender ao maior volume possível de atores.

Ademais, após a conclusão do diagnóstico, foram realizadas reuniões com as lideranças e equipe da Ouvidoria. Por isso o documento é fruto de um trabalho participativo e colaborativo e, em função disso, apresenta maior probabilidade de sucesso.

Outro ponto relevante sobre o Plano Estratégico é que ele é um trabalho ligado ao tempo. Foi estabelecido como limite para o prazo de projetos o ano de 2028, constituindo assim um horizonte de cinco anos. O período mostra que a preocupação da atual gestão da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro foca nessa atual gestão e deixar uma abertura para a nova que vai chegar no final de 2027, que visamos deixar uma memória para a nova gestão para que ela não encontre uma configuração que desmantele o trabalho realizado pelas gestões anteriores.

Gestão pública é feita de memórias e responsabilidade a fim de garantir continuidade do que é positivo. Dessa forma, evidencia o compromisso com resultados de longo prazo e não somente com o horizonte de um mandato, visão rara na administração pública brasileira, todavia mais que necessária para o gerenciamento e a implementação de ações que demandam tempo para sua maturação e seu desenvolvimento. Por fim, o documento apresenta um plano estratégico com metas realizáveis. Ele é realista e contempla não uma visão idealizada da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, mas um conjunto de metas passível



de ser implantado a partir do atual cenário. Nosso foco sempre foi apresentar uma visão realista e responsável do que queremos para a Ouvidoria Geral.

Eixos Centrais do Planejamento (2023-2028):

- Participação Social e Diálogo:
 - Ampliar o engajamento com a sociedade civil e os usuários dos serviços, usando a ouvidoria como um canal de voz e escuta ativa para melhoria contínua.

- Acesso à Justiça e Equidade:
 - Focar em perspectivas de gênero e raça, garantindo que as demandas de grupos vulneráveis sejam efetivadas e que a Defensoria Pública seja mais inclusiva.

- Aperfeiçoamento Institucional:
 - Implementar o Modelo de Maturidade em Ouvidorias Públicas para padronizar fluxos, monitorar e avaliar serviços, e fortalecer a ouvidoria como setor estratégico para a gestão da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

- Transparência e Controle:
 - Assegurar a transparência ativa e passiva, além de usar os dados das ouvidorias para controle interno e mitigação de riscos para a instituição Defensoria.



A Ouvidoria da Defensoria Pública tem um papel fundamental na escuta e no encaminhamento de demandas, com um prazo de resposta de até 60 dias devido ao grande volume de atendimentos, buscando sempre a melhoria dos serviços. Paralelamente temos uma atuação estratégica por meio do fortalecimento em rede que se dá pelas formações, cursos e parcerias promovidas pela Ouvidoria.

Dentro do plano estratégico da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro está colocada a entrega da proposta de Regimento Interno da Ouvidoria para o Conselho Superior neste primeiro semestre.

Regimento que visa deixar materializado por meio do documento como o órgão se estrutura na sua organização interna a partir do trabalho executado pelo Ouvidor (a) em exercício e toda equipe, que se divide em externa por meio da comunicação, segurança pública e serviço social - responsáveis pelas formações/cursos/seminários, ações sociais, idas aos territórios e assistência social -, e equipe de teleatendimento e apuração - responsáveis por receber demandas das pessoas usuárias, que buscam a Ouvidoria para conseguir apoio para uma demanda pessoal e geralmente individual.

Pensando nisso os Projetos Relacionados são a criação do Plano de Comunicação da Ouvidoria, Pesquisa de Satisfação da pessoa usuária, Regimento Interno, cartilhas das formações, Inventário de ações correlatas à atuação da Ouvidoria nos diferentes espaços, ampliação das formações realizadas pela Ouvidoria, Diagnóstico e Levantamento das Necessidades de Recursos Humanos, criar o Protocolo de Atuação do Ouvidor (a) nas Comarcas, Criação de um Plano de Capacitação Semestral para toda a equipe, Índice de Satisfação dos Servidores e terceirizados com a Infraestrutura de Trabalho do órgão, Relatório de ações para fontes alternativas de recursos.



Ferramentas e rotinas de Planejamento e Gestão de Projetos da Ouvidoria RJ

FERRAMENTAS	DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE	ROTINAS	DESCRIÇÃO	Periodicidade
OKR	Objetivos e resultados-chaves	Quadriannual, anual, semestral	Planejamento	Elaboração dos OKRs semestrais	semestral
Calendarização	Planilha que define as datas dos projetos	Semestral	Encontro da equipe	Encontro semanal da equipe para compartilhamento do andamento das atividades	semanal
Planilha de Gestão dos OKRs	Planilha gerencial para suporte e acompanhamento dos projetos	Mensal	Mesas de organização por projeto	Reuniões entre coordenadores das equipes	Por projeto
Planilha Financeira Geral	Projeção de gastos e acompanhamento de despesas	Mensal	Mesa Acompanhamento OKR com as equipes	Encontro mensal primeira sexta-feira do mês para acompanhamento dos objetivos, resultados e status dos	Mensal



				projetos	
TAP	Documento word: Termo de Abertura de Projetos	Por projeto	Pré-encontro: Geral com todos da equipe externa	Encontro semanal gestão do projetos	Semanal
GANTT	Excel plano de trabalho: cronograma, orçamento detalhado, equipe, risco	Por projeto	Avaliação encerramento dos projetos	Avaliação via TAP e GANTT com o Slide KPI	Por projeto
SLIDE KPI	PPT de avaliação de projeto, com Indicadores, Aprendizados e Vitórias	Por projeto	PDI / Onboarding	Plano de Desenvolvimento Institucional - Anual	Por pessoa

	OBJETIVO 1: Fortalecer lideranças sociais e organizações populares (REDE)
IMPACTO	Rede de lideranças sociais conectadas entre si e com uma visão crítica e propositiva sobre políticas públicas no Estado. Maior impacto das organizações locais nos territórios. Formação continuada das lideranças sociais, maior intercâmbio entre os participantes e organizações locais com mais acesso a recursos técnicos e financeiros. Fortalecimento da identidade Ouvidoria.



RESULTADOS-CHAVE:	META	ALCANÇADOS	OBSERVAÇÃO
Número de lideranças capacitadas no Curso Garantias Legais	80	53	
Número de organizações apoiadas pela AJT	30	410	
Pessoas impactadas pelos projetos RAAVE, AJT, Defensores e Defensoras de Territórios Tradicionais, Mulheres pelo Acesso à Justiça e Cuidado em Rede	300	1000	
Pessoas que participaram das atividades da Ouvidoria ou em parceria	300	1000	



Número de colaboração da equipe em palestras, lives e debates pela metrópole e país.	100		162		
Projeto	Início	Fim	Responsável	Financiador	STATUS
Curso Garantias Legais	Março	Agosto	Fabbi, Igor, Lidiane e Mono	CEJUR E FESUDEPERJ	Produção e realização das aulas, estudar formatos online e presencial, sistematizar a cartilha metodológica.
RAAVE	Janeiro	Dezembro	Lidiane e Náthaly		Apoio, critérios e gestão das informações. Atenção para a proteção de ativistas.



Programa Mulheres pelo Acesso à Justiça	Janeiro	Dezembro	Fabbi e Igor		Edital pronto, entrevistas feitas, seleção final feita, solicitação de documentos feitos, lista de espera e convocação.
Defensoras e Defensores dos Territórios Tradicionais	Agosto	Setembro	Fabbi e Igor	OTSS, FCT e Defensoria	
DPAF	Janeiro	Dezembro	IGOR E MONO	CEJUR COGPI E	Mapeando os parceiros

AJT	Março	Dezembro	Fabbi e Igor	CEJUR E FESUDEPERJ	Produção e publicação do edital, acompanhamento, cobertura.
Sistema de Acompanhamento Ouvidoria	Fevereiro	Dezembro	Fabbi		Consolidação do sistema e da colheita de efeitos. Interlocução com as organizações parceiras.
COMBOIO CDH	Janeiro	Dezembro	Fabbi e Lidiane		Definição do local, produção e realização.
Rede de Lideranças	Janeiro	Dezembro	Fabbi, Igor e Mono		Elaboração da estratégia de gestão da comunidade em



					articulação com os parceiros
Aulas & Palestras & Artigos	Janeiro	Dezembro	TODOS	Parcerias	Elaboração das métricas e gestão da informação das participações da Casa.
IMPACTO	Monitoramento e incidência das causas prioritárias da Ouvidoria nas casas legislativas, executivas municipais e estadual em 2024. Publicações expandindo o alcance e difusão dos temas, contribuindo para qualificar o debate e ação pública junto à rede de parceiros, a partir das articulações com parceiros.				
RESULTADOS-CHAVE:	META	ALCANÇADO		OBSERVAÇÃO	
Lista de publicações, reportagens, artigos e infográficos publicados pela Ouvidoria e/ou com parceiros da sociedade civil e colheita de efeitos	10	15			
Lista de publicações,	10	5			



reportagens, artigos e infográficos publicados pela Ouvidoria/ou com parceiros da sociedade civil e colheita de efeitos					
Número de inserções nas mídias 50					
Resultados qualitativos das mobilizações e campanhas de incidência política em 2025					
	Início	Fim	Responsável	Financiador	STATUS
Encontro de Favelas na Defensoria	Março		Fabbi e Igor		



Seminários					
Seminário Política de cuidado	Maio	Dezembro	Fabbi		Acompanhamento, suporte, prestação de contas e gestão das informações.
Seminário Acesso à Justiça pela Perspectiva de Raça e Gênero: 10 anos de Ouvidoria					
Editorias Ouvid	Fevereiro	Novembro	Fabbi		Reuniões de pauta e fluxo de conteúdos para o Instagram, orientando a linha editorial 2025 com propostas prioritárias.
OBJETIVO 3: Promover o desenvolvimento o institucional					
IMPACTO	Celebração da Ouvidoria valorizando a memória, legado e impacto na defesa dos direitos. Design organizacional aplicado às transições institucionais, políticas de cuidado da equipe e de segurança digital permanentes. Fontes de financiamento diversificadas e aumento das doações individuais. Aprimorar gestão, integração e avaliação dos projetos.				



RESULTADOS-CHAVE:	META	ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES
Visualização e Alcance nas redes sociais	200	55 mil	COMUNICAÇÃO Do dia 1º de janeiro de 2026 até o dia 26 de junho de 2026, data em que foram fechados os dados da comunicação deste relatório, foram realizadas 106 postagens no instagram da Ouvidoria da Defensoria Pública e 83 no facebook do órgão. A nível de comparação, no mesmo período nos anos anteriores, foram realizadas 110 postagens no instagram e 77 no facebook no ano de 2025. Em 2024, nesse período, eram 129 postagens no

					instagram e 100 no facebook. A pequena diferença na quantidade de postagens, contudo, não representa diminuição no alcance de público das redes sociais do órgão visto que, o alcance médio das postagens em 2024 era de 2.011 contas. Já em 2026 o alcance é de 55 mil pessoas em média. O ano de 2025 ainda é o melhor, com 96 mil interações médias no primeiro semestre.
Projeto	Início	Fim	Responsável	Financiador	STATUS
Parcerias institucionais	Janeiro	Dezembro	Fabbi		Participações em conselhos, cooperações e fornecedores estratégicos

Revisão Perfil Instagram	Janeiro	Julho	Igor e Mono		Rodada de escuta com a equipe, desenvolvimento web e Marco de 20 mil pessoas no perfil
Relatório 2026	Julho	Dezembro	Fabbi		Colaborativo, através da colheita Organizar o primeiro rascunho a partir dos slides da coordenação, escrever a primeira versão do texto até final do mês de maio.
Design Organizacional e remuneração	Janeiro	Julho	Fabbi e Renata		Consolidar papéis, planejar novo Plano de Cargos e Salários, consultoria.
Ouvidoria na Estrada	Janeiro	Dezembro	Fabbi, Mono e Igor		

Gestão com pessoas	Janeiro	Dezembro	Fabbi e Renata		Reunião mensal sobre cuidado e PDI. Intercâmbios e capacitações.
Segurança Digital	Janeiro	Julho	Fabbi e Renata		Atualização da matriz de riscos, drive e equipamentos
GT métricas, rotinas e acompanhamento	Janeiro	Julho	Fabbi e Renata		Colheita de indicadores, metas, ferramentas, rotinas e acompanhamento Uso do Slide de Rotinas nas apresentações institucionais Reunião GT métricas para chegar nas metas e resultados

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.

Após reuniões realizadas ao longo de 2025 e no primeiro semestre de 2026 para a elaboração de propostas do regimento interno da Ouvidoria e da construção do Conselho Consultivo da Ouvidoria, eis a apresentação da



proposta já alinhada com os movimentos e apresentada na reunião com a sociedade civil no dia 30 de Junho de 2026. A Ouvidoria Geral agora apresenta a proposta do documento do regimento interno da Ouvidoria junto ao Conselho Superior da Defensoria Pública a fim de que seja votado.





INFORME GERAIS

Os informes gerais são ensaios de projetos que estão sendo construídos em parcerias com lideranças, organizações e órgãos do poder público e que vão ser inseridos no relatório de conclusão do segundo semestre devido ao processo de desenvolvimento das demandas e traçamento das estratégias de atuação da Ouvidoria Geral junto aos parceiros aqui citados.

Planejamento das Ações Ouvidoria 2026

O planejamento de ouvidoria para 2026 foca em melhorar a experiência das pessoas usuárias com as ações como capacitação de servidores, uso de tecnologia (IA, transformação digital), participação social (Ouvidoria Itinerante, Ouvidoria na Estrada, formações e capacitações), e alinhamento com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), visando aumentar a eficiência e a transparência, com exemplos de diretrizes vindos de órgãos como Conselho Nacional das Ouvidorias das Defensorias do Brasil, Ouvidoria dos Direitos Humanos, MEC e outros, focando em eixos como processos, equipe, infraestrutura e relação com a sociedade, conforme o Plano Estratégico da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2026-2027).

Eixos Estratégicos Comuns:



- **Processos e Fluxos:** Padronização, análise crítica e acompanhamento de manifestações, com foco na qualidade e tempestividade das respostas entregue para as pessoas usuárias que buscam a Ouvidoria para ter sua demanda atendida.
- **Capacitação e Equipe:** Treinamento de servidores em novas ferramentas, legislação (LGPD) e atendimento humanizado, com ênfase em habilidades de mediação de conflitos e inteligência de dados, atendimento na perspectiva de gênero.
- **Tecnologia e Inovação:** Implementação de inteligência artificial (IA), chatbots, e ferramentas que otimizem a gestão de manifestações e a transparência.
- **Participação e Transparência:** Ações como Ouvidoria na Estrada, Ouvidoria Itinerante, Encontro de Ouvidorias do Estado, Participação dos Encontros de Ouvidorias das Defensorias Públicas para levar o serviço ao cidadão e estimular o controle social.
- **Maturidade e Governança:** Elevar o nível de maturidade da ouvidoria através do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública e alinhamento com a Corregedoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Exemplos de Ações Específicas para 2026:

As formações são em sua maioria online com o encontro de pactuação das formações presenciais (primeira aula e encerramento).

- **Curso Garantias Legais**
 - início das inscrições Março de 2026
 - Início das aulas Abril e encerramento em Julho
 - Encerramento presencial na Defensoria Pública



- Dois encontros presenciais - Encontro no Museu dos Pretos Novos + Centro do Rio e Fórum Rio
- Mulheres pelo Acesso à Justiça
 - Estamos na segunda etapa do projeto com visitas sendo realizadas nos 33 territórios selecionados com base no preenchimento do formulário de colheita de informações, presença nas aulas realizadas no decorrer de 2025 e participação nos encontros presenciais que foram realizados em 2025 e 2026.
- Acesso à justiça
 - Toda formação é on-line com um encontro de encerramento e entrega dos certificados presenciais
 - início das aulas em julho e o encerramento vai ser em Outubro.
- Defensores de Territórios Tradicionais
 - Todos os encontros são presenciais nos territórios da Costa Verde
 - Esse ano iremos ampliar para fora da Costa Verde com parcerias com as Defensorias Públicas do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Paralelamente às formações citadas acima temos no planejamento 5 grandes Eventos/Seminários. São eles:

- Lançamento do Selo Ouvidoria da Mulher (Julho)
- Mulheres e a política do cuidado/Acesso à Justiça (julho)
- Encontro de Lideranças na Defensoria (Junho)
- Encontro de Terreiros na Defensoria (Agosto/setembro)



- Acesso à Justiça e o combate ao Racismo (novembro).

Meios de acesso a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

1-Ligação gratuita para o número de telefone 0800 282 2279 das 08:00h às 18:00h em dias úteis;

2- Atendimento presencial para casos urgentes e para pessoas excluídas digitais de segunda a sexta em dias úteis das 10:00h às 17:00h na sala da Ouvidoria, endereço: Rua São José, 35, 15 andar, Edifício Menezes Cortes - Centro - Rio de Janeiro.

- Atendimento presencial para casos regulares às quartas- feiras das 10:00h às 16:00h na sala da Ouvidoria, endereço: Rua São José, 35, 15 andar, Edifício Menezes Cortes - Centro - Rio de Janeiro.

3- Pela internet através de formulário eletrônico. Clique aqui (<https://www.defensoria.rj.def.br/Ouvidoria2/AtendimentoFormulario>) e acesse.

São consideradas questões urgentes os seguintes casos:

- Acesso urgente à Tratamento Médico (Consultas Médicas /Exames / Medicamentos)
- Acesso urgente à Leitos/Transferência Hospitalar
- Busca e Apreensão de Criança/Adolescente
- Corte de energia e/ou água



- Curatela (necessidade urgente da família assumir os bens e decisões de uma pessoa que está sem condições de manifestar sua própria vontade de forma livre e consciente)
- Denúncia de tortura ou maus tratos no Sistema Prisional
- Denúncia de tortura ou maus tratos no Sistema Socioeducativo
- Intimação/Citação processual ou audiência judicial marcada
- Notificação/Ameaça expressa de Despejo
- Outras violações de direitos humanos com risco de seqüela física ou psicológica irreversível
- Prisão recente
- Sepultamento (alvará/Gratuidade)
- Violação de tornozeleira/problemas no cumprimento de pena em liberdade
- Violência Doméstica
- Violência Policial





EXPEDIENTE 2025

OUVIDORA GERAL | FABIANA SILVA

SUBOUVIDORA | RENATA BIFANO

COORDENAÇÃO EQUIPE INTERNA/APURAÇÃO E PARECER| NICOLE HENRIQUE BUENO | JÚLIA CRISTINA DE BARROS PEREIRA | LORRANA LIMA PEÇANHA| | CÁSSIA DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO | IGOR SANTANA | MAYA GONÇALVES BARBOSA

COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO | FABIANA SILVA| LIDIANE HELENA S. ALMEIDA DA ANUNCIAÇÃO | NÁTHALY D'ALMADA | CÁSSIOS CLAY OLIVEIRA GOMES

COORDENAÇÃO E EQUIPE DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO | JOCILENE APARECIDA DE PAIVA | LUCILENE SILVA DE OLIVEIRA | ABRAÃO SANTOS DE SOUZA | RENATA RODRIGUES DA SILVA DO LAGO | ALINE RAPHAELLA DE SOUZA | PAULA OLINDA PAES | ANDREIA CRISTINA VIEIRA RODRIGUES | GILSON PIVAR | LUCAS FRANÇA.

